



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
RELATÓRIO DE QUALIFICAÇÃO DE DOUTORADO**

SABRINA FORTE E SILVA GONÇALVES

**DA PATRIMONIALIZAÇÃO GLOBAL AO PATRIMÔNIO-TERRITORIAL
AMAZÔNICO: A SINGULARIDADE DA FEIRA DO VER-O-PESO EM
BELÉM DO PARÁ**

**BELÉM-PARÁ
2023**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
RELATÓRIO DE QUALIFICAÇÃO DE DOUTORADO**

**DA PATRIMONIALIZAÇÃO GLOBAL AO PATRIMÔNIO-TERRITORIAL
AMAZÔNICO: A SINGULARIDADE DA FEIRA DO VER-O-PESO EM
BELÉM DO PARÁ**

SABRINA FORTE E SILVA GONÇALVES – MATRÍCULA: 2019.155.800.12

Tese apresentada como requisito parcial para
obtenção do título de Doutora em Geografia
pela Universidade Federal do Pará.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Goretti da
Costa Tavares.

Coorientador: Prof. Dr. Everaldo Batista da
Costa.

**BELÉM-PARÁ
2023**

SABRINA FORTE E SILVA GONÇALVES

**DA PATRIMONIALIZAÇÃO GLOBAL AO PATRIMÔNIO-TERRITORIAL
AMAZÔNICO: A SINGULARIDADE DA FEIRA DO VER-O-PESO EM BELÉM
DO PARÁ**

Data: ____ / ____ / ____

Banca examinadora:

Profa. Dra. Maria Goretti da Costa Tavares (Orientadora – PPGeo/UFPA)

Prof. Dr. Everaldo Batista da Costa (Coorientador – POSGEA/UNB)

Profa. Dra. Benedita Alcidema Coelho dos Santos Magalhães (Avaliadora Interna –
PPGeo/UFPA)

Prof. Dr. Jovenildo Cardoso Rodrigues (Avaliador Interno – PPGeo/UFPA)

Prof. Dr. Agenor Sarraf Pacheco (Avaliador Externo – PPHIST/UFPA)

Prof. Dr. Valter do Carmo Cruz (Avaliador Externo – PPGeo/UFF)

**BELÉM-PARÁ
2023**

Dedico este trabalho aos que me antecedem,
pais, avós, bisavós...
que viveram a vida com muita luta.
E repassaram, por meio do campo da espiritualidade,
força, coragem e perseverança a seus sucessores.
Especialmente,
aos meus bisavós,
“Mae Cota” e “Pai Joventino”
(unidos pela resistência do amor contra o preconceito racial).
Aos meus avós paternos,
Lourdes e José Júlio
(unidos pela misteriosa força dos campos marajoaras).
Aos meus pais,
José da Luz e Maria das Graças Forte
(unidos pela superação das diferenças e pela construção do amor em família).
À minha amada família,
meu marido, Delman Gonçalves, e filhos, Naiah, Bento e Angélica
(todo o meu amor e respeito pelo apoio incondicional).

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal do Pará, instituição pela qual tenho profundo respeito, pela formação acadêmica sólida e comprometida com o desenvolvimento da sociedade brasileira desde a graduação.

À Universidade de Brasília, instituição forte e atenta à diversidade social brasileira, que me abriu as portas de maneira acolhedora, inspirando-me a dar saltos mais altos na minha carreira profissional.

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, pela honra de retornar a essa casa e dar continuidade ao meu aprimoramento acadêmico, ao lado de docentes muito competentes.

Ao Grupo de Pesquisa de Geografia do Turismo/UFPA, pelo acolhimento amoroso e respeitoso da Professora Goretti Tavares e todos os participantes do grupo, trazendo-me novas perspectivas profissionais e trocas de conhecimento acadêmico e experiência de vida.

Ao Grupo de Pesquisa Cidades e Patrimonialização na América Latina e Caribe/UNB, por todo o aprendizado e amadurecimento acadêmico, coordenado pelo Professor Everaldo Costa e colegas do grupo, que me inspirou e direcionou ao amadurecimento da tese.

Aos meus queridos orientadores, Maria Goretti da Costa Tavares e Everaldo Batista da Costa, pela competência e dedicação assídua a esta pesquisa, enfrentando ao meu lado as dores de um processo de pandemia que levou quase 700 mil brasileiros.

Trago comigo todo o aprendizado acadêmico que tive com vocês e, mais ainda, o profissionalismo, a generosidade, a empatia e a força que vocês prestaram a mim no momento mais “pesado” desse percurso.

Gratidão eterna ao meu Pai Superior, por me permitir alcançar a conclusão desta pesquisa.

Feira do Ver-o-Peso, 2022.

Com sol e chuva você sonhava
Que ia ser melhor depois
Você queria ser o grande herói das estradas
Tudo que você queria ser
Sei um segredo
Você tem medo
Só pensa agora em voltar
Não fala mais na bota e no anel de Zapata
Tudo que você devia ser
Sem medo
Não se lembra mais de mim
Você não quis deixar que eu falasse de tudo
Tudo que você podia ser
Na estrada
Ah! Sol e chuva
Na sua estrada
Mas não importa, não faz mal
Você ainda pensa e é melhor do que nada
Tudo que você consegue ser
Ou nada
Não importa, não faz mal
Você ainda pensa e é melhor do que nada
Tudo que você consegue ser
Ou nada!"

Tudo que você podia ser
Milton Nascimento
Lô Borges/Márcio Borges



Imagens da autora, 2022.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objeto de análise a Feira do Ver-o-Peso, localizada na cidade de Belém do Pará, como *patrimônio-territorial ativado popularmente*. Assim, pretende compreender a feira como um território onde resistem práticas socioculturais e memoriais populares, saberes e fazeres ancestrais, mantido por sujeitos historicamente subalternizados pelos processos de formação territorial latino-americana, bem como investigar quais riscos esse patrimônio-territorial enfrenta diante da urbanização, em especial dos processos da patrimonialização global. São propostos os seguintes objetivos: identificar e analisar quais elementos e práticas da cultura amazônica dão notoriedade à Feira do Ver-o-Peso como patrimônio-territorial ativado popularmente a enfrentar riscos perante o processo da patrimonialização global; apontar quem são os sujeitos que ativam e como se constitui a ativação popular do patrimônio-territorial da Feira do Ver-o-Peso; e indicar quais riscos o patrimônio-territorial enfrenta diante da patrimonialização global. Assim, parte-se da relação dialética entre a economia urbana, a patrimonialização global e o patrimônio-territorial ativado para investigar a feira desde as questões-problemas: Quais elementos e práticas da cultura amazônica consagram a Feira do Ver-o-Peso como um patrimônio-territorial ativado popularmente a enfrentar riscos diante do processo da patrimonialização global? E questionamentos mais específicos, como: Quem são os sujeitos que ativam o patrimônio-territorial da Feira do Ver-o-Peso e resistem aos processos da patrimonialização global? Como se constitui a ativação popular do patrimônio-territorial da Feira do Ver-o-Peso, em face do processo da patrimonialização global? Quais riscos os elementos e práticas culturais populares, que fazem da Feira do Ver-o-Peso um patrimônio-territorial, enfrentam diante da patrimonialização global? A abordagem geográfica conferida à pesquisa é norteada pelo *método materialista histórico-dialético*, partindo da dimensão interescalar do movimento universal – particular – singular da urbanização contemporânea, para compreender como os mecanismos da patrimonialização global se particularizam na Área Central de Belém e aterrissam em um fato social representado por um território apropriado secularmente por relações socioculturais. Privilegia-se, desse modo, a dimensão cultural do território, cuja tese está pautada pela perspectiva dos *utopismos patrimoniais*, como proposta teórico-metodológica voltada para a realidade latino-americana, buscando compreender as contradições espaciais e as vulnerabilidades sociais geradas pela lógica universal eurocêntrica da urbanização/patrimonialização global particularizada na Feira do Ver-o-Peso. Outrossim, propõe-se a capturar elementos e valores de ordem espacial que ativam e evidenciam a Feira como território guardião de memórias e práticas sociais e culturais ancestrais. A pesquisa constatou que os *utopismos patrimoniais* já estão em curso na feira, ratificando a tese de que: a feira do Ver-o-Peso é um *patrimônio-territorial amazônico ativado popularmente* e fundamental para a manutenção da vida ancestral, a partir da metrópole. É representado pelas singularidades do artesanato; das ervas e remédios medicinais; das especiarias típicas como a maniva e o tucupi; e os elementos e práticas afrorreligiosos. No entanto, é impactado pelos mecanismos da urbanização contemporânea, como projetos de requalificação urbana e políticas patrimoniais voltadas ao mercado turístico, que desencadeiam riscos de ressignificação e perda de identidade. Portanto, a tese traz uma contribuição ao debate das contradições vinculadas ao patrimônio com o intuito de repensar novas proposições de preservação da perspectiva existencial dos sujeitos que a compõem.

Palavras-chave: urbanização contemporânea, patrimônio cultural, feira popular, identidade territorial.

ABSTRACT

The object of this research is the Ver-o-Peso Fair, located in the city of Belém do Pará, as a popularly activated territorial heritage. That is, it intends to understand the fair as a territory where sociocultural practices and popular memorials, ancestral knowledge and doings, maintained by subjects historically subalternized by the processes of territorial formation in Latin America, resist; and to investigate what risks this heritage-territory faces in the face of urbanization, especially the processes of global patrimonialization. The following objectives are proposed: to identify and analyze which elements and practices of Amazonian culture give notoriety to the Ver-o-Peso Fair, as a popularly activated territorial heritage facing risks in the face of the global patrimonialization process; to identify who are the subjects that activate and how the popular activation of the territorial heritage of the Ver-o-Peso Fair is constituted; and to identify which risks the territorial heritage faces in the face of global patrimonialization. Thus, we start from the dialectical relationship between the urban economy, global patrimonialization and activated territorial heritage, to investigate the fair from the problem-questions: Which elements and practices of the Amazonian culture consecrate the Ver-o-Peso Fair as a popularly activated territorial heritage, facing risks in the face of the global patrimonialization process? And more specific questions, such as: Who are the subjects that activate the territorial heritage of the Ver-o-Peso Fair and resist the processes of global patrimonialization? How is the popular activation of the territorial heritage of the Ver-o-Peso Fair, faced with the process of global patrimonialization? What are the risks faced by the popular cultural elements and practices that make Feira do Ver-o-Peso a territorial heritage in face of global patrimonialization? The geographical approach to the research is guided by the historical-dialectical materialist method, starting from the interscalar dimension of the universal – particular – singular movement of contemporary urbanization, in order to understand how the mechanisms of global patrimonialization are particularized in the Central Area of Belém and land on a social fact represented by a territory appropriated secularly by sociocultural relations. In this way, the cultural dimension of the territory is privileged, whose thesis is based on the perspective of heritage utopisms, as a theoretical-methodological proposal focused on the Latin American reality, seeking to understand the spatial contradictions and social vulnerabilities generated by the universal Eurocentric logic of global urbanization/patrimonialization particularized in the Ver-o-Peso Fair. And at the same time, capture elements and values of spatial order that activate and highlight the Fair as a territory guardian of memories and ancestral social and cultural practices. The research found that heritage utopianisms are already underway at the fair, ratifying the thesis that: the Ver-o-Peso fair is an Amazonian heritage-territory popularly activated and fundamental for the maintenance of ancestral life, from the metropolis. It is represented by the singularities of handicrafts, herbs and medicinal remedies, typical spices such as Maniva and Tucupi, and Afro-religious elements and practices. However, it is impacted by contemporary urbanization mechanisms, such as: urban requalification projects and heritage policies aimed at the tourist market, which trigger risks of re-signification and loss of identity. Thus, the thesis brings a contribution to the debate of the contradictions linked to heritage, to rethink new proposals for preservation, from the existential perspective of the subjects that compose it.

Keywords: contemporary urbanization, cultural heritage, popular fair, territorial identity.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização da Feira do Ver-o-Peso, em Belém do Pará.....	24
Figura 2 – Cidade Histórica de Ouro Preto – MG.....	56
Figura 3 – Centro Histórico de Salvador – BA.....	56
Figura 4 – Centro Histórico da Cidade de Olinda – PE.....	57
Figura 5 – Centro Histórico de São Luís – MA.....	57
Figura 6 – Linha do tempo das políticas patrimoniais e do turismo no Brasil.....	62
Figura 7 – Feira de Caruaru – PE.....	65
Figura 8 – Feira de Campina Grande – PB.....	65
Figura 9 – Vista lateral do Mercado de Ferro do Ver-o-Peso.....	70
Figura 10 – Estrutura interior do Mercado de Ferro do Ver-o-Peso.....	70
Figura 11 – Cartão-Postal Belém – PA. Doca do Ver-o-Peso e Mercado de Ferro, 1907.....	70
Figura 12 – Cartão-Postal: Belém – PA – Doca do Ver-o-Peso.....	70
Figura 13 – Fotografia de Pierre Verger (1948) – Doca do Ver-o-Peso.....	71
Figura 14 – Pintura em tela de Armando Balloni (1956) – Feira do Ver-o-Peso.....	71
Figura 15 – A Feira do Ver-o-Peso e os espaços patrimonializados no Centro Histórico de Belém – Pará.....	74
Figura 16 – Vista do Mercado de Ferro, Café Iracema e parte do Solar da Beira, após a reforma do Ver-o-Peso, em 1985.....	75
Figura 17 – Praça dos Velames, após a reforma do Ver-o-Peso, em 1985.....	75
Figura 18 – Projetos de Requalificação urbana no Centro Histórico de Belém.....	76
Figura 19 – Mercado de Ferro e Feira do Ver-o-Peso, após a reforma, em 2004.....	77
Figura 20 – Área da Feira do Ver-o-Peso, após reforma, em 2004.....	77
Figura 21 – Planta do Projeto de Revitalização da Feira do Ver-o-Peso, em 2014.....	82
Figura 22 – Projeto de Revitalização da Feira do Ver-o-Peso, em 2014.....	82
Figura 23 – Divulgação do Projeto “Igara – Circuito Gastronômico das Ilhas” pela Prefeitura de Belém, via publicidade jornalística, em 2019.....	83
Figura 24 – Desenho esquemático da Linha do tempo das políticas patrimoniais e de requalificação urbana na Área Central de Belém-PA.....	85
Figura 25 – Espaço-tempo do processo de patrimonialização da Área Central de Belém do Pará.....	86
Figura 26 – Estação de trem construída no local onde funcionou a Feira de Capuame – BA.....	100
Figura 27 – Feira de gado em Feira de Santana – BA.....	100
Figura 28 – Localização geográfica das primeiras feiras livres registradas no Brasil, no período colonial.....	100
Figura 29 – Maery – Cerâmica com o mapa do Lago do Arari, Ilha do Marajó.....	111
Figura 30 – Dinâmica territorial dos povos indígenas pelo rio Amazonas e seus afluentes em direção à Mairi, no período pré-colombiano.....	115
Figura 31 – Primeiro traçado urbano da cidade de Belém do Pará – século XVII.....	119
Figura 32 – Territorialização do domínio colonial português no Vale Amazônico (séculos XVII-XVIII)	121
Figura 33 – Dinâmica territorial do domínio colonial e de resistência dos subalternizados no estado do Grão-Pará e Maranhão (séculos XVII-XVIII)	128

Figura 34 – Localização geográfica dos setores comerciais da Feira do Ver-o-Peso, em Belém do Pará.....	135
Figura 35 – Setor de Artesanato (cuias e peneiras de talo de guarumã), na Feira do Ver-o-Peso.....	136
Figura 36 – Setor de Artesanato (artigos regionais), na Feira do Ver-o-Peso.....	136
Figura 37 – Setor de Artesanato (objetos de miriti e cerâmica) na Feira do Ver-o-Peso.....	137
Figura 38 – Setor de Artesanato (artigos regionais), na Feira do Ver-o-Peso.....	137
Figura 39 – Setor de Maniva (maniva crua), na Feira do Ver-o-Peso.....	137
Figura 40 – Setor de Maniva (tucupi e maniva crua), na Feira do Ver-o-Peso.....	137
Figura 41 – Setor de Ervas Medicinais (ervas, banhos, pomadas, óleos e perfumaria), na Feira do Ver-o-Peso.....	137
Figura 42 – Setor de Ervas Medicinais (Banhos, cascas, sementes e pomadas), na Feira do Ver-o-Peso.....	137
Figura 43 – Loja de artigos afroreligiosos (guias, velas e chapéus), na Feira do Ver-o-Peso.....	138
Figura 44 – Loja de artigos afroreligiosos (imagens de santos, velas, banhos e símbolos), na Feira do Ver-o-Peso.....	138
Figura 45 – Venda de ervas às 5 horas entre o Solar da Beira e o Setor de Ervas, na Feira do Ver-o-Peso.....	140
Figura 46 – Revendedor de ervas, finalizando a venda às 7 horas, na Feira do Ver-o-Peso.....	140
Figura 47 – “Cabana Iemanjá” na Feira do Ver-o-Peso.....	142
Figura 48 – “Cabana Tóia Jarina” na Feira do Ver-o-Peso.....	142
Figura 49 – “Cabana São Jorge” na Feira do Ver-o-Peso.....	143
Figura 50 – “Cabana A Milagrosa” na Feira do Ver-o-Peso.....	143
Figura 51 – Boxe de venda do Setor de Artesanato, na Feira do Ver-o-Peso.....	149
Figura 52 – Setor de Artesanato na Feira do Ver-o-Peso.....	149
Figura 53 – Pintura registrada no ambiente interno da Olaria do Espanhol.....	151
Figura 54 – Ambiente interno da Olaria do Espanhol.....	151
Figura 55 – Cerâmica em estilo Marajoara produzida em olaria no Paracuri – Icoaraci.....	152
Figura 56 – Cerâmica com mistura de elementos artísticos, em olaria no Paracuri – Icoaraci.....	152
Figura 57 – Linha do tempo da produção de cerâmica no Distrito de Icoaraci e a dinâmica territorial de circulação e comercialização para Feira do Ver-o-Peso – Belém (PA)....	154
Figura 58 – Cuias sem grafismo comercializadas no Ver-o-Peso.....	157
Figura 59 – Cuias com grafismo comercializadas no Ver-o-Peso.....	157

Figura 60 – Setor de Maniva, Tucupi e Raízes, na Feira do Ver-o-Peso.....	158
Figura 61 – Venda de maniva pré-cozida na Feira do Ver-o-Peso.....	158
Figura 62 – Ciclo tradicional de produção do tucupi na Feira do Ver-o-Peso.....	161
Figura 63 – Linha do tempo da produção de maniva e a dinâmica territorial de circulação e comercialização para Feira do Ver-o-Peso.....	164
Figura 64 – Liderança do Setor de Artesanato aguardando o momento de discursar no evento de aniversário da Feira do Ver-o-Peso, em março de 2022.....	173
Figura 65 – Feirante preparando o almoço à beira da Doca do Ver-o-Peso.....	174
Figura 66 – Fluxo de deslocamento dos feirantes da residência para a Feira do Ver-o-Peso e condições de moradia em Belém (PA).....	177
Figura 67 – Evento do governo do estado e Prefeitura de Belém na Feira do Ver-o-Peso.....	179
Figura 68 – Entrega de equipamentos aos feirantes pelo governo do estado na Feira do Ver-o-Peso.....	179
Figura 69 – Terminal fluvial na Praça do Pescador ao lado da Feira do Ver-o-Peso.....	179
Figura 70 – Fluxo de passageiros no Terminal fluvial ao lado da Feira do Ver-o-Peso	179
Figura 71 – Turistas da cidade do Rio de Janeiro experimentando a cachaça de jambú na Feira Ver-o-Peso.....	179
Figura 72 – Participação do Presidente do Instituto Ver-o-Peso no Roteiro Geoturístico, na Feira do Ver-o-Peso.....	180
Figura 73 – Participação da erveira “Beth Cheirosinha” no Roteiro Geoturístico, na Feira do Ver-o-Peso.....	180
Figura 74 – Frequentadora da feira (em situação de rua) tomando banho e lavando roupa à beira do cais da Doca do Ver-o-Peso.....	180
Figura 75 – Grupo musical independente tocando na Feira do Ver-o-Peso.....	180
Figura 76 – Ação de extensão acadêmica do curso de pós-graduação em Educação Ambiental da UFPA, na Feira do Ver-o-Peso.....	180
Figura 77 – Imprensa filiada da Rede Globo entrevistando um trabalhador da feira caracterizado de “urubu”, no dia do aniversário do Ver-o-Peso.....	180
Figura 78 – Dinâmica territorial de produção e comercialização de produtos para o Setor de Ervas Medicinais na Feira do Ver-o-Peso.....	182
Figura 79 – Dinâmica territorial de produção e comercialização de produtos afroreligiosos para as Cabanas na Feira do Ver-o-Peso.....	183
Figura 80 – Dinâmica territorial de produção e comercialização de produtos ao Setor de Artesanato na Feira do Ver-o-Peso.....	184
Figura 81 – Dinâmica territorial de produção e comercialização de produtos ao Setor de Maniva e Tucupi na Feira do Ver-o-Peso.....	185
Figura 82 – Fluxograma da dinâmica de comercialização de produtos da Feira do Ver-o-Peso para o mercado consumidor.....	187
Figura 83 – Feirantes bebendo mingau na cuia na Feira do Ver-o-Peso, em 1948.....	191

Figura 84 – Exposição de cerâmica utilitária na Feira do Ver-o-Peso, em 1948.....	191
Figura 85 – Setor de Artesanato na Feira do Ver-o-Peso.....	192
Figura 86 – Setor de Artesanato na Feira do Ver-o-Peso.....	192
Figura 87 – Casal vendedor de castanha na Feira do Ver-o-Peso.....	192
Figura 88 – Feirante produzindo cachaça de jambú na Feira do Ver-o-Peso.....	192
Figura 89 – Barraca de cachaças regionais na Feira do Ver-o-Peso.....	193
Figura 90 – Exposição de cachaças regionais na Feira do Ver-o-Peso.....	193
Figura 91 – Exposição de perfumes regionais na Feira do Ver-o-Peso.....	193
Figura 92 – Exposição de especiarias regionais na Feira do Ver-o-Peso.....	196
Figura 93 – Extração de castanha do Pará na Feira do Ver-o-Peso.....	196
Figura 94 – Produção artesanal de remédio na Feira do Ver-o-Peso.....	197
Figura 95 – Vendedor de sementes de frutas regionais na Feira do Ver-o-Peso.....	197

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Número de bens culturais que compõem a Lista do Patrimônio Mundial, por região.....	47
Gráfico 2 – Número de bens que compõem a Lista do Patrimônio Mundial, por categoria.....	48
Gráfico 3 – Número de bens que compõem a Lista do Patrimônio Mundial, por tema, a cada ano.....	48
Gráfico 4 – Número de bens que compõem a Lista do Patrimônio Mundial, por cada Estado-parte.....	49
Gráfico 5 – Número de bens tombados no Brasil pelo Iphan, por década.....	52
Gráfico 6 – Lista de bens tombados no Brasil pelo Iphan, por categoria.....	53
Gráfico 7 – Número de bens tombados no Brasil pelo Iphan, por região.....	56
Gráfico 8 – Número de bens tombados e registrado no Brasil pelo Iphan, por região.....	60
Gráfico 9 – Número de Linhas de ônibus de Belém que fazem rota para o Complexo do Ver-o-Peso.....	127

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Roteiro de aplicação de entrevistas estruturadas, com os agentes sociais da pesquisa.....	34
Quadro 2 – Critérios para análise de candidatura a Lista do Patrimônio Cultural – Unesco.....	46
Quadro 3 – <i>Ranking</i> mundial dos dez países líderes em destinos turísticos, conforme a OMT.....	49
Quadro 4 – Áreas patrimonializadas na área da Feira do Ver-o-Peso e seu entorno.....	68
Quadro 5 – Novas denominações às representações do espaço, promovidas pelas ações de requalificação urbana no Centro Histórico de Belém.....	79
Quadro 6 – Inserção da mão de obra escrava africana na Amazônia, no primeiro século da colonização.....	122
Quadro 7 – Políticas implementadas no estado do Grão-Pará e Maranhão no período Pombalino (1751-1778).....	124
Quadro 8 – Distribuição dos setores comerciais da Feira do Ver-o-Peso	133
Quadro 9 – Descrição de alguns produtos comercializados no Setor de Ervas e nas Cabanas da Feira do Ver-o-Peso	148
Quadro 10 – Produção e comercialização do artesanato de cuias na Feira do Ver-o-Peso.....	157
Quadro 11 – Usos e ações sociais realizados na Feira do Ver-o-Peso.....	178
Quadro 12 – Descrição de vulnerabilidades em sítios institucionalizados como Patrimônio da Humanidade na América Latina e no Caribe.....	189
Quadro 13 – Indicadores de riscos ao patrimônio-territorial da Feira do Ver-o-Peso.....	190

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

APEP – Arquivo Público do Pará
BELEMTUR – Coordenadoria Municipal de Turismo
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CHB – Centro Histórico de Belém
CNRC – Centro Nacional de Referências Culturais
CNTUR – Conselho Nacional de Turismo
CODEM – Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém
DFMP – Departamento de Feira, Mercados e Portos
DIEESE/PA – Departamento Intersindical de Estudos Estatísticos e Socioeconômicos
EMBRAPA/Amazônia Oriental – Empresa Brasileira de Agropecuária/ Amazônia Oriental
EMBRATUR – Empresa Brasileira de Turismo
FCP – Fundação Cultural do Pará
FENACAB – Federação dos Cultos Afros e Umbandistas do Brasil
FISET – Fundo de Investimentos Setoriais
FNPM – Fundação Nacional Pró-Memória
FUNBEL – Fundação Cultural do Município de Belém
FUNGETUR – Fundo Geral do Turismo
GGEOTUR – Grupo de Pesquisa de Geografia do Turismo
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDESP - Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará
INRC – Inventário Nacional de Referências Culturais
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ITERPA – Instituto de Terras do Pará
LSPA – Levantamento Sistemático da Produção Agrícola
MinC – Ministério da Cultura
MPEG – Museu Paraense Emílio Goeldi
OMT – Organização Mundial do Turismo
PAC-CH – Plano de Aceleração de Crescimento das Cidades Históricas
PARATUR – Companhia Paraense de Turismo
PCH – Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas
PNMT – Programa Nacional de Municipalização do Turismo
PNPCT – Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
PNPI – Programa Nacional de Patrimônio Imaterial.
PRODETUR-NE – Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste
PROECOTUR – Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo para a Amazônia Legal
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECON – Secretaria Municipal de Economia
SECULT – Secretaria de Estado de Cultura
SEMOB – Superintendência Executiva de Mobilidade Urbana de Belém
SETUR – Secretaria de Estado de Turismo
SEURB – Secretaria Municipal de Urbanismo
SISTUR – Sistema Nacional de Turismo
SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional
SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

UFPA – Universidade Federal do Pará

UnB – Universidade de Brasília

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

URCAB – União Religiosa dos Cultos Afros Umbandistas do Brasil

URCABEP – União Religiosa dos Cultos Umbandistas e Afro-Brasileiros do Estado do Pará

SUMÁRIO

DAS VIVÊNCIAS PEDAGÓGICAS AO ENCONTRO COM O OBJETO DA PESQUISA.	16
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.	30
Capítulo 1. URBANIZAÇÃO E PATRIMONIALIZAÇÃO NO BRASIL: A UNIVERSALIDADE DA FEIRA DO VER-O-PESO COMO “CARTÃO-POSTAL DA AMAZÔNIA”	37
1.1. Urbanização e patrimonialização global.	39
1.2. Políticas de patrimônio, turismo e a produção do espaço urbano patrimonializado no Brasil.	50
1.3. A Feira livre como bem cultural patrimonializado no Brasil.	63
1.4. Complexo do Ver – o – Peso: O cartão-postal de Belém.	67
1.5. Considerações do Capítulo.	87
Capítulo 2. FEIRA LIVRE COMO PATRIMÔNIO-TERRITORIAL NO BRASIL: ORIGEM SINGULAR DA FEIRA DO VER-O-PESO.	93
2.1. A feira livre como patrimônio-territorial no Brasil.	95
2.2. Aldeamento Mairi: gênese do patrimônio-territorial da Feira do Ver-o-Peso e seus sujeitos.	108
2.2.1. A formação do aldeamento Mairi e a dinâmica territorial dos povos originários na Amazônia Oriental antes da fundação da cidade de Belém.	110
2.2.2. A fundação de Santa Maria de Belém e a colonização do Vale Amazônico (1616 – 1750).	118
2.2.3. “A política pombalina e a constituição do patrimônio-territorial da Feira do Ver-o-Peso (1750 – 1777)”	125
2.3. Considerações do capítulo.	131
Capítulo 3. O PATRIMÔNIO-TERRITORIAL DA FEIRA DO VER-O-PESO NA ATUALIDADE FRENTE À PATRIMONIALIZAÇÃO GLOBAL.	132
3.1 A Feira do Ver-o-Peso no período atual.	132
3.2. A dinâmica dos setores da feira do Ver-o-Peso que a caracterizam como patrimônio-territorial.	140
3.2.1 O Setor de Ervas Medicinais.	141

3.2.2 O Setor das Cabanas de elementos Afrorreligiosos.	144
3.2.3 O Setor de Artesanato.	151
3.2.4 Setores de Maniva, Tucupi e Raízes.	160
3.3. Considerações do capítulo.	168
Capítulo 4. A ATIVAÇÃO POPULAR DO PATRIMÔNIO-TERRITORIAL DA FEIRA DO VER-O-PESO E POSSÍVEIS RISCOS FRENTE À URBANIZAÇÃO E À PATRIMONIALIZAÇÃO GLOBAL.	170
4.1. Os sujeitos e a ativação do patrimônio-territorial da Feira do Ver-o-Peso.	170
4.2. Cartografia da resistência popular – a dinâmica territorial de produção e comercialização dos elementos que constituem o patrimônio-territorial da Feira do Ver-o-Peso: Belém de frente para o rio.	178
4.3. Possíveis riscos ao patrimônio-territorial da Feira do Ver-o-Peso perante a urbanização e a patrimonialização global.	192
4.4. Considerações do capítulo: Uma proposta metodológica desde o patrimônio- territorial.	200
CONSIDERAÇÕES FINAIS.	206
REFERÊNCIAS	215
APÊNDICES	232

DAS VIVÊNCIAS PEDAGÓGICAS AO ENCONTRO COM O OBJETO DA PESQUISA

De um olhar reflexivo para minha prática profissional ao desenvolvimento de um projeto pedagógico surgiram uma leitura geográfica crítica sobre o Centro Histórico da cidade de Belém do Pará e o despertar para a compreensão da ancestralidade amazônica, presente em um acervo patrimonial vivo, ativo e resistente, em pleno século XXI: a Feira do Ver-o-Peso (que será apresentada ao longo desta tese).

O interesse em desenvolver uma pesquisa a respeito dessa feira no curso de Doutorado em Geografia nasceu de um processo de amadurecimento pessoal, profissional e acadêmico, desde o ano de 2017. Naquele momento, após dez anos de conclusão do Mestrado em Ciências Ambientais, realizado no Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Ambientais, ofertado pela Faculdade de Geociências da Universidade Federal do Pará (UFPA), em parceria com o Museu Paraense Emílio Goeldi e Embrapa/Amazônia Oriental, e depois de atuar profissionalmente na área ambiental durante um ano no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e cinco anos no Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará (IDESP), senti necessidade de me reencontrar com minha verdadeira vocação profissional.

Naquele ano, havia retornado à docência no âmbito da educação básica, há cinco anos. Logo, a inquietação em superar os desafios pertinentes à questão educacional brasileira (como o sistema pedagógico tradicional e sucateado) fez-me buscar metodologias inovadoras que me permitissem contribuir para a melhoria da qualidade do ensino na educação pública e com a construção da cidadania.

Assim, com o intuito de viabilizar o ensino da geografia escolar de maneira crítica e participativa, elaborei um projeto pedagógico intitulado “Do espaço real ao lugar ideal”, desenvolvido na escola pública onde eu trabalhava na cidade de Belém, nos anos de 2017 e 2018. O projeto aplicou um conjunto de metodologias ativas, cujo foco principal era a educação patrimonial como estratégia para desenvolver o ensino de geografia na sala de aula, a fim de experimentar uma linguagem diferenciada que colaborasse para a qualificação do processo de ensino-aprendizagem dos alunos, mas que também promovesse o encontro com o lugar de pertencimento, o conhecimento empírico a respeito dos problemas urbanos, motivação para a preservação do patrimônio cultural e o despertar para a busca do direito à cidade e à cultura.

Foi nesse contexto que procurei articular o projeto pedagógico proposto com o projeto de extensão universitária do Grupo de Geografia do Turismo, da UFPA, denominado “Roteiros Geoturísticos: conhecendo o centro histórico de Belém, na Amazônia”. Da articulação entre os dois projetos, foi possível levar os alunos para dois Roteiros Geoturísticos, e o primeiro deles foi “Do complexo do Ver-o-Peso ao Porto”, em março de 2018. Esse roteiro propôs um percurso pelo Complexo do Ver-o-Peso, considerado o principal cartão-postal da cidade. Para os alunos, o Roteiro foi surpreendente, uma vez que a maioria não conhecia o Complexo, o que proporcionou um olhar atento à paisagem do lugar quanto aos aspectos arquitetônicos, culturais, naturais, históricos e geográficos.

Para a professora, o momento proporcionou o deslocamento do olhar de moradora: cheio de memória afetiva, desde as experiências na infância, acompanhando os pais nas compras ou na passagem do Círio de Nazaré, até as vivências da juventude, experimentando os impulsos e o desejo pelo novo nos eventos sociais do famoso “Veropa”, para o olhar de pesquisadora: ao observar o cenário complexo de territorialidades, intencionalidades e singularidades envoltos às atividades acadêmicas e pedagógicas que ocorriam naquele momento, mostrando que ali havia um campo de possibilidades a ser revelado na perspectiva geográfica, a começar pela percepção de que a Feira do Ver-o-Peso, como símbolo de identidade territorial ancestral, pode se constituir como um território pedagógico capaz de instruir, motivar e impulsionar a ativação popular, para construção de um projeto político de emancipação social e formação da cidadania.

Com a experiência exitosa vivenciada nos dois projetos, fui convidada a produzir o artigo “A experiência do roteiro geoturístico como metodologia de ensino na educação básica”, publicado em novembro de 2019 no livro *Geografia, patrimônio & turismo na Amazônia Brasileira – Projeto Roteiro Geoturístico em Belém do Pará*.

Essa experiência profissional motivou-me a ingressar no curso de Doutorado em Geografia, no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPA, onde busquei mergulhar no tema patrimônio cultural e geografia. Na sequência, integrei o Grupo de Pesquisa de Geografia do Turismo (GGEOTUR/UFPA), coordenado pela Profa. Dra. Maria Goretti Tavares, hoje minha orientadora. No grupo, pude participar de diversos debates envolvendo o tema até fazer a disciplina “Urbanização, patrimonialização e meio ambiente”, na Universidade de Brasília (UnB), ministrado pelo Prof. Dr. Everaldo Costa, hoje meu coorientador.

Nessa disciplina, tive contato com um debate inovador a respeito do patrimônio. O Professor Everaldo trouxe para o centro da discussão uma perspectiva teórica inovadora para pensar e ativar o patrimônio, para além dos mecanismos de preservação baseados em políticas institucionais hegemônicas e eurocentradas. Diante dos riscos gerados pela urbanização e dos múltiplos interesses do capital, ele apresenta a tríade dos “utopismos patrimoniais”, uma proposta teórico-metodológica de caráter utópico voltada, sobretudo, para a realidade latino-americana como possibilidade de preservação do patrimônio pela ativação popular. Foi a partir dessa perspectiva teórico-metodológica, que me propus a construir a tese.

Nos últimos trinta anos, observa-se um expressivo debate no âmbito acadêmico e geográfico brasileiro acerca do tema patrimônio cultural. Diferentes áreas de conhecimento vêm discutindo vários aspectos que o envolvem, suscitando questões relacionadas ao reconhecimento e à representatividade dos bens culturais; aos mecanismos de institucionalização; à democratização do acesso; e às estratégias de uso e apropriação.

Os estudos apontam que a crescente escalada dos mais variados bens culturais protegidos pelos instrumentos de tombamento ou registro, se, por um lado, visa valorizar e preservar o patrimônio em seu aspecto histórico, artístico e cultural, por outro, tem favorecido a apropriação desses bens pelas atividades econômicas, como produtos de consumo altamente valorizados, sobretudo pelo mercado turístico e imobiliário.

No campo da Geografia, esse debate preza pela compreensão da lógica espacial que envolve os processos relacionados às políticas públicas patrimoniais, à economia urbana e à identidade cultural (Paes; Sotratti, 2017), que revela relações ora complementares, ora conflituosas, quanto ao uso e apropriação do patrimônio pelos diferentes agentes sociais.

No período contemporâneo, há uma tendência mundial em transformar o patrimônio em produto de mercado (Choay, 2006) e suas políticas passam a se atrelar a uma racionalidade econômica, cuja dimensão turística, de modo geral, sobrepõe-se aos interesses culturais, produzindo paisagens urbanas espetacularizadas (Cruz, 2012) e a gentrificação urbana (Paes, 2017), por meio de um processo universalizante denominado *patrimonialização global*, capitaneado principalmente pelos ditames da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco), por meio dos agentes globais de financiamento dessa patrimonialização (Costa, 2015; Scifoni, 2003; 2006).

Na contramão desse processo, a abordagem crítica compreende o que se denomina patrimônio cultural como uma prática social que reflete as relações de poder de uma sociedade, um conjunto de elementos simbólicos que configuram a identidade cultural, desde o território que os contém (Costa, 2014), sem necessariamente depender de etiquetas institucionais para ser reconhecido como tal.

Dessa forma, ao mergulhar no debate e perceber a escassez de estudos locais a respeito do tema, principalmente na área de Geografia, decidi investigar e analisar como os elementos e as práticas socioculturais presentes na Feira do Ver-o-Peso, na cidade de Belém do Pará, resistem aos processos modernizantes sob as lentes do conceito de *patrimônio-territorial ativado popularmente*. A proposta da pesquisa está sistematizada na introdução, contendo: os objetivos, o problema e as hipóteses, a justificativa, a área de estudo e os procedimentos metodológicos adotados. Para responder as questões levantadas, a tese está estruturada em quatro capítulos, apresentando a discussão teórica e empírica da pesquisa.

INTRODUÇÃO

A década de 1970 foi marcada por importantes processos políticos, sociais, econômicos e culturais no Brasil e no mundo. A taxa de urbanização já alcançava mais da metade da população brasileira (56%), o País implementava um amplo projeto de modernização e desenvolvimento nacional e se configurava a necessidade de pensar novas políticas públicas que respondessem às demandas sociais e econômicas, provocadas pelas duas crises mundiais do petróleo, em 1973 e 1979 (Torelly, 2012; Corá, 2014).

No âmbito da cultura, o debate brasileiro incorporou uma visão mais antropológica, considerando a diversidade cultural e a natureza imaterial do patrimônio e, por essa razão, ampliaram-se as políticas de reconhecimento e institucionalização dos elementos culturais populares, até então invisibilizados pela concepção elitista e colonialista do patrimônio, inaugurada nos anos 1930. Propôs-se, então, uma releitura do patrimônio cultural a partir dos valores e práticas sociais representativos de uma coletividade (Torelly, 2012) e, portanto, portadores de identidade e real sentido de pertencimento.

Ao mesmo tempo, no contexto da complexidade dos processos urbanos e o cenário econômico pós-crise do petróleo, as transformações ocorridas no setor político-cultural também significaram a perspectiva de crescimento econômico, sobretudo nos setores turístico e imobiliário, atrelando as políticas patrimoniais à economia urbana (Torelly, 2012; Corá, 2014).

Esse fenômeno é entendido por Costa (2015) como *patrimonialização global*, que a define como o movimento universal de ressignificação de lugares de memória,¹ da cultura e da “natureza”, a partir de mecanismos político-econômicos hegemônicos ou sustentados pelo aparato Estado-mercado, em singularidades espetacularizadas para o consumo, na esteira da cultura de massa. Esse processo universalizante particulariza-se por meio de políticas e de diferentes concepções de planejamento urbano, fragmentando as cidades em paisagens e lugares reconfigurados pela estetização, intensificando a segregação socioespacial e o agravamento das disputas pelo uso e apropriação do território. Para Carlos (2017), esse movimento no espaço urbano marca a passagem do

¹ São considerados lugares que representam material, funcional e simbolicamente a memória social, dando sentido e significado a uma coletividade (Nora, 1984).

“consumo no espaço”, como realização da vida, para o “consumo do espaço”, como mercadoria.

Os novos mecanismos de planejamento e intervenção urbana configuraram “a refuncionalização de formas já existentes, dotando-as de força para gerar novos relacionamentos a favor da reprodução do capital” (Santos, 1977, p. 33) e vencer os desafios da urbanização acelerada no país. Com o intuito de se tornarem competitivas diante dos interesses do capital, algumas cidades brasileiras sofreram um reordenamento urbano em pontos estratégicos, a exemplo dos Centros Históricos, por meio de projetos de revitalização arquitetônica e da especulação imobiliária, naquilo que Harvey (2005, p. 175) denomina “empreendedorismo urbano, onde a região urbana busca melhorar sua posição competitiva em relação a divisão espacial do consumo”.

Esse processo está diretamente relacionado às políticas patrimoniais, que selecionam estrategicamente quais bens e lugares serão valorizados, promovendo a ressignificação (até a gentrificação²) de espaços patrimonializados, bem como a espetacularização do patrimônio imaterial, resultando no agravamento das desigualdades espaciais, por meio da segregação e a subjugação das tradições populares aos interesses do capital.

Por se constituir como um dos elementos do espaço urbano, a feira livre deve ser interpretada no contexto desses fenômenos contemporâneos, por historicamente representar um lugar de manifestação da cultura viva e, portanto, passível de ser patrimonializada.

Entretanto, vale analisar esse fato no contexto dos diferentes processos econômicos e político-sociais que se deram no movimento histórico de acumulação capitalista, marcado pelas transformações do projeto de modernidade no mundo ocidental. A feira representa um dos espaços da economia urbana, o qual garante a sobrevivência material das camadas sociais mais pobres (Santos, 1979), mas, ao mesmo tempo, lugar de resistência da tradição, do cotidiano e dos costumes da cultura popular

² Conforme Paes (2017, p. 668), o termo foi criado pela socióloga Ruth Glass em 1964, para analisar a transformação imobiliária ocorrida em bairros londrinos que definiu a elitização dos estratos sociais (a alta burguesia urbana – *urban gentry*), que se apropriaram dos bairros operários. Após a adoção do termo por inúmeros autores e a deflagração dessa estratégia de intervenção urbana em inúmeras cidades em todo o mundo, os processos socioespaciais a ela inerentes passaram a ser mais estudados e associados a inversão privada de capital para a criação de novos espaços destinados ao comércio, aos serviços e às moradias; a atração dos grupos sociais de alto poder aquisitivo; a expulsão ou a remoção de grupos sociais populares; a especulação imobiliária e o aumento do preço do solo; a expansão do consumo cultural; a dissolução e a recriação de traços identitários associados ao lugar (Paes, 2017).

(Canclini, 1987; Guimarães, 2010), culminando em um território urbano complexo, carregado de contradições e intencionalidades, sentidos e experiências.

No final do século XX, de acordo com os novos mecanismos da acumulação flexível do capital (Harvey, 1992), os processos da urbanização contemporânea incorporaram as feiras e os mercados populares ao circuito da economia do turismo, por meio da *patrimonialização global* (Costa, 2014). A inserção das feiras livres em novas formas de consumo na/da cidade se deu pela política de patrimonialização desses espaços como lugares de memória e referência cultural, a exemplo das feiras de Campina Grande (PB) e Caruaru (PE), registradas como lugares de criação, expressão, sociabilidade e identidade cultural (Iphan, 2021).

Quando incorporado ao processo da patrimonialização e do turismo, o território da feira livre passa a constituir novos usos, agentes e interesses, estabelecendo relações de poder entre as territorialidades populares e as territorialidades do mercado de consumo, que revelam tensões e conflitos entre os agentes sociais envolvidos, podendo ora resultar na preservação e na resistência da identidade territorial, ora em riscos e perdas na manutenção desse patrimônio.

Assim, o entendimento a respeito dos processos espaciais que envolvem a patrimonialização de feiras populares faz-se necessário para a compreensão de como territórios ocupados por grupos sociais historicamente subalternizados, símbolos de identidade cultural desses grupos, sobrevivem e resistem diante dos processos modernizantes, em especial, da produção e consumo de massa do patrimônio cultural.

A tese proposta tem como objeto de estudo analisar a Feira do Ver-o-Peso, a mais antiga da cidade de Belém do Pará, como *patrimônio-territorial ativado popularmente*. Logo, pretende-se compreender a feira como um território onde resistem as práticas socioculturais e memoriais populares, saberes e fazeres ancestrais, mantido por sujeitos³ historicamente subalternizados pelos processos de formação territorial latino-americana (Costa, 2017), e investigar quais riscos o patrimônio-territorial da Feira do Ver-o-Peso enfrenta em face da urbanização, em especial dos processos da *patrimonialização global* (Costa, 2015).

A pesquisa investiga a Feira considerando a dimensão interescalar da urbanização contemporânea, a qual revela o movimento universal – particular – singular (Santos,

³ Aqui, “sujeito” tem o sentido trazido por Castells (1999, p. 57), ao colocar que “sujeitos não são indivíduos, mesmo considerando que são constituídos a partir de indivíduos. São o ator social coletivo pelo qual indivíduos atingem o significado holístico” em sua experiência.

1996a) do patrimônio cultural, ou seja, um processo universalizante de patrimonialização mostra-se como uma particularidade local, por meio de um sistema de ações e objetos (Santos, 1996a) que aterrissam em um fato social representativo de singularidades e testemunho da duração política, econômica e cultural de grupos sociais locais, perante os poderes instituídos universalmente (Costa, 2021).

Em suma, esta pesquisa objetiva identificar e analisar quais elementos e práticas da cultura amazônica dão notoriedade à Feira do Ver-o-Peso, em Belém do Pará, como patrimônio-territorial ativado popularmente a enfrentar riscos diante do processo da patrimonialização global. Como objetivos específicos, a pesquisa (1) identificará quem são os sujeitos que ativam o patrimônio-territorial da Feira do Ver-o-Peso e resistem aos processos da patrimonialização global; (2) analisará como se constitui a ativação popular do patrimônio-territorial da Feira do Ver-o-Peso, perante o processo da patrimonialização global; e (3) indicará quais riscos os elementos e práticas culturais populares, que fazem da Feira do Ver-o-Peso um patrimônio-territorial, enfrentam diante da patrimonialização global.

Em Belém do Pará, a feira livre do Ver-o-Peso originou-se do processo de formação do território amazônico. A partir de 1616, a cidade surgiu como a primeira aglomeração urbana da Amazônia brasileira no contexto da colonização portuguesa, pelos mecanismos econômicos e político-sociais do *condicionamento barroco ou moderno-europeu*⁴ dos territórios na América Latina (Costa; Moncada, 2021).

Nesse contexto, na área que compreende hoje a Feira do Ver-o-Peso, foi construída uma casa denominada “Casa de Haver o Peso” (em 1625), para fins de fiscalização e recolhimento de impostos de importação e exportação de mercadorias no período colonial, sendo extinta em 1839 e demolida em 1847 (Cruz, 1973). Por se tratar de uma localização geográfica na área de confluência entre o estuário do rio Amazonas e o oceano Atlântico, tornou-se um ponto estratégico de controle territorial e expansão mercantil da bacia amazônica, dinamizando pessoas e relações comerciais, dando origem ao atual Complexo do Ver-o-Peso.

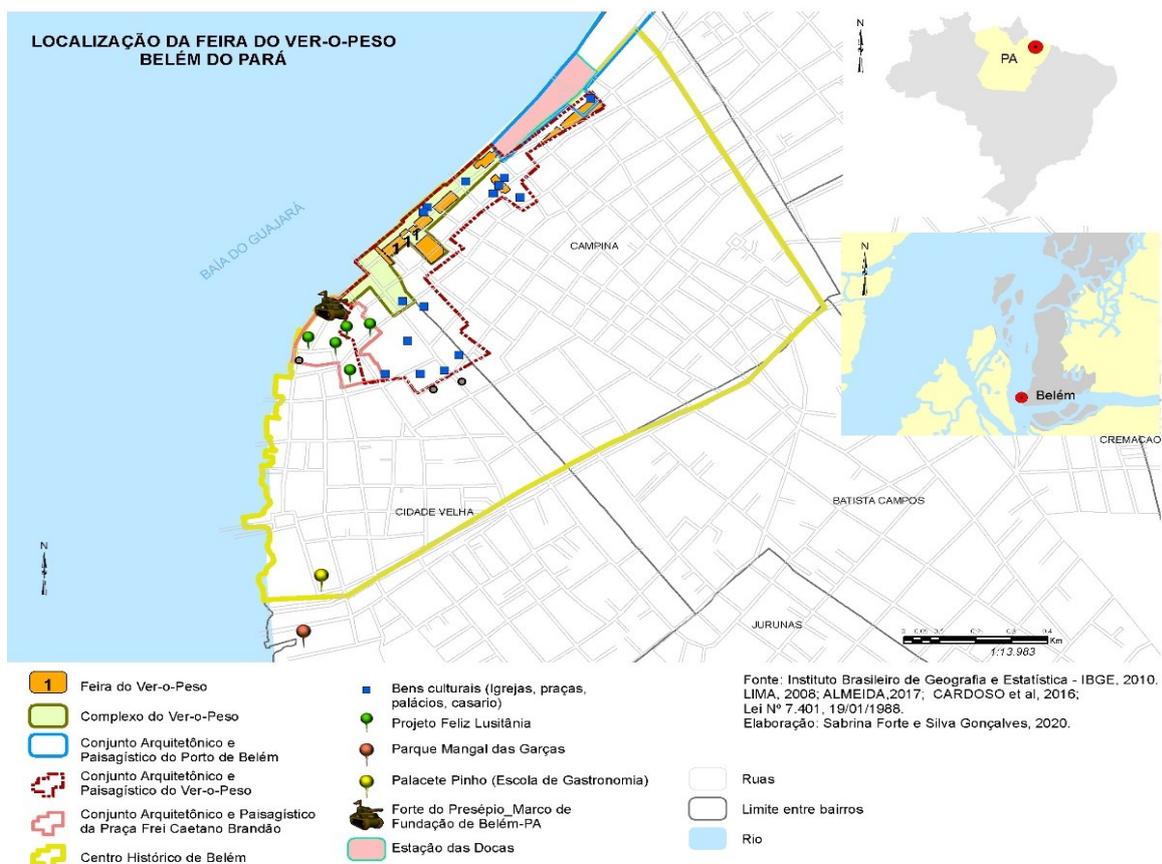
A Feira do Ver-o-Peso faz parte desse complexo formado: por duas feiras, dois mercados, duas praças e uma doca de embarcações, sendo considerada a maior feira livre da América Latina (Lima, 2008). Conforme Figura 1, a Feira está inserida em duas áreas

⁴ Compreende-se como o processo de instauração do projeto de modernidade na América Latina, pautado pela simultaneidade dos mecanismos de dominação estatal-capitalista-moderno do território e a produção de uma consciência popular de inferioridades – a colonialidade do poder/saber (Costa; Moncada, 2021).

patrimonializadas, como: o Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Ver-o-Peso, tombado em 1977 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), com 25 mil m²; e o Centro Histórico de Belém, criado pela Lei Orgânica do município de Belém, em 1994; além de coincidir com mais duas áreas patrimonializadas, como o Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico Frei Caetano Brandão, tombado em 1964, pelo Iphan; e o Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Porto de Belém, tombado por Lei estadual, em 2000 (Brasil, 2005; Pará, 2015).

A partir da década de 1980, várias intervenções urbanísticas foram implementadas nesses espaços patrimonializados visando à valorização para fins turísticos e de lazer. Desde então, o complexo do Ver-o-Peso passou a ser concebido como o “cartão-postal” da Amazônia (Lima, 2008), cujas políticas de requalificação urbana empreendidas no Centro Histórico de Belém atribuíram a esse patrimônio cultural uma conotação mercadológica, em detrimento de sua importância identitária com o lugar, desenhando novas formas de representação e apropriação do território (Trindade Jr., 2013).

Figura 1 – Localização da Feira do Ver-o-Peso, em Belém do Pará*



Fonte: Elaboração da autora com base em IBGE (2021); Lima (2008); Almeida (2017); Cardoso *et al.* (2016).

Em contrapartida, olhar para feira (e seus elementos e práticas) no centro da cidade de Belém do Pará também significa considerá-la como “a porta de entrada” da região Amazônica (Campelo, 2002; Leitão, 2015) e reconhecer “pistas” que levam à origem da formação territorial dessa região, cuja dinâmica social e econômica é sustentada (ativada) pelos sujeitos descendentes dos povos originários e africanos escravizados, que carregam no cotidiano da feira a história da formação e da identidade cultural desse território.

No entanto, os processos espaciais mais recentes evidenciam a particularização do movimento da patrimonialização global, com a reestruturação das formas de uso e apropriação do Centro Histórico de Belém, a exemplo do último projeto de reforma do Complexo do Ver-o-Peso, diretamente atrelado às novas tendências da economia urbana, onde Belém recebeu o título de “cidade criativa da gastronomia”, em 2015, concedido pela Unesco, mediante forte articulação dos poderes estadual e municipal e empresas empreendedoras (Cardoso *et al.*, 2016).

Nesse sentido, Costa (2016; 2021) traz a proposta teórico-metodológica dos *utopismos patrimoniais* (a serem discutidos adiante) como possibilidade de superação da lógica universal eurocêntrica da patrimonialização/urbanização, a qual aprofunda as desigualdades socioespaciais na América Latina. O autor defende que é possível apreender as contradições sociais que geram uma segregação originária no continente e capturar elementos e valores de ordem espacial, que denunciam vulnerabilidades e, ao mesmo tempo, ativam e evidenciam territórios com práticas sociais e culturais ancestrais.

Tal abordagem pode ser um caminho viável para a compreensão e elucidação dos riscos e ameaças que os elementos culturais e práticas sociais das feiras populares sofrem, quando inseridas nos processos da *patrimonialização global*. Outrossim, as potencialidades podem ser evidenciadas como subsídios para reflexão e elaboração de políticas públicas e/ou ações inovadoras, que reconheçam a feira como um território de sentido existencial, ou seja, marcado pela história, pelos símbolos e pelo cotidiano dos sujeitos que a mantêm. Por conseguinte, promover-se-á sua preservação a partir dos (e pelos) sujeitos, buscando a mitigação dos efeitos nocivos da patrimonialização e da urbanização sobre esses territórios (Costa, 2018).

Assim, parte-se da relação dialética entre a patrimonialização global e o patrimônio-territorial ativado para investigar a Feira do Ver-o-Peso, na cidade de Belém do Pará, considerando o problema de pesquisa: Quais elementos e práticas da cultura amazônica consagram a Feira do Ver-o-Peso, em Belém do Pará, como um patrimônio-

territorial ativado popularmente, a enfrentar riscos diante do processo da patrimonialização global?

Para além desse questionamento central, **surgem questionamentos mais específicos que subsidiam a questão central**, tais como: **(a)** Quem são os sujeitos que ativam o patrimônio-territorial da Feira do Ver-o-Peso e resistem aos processos da patrimonialização global? **(b)** Como se constitui a ativação popular do patrimônio-territorial da Feira do Ver-o-Peso, perante o processo da patrimonialização global? **(c)** Quais riscos os elementos e práticas culturais populares, que fazem da Feira do Ver-o-Peso um patrimônio-territorial, enfrentam diante da patrimonialização global?

A partir da problemática colocada *supra*, a tese desta pesquisa está pautada pela perspectiva dos *utopismos patrimoniais* em curso na Feira do Ver-o-Peso, com base nas seguintes hipóteses:

Hipótese central:

Os elementos e práticas culturais populares situados na Feira do Ver-o-Peso constituem a ancestralidade originária dos povos nativos da região amazônica e a diversidade étnica originária da hibridização cultural ao longo do processo da formação territorial dessa região. São representados pelas singularidades **do artesanato; das ervas e remédios medicinais; das especiarias típicas como: a maniva e o tucupi; e os elementos e práticas afroreligiosos, como as lojas e rituais.**

Esses elementos e práticas singularizam o patrimônio-territorial da Feira do Ver-o-Peso e **correm risco de ressignificação (quanto a suas formas peculiares de uso e saber/fazer) e de serem objetos de conflitos sociais, em função das relações contraditórias de uso e apropriação da feira** (e seus bens e práticas tradicionais), que inclusive sustentam a permanência da feira no centro da cidade de Belém há quase quatrocentos anos.

Hipóteses específicas:

(a) Ainda assim, a feira é constituída por sujeitos que historicamente sustentam e dinamizam uma rede comercial, em escala regional e global, de bens e práticas culturais originárias da região amazônica. Esses sujeitos resistem e ativam o patrimônio-territorial da Feira do Ver-o-Peso, lutando há trezentos e noventa e oito anos pelo direito de existir e permanecer no espaço vivido da feira, seja como espaço das práticas concretas, voltadas à reprodução econômica e social (Harvey, 1992), seja como espaço de identidade e vivências cotidianas (Lefebvre, 2000), reivindicando-o como

herança, pelo seu histórico protagonismo na dinâmica econômica, social e cultural da feira, articulando centro e periferia, o rural e o urbano, na cidade de Belém.

(b) Embora faça parte de um complexo patrimonializado e valorizado pelo mercado e políticas públicas de turismo, a Feira do Ver-o-Peso pode se constituir como um *patrimônio-territorial ativado popularmente e se mantém como símbolo de resistência e identidade territorial, a partir da articulação social, cultural e econômica de uma rede patrimonial assentada em bases populares*. Isso se dá da seguinte forma:

✓ Rede social – os sujeitos são moradores das periferias e áreas ribeirinhas de Belém e municípios de diferentes regiões paraenses, que se deslocam diariamente para feira, movimentando uma vasta rede de transporte rodoviário e fluvial para o complexo do Ver-o-Peso.

✓ Rede cultural – os elementos culturais comercializados são produtos dos fazeres e saberes originários dos povos indígenas da Amazônia ou resultantes de mediações interculturais geradas pelo processo colonial da formação do território amazônico, oriundos das áreas ribeirinhas de Belém e outros municípios paraenses, dinamizando uma rede de produção e distribuição, em escala regional e global.

✓ Rede econômica – a feira dinamiza o comércio de produtos tipicamente amazônicos, para população local e turistas. Esses produtos atendem o mercado local, regional e global.

(c) O **patrimônio-territorial da Feira do Ver-o-Peso enfrenta riscos** porque está localizado na área patrimonializada do Centro Histórico de Belém do Pará que, em períodos distintos, vem recebendo diversas políticas públicas empreendidas pelo poder local, voltadas ao mercado turístico e à requalificação urbana, as quais denotam um alinhamento com a dinâmica da patrimonialização global.

O movimento da patrimonialização global incide sobre o patrimônio-territorial da Feira do Ver-o-Peso por meio de políticas e ações universalizantes **que promovem a valorização banal e a espetacularização de fazeres e saberes populares**, como as alterações no modo de fazer ou usar os produtos típicos, provocando risco de perder suas características originais.

Com base em revisão de literatura e observação de campo, esses riscos podem ser observados na feira, com a inserção da comercialização de cachaças artesanais gourmetizadas, agregando valor a produtos típicos para atender a demanda turística, reduzindo o espaço da feira para outros produtos tradicionais.

Outros riscos são observados e podem ser geradores de conflitos entre os fazedores da feira, e entre estes e o poder institucional, estimulados por intervenções motivadas por interesses de mercado ou divergências políticas, tais como: **a proposta de requalificação e reestruturação da configuração espacial da feira para fins turísticos**, à revelia das necessidades do cotidiano dos feirantes; **e a redução do modo tradicional de transmissão de barracas**, enfraquecendo as relações de pertencimento com o lugar.

Portanto, a pesquisa pretende defender a tese de que **a Feira do Ver-o-Peso constitui-se como um patrimônio-territorial amazônico ativado popularmente**, que tem em sua essência a resistência da identidade sociocultural dos povos originários e mediações interculturais, forjada pela história da formação territorial amazônica e representação da luta pelo direito de existir dos povos subalternizados do continente latino-americano.

O desenvolvimento da tese nessa perspectiva de análise justifica-se pela importância de apreender a duração secular da Feira do Ver-o-Peso como território de sujeitos e usos heterogêneos, que agregam elementos da biodiversidade amazônica, fazeres e saberes ancestrais, mantidos principalmente pela dinâmica social, cultural e comercial da população ribeirinha residente nas áreas insulares de Belém (com modos de vida singulares) e da população dos bairros periféricos da cidade.

Traz uma contribuição acadêmica para o debate sobre os processos espaciais que envolvem a temática da preservação do patrimônio cultural brasileiro no âmbito da Geografia, no sentido de inverter o olhar e a lógica da patrimonialização, para além da perspectiva institucional, e deslocar as políticas e ações de preservação ao movimento inverso de resguardar a memória ancestral popular, visibilizando e valorizando a história e a dinâmica territorial dos sujeitos e seus elementos culturais, como dimensão de sua própria existência. E dessa maneira, minimizar os riscos, os conflitos e as desigualdades gerados pelas relações contraditórias inerentes à reprodução do capital e a produção do território.

Estudos anteriores de diferentes áreas de conhecimento, incluindo a Geografia, apontam que o Complexo do Ver-o-Peso é considerado a “Porta de entrada para Amazônia”, para quem quer conhecer sua história, com seus elementos e práticas interculturais seculares entrelaçados com sua realidade atual, um tanto quanto heterogênea, contraditória e ambígua.

Isso se deve ao fato de, na área central de Belém, coexistirem dois paradigmas territoriais, que pela leitura de Haesbaert (2021) podemos caracterizar: o primeiro, pela *prática normativa*, com relações institucionais estabelecidas pelo poder público (quanto à regulamentação de feiras e mercados) e as atividades turísticas mobilizadas pela iniciativa privada e governamental (Amaral, 2005; Tomazi, 2011; Castro; Tavares, 2016a; 2016b; Cardoso *et al.*, 2016; Almeida, 2017; Trindade Jr., 2018); e o segundo pela dinâmica social e territorial *da prática subalterna*, caracterizada pelas atividades comerciais e relações socioculturais entre feirantes e clientes das áreas rurais, ribeirinhas e dos bairros periféricos da Grande Belém, a exemplo da Feira do Ver-o-Peso (Campelo, 2002; Lima, 2008; Ferreira, 2009; Santos; Leitão, 2014; Leitão, 2015).

Por essa razão, Lima (2008) chamou atenção em sua dissertação de mestrado para a necessidade de incluir, na visão técnica e oficial do patrimônio cultural do Ver-o-Peso, a percepção dos trabalhadores, com seus valores e práticas sociais. Em seu grupo de estudos antropológicos, Leitão (2015) coordenou várias pesquisas na feira e destacou a necessidade de compreender os percursos pelos quais os produtos típicos chegam ao mercado e garantem a sobrevivência material e imaterial de seus trabalhadores.

Lima (2008) também constatou que o modo tradicional de transferência da barraca (e de transmissão de saberes) ainda é predominante no Ver-o-Peso, porquanto muitos feirantes atribuem a suas barracas valor patrimonial de caráter simbólico e memorial. No entanto, estudos de Ferreira (2009) apontam que em alguns setores comerciais da feira há risco de o modo tradicional de transmissão das barracas desaparecer.

Sendo assim, considerando as políticas públicas de patrimonialização empreendidas nos últimos anos, em especial as de caráter urbanístico e gastronômico, faz-se necessária a investigação de como esse movimento impacta a Feira do Ver-o-Peso, para apontar os riscos e as vulnerabilidades provocadas pelas relações contraditórias de apropriação desse acervo popular, assim como visibilizar o lugar dos sujeitos (e suas potencialidades), como indutores de novos mecanismos de uso e valorização do patrimônio.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A abordagem geográfica conferida à pesquisa é norteada pelo *método materialista histórico-dialético*, por se tratar “de um método de interpretação dinâmica e totalizante da realidade, ao considerar que os fatos não podem ser revelados fora de um contexto social, político, econômico etc.” (Prodanov; Freitas, 2013, p. 34), assim como “as coisas não são analisadas na qualidade de objetos fixos, mas em movimento... pois nenhuma coisa está ‘acabada’, encontrando-se sempre em vias de se transformar, desenvolver; onde o fim de um processo é sempre o começo de outro” (Lakatos; Marconi, 2003, p. 101).

Portanto, a investigação partiu da análise dialética do espaço, como “um conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas de ações e sistema de objetos [...] como um quadro único, no qual a história se dá” (Santos, 1996a), para compreender as relações contraditórias de produção e apropriação do patrimônio cultural caracterizado pelas rugosidades espaciais (Santos, 1996a) que constituem o Centro Histórico de Belém.

Paralelamente, para elucidar as questões levantadas pela tese, no que diz respeito à duração das singularidades da Feira do Ver-o-Peso, como dimensão existencial do sujeito histórico (com seus objetos e saberes ancestrais), em coexistência (e em risco) com o movimento da urbanização contemporânea, a pesquisa buscou uma interpretação coerente e alinhada com a proposta teórico-metodológica de Costa (2016; 2021) sobre o **utopismo patrimônio-territorial** (em interação com os **utopismos patrimoniais singularista e existencialista**), que, segundo o autor, é de fundamento decolonial latino-americano e geográfico existencialista sartreano (Santos, 2006).

A pesquisa partiu da dimensão interescalar do movimento universal – particular – singular (Santos, 1996a) da urbanização contemporânea para compreender como os mecanismos da patrimonialização global (Costa, 2015) particularizam-se na Área Central de Belém e aterrissam em um fato social representado por um território apropriado secularmente por relações socioculturais: a Feira do Ver-o-Peso.

Essa análise foi realizada por meio de uma periodização desde a fundação de Belém, culminando com a patrimonialização do Centro Histórico da cidade e a consolidação do patrimônio-territorial da Feira do Ver-o-Peso, como prática social e símbolo de identidade e resistência socioespacial latino-americana, em risco, em face dos processos universalizantes de reprodução do capital.

Por se tratar de uma análise dos processos históricos e socioespaciais que envolvem as relações contraditórias de produção e apropriação do patrimônio, a categoria de análise adotada nesta pesquisa foi o “território” como dimensão espacial definida por

relações de poder, em uma perspectiva “integradora”, ou seja, por reunir as dimensões econômica, política e simbólica das relações sociais (Haesbaert, 1997).

No entanto, a pesquisa privilegiou a dimensão cultural do território que compreende a Feira do Ver-o-Peso, considerando as relações de apropriação simbólica e subjetiva, como consolidadoras da identidade territorial desse sítio, considerando as referências assinadas por Claval, (2007); Raffestin (1993); Castells (1999); e Haesbaert (1997; 2004; 2006).

A Feira do Ver-o-Peso foi analisada a partir dessa categoria porque é vista como uma dimensão espacial que se revela em processos de disputa de interesses pela apropriação do espaço patrimonializado no Centro Histórico de Belém, por meio das relações de reprodução material, de identidade e pertencimento, engendradas por diferentes agentes sociais.

A fundamentação teórica que embasa a discussão proposta aterrisa pela *economia urbana, pela patrimonialização global e a ativação do patrimônio-territorial*. As relações entre patrimonialização e a economia urbana foram analisadas conforme as teorias fundamentadas por Harvey (1992; 2005) a respeito da condição pós-moderna da produção capitalista do espaço e o empreendedorismo urbano.

A patrimonialização global, como conceito e fato espacial pretensamente universalizante, foi fundamentada em Costa (2015), de forma articulada com a concepção moderna de universalização do patrimônio cultural, trabalhada por autores como Choay (2006), Arantes (2000), Scifoni (2003; 2006), Torelly (2012), Corá (2014) e Paes (2017), bem como a contribuição da geógrafa Cruz (2005; 2006), Fratucci (2007; 2014) e Köhler (2008), para discussão sobre a relação entre o patrimônio cultural e a atividade turística.

A análise concreta a respeito da patrimonialização global no Centro Histórico de Belém foi baseada nos estudos de Amaral (2005); Trindade Jr. (2006; 2013; 2018), Castro e Tavares (2016a; 2016b) Tavares (2018) e Cardoso *et al.* (2016). Para discussão a respeito da Feira do Ver-o-Peso, no contexto da patrimonialização foram considerados os estudos realizados por Lima (2008) e Almeida (2017).

Para subsidiar a construção da tese, no sentido de compreender a constituição da Feira do Ver-o-Peso como *patrimônio-territorial ativado popularmente*, metodologicamente optou-se por traçar uma *periodização* das situações históricas que antecedem e sucedem a fundação da cidade de Belém do Pará no século XVII, considerando o que Santos (2004, p. 252-255) preconiza de que “tudo que existe articula

passado e presente... sendo a reconstrução dos sucessivos sistemas temporais e espaciais um dado fundamental quando se busca explicações para situações atuais”.

Nessa reconstrução, buscou-se a produção de uma cartografia (etno) histórica de acordo com Souto (2017), ao lançar mão das técnicas de representação espacial gráfica e mapear a produção do espaço social do passado, a partir de uma perspectiva plural e dialética do processo de territorialização colonial, a fim de identificar as raízes da identidade cabocla dos sujeitos protagonistas do patrimônio imaterial da feira, considerando os estudos realizados por: Penteado (1968), Cruz (1971; 1973), Leitão (2010; 2015), Rodrigues, Silva e Martins (2014), Rodrigues, Silva e Voyner (2017), Souto (2017), Ravena e Acevedo (2013), Ponte (2009), Salles (1971), Bezerra Neto (2002), Almeida (2011), Pereira e Almeida (2020) e Tavares (2008; 2011), Sarraf *et al.* (2015) e Sarraf (2017).

Para discussão sobre riscos e vulnerabilidades ao patrimônio, foi utilizada, principalmente, a referência de Costa (2018). Para discutir acerca das potencialidades e resistências na Feira do Ver-o-Peso, foi revisado no âmbito dos utopismos patrimoniais, *o utopismo patrimônio-territorial*, para compreender territórios caracterizados pela força da duração de práticas e elementos culturais populares, por sujeitos em *situação espacial duradoura* em espaços patrimonializados (Costa, 2016; 2017; 2021); aproximando-se, em alguns momentos, dos estudos decoloniais de Quijano (2005; 2009), Santos (2009); Walsh (2005) e dos geógrafos Gonçalves (2013) e Haesbaert (2021).

A pesquisa foi desenvolvida por meio de uma *abordagem qualitativa*, cujo “ambiente natural é fonte direta para coleta de dados, interpretação de fenômenos e atribuição de significados” (Prodanov; Freitas, 2013, p. 128), considerando que há um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. Portanto, o processo e seu significado são os focos principais da abordagem.

Os procedimentos metodológicos adotados têm *o caráter exploratório* por proporcionarem “maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito [...] possibilitar o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições” (Gil, 2002, p. 41), uma vez que, ao possuir planejamento flexível, permite o estudo do tema por diversos ângulos e aspectos.

As técnicas de investigação foram conduzidas mediante o levantamento de dados secundários, por meio de revisão bibliográfica e documental; e o levantamento de dados

primários, por intermédio instrumentos *de estudo de caso e pesquisa de campo*, pelas seguintes etapas:

✓ Levantamento de dados secundários:

- Revisão bibliográfica para o levantamento do estado da arte sobre os temas que envolvem a pesquisa como: patrimônio cultural, patrimonialização, turismo e urbanização, no âmbito nacional e internacional.

- Pesquisa documental e levantamento de dados secundários em diferentes instituições e órgãos públicos e privados das esferas municipal, estadual e federal, relacionados às questões de patrimônio, turismo, planejamento urbano e economia, como: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Fundação Cultural do Pará (FCP) – Biblioteca Arthur Vianna, UFPA, Fundação Cultural do Município de Belém (Funbel), Secretaria de Estado de Cultura (Secult), Iphan, Secretaria de Estado de Turismo (Setur), Secretaria Municipal de Urbanismo (Seurb), Secretaria Municipal de Economia (Secon), Superintendência Executiva de Mobilidade Urbana de Belém (Semob), Companhia Paraense de Turismo (Paratur), Coordenadoria Municipal de Turismo (Belemtur), Ministério da Cidadania/Plano de Aceleração de Crescimento das Cidades Históricas (PAC-CH), agências e empresas de turismo e lazer, visando o levantamento de estudos técnicos e acadêmicos e políticas públicas já realizadas na área de estudo.

✓ Levantamento de dados primários:

As técnicas de investigação de campo adotadas na pesquisa foram: aplicação de *entrevistas semiestruturadas*, modos presencial e virtual (em virtude do quadro da pandemia da Covid-19) com os agentes sociais da pesquisa, seguindo o roteiro sintetizado no Quadro 1 e modelos apresentados nos Apêndices D a I deste documento. A pesquisa também utilizou a técnica de *observação participante*, com a finalidade de captar situações ou fenômenos não identificados nas entrevistas.

O *universo da pesquisa* abrange os sujeitos (feirantes) que trabalham com os elementos e as práticas considerados nesta pesquisa como representativos das singularidades da Amazônia em feiras populares (e se encontram em risco), além dos agentes sociais ligados ao problema da pesquisa, como os agentes públicos relacionados à gestão do patrimônio, ao planejamento urbano, e os agentes privados vinculados ao turismo na cidade.

Com relação à *amostragem*, de acordo com Minayo *et al.* (1994, p. 43), “a pesquisa qualitativa não se baseia em critério numérico para garantir sua representatividade”, sendo mais importante a definição do universo da pesquisa,

selecionando os indivíduos sociais que tenham maior vinculação com o problema a ser investigado (Minayo *et al.*, 1994). Dessa maneira, ainda considerando esses autores, de que “amostragem boa é aquela que possibilita abranger a totalidade do problema investigado” (Minayo *et al.*, 1994, p. 43), esta pesquisa aplicou *entrevistas semiestruturadas* com os agentes sociais relacionados no Quadro 1, sob regime presencial e remoto (em função do período pandêmico).

Quadro 1 – Roteiro de aplicação de entrevistas estruturadas, com os agentes sociais da pesquisa

Período	Atores		N.º de entrevistas	Instrumento de pesquisa
fev./2020	Lideranças da feira		2	Entrevista presencial
fev./2020 mar./2022	Administração da feira do Ver-o-Peso – Secon		4	Entrevista presencial
out./2021	Instituto Ver-o-Peso		3	Entrevista remota
out./2021	Ex-superintendente do Iphan		1	
jan./ 2022	FEIRANTES	Setor de Artesanato – 60%	9	Entrevista presencial
		Setor de Maniva/Tucupi/Descasca – 45%	15	
		Setor de Mercearia – Cachaças de jambu 57%	4	
		Setor de Mercearia – Castanhas – 50%	5	
		Setor de Ervas – 28%	16	
		Salgados (Mistura para maniçoba e feijoada) – 50%	3	
		Setor de Refeições – Boeiras	2	
mar./ 2022	FEIRANTES	Sementes de frutas – 100%	1	Entrevista presencial
		Cabanas (Lojas de artigos Afroreligiosos – 83%)	5	
		TOTAL DE FEIRANTES	60	
		Prefeito de Belém	1	Entrevista remota
		Funbel	1	
		Fenacab	1	Entrevista presencial
		Fornecedores de Cerâmica	5	Entrevista presencial
TOTAL			68	

Fonte: Elaboração da autora (2023).

Obs.: Foram abordadas 19 erveiras (33%), mas apenas 11 aceitaram fazer entrevista.

Foram produzidos mapas temáticos sobre os resultados da pesquisa, utilizando o software ARCGis 10.1 para produção técnica; as bases cartográficas disponibilizadas pelo IBGE e Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém (Codem); bases cartográficas de estudos acadêmicos e dados primários levantados em campo. Os mapas ilustram a espacialização da ativação popular do patrimônio territorial da Feira do Ver-o-Peso, por meio do fluxo dos trabalhadores, apresentando os principais deslocamentos diários para feira e o fluxo dos elementos culturais (origem da

produção e distribuição). A dinâmica econômica dos elementos culturais foi apresentada em um fluxograma, com os principais destinos (mercado local/regional, nacional e internacional) e periodicidade (semanal e mensal).

Para responder as questões da tese, a pesquisa foi estruturada em quatro capítulos. Os dois primeiros capítulos apresentam a discussão teórica e os dois capítulos finais trazem a análise empírica, ratificando e/ou refutando as hipóteses levantadas.

O primeiro capítulo – “Urbanização e patrimonialização no Brasil: a universalidade da Feira do Ver-o-Peso como ‘cartão-postal da Amazônia’” – está dividido em cinco itens: “1.1 Urbanização e patrimonialização global” – faz uma discussão teórica sobre o processo da urbanização contemporânea, relacionado à patrimonialização global; “1.2 Políticas de patrimônio, turismo e a produção do espaço urbano patrimonializado no Brasil” – discute como esse processo se particulariza no Brasil, problematizando as questões que envolvem a produção e o uso dos espaços patrimonializados nos centros urbanos; “1.3 A feira livre como bem cultural patrimonializado no Brasil” – apresenta como ocorrem as políticas de patrimonialização de feiras livres, como lugares de referência cultural.

Por sua vez, o item “1.4 Complexo do Ver-o-Peso: o cartão-postal de Belém” – situa e analisa como a Feira do Ver-o-Peso está inserida no contexto da patrimonialização global na cidade de Belém, a partir de uma periodização das políticas patrimoniais, os projetos e ações de requalificação urbana e o processo de turistificação da área central da cidade, onde a feira está localizada; e “1.5 Considerações do capítulo” – traz as considerações do tema.

O segundo capítulo – **“Feira livre como patrimônio-territorial no Brasil: origem singular da Feira do Ver-O-Peso”** – apresenta a fundamentação teórica da tese, visando apreender que a Feira do Ver-o-Peso pode se constituir como patrimônio-territorial, no sentido de se configurar como um território que resguarda elementos e práticas ancestrais da cultura amazônica e resistem aos processos da patrimonialização global, na área central de Belém do Pará.

Esse capítulo está dividido em três itens: “2.1. A feira livre como patrimônio-territorial no Brasil” – aborda teoricamente como a feira livre pode se constituir como patrimônio-territorial nas áreas urbanas, tendo como fio condutor o processo de evolução das feiras livres durante a formação territorial do Brasil e sua importância como patrimônio-territorial representativo da identidade territorial brasileira.

O segundo item, “2.2. Aldeamento Mairi: gênese do patrimônio-territorial da Feira do Ver-o-Peso e seus sujeitos”, discute sobre a particularidade do processo de formação do patrimônio-territorial da Feira do Ver-o-Peso na cidade de Belém do Pará. Para tanto, esse item está subdividido em três subitens, que dão conta de sistematizar uma periodização das situações históricas que antecedem e sucedem a fundação da cidade de Belém, no intuito de facilitar a apreensão da origem do patrimônio-territorial da Feira do Ver-o-Peso, no contexto da formação territorial da Amazônia e símbolo da identidade cultural local. São eles: “2.2.1 A formação de Mairi e a dinâmica territorial dos povos originários na Amazônia Oriental antes da fundação da cidade de Belém”; “2.2.2 A fundação da cidade de Santa Maria de Belém e a colonização do Vale Amazônico (1616 – 1750)”; e “2.2.3 A política pombalina e a constituição do patrimônio-territorial da Feira do Ver-o-Peso (1750 – 1777)”. O item “2.3. Considerações do capítulo” amarra as discussões do tema.

O terceiro capítulo – “O patrimônio-territorial da Feira do Ver-o-Peso na atualidade perante a patrimonialização global” – apresenta e analisa os resultados da pesquisa, visando responder: “Quais são os elementos e as práticas culturais que dão notoriedade à Feira do Ver-o-Peso como patrimônio-territorial?”. O capítulo está dividido em três itens: “3.1 A Feira do Ver-o-Peso no período atual” – visa apresentar como a Feira do Ver-o-Peso está organizada atualmente; “3.2 A dinâmica dos setores da Feira do Ver-o-Peso que a caracterizam como patrimônio-territorial” – analisa os elementos e as práticas socioculturais que constituem o patrimônio-territorial e sua dinâmica territorial na Feira; “3.3 Considerações do capítulo” – tece as considerações dele.

O quarto e último capítulo – “A ativação popular do patrimônio-territorial da Feira do Ver-o-Peso e possíveis riscos diante da urbanização e da patrimonialização global” – dá continuidade à análise dos resultados da pesquisa, visando responder as questões da tese que versam sobre: “Como se dá a ativação popular do patrimônio-territorial da Feira do Ver-o-Peso?”; “Quem são os sujeitos que o ativam?”; e “Quais são os riscos que o patrimônio-territorial da feira sofrem diante da urbanização e da patrimonialização global?”.

Para tanto, o capítulo está dividido em quatro itens, os quais abordarão as respectivas questões da seguinte forma: “4.1. Os sujeitos e a ativação do patrimônio-territorial da Feira do Ver-o-Peso” – trata de identificar a origem, onde moram, como se relacionam com os elementos, como ocorre a transmissão dos saberes e fazeres, qual a

importância da feira dos sujeitos que dinamizam os elementos que compõem o patrimônio-territorial da feira.

O item “4.2 Cartografia da resistência popular – a dinâmica territorial de produção e comercialização dos elementos que constituem o patrimônio-territorial da Feira do Ver-o-Peso: Belém de frente para o rio” apresenta a ativação popular do patrimônio-territorial da feira, a partir da dinâmica territorial dos sujeitos que mantêm a feira ativa há mais de três séculos na Área Central de Belém; e como se dá o fluxo da rede que movimenta os elementos e práticas culturais que sustentam a feira como patrimônio-territorial, imbricado ou não à rede de turismo presente nesse local.

O item “4.3. Possíveis riscos ao patrimônio-territorial da Feira do Ver-o-Peso perante a urbanização e a patrimonialização global” aponta quais são os possíveis riscos que o patrimônio-territorial da feira sofre diante dos processos da urbanização e da patrimonialização global.

Por sua vez, o item “4.4 Considerações do capítulo: uma proposta metodológica desde o patrimônio-territorial” apresenta a síntese da discussão realizada no capítulo e culmina com uma proposta de intervenção pedagógica na cidade (de forma incipiente), visando direcionar a práxis da teoria revisada no empírico, como contribuição para o desenvolvimento da cidadania.

1. URBANIZAÇÃO E PATRIMONIALIZAÇÃO NO BRASIL: A UNIVERSALIDADE DA FEIRA DO VER-O-PESO COMO “CARTÃO-POSTAL DA AMAZÔNIA”

No Brasil, feiras e mercados populares possuem papel importante na dinâmica comercial das cidades, principalmente para atenderem as demandas das camadas sociais mais pobres diante da expansão do varejo moderno. Ao mesmo tempo, resistem e resguardam as tradições, o cotidiano e os costumes populares (Mascarenhas; Dolzani, 2008), historicamente construídos ao longo da formação territorial brasileira. Dessa maneira, interessa compreender como esses elementos constitutivos da cidade se inserem na dinâmica espacial da urbanização contemporânea, sobretudo no que diz respeito aos processos da patrimonialização, onde feiras e mercados tornam-se lugares de referência cultural, portanto passíveis de transformações ocasionadas por esses processos.

A Feira do Ver-o-Peso, recorte espacial desta pesquisa, está localizada na área central da cidade de Belém, capital do estado do Pará. Sua origem está diretamente ligada à fundação da cidade. Em 1616, ainda no período da União Ibérica (1580-1640), com o objetivo de expandir o domínio territorial da colônia, Belém foi fundada na desembocadura do rio Amazonas, ocupando uma posição geográfica estratégica quanto ao controle e exploração dos recursos naturais e à ocupação territorial do que compreende hoje a região amazônica (Moraes, 2001; Tavares, 2008). A origem do que atualmente compõe a Feira do Ver-o-Peso se deu a partir da instalação de um entreposto comercial (em 1625), que controlava o fluxo de mercadorias que entravam e saíam do interior da região amazônica, pelo rio Amazonas (Tavares, 2008).

Esse fluxo se intensificou ao longo dos séculos e a Feira do Ver-o-Peso permanece, há trezentos e noventa e sete anos, como lugar de centralidade na dinâmica social, cultural e comercial de produtos diversos na cidade, conectando o rural e o urbano, a periferia e o centro, em uma imbricada rede de relações e agentes, além de manter elementos e práticas sociais que resguardam a identidade cultural amazônica. Atualmente, a feira está localizada entre quatro áreas patrimonializadas, fazendo parte de uma rede turística de abrangência internacional.

Dessa maneira, dada a complexidade dos intensos processos urbanos, em um constante movimento interescalar, os quais envolvem a cidade e suas singularidades, marcadas pelos diversos contextos da formação territorial brasileira, este capítulo busca realizar uma discussão teórica a respeito dos processos urbanos contemporâneos, relacionados ao fenômeno da patrimonialização e como esses processos se particularizam

no Brasil. Tal análise problematiza as questões que envolvem a relação dialética de uso e apropriação de territórios historicamente construídos, pela patrimonialização nos centros urbanos, por diferentes agentes sociais.

Tais questões a serem problematizadas e discutidas neste capítulo são as seguintes: como os processos urbanos contemporâneos culminam com o movimento da *patrimonialização* (Harvey, 1992; 2005; Jeudy, 2005; Choay, 2006; Lefebvre, 2001; Arantes, 2000; Nigro, 2001; Scifoni, 2003; 2006; 2015; Torelly, 2012; Di Méo, 2014; Corá, 2014; Costa, 2015; Trevisan, 2016; Paes, 2017; Carlos, 2019), discutido no item 1.1; como esse movimento se particulariza no Brasil, fazendo uma relação entre as políticas de patrimônio, turismo e a produção do espaço urbano no Brasil, culminando com a turistificação e patrimonialização dos territórios urbanos (Nigro, 2001; Cruz, 2003; 2005; 2006; 2007; Köhler, 2008; Fratucci, 2007; 2014; Di Méo, 2014), desde os anos 1930, tratado no item 1.2.

O item 1.3 discorre sobre a política de patrimonialização de feiras e mercados populares, como lugares de referência cultural no Brasil. O item 1.4 problematiza como o fenômeno da patrimonialização se insere na cidade de Belém (Lima, 2008; Trindade Jr.; Amaral, 2006; Campelo, 2010; Trindade Jr., 2013; 2018; Cardoso *et al.*, 2016; Almeida, 2017; Tavares, 2018, apresentando uma periodização sobre a patrimonialização e o processo de turistificação (Castro; Tavares, 2016a; 2016b) de parte da área central da cidade.

Essa periodização abrange a criação do Centro Histórico de Belém e várias intervenções urbanísticas empreendidas nesse espaço, incluindo a produção do Complexo do Ver-o-Peso como cartão postal de Belém e as políticas de valorização do patrimônio imaterial presentes nesse complexo. E o item 1.5 aborda as considerações do capítulo.

1.1. Urbanização e patrimonialização global

A urbanização contemporânea é marcada por intensos processos espaciais, que incidiram em mudanças de paradigma no planejamento e na gestão das cidades. A partir da década de 1970, a abordagem administrativa foi gradativamente substituída pelo empreendedorismo, como modelo de desenvolvimento urbano nos países desenvolvidos, culminando com novos arranjos de governança, de uso e apropriação das cidades (Harvey, 1992; Arantes, 2000; Paes, 2017).

Conforme Lefebvre (2001), esse período está relacionado ao *momento crítico* do processo histórico de acumulação do capital, marcado pela passagem da historicidade à

espacialidade. O autor analisa que a industrialização provocou a *implosão-explosão* da cidade e produziu o fenômeno urbano, “cujas concentrações urbanas tornam-se gigantescas, as populações se amontoam atingindo densidades inquietantes... e na base econômica do tecido urbano aparecem fenômenos de outra ordem, num outro nível, o da vida social e ‘cultural’” (Lefebvre, 2001, p. 18-19).

Carlos (2019) interpreta que o fenômeno urbano, ao longo do século XX, marca um intenso processo de generalização da produção e o consumo de mercadorias, transforma o espaço social e político em espaço operacional e a produção deste torna-se elemento-chave para a manutenção das relações de dominação, subordinando a vida cotidiana à lógica do mercado.

Nessa perspectiva, pela lógica contraditória de acumulação do capital, Lefebvre (2001) explica que, no período contemporâneo, a sobrevivência do capital está diretamente atrelada ao movimento de sua reprodução. E, de forma concreta, isso se dá por meio da produção do espaço urbano e da vida social, por meio do setor imobiliário, das atividades de lazer e cultura. Segundo Scifoni (2015), pode-se dizer que é nesse momento, portanto, que a cultura ganha relevância e assume um papel importante na produção do espaço urbano, a partir do movimento de uma *patrimonialização generalizada* ocorrida nos países europeus.

Nessa linha de raciocínio, Di Méo (2014) analisa que a eclosão de novos valores atribuídos ao patrimônio e a conseqüente *proliferação patrimonial* estão relacionadas à crise contemporânea dos sistemas sociais e produtivos que afetam os países ocidentais. O autor ressalta a crise global da modernidade, em que o *neofordismo* substitui os métodos de produção em massa (padronizados e estereotipados) pela produção do consumo efêmero; a ideia de universalidade dos valores perde força e a fragmentação das representações sociais faz emergir a necessidade de reconhecimento e legitimação das identidades locais, como mola impulsionadora ao *tudo é potencialmente patrimonial*, como um processo global.

Para o autor, esse processo estimula a ampliação do sentido do termo patrimônio e conseqüentemente multiplica as coisas, os lugares e fatos designados como tal. Essa ideia vem ao encontro do que Choay (2006) apresenta a respeito da ampliação que o patrimônio cultural sofre, a partir dos anos 60 do século XX, “por via da anexação de novos tipos de bens e através do alargamento do quadro cronológico e das áreas geográficas, no interior dos quais se inscrevem estes bens” (Choay, 2006, p. 12).

Essas questões revelam a dimensão espacial da questão patrimonial e nela Lefebvre (2001, p. 21) diz que:

[...] intervêm ativamente, voluntariamente, classes ou frações de classes dirigentes, que possuem o capital e que geram não apenas o emprego econômico do capital e os investimentos produtivos, como também... uma parte das riquezas produzidas na “cultura”, na arte, no conhecimento, na ideologia.

Assim, o patrimônio cultural passa a ser atrelado à gestão e ao planejamento da cidade, de modo que as intervenções preservacionistas são desenvolvidas no plano do território urbano. Os avanços no campo conceitual e da democratização do patrimônio como direito social contribuem para que o ideário territorial seja incorporado ao planejamento urbano, apropriando-se das dinâmicas locais de uso dos recursos materiais e imateriais (considerados institucionalmente como bens culturais), as vivências cotidianas e as manifestações sociais portadoras de identidade como: saberes, rituais, danças, músicas, culinária etc., por meio de um processo sistemático de patrimonialização de territórios (Nigro, 2001; Di Méo, 2014) historicamente construídos e culturalmente representativos de singularidades, no movimento da totalidade do espaço urbano.

Do ponto de vista urbanístico, o processo de territorialização do patrimônio cria novas estratégias de reprodução do capital, ressignificando e reinventando antigas centralidades urbanas, diante da urbanização difusa (Lefebvre, 2001; Nigro, 2001), onde o não lugar (como as áreas portuárias ou industriais degradadas) é superinvestido de sentido simbólico e torna-se o brasão do desenvolvimento cultural local, sob a bandeira do multiculturalismo e da valorização das “culturas urbanas”, pela ocorrência do acesso de todas as camadas da população à criação artística (Jeudy, 2005). Dessa maneira, registra-se um retorno à política de descentralização administrativa e, como afirmação identitária, e emergência dos patrimônios locais (Di Méo, 2014).

Outros autores seguem essa mesma linha de discussão. Para Harvey (1992), as mudanças ocorridas no planejamento e gestão das cidades estão diretamente relacionadas às transformações no sistema capitalista de produção, com a crise econômica mundial (ocasionada pelo choque do petróleo, em 1973) e o desemprego estrutural. Entre tais transformações estão também a crise do padrão fordista keynesiano e a transição para o modelo de acumulação flexível do capital, ocasionando a ascensão do capital financeiro e a eclosão da globalização econômica. Como consequência dessas transformações,

houve a transição do modernismo de base urbana para o pós-modernismo, com relação ao *design*, às formas culturais e ao estilo de vida (Harvey, 1992; 2005).

Conforme estudos do autor, corroborando os estudos de Lefebvre (2001) sobre o momento crítico do processo histórico de acumulação do capital, em cidades da Grã-Bretanha (como Leeds, Bradford, Manchester, Liverpool e outras) e dos Estados Unidos (como Baltimore e Boston), o *empreendedorismo urbano* se consolida como modelo de desenvolvimento a partir da década de 1970, por meio de um conjunto de ações e condições básicas de governança urbana, “como uma coalização de forças mobilizadas por diversos agentes sociais, com a finalidade de reorganizar a vida urbana” (Harvey, 2005, p. 171).

Arantes (2000) denomina esse processo de *animação urbana*, como a convergência entre governantes, burocratas e urbanistas, na busca por um planejamento estratégico, que torne a cidade competitiva perante os desafios da globalização, por meio das políticas de renovação urbana. A parceria público-privada, de caráter empreendedor, também é uma condição para realização da *cidade-empreendimento* (Hall, 1995 *apud* Harvey, 2005) baseada na elaboração de projetos urbanísticos, em que a iniciativa privada e os poderes governamentais locais se articulam para captação de fontes de financiamento estrangeiro, visando a criação de vantagens competitivas, que possam projetar a cidade no mercado de consumo global.

Outra condição do *empreendedorismo urbano* é o foco na economia política do lugar, o qual permite a negociação direta dos poderes locais com o capital estrangeiro no sentido de criar condições favoráveis (a exemplo da redução de custos trabalhistas e fiscais) para melhoria da qualidade de vida urbana. As cidades se tornam mais competitivas quando apresentam maior capacidade de oferta de bens e serviços (Harvey, 2005).

Segundo Harvey (2005), essa oferta está baseada na valorização das regiões urbanas degradadas, na inovação cultural e na melhoria física do ambiente urbano. Tal melhoria preconiza a mudança para estilos pós-modernos de arquitetura e *design* urbano e a disponibilização de atrações para o consumo e o entretenimento, tais como: centros de convenções, estádios, *shoppings*, centros gastronômicos, espetáculos temporários, eventos culturais, esportivos, artísticos, entre outros.

Nesse contexto, a estratégia é investir na imagem da cidade como lugar inovador e estimulante, revelando a influência pós-moderna sobre esse novo modelo de desenvolvimento, com a produção de fragmentos urbanos dotados de inovações

tecnológicas e culturais, para atender ao consumo imediato da cultura, privilegiando-se a efemeridade, a imagem e a ficção, em detrimento da história e dos valores do lugar, a criatividade e a substância (Harvey, 1992). Esse período é marcado pelo *culturalismo de mercado*, conforme Arantes (2000, p. 16) revela:

Que a cultura, ao tornar-se imagem, quer dizer, representação e sua respectiva interpretação (como sabe qualquer gerente de *marketing* numa sociedade do espetáculo), acabou moldando, de um lado, indivíduos (ou coletividades “imaginadas”) que se autoidentificam pelo consumo ostensivo de estilos e lealdade a todo tipo de marca; de outro, o sistema altamente concentrado dos provedores desses produtos tão intangíveis quanto fabulosamente lucrativos.

A esse novo paradigma, Arantes (2000, p. 16) ainda acrescenta que o que está em jogo é “a mercadorização de um valor de uso civilizatório, a própria cidade”, sendo prioritário torná-la competitiva para atração do capital estrangeiro e inseri-la em um nó da rede internacional de cidades, por meio do consumo da cultura.

É dessa maneira que o *empreendedorismo urbano* se revela como um modelo de desenvolvimento econômico da fase de acumulação flexível do capital. Nesse modelo, o consumo acelerado se torna a mola propulsora do capitalismo, com a evolução dos sistemas de transporte e comunicação das cidades. Nesse contexto, projetos urbanísticos são implantados sob influência do paradigma pós-moderno, com a produção de símbolos e imagens voltados ao consumo de massa, por meio do turismo, do lazer e do entretenimento (Harvey, 1992; 2005; Köhler, 2008).

Assim, novos arranjos político-econômicos desenham a produção e o uso do espaço urbano, a partir do movimento universal da *patrimonialização global*, que Costa (2014, p. 244) conceitua como:

[...] o brusco movimento universal de espetacularização e banalização pela cenarização progressiva dos lugares, promovido pela dialética Estado-mercado, sobre a base das técnicas, da ciência e da informação; em síntese, é um processo de ressignificação dos lugares em escala planetária.

Com base em uma década de estudos sobre as cidades-patrimônios no Brasil, Costa (2014) define a *patrimonialização global* como processo que promove o ordenamento territorial das cidades, com base na lógica da regeneração urbana⁵ associada

⁵ A regeneração urbana é tratada por arquitetos e urbanistas como o conjunto de intervenções socioterritoriais em áreas de cidades marcadas pela degradação dos edifícios e do espaço público, pela precariedade de equipamentos básicos e por processos de exclusão socioterritorial. No entanto, na prática, os eventos que acompanham e dão corpo à própria regeneração (como a requalificação, a reabilitação e a renovação urbana – em um termo, processos de refuncionalização urbana) favorecem, em muitos casos, a

à valorização do patrimônio cultural, promovendo a ressignificação dos lugares de memória e da natureza, em escala planetária. Para o autor, esse processo se reflete em uma corrida competitiva das governanças urbanas, que impõem a lógica da refuncionalização urbana sobre o território, patrimonializando lugares, objetos e tradições e inserindo-os no circuito internacional do turismo.

Esse processo também pode estar relacionado ao fenômeno da *turistificação* como movimento de apropriação e uso de determinados espaços pelo e (para) o turismo, sob a lógica da produção e do consumo, por meio da articulação de diferentes agentes hegemônicos, entre eles os empresários e o poder público (Fratucci, 2007; 2014).

Segundo Fratucci (2014, p. 91), o fenômeno da turistificação:

[...] envolve diferentes agentes sociais, resultando no acontecer de um fenômeno socioespacial e na concretização de uma atividade econômica que se coloca como uma das mais dinâmicas da economia global da atualidade, contribuindo para que as ações e políticas públicas e privadas direcionadas para o desenvolvimento do turismo privilegiem tal dimensão econômica do fenômeno, ou seja, a atividade, e deixem de contemplar as outras dimensões que ele também impacta, seja a social, a cultural, a ambiental ou a política.

Na perspectiva da patrimonialização global, o que configura tal movimento é a política internacional de reconhecimento do patrimônio cultural chancelado pela Unesco (Scifoni, 2006; Costa, 2014). Em 1972, um grupo de países compôs os Estados-partes que aderiram à Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, sediada em Paris, concordando em identificar e nomear bens em seu território nacional, para serem habilitados à inscrição na Lista do Patrimônio Mundial (Unesco, 2022). Essa lista foi criada como principal instrumento de reconhecimento internacional dos bens culturais e naturais, e fazer parte da lista constitui, para muitos países, um símbolo de *status* internacional e, portanto, fator de grande atração no turismo internacional (Scifoni, 2006).

Conforme estudos de Trevisan (2016), a ideia de proteger e reconhecer mundialmente o patrimônio foi amadurecida ao longo de vinte anos, por meio de discussões e convenções, até chegar à Convenção de Paris, em 1972. A autora destaca a Convenção de Haia (1954) e as Campanhas Internacionais promovidas pela Unesco como duas realizações importantes que antecederam a criação da Lista do Patrimônio Mundial. Essas ações contribuíram para a criação da Lista, chamando a atenção dos países para as

especulação imobiliária e a elevação do custo de vida em médias e pequenas cidades capturadas por esses processos, além de dar cadência e direcionar os eixos de desenvolvimento e intervenções territoriais nas metrópoles (Costa, 2014, p. 243).

graves perdas de bens culturais, em razão dos conflitos armados, e para a necessidade de salvaguarda desses bens. Tais ações também contribuíram para o reconhecimento de que determinados patrimônios culturais possuiriam valor para a humanidade como um todo, a exemplo de alguns bens culturais do Egito, testemunho de civilizações ocidentais antigas.

Entretanto, foi com a criação da Lista do Patrimônio Mundial que os países iniciaram a corrida para a inscrição de seus bens e sua inserção no cenário global da patrimonialização. Conforme os ditames da Unesco, a proteção do patrimônio cultural e natural se dá por critérios de valoração e pelo consequente enquadramento em três classes de bens para cada um deles. O patrimônio cultural é classificado em: os monumentos (obras arquitetônicas, esculturas ou pinturas, objetos de caráter arqueológico, inscrições, grutas); os conjuntos (grupos de construções isoladas ou reunidas); e os sítios (arqueológicos, obras do homem ou obras do homem com a natureza). Por sua vez, o patrimônio natural é classificado por: monumentos naturais (formações físicas ou biológicas); formações geológicas, fisiográficas e zonas delimitadas que formam *habitat* de espécies ameaçadas; e sítios naturais ou áreas naturais estritamente delimitadas (Trevisan, 2016).

Entre os critérios de classificação, a Unesco estabelece dez (Quadro 2) rigorosamente avaliados como de valor universal excepcional, relacionados ao fato de ele ser ao mesmo tempo unitário (deve estar entre as criações mais excepcionais do gênio humano ou da natureza e, portanto, ser único, raro e plural) e plural, por ser representativo de uma série de outros bens (Trevisan, 2016).

Quadro 2 – Critérios para análise de candidatura a Lista do Patrimônio Cultural – Unesco

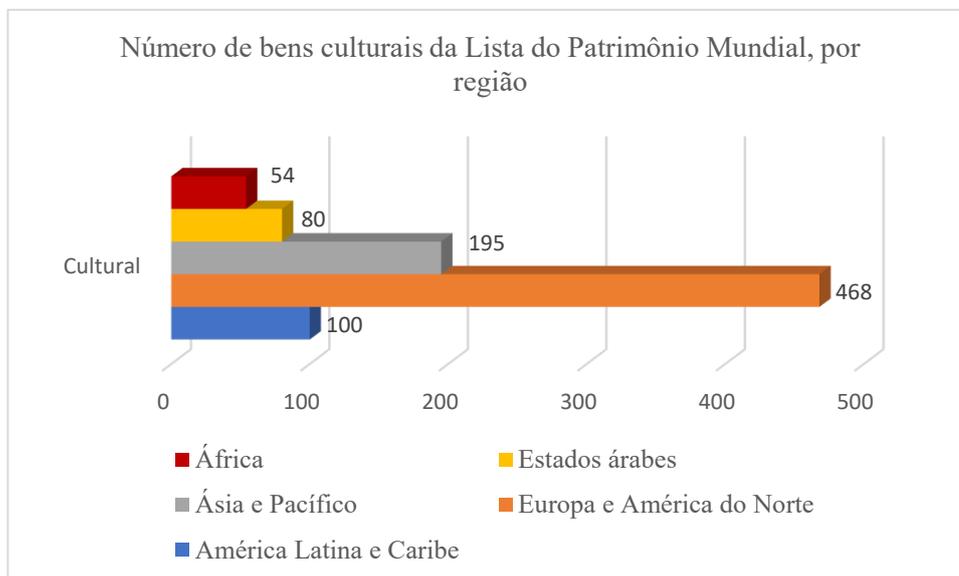
N.º	CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DOS BENS
1.º	Representar uma obra-prima do gênio criador humano.
2.º	Ser testemunho de um intercâmbio de influências considerável sobre o desenvolvimento da arquitetura ou da tecnologia, das artes monumentais, do planejamento urbano ou da criação de paisagens.
3.º	Constituir um testemunho único ou excepcional de uma tradição cultural ou de uma civilização viva ou desaparecida.
4.º	Representar um exemplo excepcional de um tipo de construção, de um conjunto arquitetônico ou tecnológico, ou de paisagem que ilustre um período significativo da história humana.
5.º	Ser um exemplo excepcional de povoamento humano tradicional, da utilização tradicional do território ou do mar, que seja representativo de uma cultura, ou da interação humana com o meio ambiente.
6.º	Estar direta ou materialmente associado a acontecimentos ou a tradições vivas, ideias, crenças ou obras artísticas e literárias.
7.º	Representar fenômenos naturais notáveis ou áreas de beleza natural e de importância estética excepcional.
8.º	Ser exemplos excepcionalmente representativos dos grandes estágios da história da Terra.
9.º	Ser exemplos excepcionalmente representativos de processos ecológicos e biológicos em curso na evolução e desenvolvimento de ecossistemas e comunidades de plantas e de animais.
10.º	Conter os <i>habitats</i> naturais mais representativos e mais importantes para a conservação <i>in situ</i> da diversidade biológica.

Fonte: Elaboração da autora com base em Unesco (2022).

No que diz respeito aos bens culturais, o Quadro 2 revela que os critérios de valoração dos bens, estabelecidos pela Unesco, refletem o processo de mundialização da concepção moderna de patrimônio cultural, com base em valores e referências ocidentais preconizados pelo pensamento iluminista francês, no século XIX. No novo modelo de gestão das cidades, essa concepção passa a ser incorporada à lógica da democratização do saber (considerado superior e universal), pelas estratégias do “desenvolvimento da sociedade de lazer, pelo turismo cultural de massa” (Choay, 2006, p. 225).

Isso demonstra o caráter político-ideológico que perpassa o patrimônio cultural que, atrelado à economia do turismo, pela patrimonialização global protagonizada pela Unesco, também revela a geopolítica do patrimônio, demarcada pela hegemonia europeia, quanto à representatividade dos bens patrimoniais na Lista do Patrimônio Mundial (Scifoni, 2006), conforme apresentado no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Número de bens culturais que compõem a Lista do Patrimônio Mundial, por região*

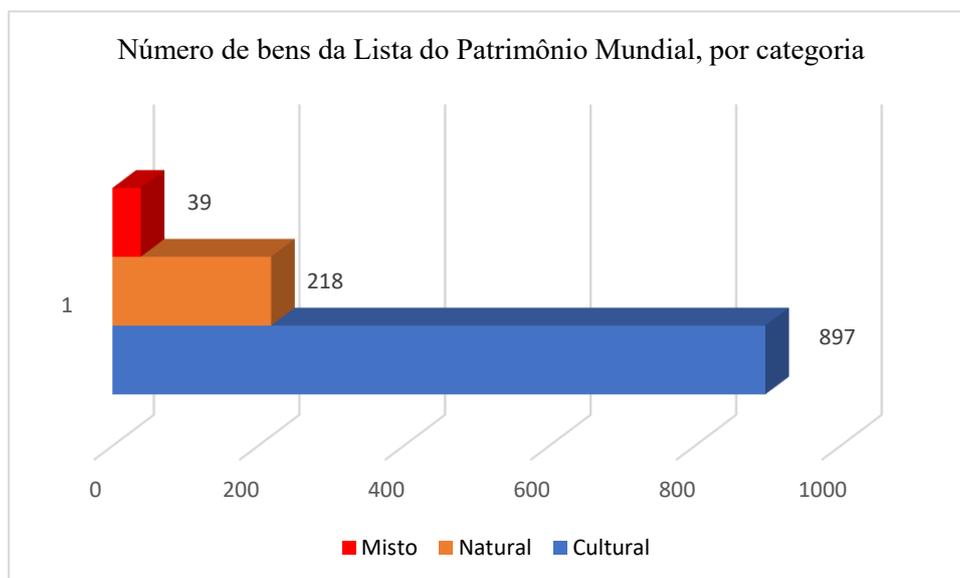


* As regiões apresentadas aqui são definidas pela Unesco para suas atividades e não refletem necessariamente a divisão geográfica convencional dos países.

Fonte: Elaboração da autora com base em Unesco (2022).

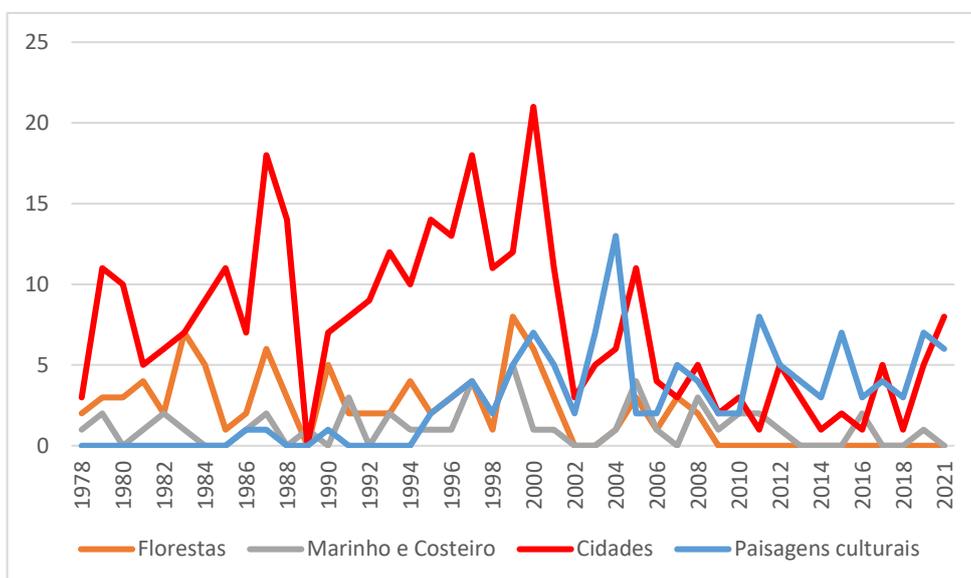
De acordo com os dados da Unesco, observa-se que até 2022, entre os 1.154 bens inscritos na Lista do Patrimônio Mundial, 80% são bens culturais (Gráfico 2), e as cidades e as paisagens culturais concentram o maior número de bens inscritos (Gráfico 3). Isso demonstra que os países, sendo os únicos responsáveis pela iniciativa de pleitear a inscrição dos bens, têm preferência para inserir o patrimônio cultural de suas cidades na Lista do Patrimônio Mundial.

Gráfico 2 – Número de bens que compõem a Lista do Patrimônio Mundial, por categoria



Fonte: Elaboração da autora com base em Unesco (2022).

Gráfico 3 – Número de bens que compõem a Lista do Patrimônio Mundial, por tema, a cada ano

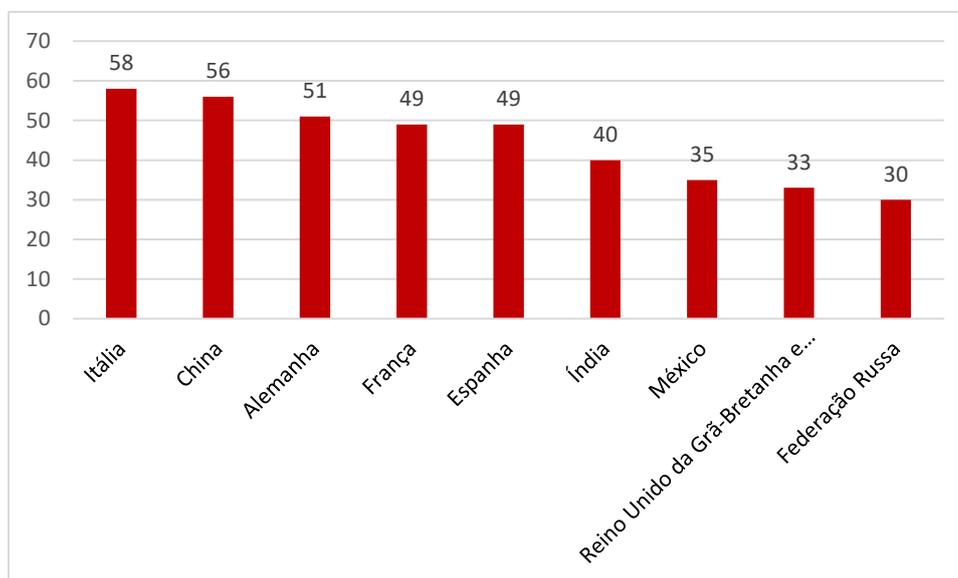


Fonte: Elaboração da autora com base em Unesco (2022).

Outro dado relevante é que entre os dez países que contêm o maior número de bens na Lista do Patrimônio Mundial (Gráfico 4) sete também estão na lista dos dez países que lideram os destinos turísticos mais visitados do mundo, conforme a Organização Mundial do Turismo (OMT). É importante ressaltar que esse dado sofreu alteração a partir de 2020, em virtude dos impactos da pandemia (Covid-19) sobre a atividade turística.

Ainda assim, em 2020, seis países líderes na lista do patrimônio mundial mantiveram-se entre os maiores destinos turísticos (Quadro 3).

Gráfico 4 – Número de bens que compõem a Lista do Patrimônio Mundial, por cada Estado-parte



Fonte: Elaboração da autora com base em Unesco (2022).

Quadro 3 – *Ranking* mundial dos dez países líderes em destinos turísticos, conforme a OMT*

Posição	2019	2020	2021
1.º	França	França	China
2.º	Estados Unidos	México	Tailândia
3.º	Espanha	Reino Unido	Inglaterra
4.º	China	Itália	Singapura
5.º	Itália	Turquia	França
6.º	Turquia	Estados Unidos	Emirados árabes
7.º	Alemanha	Espanha	Estados Unidos
8.º	Reino Unido	Tailândia	Malásia
9.º	Rússia	China	Portugal
10.º	Tailândia	-	-

* Dados levantados conforme *ranking* anual, porém em 2020, ano da pandemia da Covid-19, foram listados apenas nove países.

Fonte: Elaboração da autora com base em OMT (2019, 2020 e 2021).

Os dados estatísticos sinalizam que a busca dos países pela valorização do patrimônio cultural no cenário mundial está diretamente relacionada a interesses políticos e econômicos, ao associarem o patrimônio com a exploração turística (Scifoni, 2006),

cuja dimensão cultural é um dos principais vetores de desenvolvimento, por meio das políticas de refuncionalização urbana.

É possível verificar em Scifoni (2006) e Costa (2014), respectivamente, como se processam uma geopolítica e uma geografia do patrimônio natural e do patrimônio cultural no mundo, o que consubstancia a patrimonialização global comandada pelo que foi entendido por Costa (2014) como “arquitetos do mundo” (BID, FMI, Banco Mundial etc.).

Portanto, o processo da patrimonialização global segue promovendo a multiplicação de modelos de requalificação das cidades, configurando o contraditório movimento universal – particular – singular do uso e apropriação do patrimônio cultural e natural do planeta. O item a seguir abordará como o movimento da patrimonialização global se particulariza no Brasil, articulando a relação entre as políticas de patrimônio e do setor turístico com a produção do espaço urbano patrimonializado.

1.2. Políticas de patrimônio, turismo e a produção do espaço urbano patrimonializado no Brasil

A perspectiva de análise da patrimonialização global significa:

[...] uma potência vertical de transformação dos lugares particulares, uma generalidade que recria singularidades e que é movida, dialeticamente, pelas últimas. No aspecto das horizontalidades, tal processo aparece como um elemento orgânico de uma fragmentação articulada do território e de ressignificação da arquitetura (Costa, 2014, p. 245).

Esse processo se particularizou no território brasileiro a partir de um conjunto de políticas e ações articuladas por um arranjo político-institucional, econômico e social. Essas políticas e ações entrelaçam interesses relacionados à cultura, ao turismo e à renovação das cidades, como uma *engenharia cultural*, com o intuito de tornar os monumentos e patrimônios históricos em produtos de consumo (Choay, 2006). Esse processo se deu longo do século XX, conforme foram se sucedendo as transformações políticas, econômicas e sociais no País, mais precisamente a partir da década de 1930, com as políticas de institucionalização do patrimônio cultural.

A institucionalização do patrimônio cultural brasileiro foi implementada no período de transição política e econômica do país, com a Revolução de 1930. Esse momento foi marcado pela mudança do regime imperialista para o regime republicano e,

ao mesmo tempo, a adesão do País ao modelo de produção industrial. Nesse contexto, seguindo os preceitos do iluminismo francês, era necessário construir e consolidar o ideário nacionalista, que legitimasse a projeção do País ao modelo moderno-europeu⁶ sendo a política patrimonial um dos pilares da construção de um Brasil moderno (Corá, 2014).

Para tanto, sob influência do modernismo,⁷ Mário de Andrade, um dos ícones do movimento modernista no Brasil, formulou o anteprojeto para a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), em 1936, posteriormente elevado a Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan (1937), com o objetivo de preservar a cultura brasileira, a partir de dispositivos patrimoniais, e fortalecer a identidade nacional. O anteprojeto buscou contemplar a proteção do patrimônio de forma ampla, respeitando a diversidade cultural brasileira, propondo em seu capítulo II a definição do patrimônio artístico nacional como:

[...] todas as obras de arte pura ou de arte aplicada, popular ou erudita, nacional ou estrangeira, pertencentes aos poderes públicos, a organismos sociais e particulares nacionais, a particulares estrangeiros, residentes no Brasil... agrupadas em oito categorias, entre elas, as de arte ameríndia e arte popular (Batista, 2002, p. 273-275).

O Anteprojeto foi incorporado ao Decreto-lei 25, publicado em 1937, definindo o patrimônio histórico e artístico nacional como:

[...] o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (Brasil, 1937).

Esse Decreto foi instituído com o objetivo de estruturar o Sphan e implementar as políticas de proteção do patrimônio. Entretanto, ao longo de 30 anos, sob a gestão de Rodrigo Melo Franco de Andrade, entre 1937 e 1967, as políticas de patrimônio se concretizaram de forma mais restritiva, voltadas à proteção dos bens culturais que configurassem o ideário moderno-europeu, tendo como principal instrumento o

⁶ Conforme Habermas (1983, p. 9) o projeto de modernidade entrou em foco durante o século XVII, como um extraordinário esforço intelectual dos pensadores iluministas “para desenvolver a ciência objetiva, a moralidade e a leis universais e arte autônoma”, o domínio científico da natureza, o desenvolvimento de formas racionais de organização social e de modos racionais de pensamento, em busca da emancipação humana (*Apud* Harvey, 1992, p. 23).

⁷ Movimento estético que oscila entre o efêmero e fugidio e o eterno e imutável, presente em diversas áreas de conhecimento, como suporte à consolidação do projeto de modernidade (Harvey, 1992).

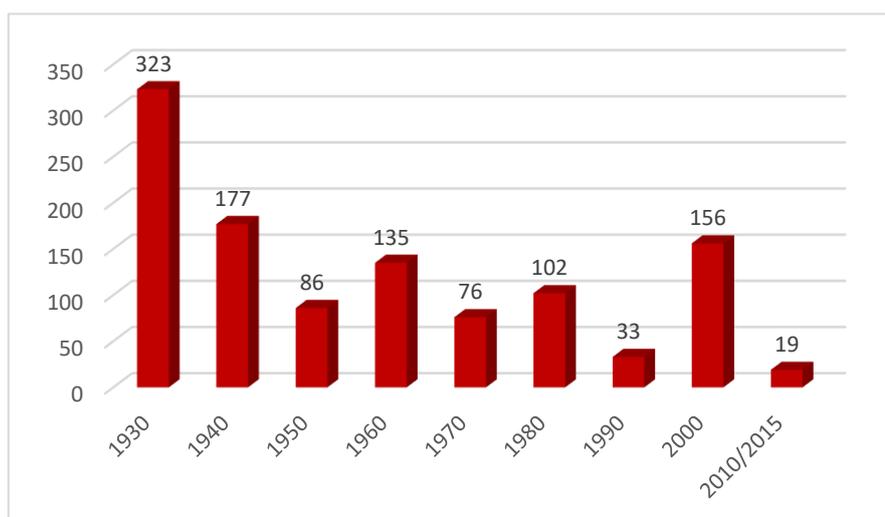
tombamento do patrimônio cultural edificado, sob os parâmetros franceses de excepcionalidade e autenticidade (Torelly, 2012).

Ao longo desse período, a política patrimonial brasileira se encarregou de construir uma identidade nacional, por meio da seleção oficial de bens culturais, considerados representativos da história, da memória e da tradição brasileira, elegendo o barroco como forma de expressão da autenticidade e da excepcionalidade cultural do Brasil.

Esse período ficou conhecido como a fase heroica da gestão do patrimônio cultural, com o tombamento de diversos bens e sítios urbanos (Gráfico 5), priorizando as edificações, edificações e acervos e os conjuntos arquitetônicos e urbanos (Gráfico 6) que reafirmavam a hegemonia do poder político, religioso e militar dominante no País, desde a colonização europeia.

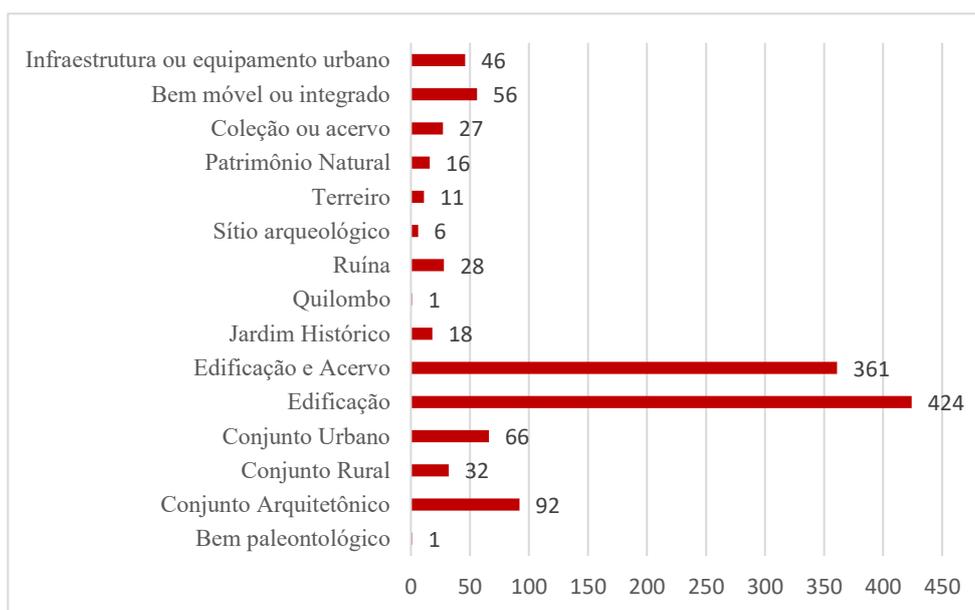
O modelo de gestão implementado nesse período no Brasil alinha-se ao que Choay (2006) denomina fase monumentalista da preservação do patrimônio cultural. Conforme dados apresentados nos Gráficos 5 e 6, nas décadas de 1930, 1940 e 1960 as edificações e edificações e acervos representavam respectivamente 80%, 77% e 68% dos bens culturais tombados pelo Iphan (Iphan, 2021). Nesse contexto, a singularidade do barroco mineiro tornou-se a principal expressão histórica e artística do Brasil, sendo a cidade de Ouro Preto a primeira a ser tombada, em 1933 (Corá, 2014; Costa, 2015).

Gráfico 5 – Número de bens tombados no Brasil pelo IPHAN, por década



Fonte: Elaboração da autora com base em Iphan (2021).

Gráfico 6 – Lista de bens tombados no Brasil pelo Iphan, por categoria



Fonte: Elaboração da autora com base em Iphan (2021).

Ainda na fase heroica, sobretudo a partir dos anos 1960, os gráficos anteriores também apontam que a preservação do patrimônio cultural passa a ser atrelada ao planejamento urbano, sendo disseminada a ideia de preservação dos “centros históricos” como “origem histórica” do lugar e direcionando às áreas centrais das cidades a intensificação do tombamento de conjuntos urbanos e arquitetônicos, acompanhados de intervenções urbanísticas de conservação e restauro (Nigro, 2001), tal como Choay (2006) sinalizou como ampliação geográfica da perspectiva preservacionista.

Quanto ao setor do turismo, conforme estudos de Cruz (2006), no período que compreende os anos 1938 e 1966, a ação pública federal alinhou as políticas de desenvolvimento industrial do País (com o crescimento da indústria automobilística e da rede rodoviária) ao crescimento do setor turístico, voltando-se para regulação/normatização desse setor e aos investimentos ligados ao agenciamento de viagens e transportes.

A partir de 1966, criou-se o Sistema Nacional de Turismo (Sistur), a Empresa Brasileira de Turismo (Embratur) e o Conselho Nacional de Turismo (CNTUR), por meio do Decreto-lei 55/1966, com a finalidade de desenvolver a indústria do turismo e promover o Brasil a um dos principais destinos turísticos do mundo, com ênfase no fortalecimento da rede de transporte aéreo e hospedagem (Cruz, 2006).

A década de 1970, com a urbanização acelerada do País (taxa de mais de 56%) associada aos avanços tecnológicos na indústria e a modernização das cidades, marca a

mudança de paradigma no que diz respeito ao conceito, às políticas de preservação e ao uso do patrimônio cultural, com a gestão de Aloísio Magalhães à frente do Iphan, entre os anos de 1979 a 1982. Do ponto de vista conceitual, o campo da antropologia contribuiu para o reconhecimento da diversidade cultural brasileira e a necessidade de reformulação das políticas de proteção da cultura indígena e afrodescendente (Torelly, 2012; Corá, 2014). Quanto à preservação e ao uso, as políticas se voltaram para um plano de valorização do patrimônio, com o intuito de dinamizar a economia urbana, por meio da refuncionalização e da exploração turística das cidades (Köhler, 2008).

A valorização do patrimônio, nesse contexto, tem um significado ambíguo. De acordo com Choay (2006, p. 227), esse momento se configura como “um fato inédito na história das práticas patrimoniais: o antagonismo de dois sistemas de valores e dois estilos de conservação”, refletindo uma tendência voltada aos avanços nas técnicas de conservação e restauro, visando a preservação dos valores do patrimônio, e outra (dominante) direcionada à conotação econômica, no sentido da promoção da renda e do prestígio ilusório do patrimônio (Choay, 2006).

Nesse sentido, a tendência mundial de valorização do patrimônio conecta-se ao empreendedorismo urbano, com a proliferação de projetos de renovação, reabilitação, requalificação, revitalização e refuncionalização dos centros degradados das cidades. Tais projetos representam concepções diferentes, porém convergem para a mesma direção, que é a “revalorização de setores de cidades, operacionalizada pela intervenção direta de governanças urbanas atreladas, em muitos casos, ao capital financeiro internacional” (Costa, 2011, p. 89).

Na gestão de Aloísio Magalhães é implantado o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas (PCH), em 1973, a partir da articulação de quatro Ministérios (Educação e Cultura; Planejamento; Interior; e Indústria e Comércio), visando a coordenação da política federal de fomento ao potencial econômico e turístico das cidades históricas (Torelly, 2012).

Nesse contexto, ao longo da década de 1970, há um investimento significativo no setor do turismo, com a criação de um sistema de fomento formado pelo Fundo Geral do Turismo – Fungetur (em 1971) e o Fundo de Investimentos Setoriais – Fiset (em 1974), favorecendo a ampliação do parque hoteleiro e a implementação das políticas de rodoviarização, para o incentivo do turismo de praia, gastronomia, cultura e riquezas naturais (Cruz, 2005).

Em 1975, cria-se o Centro Nacional de Referências Culturais (CNRC), com o propósito de revisão oficial do conceito de patrimônio e preservação, com base no amadurecimento de um debate que vinha sendo travado desde os anos 1960, por diferentes áreas de conhecimento, culminando com o reconhecimento do patrimônio, “quanto aos aspectos relacionados à memória do lugar, às referências espaciais e vivências afetivas, reconhecidas como o espírito do lugar” (Torelly, 2012, p. 7).

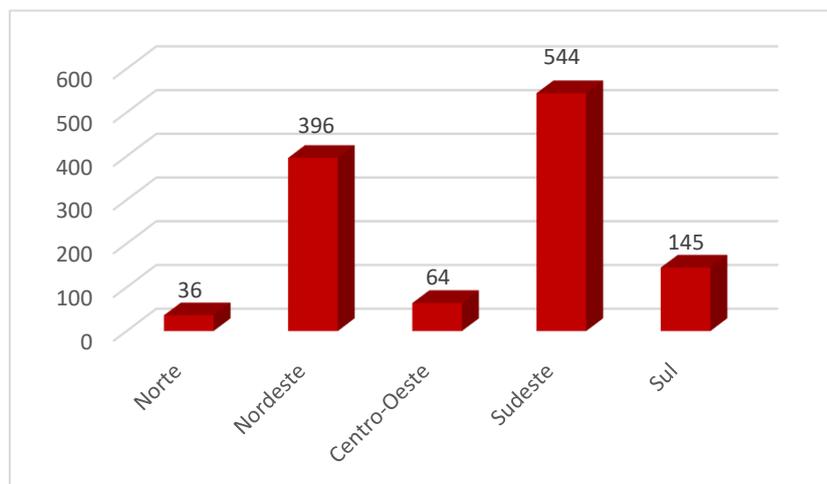
O debate conceitual amplia o sentido de patrimônio cultural para além do valor histórico e artístico e o eleva ao caráter de referência e bem cultural, como dimensão da vida social, portanto representativo das memórias e práticas sociais que remetem a uma identidade coletiva. A adoção de uma concepção mais antropológica do patrimônio desencadeou a construção de políticas e ações de reconhecimento e valorização do patrimônio voltado aos saberes e fazeres tradicionais e populares.

Em 1979, o Iphan, o PCH e o CNRC são unificados e passam a constituir a Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM), visando agregar as diferentes visões de patrimônio e articular ideias e interesses de preservação e desenvolvimento econômico (Torelly, 2012).

Desde a criação do Sphan (1937) até o final da década de 1980, a política patrimonial foi marcada por dois processos distintos. Durante os trinta anos (1937/1967) da gestão de Rodrigo de Andrade, a prioridade era a política de tombamento e valorização do patrimônio edificado (monumentos, sítios urbanos e edificações) de interesse artístico, arquitetônico e histórico que exaltavam o colonialismo e a colonialidade europeia no Brasil. Essa política ficou conhecida como a política de “pedra e cal”, em razão da centralidade do patrimônio material com as políticas de tombamento, principalmente nos estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais (Torelly, 2012).

A partir da gestão de Aloísio Magalhães (1979/1982), as políticas incorporaram a tônica da diversidade cultural e se voltaram à valorização e à proteção dos bens representativos da memória e das práticas das populações afrodescendentes e indígenas. Dessa maneira, Aloísio Magalhães estimula e implementa a patrimonialização dos bens culturais, sobretudo na região Nordeste brasileira, e articula esses bens à atividade turística (Corá, 2014). Um indicador das políticas que marcam esses dois períodos de gestão do Iphan é que 46% e 33% dos bens tombados estão concentrados nas regiões Sudeste e Nordeste do País, respectivamente (Gráfico 7).

Gráfico 7 – Número de bens tombados no Brasil pelo Iphan, por região



Fonte: Elaboração da autora com base em Iphan (2021).

Esse processo político-institucional ganhou força com o reconhecimento e a inserção de alguns bens patrimonializados pelo Iphan na Lista do Patrimônio Mundial da Unesco ao longo da década de 1980, como: o Centro Histórico de Ouro Preto – MG (1980); o Centro Histórico da Cidade de Olinda – PE (1982), o Centro Histórico de Salvador – BA (1985) e o Centro Histórico de São Luís (1997) (Figuras 2, 3, 4 e 5). Além disso, a lista de bens tombados pelo Iphan, enquadrados na categoria de conjuntos urbanos e arquitetônicos, aumentou 74% na década de 1980 em relação à década de 1960 (Iphan, 2021).

Figura 2 – Cidade Histórica de Ouro Preto – MG



Fonte: Camila Honorato, publicado em 7 de julho de 2016, em: <http://www.viagemeturismo.abril.com.br>

Figura 3 – Centro Histórico de Salvador – BA



Fonte: Camila Honorato, publicado em 7 de julho de 2016, em: <http://www.viagemeturismo.abril.com.br>

Figura 4 – Centro Histórico da Cidade de Olinda – PE



Fonte: Camila Honorato, publicado em 7 de julho de 2016, em: <https://www.viagemeturismo.abril.com.br>

Figura 5 – Centro Histórico de São Luís – MA



Fonte: Camila Honorato, publicado em 7 de julho de 2016, em: <http://www.viagemeturismo.abril.com.br>

A redemocratização política do País e o crescimento das lutas e manifestações sociais resultaram na reelaboração da Constituição Federal da República, em 1988, culminando com a ampliação do conceito de patrimônio cultural e os instrumentos de proteção e salvaguarda dos bens culturais, por meio de seus artigos 215 e 216, incorporando o reconhecimento da natureza material e imaterial desses bens:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1.º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional (Brasil, 1988).

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I – as formas de expressão;

II – os modos de criar, fazer e viver;

III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1.º O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação (Brasil, 1988).

Durante a década de 1990, houve uma reestruturação institucional da política patrimonial, com a extinção da FNPM e a restauração do Iphan como único órgão federal responsável pela implementação das ações patrimoniais. A partir do alinhamento com a

política neoliberal, em curso nesse período, o Brasil encabeçou um conjunto de ações para fomentar projetos de revitalização⁸ dos centros históricos, uma vez que a urbanização (e a modernização das cidades) desencadeou um processo de degradação ou descaracterização dos bens patrimonializados. Inclusive, estudos apontam que, em meados da década de 1990, 50% dos bens tombados pelo Iphan estavam deteriorados e 25% necessitavam de recuperação (Köhler, 2008).

Esse período marca a intensificação do processo da patrimonialização global, com a emergência do turismo como um dos principais vetores de crescimento econômico do Brasil. Somou-se aos projetos de revitalização das cidades históricas a articulação de diferentes setores ligados à infraestrutura e ao transporte para fomentar a exploração turística do patrimônio cultural.

Dessa maneira, o turismo passa a ser uma das prioridades no planejamento do governo brasileiro, tanto no aspecto normativo quanto nos arranjos territoriais, com a implementação de diversas ações, programas e investimentos nesse setor. Entre tais ações estão a criação do Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste – Prodetur-NE (Portaria Conjunta Sudene e Embratur 1, de 29.11.1991), visando a exploração turística do litoral nordestino, e a elaboração das diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo e o Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo para a Amazônia Legal (Proecotur), objetivando intervenções significativas, sobretudo relacionadas à criação, ampliação e modernização de sistemas de transporte, para o acesso aos lugares (Cruz, 2005; 2006).

Em 1991, a Embratur adquire o *status* de autarquia, com a denominação de Instituto Brasileiro de Turismo, vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Regional da Presidência da República. A missão da nova autarquia passou a ser de formular, coordenar e executar a política nacional do Turismo. Em 1992, cria-se o Ministério da Indústria, Comércio e Turismo, ao qual a Embratur é vinculada com a missão de executar as ações de turismo (Embratur, 2021).

Em 1994, o Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT (Portaria 130, de 30.03.1994) é lançado e voltado para capacitação dos municípios interessados na gestão local da atividade turística, como exemplos do crescente papel do

⁸ Está mais ligada “à dinamização cultural, turística e de consumo, com investimentos em projetos de reforma e embelezamento de fachadas dos prédios e dos espaços públicos, com segurança pública e lazer, a fim de retomar o efeito simbólico da memória histórica do lugar, no cotidiano das pessoas que usam e ocupam o território” (Colvero, 2010, p. 40 *apud* Costa, 2011).

Estado, como indutor do desenvolvimento desse setor. Nesse sentido, Cruz (2005) coloca que, sob o discurso do planejamento participativo e da gestão local do turismo, o PNMT “delegou aos municípios a ‘gestão miúda’ da atividade turística, enquanto permanece restrita à esfera pública federal a tomada das decisões verdadeiramente orientadoras do desenvolvimento dessa atividade” (Cruz, 2005, p. 33).

Para o fomento às ações desses programas, foram reativadas antigas linhas de financiamento, como o Fundo Geral do Turismo (Fungetur) e linhas específicas de crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e novos incentivos financeiros, pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID (Cruz, 2005).

No aspecto normativo, destacam-se os seguintes dispositivos legais: o Decreto-lei 2.294/1986, que liberou a atividade turística no País, declarando livres o exercício e a exploração de atividades e serviços turísticos; a Lei 8.181, de 28.03.1991, e o Decreto 448, de 14.02.1992, que a regulamenta, readequando a administração pública federal às novas demandas de incentivo à internacionalização do turismo de massa.

Somam-se a esses programas a Política Nacional de Turismo (1996-1999), do governo Fernando Henrique Cardoso, e, já na década de 2000, o Plano Nacional de Turismo (2003-2007), do governo Lula.

Em 2003, o Ministério do Turismo é criado com a finalidade de traçar as políticas públicas para o setor e a Embratur passa a ser responsável pela promoção, *marketing* e apoio à comercialização dos produtos, serviços e destinos brasileiros em todo o mundo, elevando-se ao patamar de Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo, com a Lei 14.002/2020 (Embratur, 2021).

A articulação entre as políticas de patrimônio e do turismo no âmbito federal também ficaram evidentes com a regulamentação das políticas de reconhecimento e proteção do patrimônio imaterial, ampliando o leque de bens culturais a serem explorados pelo impulsionamento dos planos de turismo.

Nesse sentido, foram criados o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial – PNPI (Decreto-lei 3.551/2000) e o Projeto Celebrações e Saberes da Cultura Popular (2001), executado pelo Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (criado em 2003), com o objetivo de estimular as experiências de aplicabilidade dos instrumentos de Registro e do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC).

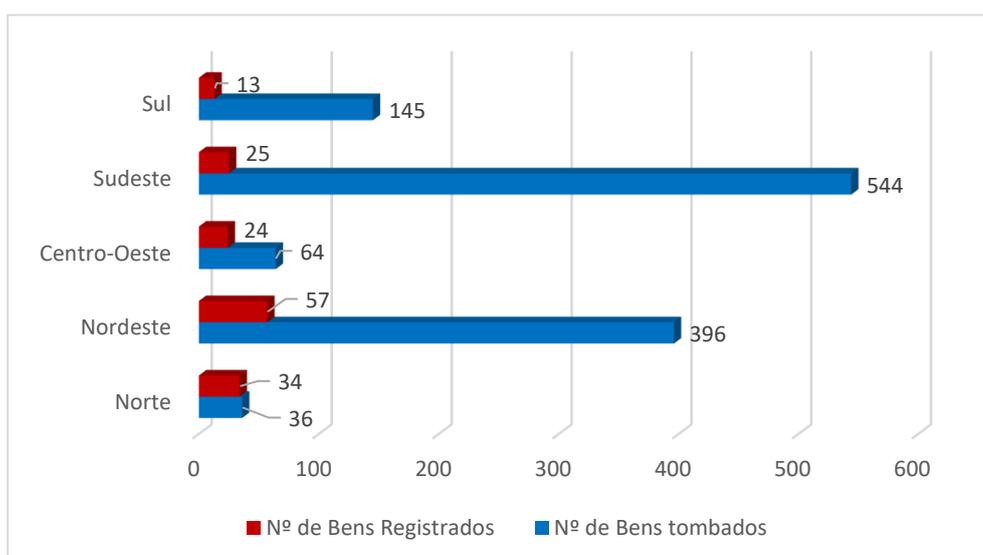
No âmbito global, em 2003, a Unesco proclamou a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial e, em 2006, instituiu-se o Programa Monumenta, em

uma parceria entre o BID e o Iphan. Esse programa resultou em novos investimentos voltados à recuperação de imóveis e espaços públicos de cidades históricas e na parceria público-privada, envolvendo estados e municípios, por meio de três linhas de trabalho: capacitação de mão de obra; programas educativos; e promoção de atividades econômicas (Corá, 2014).

Nesse período, o Iphan passa a reconhecer e a incorporar às políticas de tombamento as edificações que remontam à diversidade cultural brasileira. Na década de 2000 a 2015, diferente das décadas anteriores, quando os bens tombados eram, em sua maioria, igrejas e casarios coloniais, 67% dos bens tombados pelo Iphan estão na categoria de edificações e sua maior parte está ligada aos movimentos sociais imigratórios, às práticas afrodescendentes e memórias indígenas. Um exemplo disso é que, com exceção do Terreiro “Casa Branca”, tombado em Salvador (BA) no ano de 1982, o qual representou a política mais democrática de Aloísio Magalhães, todos os terreiros tombados pelo Iphan até então (que somam onze) foram reconhecidos entre os anos de 1998 a 2011 (Iphan, 2021).

Ademais, esse período marca a inserção da política de reconhecimento dos bens culturais de natureza imaterial, por meio do instrumento de Registro, que, segundo o Iphan, remetem à identidade, à memória e às práticas sociais e culturais dos grupos formadores da sociedade brasileira (Iphan, 2021). Por essa razão, a maioria dos bens registrados pelo Iphan concentra-se nas regiões Norte e Nordeste do País (Gráfico 8).

Gráfico 8 – Número de bens tombados e registrado no Brasil pelo Iphan, por região



Fonte: Elaboração da autora com base em Iphan (2021).

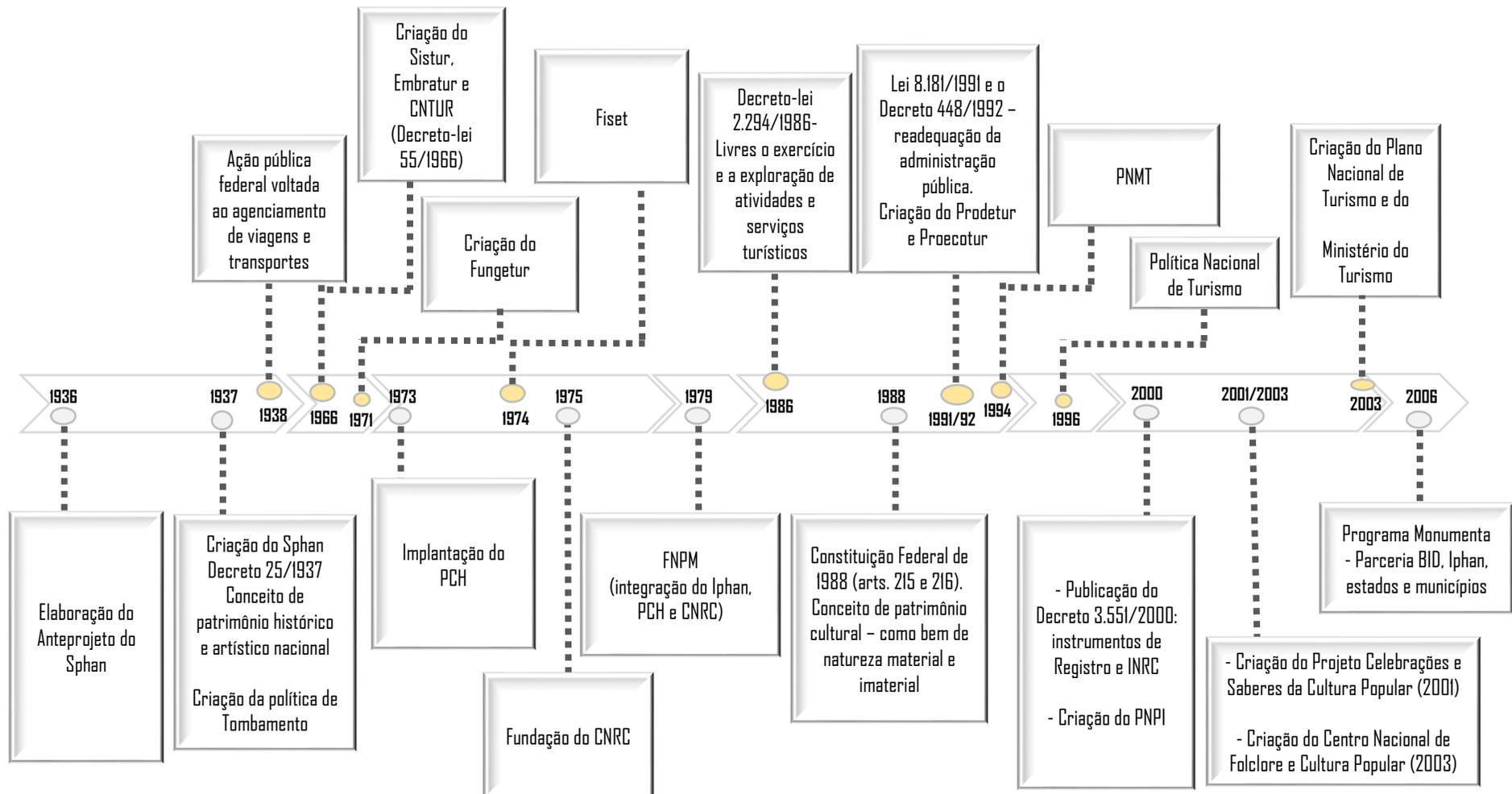
Por outro lado, o Plano Nacional de Turismo estruturou e desenvolveu ações, deixando claro o alinhamento das políticas públicas com o movimento da patrimonialização global, conforme seus objetivos expressam:

O Plano Nacional do Turismo está estruturado a partir dos seus objetivos, dos quais derivam os Macro Programas, Programas e Ações... a saber: E.1) Objetivos Gerais: desenvolver o produto turístico brasileiro com qualidade, contemplando nossas diversidades regionais, culturais e naturais; estimular e facilitar o consumo do produto turístico brasileiro nos mercados nacional e internacional. E.2) Objetivos Específicos: aumentar a inserção competitiva do produto turístico no mercado internacional; e ampliar o consumo do produto turístico no mercado nacional (Brasil, 2003).

A Figura 6 ilustra uma linha do tempo com a síntese das políticas e ações patrimoniais e de turismo implementadas no Brasil discutidas neste texto, tendo como linha de base o ano de 1936, período que marca o início do processo de institucionalização do patrimônio cultural no País.

Figura 6 –Linha do tempo das políticas patrimoniais e do turismo no Brasil

Linha do tempo das políticas patrimoniais e de turismo no Brasil.



Fonte: Elaboração da autora, com base nos dados do Iphan (2021); Corá (2014); Cruz (2005).

Dando continuidade à análise do processo da patrimonialização como fenômeno urbano e à compreensão do objeto de estudo desta pesquisa nesse contexto geográfico, o item a seguir dará enfoque às políticas patrimoniais de reconhecimento das feiras e mercados como bens de natureza imaterial no Brasil, apresentando um breve panorama das feiras e mercados que já se encontram registrados, inventariados ou em processo de registro.

1.3. A feira livre como bem cultural patrimonializado no Brasil

A institucionalização de feiras e mercados populares como bens culturais faz parte de um processo de amadurecimento do reconhecimento do que é o patrimônio cultural brasileiro, desde os anos 1970, conforme relatado no texto anterior. O Decreto 3.551/2000 regulamentou o artigo 16 da Constituição Federal e instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem o patrimônio cultural brasileiro, além da criação do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, visando a implementação da política de Inventário de Referências Culturais desse patrimônio.

Como instrumento de identificação e reconhecimento dos bens de natureza imaterial, o registro é realizado em um dos quatro livros previstos a seguir, e feiras e mercados enquadram-se no livro de Registro de Lugares:

§ 1.º Esse registro se fará em um dos seguintes livros:

I – Livro de Registro dos Saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;

II – Livro de Registro das Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social;

III – Livro de Registro das Formas de Expressão, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas;

IV – Livro de Registro dos Lugares, onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas (Brasil, 2000, art. 1.º, § 1.º).

O pedido de registro de um bem cultural pode ser realizado tanto pelo poder público quanto pela própria coletividade (sociedade ou associações civis) ao Iphan, que tem a responsabilidade de acompanhar os processos de instauração do registro, bem como de reavaliar a cada dez anos a permanência ou não dos valores que justificaram o registro daquele bem.⁹ Após o processo de reconhecimento e registro, recebe o título de “bem

⁹ A Resolução do Iphan 1, de 03.08.2006, publicada no *DOU* em 23.03.2007, “determina os procedimentos a serem observados na instauração e instrução do processo administrativo de Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial” (Iphan, 2006).

cultural registrado”, cabendo ao Ministério da Cultura, assegurar sua valorização (divulgação e promoção) e ao Iphan, sua salvaguarda.

A salvaguarda do bem registrado se dá com base na Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial da Unesco (2003), promulgada no Brasil por meio do Decreto 5.753/2006, a qual estabelece em seu Artigo 2 a seguinte definição:

Entende-se por “salvaguarda” as medidas que visam garantir a viabilidade do patrimônio cultural imaterial, tais como a identificação, a documentação, a investigação, a preservação, a proteção, a promoção, a valorização, a transmissão – essencialmente por meio da educação formal e não-formal – e revitalização deste patrimônio em seus diversos aspectos (Brasil, 2006).

O processo de salvaguarda do bem registrado tem como pressuposto a gestão participativa, levando em consideração o ponto de vista dos detentores do bem cultural, para que as ações previstas estejam de acordo com as demandas dos grupos sociais que integram o bem (Iphan, 2017). O protagonismo dos detentores do bem registrado é considerado fundamental no processo de salvaguarda para que as ações propostas pelo Iphan alcancem as prerrogativas estabelecidas pelo processo institucional de registro. Tais prerrogativas incluem a contribuição para preservação e continuidade das tradições no sentido “das práticas produtivas, rituais e simbólicas que são constantemente reiteradas, transformadas e atualizadas, mantendo, para o grupo, um vínculo do presente com o seu passado” (Iphan, 2006).

O INRC também se constitui como instrumento de identificação das diversas manifestações culturais e bens de interesse de preservação, de natureza imaterial e material, tendo como principal objetivo “compor um banco de dados que possibilite a valorização e salvaguarda, planejamento e pesquisa, conhecimento de potencialidades e educação patrimonial” (Iphan, 2021).

No que diz respeito à identificação e ao reconhecimento oficial de feiras e mercados como patrimônio cultural brasileiro, atualmente existem dois registros de feiras populares no Livro de Registro de Lugares, que são: a Feira de Caruaru, no estado de Pernambuco (Figura 7), registrada em 2006, e a Feira de Campina Grande, no estado da Paraíba (Figura 8), registrada em 2017. Além dessas, a Feira de São Joaquim, no estado da Bahia, ainda está em processo de instrução para registro, desde 2005. Quanto à identificação das referências culturais, existem feiras e um mercado com INRC, que são: a Feira Central de Campina Grande – PB (2017), a Feira de Caruaru – PE (2006), a Feira

de São Cristóvão – RJ (2011), as feiras permanentes do Distrito Federal (2005) e o Mercado do Ver-o-Peso – PA (2010).

Figura 7 – Feira de Caruaru – PE



Fonte: Janaína Pepeu, publicado em 17 de janeiro de 2020, em: <http://www.radioculturadonordeste.com.br>

Figura 8 – Feira de Campina Grande – PB



Fonte: Publicado em 30 de julho de 2018, em: <http://www.paraibacriativa.com.br>

A Feira de Caruaru, localizada na cidade de Caruaru (PE), foi a primeira feira popular a ser registrada como lugar de referência cultural, representativa da cultura do agreste pernambucano. Essa feira representa, também, os elementos e as práticas da cultura nordestina, de modo geral, de permanente construção de identidades e de exposição da criatividade popular, tanto em seus aspectos tradicionais como em sua capacidade de recriação, invenção e inovação. Esses aspectos tradicionais podem se transformar ou desaparecer em virtude das transformações da própria sociedade e da própria cultura (Iphan, 2021).

A Feira de Campina Grande, localizada no município de Campina Grande (PB), foi registrada como patrimônio cultural brasileiro em 2017. É considerada uma feira-cidade, pois cresceu e se tornou “uma das maiores referências do mercado da região, marcando a vivência coletiva de milhares de trabalhadores e exercendo poderosa influência em todo o interior nordestino” (Iphan, 2021), especialmente nos estados da Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará.

O Registro das Feiras de Campina Grande e Caruaru como patrimônio cultural do Brasil é um marco importante no processo de reconhecimento das feiras populares, como lugares de referência da diversidade cultural e da memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, como preconiza a Constituição Federal. Na descrição da Feira de Campina Grande como bem cultural registrado, o Iphan sinaliza a relevância desse reconhecimento, alegando que:

De geração a geração, os saberes e experiências dos feirantes são transmitidos a filhos, netos e bisnetos, da mesma forma que os espaços de comercialização. Herdados como verdadeiros legados familiares, os ofícios representam a história daqueles personagens, que dedicam sua vida à Feira e que, por isso, têm nela sua referência fundamental. Sua história é atrelada à dos fregueses, dos produtos e das negociações (Iphan, 2021).

No que diz respeito à Feira do Ver-o-Peso, em 2010, foi publicado o Inventário de Referências Culturais do Mercado Ver-o-Peso, abrangendo a área que corresponde à Feira do Açaí, Doca do Ver-o-Peso, Mercado de Ferro (venda de peixe), Mercado Francisco Bolonha (venda de Carne) e a Feira do Ver-o-Peso.

De acordo com as primeiras observações de campo desta pesquisa, em fevereiro de 2020, o Instituto Ver-o-Peso (composto por trabalhadores do Complexo), com um grupo de pessoas (ativistas da preservação do patrimônio cultural do Ver-o-Peso, os quais se organizam por meio de uma Associação informal, denominada “Amigos do Ver-o-Peso”), articulou uma reunião com a Superintendência do Iphan-PA, visando buscar esclarecimento técnico a respeito do processo de Registro da Feira do Ver-o-Peso aos trabalhadores da Feira.

A reunião contou com a presença do ex-Superintendente do Iphan/PA, o senhor Cyro Lins, e uma técnica do Instituto, que trouxeram orientações sobre o passo a passo para o pedido de registro. Na ocasião, os trabalhadores demonstraram preocupação acerca da possibilidade de a Feira ser retirada da área do Complexo e questionaram se a aquisição do registro garantiria a permanência dos trabalhadores no local. O Iphan esclareceu que, por se tratar de um bem cultural de natureza imaterial, o registro tem a condição de promover a salvaguarda das práticas sociais e culturais presentes na Feira, mas não tem o poder institucional de assegurar sua permanência no mesmo local.

Os técnicos também esclareceram que o Inventário de Referências Culturais do Ver-o-Peso, realizado em 2009, pode ser atualizado e aproveitado no processo de registro. Ademais, ressaltaram que é necessária a anuência de todos os trabalhadores da Feira para que o pedido seja encaminhado e oficializado.

Nesse contexto, também foram inventariados os ofícios tradicionais do Centro Histórico de Belém-CHB (em 2011), reconhecidos pela população local como referências culturais correspondentes aos bairros da Cidade Velha e da Campina (núcleos que originaram a cidade de Belém).

As políticas, as ações e os indicadores apresentados nos itens 1.2 e 1.3 apontam como ocorre o processo da patrimonialização global no Brasil e como esse fenômeno urbano vem ampliando os mecanismos de apropriação dos territórios definidos pela dimensão cultural, afetiva e identitária, os quais se dão na escala do cotidiano (Barcellos, 1995). A Feira do Ver-o-Peso, objeto desta pesquisa, pode se enquadrar nessa realidade, conforme observação das políticas patrimoniais, projetos e ações de requalificação urbana e o processo de turistificação da área central de Belém, apresentados no item a seguir.

1.4. Complexo do Ver-o-Peso: o cartão-postal de Belém

A Feira do Ver-o-Peso está localizada na área mais antiga da cidade, tendo surgido há trezentos e noventa e sete anos, após nove anos da fundação de Belém (1616). Formou-se a partir de um posto de fiscalização de mercadorias da coroa portuguesa, próximo ao Forte de fundação da cidade, tornando-se o principal centro de conexão comercial e social entre a região amazônica e o mercado mundial (Cruz, 1973).

O desenvolvimento urbano do município se deu a partir dessa área, inicialmente com a dinâmica fluvial do comércio das Drogas do Sertão (século XVII). Em meados do século XIX, a região Norte do Brasil foi inserida na nova dinâmica da Divisão Internacional do Trabalho, como principal produtora de látex para indústria automobilística (1870-1910).

Nesse período, Belém assumiu o protagonismo no escoamento e exportação internacional desse produto, em virtude de sua localização estratégica (no estuário do rio Amazonas) e a disponibilidade de uma estrutura portuária moderna, favorecendo a expansão e a modernização urbana do município (Iphan, 2015).

Esse processo proporcionou à área central de Belém a configuração espacial de um conjunto de edificações que remontam ao traçado paisagístico e arquitetônico colonial/moderno europeu, tais como: casarios, igrejas, palácios, espaços públicos, praças e *boulevards*, em estilo barroco e *Art Nouveau*, conferindo à cidade uma paisagem cultural eclética (Trindade Jr., 2018).

Atualmente, essa área está conectada ao circuito da patrimonialização global, por meio das políticas patrimoniais, articuladas aos projetos de requalificação urbana e à turistificação, comportando diversos bens patrimonializados que configuram o Centro Histórico de Belém.

O processo de patrimonialização da área central iniciou-se no ano de 1940 com o tombamento de bens, pelo Iphan, que remontam ao processo da formação territorial de

Belém, como: a edificação e acervo das igrejas da Sé e de São João; convento e igreja de Nossa Senhora do Carmo e Nossa Senhora das Mercês; e a capela da Ordem Terceira. Até a década de 2000, foram selecionados e tombados alguns conjuntos arquitetônicos e urbanísticos na cidade. O Quadro 4 apresenta os bens e conjuntos arquitetônicos tombados na área que compreende a Feira do Ver-o-Peso e adjacências.

Quadro 4 – Áreas patrimonializadas na área da Feira do Ver-o-Peso e seu entorno*

Classificação	BENS PATRIMONIAIS INTEGRANTES	ANO	ÓRGÃO
Edificação e acervo	Igreja da Sé	1940	Iphan
Edificação e acervo	Igreja de São João Batista	1940	
Edificação	Convento e Igreja de Nossa Senhora do Carmo	1940	
Edificação	Convento e Igreja de Nossa Senhora das Mercês	1940	
Edificação	Convento e Capela da Ordem Terceira	1940	
Conjunto arquitetônico	Igreja de Santo Alexandre e antigo Colégio dos Jesuítas	1940	
Edificação	Palacete Azul (Palácio Antônio Lemos)	1942	
Edificação	Solar do Barão de Guajará (IHGP)	1943	
Edificação	Palácio Velho	1943	
Edificação e acervo	Igreja de Nossa Senhora do Rosário	1944	
Edificação e acervo	Igreja de Santana	1950	
Edificação	Forte do Castelo	1961	
Edificação	Edifício do antigo Hospital Militar, na Praça Frei Caetano Brandão, ex-largo da Sé (Casa das Onze janelas)	1963	
Edificação	Antigo Palácio do Governo (Palácio Lauro Sodré, sede do Governo do Estado)	1963	
Conjunto arquitetônico	Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico da Praça Frei Caetano Brandão, ex-largo da Sé; Largo da Sé (Antigo)	1964	
Conjunto arquitetônico	Conjunto arquitetônico e paisagístico “Ver-o-Peso” e áreas adjacentes, Praça Pedro II e Boulevard Castilhos França, inclusive o Mercado de Carne e o Mercado Bolonha de Peixe	1969/ 1977	
Conjunto arquitetônico	Conjunto arquitetônico: convento/capela da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência, com a área de entorno: Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Largo de Santo Antônio, onde se destacam o sobrado que aloja a Secretaria de Segurança, os sobrados da rua Gaspar Viana, desde o Largo de Santo Antônio até a Avenida Presidente Vargas, e o antigo quartel da Polícia Militar, na esquerda da rua Gaspar Viana e Avenida Assis de Vasconcelos, formam o prolongamento natural do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Ver-o-Peso	1980	
Edificação	Palacete Pinho	1980	
Conjunto arquitetônico	Conjuntos Arquitetônicos da Av. Governador José Malcher, constante dos imóveis da Travessa Rui Barbosa	1980	
Conjunto arquitetônico	Avenida Nazareth: conjunto arquitetônico	1980	
Conjunto urbano	Conjunto: Arquitetônico e Paisagístico do Largo das Mercês e sua área de entorno	1980	
Conjunto arquitetônico	Conjunto arquitetônico da Rua Siqueira Mendes e Largo do Carmo	1980	
Conjunto urbano	Conjunto arquitetônico dos bairros da Cidade Velha e Campina	1982	

	Colégio Estadual Paes de Carvalho	1983	
Centro Histórico	Centro Histórico de Belém	1994	Lei Municipal 7.709, de 08.05.1994
Conjunto arquitetônico	Conjunto arquitetônico e paisagístico do Porto de Belém: área portuária, edifício-sede da CDP, reservatório elevado em estrutura metálica e monumento a Pedro Teixeira. (Reduto e Campina)	2000	Secult/PA DPHAC
Conjunto arquitetônico	Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico dos bairros da Cidade Velha e Campina	2012	Portaria MinC 54/2012

Fonte: Elaboração da autora com base em Secult/PA (2015) e Iphan (2022).

Vale ressaltar que a política de preservação das edificações que constituem o patrimônio cultural da área central de Belém já vinha sendo adotada desde o início do século XX, período em que Belém vivenciou um acelerado processo de crescimento econômico, o qual permitiu a modernização da cidade.

Em decorrência da expansão urbana e do crescimento demográfico, o Intendente Municipal (na época, Antônio Lemos) empreendeu a construção do Mercado de Ferro (conhecido como Mercado de Peixe) na área da antiga Casa de Haver o Peso (posto de fiscalização de mercadorias), com o intuito de incrementar o abastecimento público, já realizado pelo Mercado Francisco Bolonha (conhecido como Mercado de Carne), construído em 1867, próximo àquela área (Iphan, 2015).

Visando também o embelezamento e a modernização da cidade, a construção do Mercado de Ferro iniciou-se em 1899 com a montagem de uma estrutura moderna, importada dos Estados Unidos e da Inglaterra, segundo projeto de Henrique La Rocque. Sob responsabilidade dos engenheiros Bento Miranda e Raimundo Viana, o mercado foi projetado de forma eclética, com uma composição arquitetônica clássica e estética, em *Art Nouveau*, estilo adotado durante a Belle Époque (Figuras 9 e 10) (Iphan, 2015).

Figura 9 – Vista lateral do Mercado de Ferro do Ver-o-Peso



Fonte: Iphan (2015).

Figura 10 – Estrutura interior do Mercado de Ferro do Ver-o-Peso



Fonte: Iphan (2015).

A inauguração do Mercado de Ferro ocorreu em 1.º de dezembro de 1901. Lima (2008) ressalta que, com a histórica dinâmica comercial e social, consolidou-se nessa área um complexo de feiras e mercados, denominado Complexo do Ver-o-Peso, transformando-se no maior entreposto comercial da região amazônica. Além disso, tornou-se uma referência cultural com a projeção nacional e internacional do Mercado de Ferro a (literalmente) cartão-postal de Belém (Figuras 11 e 12) (Iphan, 2015).

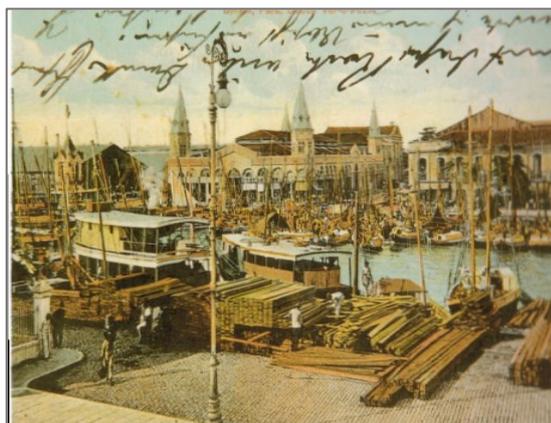
Nesse contexto, o poder público desenvolveu políticas visando a preservação das edificações construídas na área central da cidade, a exemplo da Lei Municipal 429, de 15 de março de 1905, que regulamentou a reconstrução e o embelezamento de prédios antigos, conforme descrito em seu artigo 1.º: “Ficam obrigados os proprietários dos prédios com frente de beiral (alguns do tempo do Pará-Colônia) a reformá-los de acordo com as plantas aprovadas pelo Intendente, nos seguintes prazos [...]” (Cruz, 1971, p. 126).

Figura 11 – Cartão-Postal Belém, PA. Doca do Ver-o-Peso e Mercado de Ferro, 1907



Fonte: Publicado em 13 de abril de 2021, em: <http://www.bvcoleccionismo.lel.br>

Figura 12 – Cartão-Postal: Belém, PA. Doca do Ver-o-Peso



Fonte: Iphan (2015)

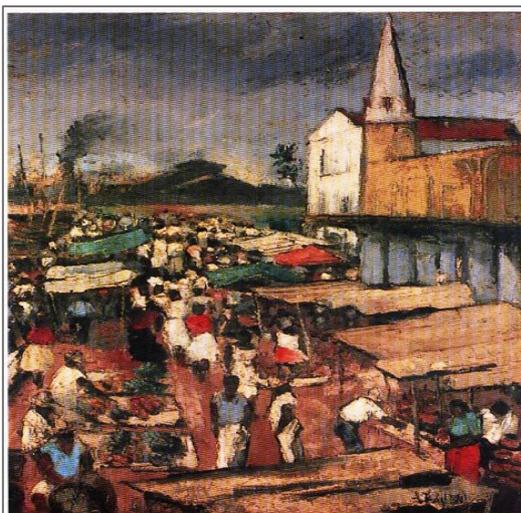
Ao longo do século XX, sob a influência dos preceitos modernistas, o Ver-o-Peso também se tornou uma das principais referências da cultura paraense, sendo fonte de inspiração em diversas áreas, como a literatura, a pintura e a fotografia (Figuras 13 e 14).

Figura 13 – Fotografia de Pierre Verger (1948)
– Doca do Ver-o-Peso



Fonte: Lima (2008).

Figura 14 – Pintura em tela de Armando Balloni
(1956) – Feira do Ver-o-Peso



Fonte: Lima (2008).

Segundo estudos de Lima (2008), vários artistas e intelectuais locais e nacionais expressam em suas obras, a autenticidade e as singularidades presentes no Ver-o-Peso, a exemplo de Bruno de Menezes, Mário de Andrade, Manuel Bandeira, Dalcídio Jurandir, Eneida de Moraes, João de Paes Loureiro, Max Martins, entre outros.

Em sua passagem por Belém, em 1927, Mário de Andrade faz uma prosa que destaca elementos do Ver-o-Peso, como “[...] os barcos veleiros sentados no cais do Ver-o-Peso, sacudiam as velas rosadas, azuis, negras, se abanando com lerteza” (Lima, 2008). A obra do escritor paraense Dalcídio Jurandir, no livro *Belém do Grão Pará*, também expressa as peculiaridades do Ver-o-Peso, destacado no trecho “[...] as canoas do porto veleiro, em cima da enchente, ao nível da rua, com velas içadas, pareciam prontas a velejar cidade a dentro” (Jurandir, 1960, p. 133 *apud* Lima, 2008).

Um fato interessante nesse contexto, foi a existência de um movimento artístico-cultural nas décadas de 1930 a 1950 denominado “Academia do Peixe Frito”. A Academia do Peixe Frito se configurava como uma organização informal de amigos jornalistas, literatos e pesquisadores da cultura (entre eles Jaques Flores, Bruno de Menezes, Abguar Bastos, De Campos Ribeiro, Rodrigues Pinagé, Paulo Oliveira, Nunes Pereira, Dalcídio Jurandir e Vicente Salles), que se reuniam para discutir e escrever sobre os problemas sociais e culturais vividos em Belém naquele período (Cunha, 2018).

Tendo o jornalismo e a literatura como instrumento de resistência nas lutas político-sociais, esse grupo de amigos escolheu a Feira do Ver-o-Peso como “sede da Academia” e fonte de inspiração para produzir obras importantes que denunciavam as

desigualdades sociais, mas também exaltavam e davam voz à periferia belenense e à cultura popular amazônica. Entre as obras literárias produzidas por esse grupo, as quais retratam as vivências cotidianas, as crenças populares, os costumes, enfim, o sincretismo cultural, social e religioso presente no Ver-o-Peso, destacam-se *Batuque* (1931) e *São Benedito da praia* (1959), de Bruno de Menezes; e *Panela de Barro* (1947), de Jaques Flores (Cunha, 2018).

Hoje, o Complexo do Ver-o-Peso é constituído pelo Mercado de Ferro, o Mercado Francisco Bolonha, a Praça do Pescador, a Praça do Relógio, o Solar da Beira, a feira livre e os sobrados históricos (Iphan, 2015), conforme espacializado na Figura 15.

Em decorrência do valor etnográfico e paisagístico, o Complexo foi incluído em uma proposta de tombamento, encaminhada ao Iphan em 1969¹⁰. Em 1977, o tombamento foi efetuado e a área oficialmente nomeada como Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Ver-o-Peso e áreas adjacentes,¹¹ contendo os bens constituídos pelo Complexo e mais as praças: Dom Pedro II, Dos Estivadores e Visconde do Rio Branco; a Igreja das Mercês, os palacetes: Antônio Lemos e Lauro Sodré; e a rua Boulevard Castilhos França (Figura 14).

A Feira do Ver-o-Peso também está inserida na área oficialmente tombada como Centro Histórico de Belém – CHB (pela Lei do Patrimônio 7.709/1994), o qual instituiu a delimitação urbana que constitui a poligonal dessa área, já prevista pela Lei Ordinária 7.401/1988,¹² e estabelece deveres e normas para sua preservação e salvaguarda (Figura 14) (Godinho, 2017). Em 2012, a Feira passou a integrar, também, o Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico dos bairros da Cidade Velha e Campina, pela Portaria MinC 54/2012 (Iphan, 2016).

¹⁰ Essa proposta foi formulada por Ernesto Cruz, presidente da Câmara de Ciências Humanas e Patrimônio Histórico Artístico Estadual, a qual tratou do pedido de tombamento do Patrimônio Histórico e Artístico Estadual do Ver-o-Peso, como monumento paisagístico de Belém. A proposta foi encaminhada ao Iphan por Aloisio Chaves, presidente do Conselho Estadual de Cultura do Pará, via Processo CEC-2/69 (Almeida, 2017).

¹¹ Essa área está oficialmente inscrita nos seguintes Livros de Tombo: Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Livro Histórico; e Livro de Belas Artes, constantes no Processo de Tombamento 812-T-69 (fls. 38-39) (Almeida, 2017).

¹² Esta configura a Lei de Desenvolvimento Urbano do município de Belém, a qual instituiu as zonas de uso para promover a ordenação e o controle do uso e ocupação do solo urbano, no sentido de adequar a distribuição das funções e atividades. Ressalta-se que o termo Centro Histórico de Belém já havia sido incorporado no Plano Diretor Grande Belém, de 1975, reconhecendo o núcleo central dos bairros Cidade Velha e Campina, como referência do patrimônio histórico da cidade e centros aglutinadores de comércio e serviços, historicamente (e popularmente) denominado como “centro”, ou “lá embaixo” ou “na praia” (Godinho, 2017).

Desde 2014, o Iphan aprovou, com a Unesco, a inclusão do Ver-o-Peso na lista de candidatura a Patrimônio Mundial, na categoria de patrimônio cultural (Iphan, 2016). A idealização do processo de reconhecimento a Patrimônio da Humanidade surgiu com uma proposta de candidatura desenvolvida no final dos anos 1990 (Almeida, 2017).

Em 2004, a realização do Inventário Histórico, Sociocultural, Arquitetônico e Ambiental do Ver-o-Peso, produzido pela Fundação Cultural do Município de Belém (2003), motivou a Prefeitura de Belém a contratar uma consultoria internacional para organizar o processo de candidatura, documentando a existência de vários bens culturais concentrados no CHB e outras áreas do município, com valores históricos e arquitetônicos, que fazem menção a quatro períodos distintos da formação territorial da cidade.

Os quatro períodos que circunscrevem o patrimônio cultural edificado no CHB, entre eles o Ver-o-Peso, são: o período Militar-Religioso (século XVII), formado pelas Fortificações e o primeiro traçado da cidade; o período Setecentista (século XVIII), com a presença do barroco italiano e neoclassicismo palladiano; o primeiro período do ciclo econômico da Borracha (século XIX – 1860/1900), com influência da arquitetura e urbanismo franceses, com destaque para o estilo eclético – *Liberty* e *Art Nouveau*; e o segundo período do ciclo da Borracha (1.^a década do século XX), com edificações de representação coppediana, de estilo neogótico e vitoriano (Trindade Jr., 2013; Almeida, 2017).

Os governos que sucederam esse período não deram continuidade ao processo e somente uma década depois (2014) houve a retomada da proposta. Entretanto, o novo processo restringiu o pedido à área de abrangência do CHB, com enfoque no Complexo do Ver-o-Peso como patrimônio cultural material, já reconhecido nacionalmente, mas também como lugar de referência das práticas sociais e manifestações culturais tradicionais (Almeida, 2017). No que diz respeito às intervenções e políticas de valorização do CHB e o Complexo do Ver-o-Peso, a primeira reforma do Mercado de Ferro data de 1968, no governo municipal de Alacid Nunes, onde a feira foi incorporada institucionalmente ao Complexo, tornando-se fixa (com barracas padronizadas) (Lima 2008; Almeida 2017).

Figura 15 – A Feira do Ver-o-Peso e os espaços patrimonializados no Centro Histórico de Belém – Pará



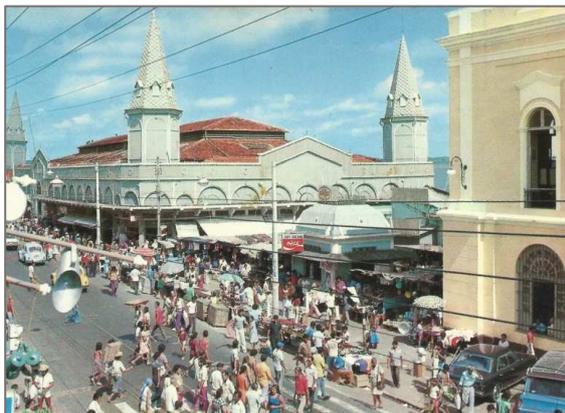
Fonte: Elaboração da autora com base em IBGE (2010); (Amaral) 2005; Lima (2008); Cardoso *et al.* (2016); Almeida (2017); Lei 7.401/1988.
 Edição: Jorge Sales (2021).

Na década de 1980, houve duas intervenções no Ver-o-Peso. Em 1985, na gestão do Prefeito Almir Gabriel, foi empreendida uma ampla reforma na área do Complexo, com a restauração do Mercado de Ferro, do Solar da Beira, da Praça do Pescador, a ampliação e reordenamento da Feira por setores e a inserção do “Café Iracema”, com o restauro do quiosque localizado entre o Solar e o Mercado de Ferro, conforme Figura 16 (Almeida, 2017). Com o intuito de promover a valorização e a inserção dessa área no circuito cultural e turístico, há uma reconfiguração da Feira do Açaí, com a padronização de quiosques para a venda de bebidas e comidas e a restauração do antigo necrotério, para venda de artesanato (Trindade Jr., 2013).

A Ladeira do Castelo (conhecida como a primeira rua de Belém) foi desobstruída e requalificada com a restauração e refuncionalização do casario colonial ao longo da ladeira, abrigando bares e restaurantes. Nesse período, o governo municipal implantou o projeto “Pôr-do-Som”, promovendo e divulgando o espaço da Feira do Açaí e da Ladeira do Castelo, com serviços de lazer e manifestações culturais (Trindade Jr., 2013).

Nessa reforma, o Complexo também recebeu um espaço de entretenimento, com a construção do “Café Chic” e da Praça do Velame¹³ (Figura 17). Em 1988, a Feira passou novamente por uma intervenção paisagística (Lima, 2008).

Figura 16 – Vista do Mercado de Ferro, Café Iracema e parte do Solar da Beira, após a reforma do Ver-o-Peso, em 1985



Fonte: Publicado em 22 de fevereiro de 2016, em: <http://www.fauufpa.org>

Figura 17 – Praça dos Velames, após a reforma do Ver-o-Peso, em 1985



Fonte: Publicado em 11 de outubro de 2011, em: <http://www.fauufpa.org>

¹³ A praça do Velame foi construída sobre a plataforma elevada, junto ao cais do Ver-o-Peso, e consistia em um espelho d'água com uma escultura de Velames, do artista plástico Osmar Pinheiro de Souza Júnior. E o “Café Chic” foi um Café construído entre o piso inferior e a plataforma. Atualmente, as duas construções não existem mais e a plataforma elevada abriga o Setor de Bares da feira (Lima, 2008).

No entanto, foi nas décadas de 1990 e 2000 que o processo de *turistificação* se intensificou, marcando uma série de ações de revitalização dos bens patrimonializados e projetos de requalificação urbana na área central da cidade, por diferentes agentes articulados pelas três esferas de poder e o setor empresarial (Castro; Tavares, 2016a; 2016b). Nesse período, as ações e os projetos empreendidos nessa área são contemplados pelo Programa Monumenta (efetivado em 2000), sob responsabilidade do Ministério da Cultura (MinC), com recursos do BID (Castro; Castro, 2017).

Destacam-se, aqui, três empreendimentos que acabaram culminando com a formação de um corredor de serviços voltados à dinamização do turismo, do lazer e ao entretenimento da população local, produzindo a Orla do Centro Histórico de Belém. São eles: o projeto de requalificação do Complexo do Ver-o-Peso, o Complexo Cultural Estação das Docas e o projeto Feliz Lusitânia (Amaral, 2005) (Figura 18).

Figura 18 – Projetos de requalificação urbana no Centro Histórico de Belém – Pará



Fonte: Elaboração da autora com base em IBGE (2010); Amaral (2005); Lima (2008); Almeida (2017).
Edição: Jorge Sales (2021).

Entre 1998 e 2002, o governo municipal desenvolveu um projeto de requalificação abrangendo todo o Complexo do Ver-o-Peso (Figuras 19 e 20). Nesse mesmo ano, o Banco Itaú lançou o projeto “Eleja Belém”, com a realização de um concurso para seleção do “símbolo da cidade”, onde o Ver-o-Peso foi eleito majoritariamente (Campelo, 2010).

Segundo o Prefeito da época, Edmilson Rodrigues, o Ver-o-Peso foi selecionado porque “representa a síntese de Belém, pois garante o caráter cosmopolita e multiétnico da cidade. E é um pouco da história de todos os povos que contribuíram para História de Belém” (Campelo, 2010, p. 63).

Figura 19 – Mercado de Ferro e Feira do Ver-o-Peso, após a reforma, em 2004



Fonte: <https://www.edmilsonpsol.com.br>

Figura 20 – Área da Feira do Ver-o-Peso, após reforma, em 2004



Fonte: Almeida (2017).

Entre 1997 e 2005, o governo do estado do Pará implementou os projetos Feliz Lusitânia e o Complexo Cultural Estação das Docas.

O Complexo Cultural da Estação das Docas, inaugurado em 2000, corresponde a um projeto de refuncionalização de três galpões pertencentes ao antigo Porto de Belém, baseado na ideia de *Waterfront*,¹⁴ ao lado da Feira do Ver-o-Peso (Amaral, 2005; Trindade Jr.; Amaral, 2006). O projeto agrega três ambientes denominados “*Boulevard das Artes*”, “*Boulevard da Gastronomia*” e “*Boulevard de Feiras e Exposições*”. Os três ambientes abrigam um conjunto de serviços distribuídos em: bar-café, cervejaria, restaurantes, teatro, galerias de lojas, salão para eventos, bancos, agências de turismo, exposições de arte, antiguidades, artesanato, museu (do Porto e da Fortaleza de São Pedro

¹⁴ Trata-se de uma concepção de renovação urbana realizada em várias cidades do mundo, em que as intervenções buscam normalmente a revitalização de áreas degradadas, com a incorporação de elementos naturais presentes no espaço, resgatando a relação cidade-água, no aspecto contemplativo (Amaral, 2005; Trindade Jr.; Amaral, 2006).

Nolasco) e varandas com vista para a Baía do Guajará. Esses ambientes se comunicam com a área externa, onde foram construídos um anfiteatro, um jardim e um terminal hidroviário para passeios turísticos (Amaral, 2005; Trindade Jr., 2013).

O projeto Feliz Lusitânia, construído em duas etapas, consistiu na requalificação do primeiro núcleo urbano de Belém tombado, desde 1964, pelo Iphan. Na primeira etapa do projeto, inaugurada em 1998, foram revitalizadas as edificações da Igreja de Santo Alexandre e do antigo Palácio Episcopal (transformando-se no Museu de Arte Sacra do Pará) e a inserção de cafeteria, galeria de arte, loja de produtos culturais, oficina de restauração, auditório, biblioteca e a igreja (Amaral, 2005; Trindade Jr.; Amaral, 2006).

Na segunda etapa, inaugurada em 2002, o projeto promoveu a revitalização do casario colonial contíguo ao Museu de Arte Sacra (oito edificações), para serviços administrativos e de lazer; o Forte do Presépio (e a inclusão do Museu do Forte); a Casa das Onze Janelas (antiga residência e Hospital Militar), abrigando restaurante, museu e espaço de exposição e eventos; e a construção do *Pier* das Onze Janelas, com atracação permanente de um navio-museu para visitas públicas (Amaral, 2005; Trindade Jr., 2013).

Os projetos supradescritos fizeram parte das diretrizes governamentais do planejamento urbano de Belém, as quais priorizaram a revitalização de conjuntos urbanísticos patrimonializados e a inserção de novos equipamentos, com o intuito de produzir a Orla da área central de Belém, para dinamização do turismo e do mercado imobiliário, conforme os ditames do *empreendedorismo urbano* (Harvey, 2005).

Tomando como referência os estudos de Van Criekingen (2006) sobre a cidade de Bruxelas e a identificação de um processo de *gentrificação do consumo*, não como transformação espacial de caráter residencial, mas como uma segregação social quanto ao uso dos espaços requalificados, com a frequência das classes de poder aquisitivo mais alto, em momentos pontuais; Trindade Jr. (2018) aponta que determinados projetos empreendidos em Belém provocaram um movimento semelhante no Centro Histórico da cidade.

O autor apresenta como indício desse processo a restauração e a refuncionalização de bens patrimonializados para o lazer e entretenimento de turistas, mas principalmente das classes sociais mais altas, pois, embora esses espaços sejam públicos, o alto preço dos serviços acaba gerando uma barreira invisível às camadas sociais de baixo poder aquisitivo (Trindade Jr., 2018).

O caráter empreendedor dos projetos urbanísticos implantados no Centro Histórico de Belém também imprimiu novas denominações às representações do espaço, com claro interesse em projetar a cidade no circuito da *patrimonialização global* (Costa, 2015), em detrimento das representações históricas e cotidianas da cidade. O Quadro 5 ilustra alguns exemplos dessas novas denominações promovidas pelas ações de requalificação (Trindade Jr., 2013).

Quadro 5 – Novas denominações às representações do espaço, promovidas pelas ações de requalificação urbana no Centro Histórico de Belém

Denominação anterior	Projeto de Requalificação Urbana	Denominação Atual
Porto Galpão Beira-Rio	Complexo Cultural Estação das Docas	Estação Boulevard Orla fluvial
Trapiche	Feliz Lusitânia	Pier
Igapó/Várzea/Baixada Cais	Mangal das Garças	Mangal Mirante

Fonte: Elaboração da autora com base em dados adaptados de Trindade Jr. (2013).

De acordo com os estudos de Amaral (2005), houve uma ressignificação dos lugares com as mudanças nas formas de apropriação deles, levando à fragmentação do Centro Histórico. A partir da implantação de projetos de requalificação urbana, o Centro passou a abrigar espaços culturais sofisticados para o consumo de mercado, na perspectiva *do planejamento estratégico das cidades* (Souza, 2010), como os projetos Feliz Lusitânia, Estação das Docas e Mangal das Garças, em coexistência com os espaços de vivência cotidiana da população local.

Essas intervenções, embora tenham sido implementadas ao longo da Orla central, não consideraram os aspectos históricos e culturais que o rio possui para cidade, tampouco o dinamismo social e comercial de suas áreas insulares. Segundo o autor, tais intervenções fizeram parte do projeto “Janelas para o rio” e foram implementadas a partir de uma concepção fragmentária da cidade, onde o rio e as áreas insulares ganharam notoriedade meramente contemplativa, como cartão-postal *Waterfront*, conforme apresenta o autor:

No caso do Complexo Estação das Docas, a antiga área portuária é transformada em área de lazer e turismo, passando os elementos de sua funcionalidade a ganhar um novo sentido... tudo isso emoldurado pelo rio, que pouco interage com os visitantes, a não ser como paisagem, passiva à contemplação, mas que se torna essencial na composição desse cenário, no sentido mais profundo do termo, e que se presta a uma amostragem, em forma de vitrine, de uma pseudocidade, que é distanciada, por meio de formas arquitetônicas arrojadas e da suntuosidade do paisagismo, da Belém empobrecida, marcada pela exclusão e vazia de cidadãos, conforme postula Santos (2002), para identificar aqueles espaços onde a cidadania é constantemente negada (Amaral, 2005, p. 145-146).

Nesse contexto, o setor empresarial alia-se ao poder público e se apropria desses espaços, com a inserção de restaurantes e hotéis de alto padrão nas áreas de intervenção, demonstrando que tais estratégias de valorização do patrimônio e requalificação urbana no CHB estão diretamente ligadas aos interesses de mercado (Amaral, 2005; Trindade Jr., 2018). Além dos equipamentos contemplados pelos projetos de requalificação dentro dos espaços patrimonializados, diversos objetos instalam-se ao redor dessas áreas, cuja iniciativa privada restaura e refuncionaliza prédios históricos para atender várias atividades de lazer e entretenimento. Entre eles, as casas de festa “Açaí Biruta”, “Mormaço”, “Palafita” e “Porto Palmeiraço” (Castro; Tavares, 2016b).

Vale ressaltar que a concepção empresarial de planejamento urbano predomina nas políticas públicas empreendidas em Belém. No entanto, algumas intervenções urbanísticas implementaram estratégias de planejamento voltadas aos interesses sociais, que, segundo Cardoso *et al.* (2016, p. 835), têm o objetivo de:

Dar visibilidade para os elementos peculiares da cidade, integrando ao convívio da população, ordenando as atividades culturais, de lazer, de tráfego e transportes e recuperando a paisagem urbana, bem como a qualidade ambiental reconhecendo os espaços de usos tradicionais da orla, como os portos, terminais, praças, apresentando diretrizes para consolidar, ampliar e requalificar esses espaços partindo dos interesses coletivos e viabilizando ações pontuais que geram inclusão social.

A implantação do projeto “Ver-o-Rio” (1999) e a requalificação do Complexo do Ver-o-Peso (1998-2004) são exemplos de políticas públicas desenvolvidas com significativa participação popular na tomada de decisões, voltadas à melhoria da qualidade de vida da população local. Conforme estudos de Amaral (2005), foram projetos desenvolvidos na perspectiva de uma *gestão participativa* (Souza, 2010), buscando

[...] privilegiar os grupos sociais historicamente excluídos do direito a cidade, classes populares e grupos étnicos, através da geração de trabalho e renda, do empoderamento, da solidariedade, do controle social, da singularidade regional e do uso público do espaço (Amaral, 2005, p. 211).

Na década de 2010, os novos projetos de valorização do patrimônio cultural do CHB seguem com concepções diferentes. Alguns, com enfoque na preservação do patrimônio, por meio da educação patrimonial, pelo resgate das relações de vizinhança e apropriação do patrimônio de forma participativa e democrática. Outros, com enfoque nas referências culturais do lugar, sobretudo das peculiaridades da culinária local, incentivadas pela instituição do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) e a regulamentação dos instrumentos de Registro e INRC.

Em 2010, foi publicado o Inventário de Referências Culturais do Complexo do Ver-o-Peso, com a identificação de mais de 40 ofícios relacionados a suas feiras e mercados populares (Taketa; Guilherme Neto; Trindade Jr., 2018).

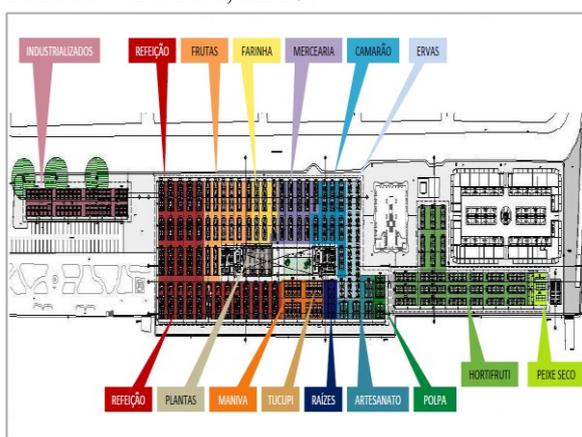
Em 2011, a Universidade Federal do Pará, por meio de um projeto de extensão acadêmica, inicia o projeto “Roteiros Geoturísticos – conhecendo o centro histórico de Belém na Amazônia”, com onze roteiros voltados ao CHB e área do entorno, com o intuito de promover o real encontro com a vida do lugar, por meio da produção do conhecimento, articulada às práticas turísticas e à educação patrimonial. Entre eles, o roteiro “Do complexo do Ver-o-Peso ao Porto”, que propõe um percurso pelo complexo do Ver-o-Peso (Tavares, 2018).

Em 2013, um grupo de agentes culturais independentes e atuantes nas áreas de arte e cultura, dentro do Centro Histórico de Belém, iniciou o Projeto “Circular Campina Cidade Velha”, com o objetivo de resgatar as relações de vizinhança e ativar o Centro Histórico, com projetos e ações socioculturais nos bairros da Cidade Velha e Campina (Barros, 2021).

Em 2014, a Prefeitura de Belém iniciou o processo para realização do projeto “Revitalização do Ver-o-Peso”, o qual, por meio do financiamento do PAC das Cidades Históricas, visou a restauração somente da Feira do Ver-o-Peso. No entanto, desde 2016, a proposta foi embargada pelo Ministério Público Federal/PA em virtude de uma série de inconsistências técnicas com relação ao projeto. Além disso, gerou diversas insatisfações por parte dos feirantes. Entre outras insatisfações, destacam-se: a não participação dos trabalhadores no processo de elaboração da proposta e, por essa razão, o projeto não contempla as necessidades destes; e o fato de o projeto alterar a configuração espacial dos setores da Feira, desconsiderando as demandas do cotidiano dos trabalhadores (Taketa; Guilherme Neto; Trindade Jr., 2018).

Segundo Cardoso *et al.* (2016), esse projeto representou um alinhamento às políticas do *empreendedorismo urbano* (Harvey, 2005) visando projetar o Ver-o-Peso nos cenários nacional e internacional do turismo gastronômico, com o Setor de Refeições contíguo a uma área ampla de lazer, conforme Figuras 21 e 22.

Figura 21 – Planta do Projeto de Revitalização da Feira do Ver-o-Peso, em 2014



Fonte: Almeida (2017).

Figura 22 – Projeto de Revitalização da Feira do Ver-o-Peso, em 2014



Fonte: Cardoso *et al.* (2016).

Em 2015, o Iphan realizou uma obra de conservação e restauro do Mercado de Ferro do Ver-o-Peso. Nesse mesmo ano, por meio de uma ampla articulação entre os poderes municipal e estadual e instituições ligadas ao setor gastronômico, Belém recebeu o Selo “Cidade Criativa da Gastronomia”, concedido pela Unesco, com a promoção e a divulgação da gastronomia paraense, sob a publicidade de “gastronomia sustentável” (Cardoso *et al.*, 2016).

O Selo “Cidade Criativa da Gastronomia” é um título concedido pela Unesco, por meio da Rede de Cidades Criativas, somando-se 116 cidades no mundo inteiro. No Brasil, em 2015, as cidades contempladas no aspecto da gastronomia foram: Belém (PA), Florianópolis (SC) e Paraty (RJ). De acordo com dados da Setur, a Prefeitura de Belém divulgou no *site* (<http://creativecity.belem.pa.gov.br/apresentacao-belem>) que o incentivo dado à gastronomia chegou a mobilizar mais de um milhão de turistas no estado do Pará, em 2016.

Nesse contexto, foram abertos boxes *gourmet* no Mercado Francisco Bolonha (restaurado e entregue à população em 2011). No mesmo período, também foi divulgado pela mídia nacional o Projeto “Centro Global de Gastronomia e Biodiversidade da Amazônia”, com a proposta de o Complexo Feliz Lusitânia abrigar um centro e uma escola de gastronomia, um laboratório de alimentos, um barco-cozinha, um museu e

restaurantes (Cardoso *et al.*, 2016), assim como foi elaborada a regulamentação sobre a criação do “Espaço Gastronômico Cultural da Amazônia”, pelo Decreto Municipal 84.986/2016 (Cardoso *et al.*, 2016). Entretanto, essas propostas de intervenção sofreram resistências e questionamentos por parte da sociedade civil em razão da ausência de consultas prévias que permitissem a participação social na tomada de decisão a respeito das mudanças propostas (Almeida, 2017).

Em 2019, a Prefeitura de Belém renovou o Selo “Cidade Criativa da Gastronomia” na Unesco e continuou promovendo políticas de valorização da gastronomia paraense, que, ao contrário das estratégias de planejamento urbano empreendidas na década de 2000, incluiu as áreas insulares do município, com a realização do Projeto “Igara – Circuito Gastronômico das Ilhas”, com o intuito de explorar as belezas naturais e as iguarias da culinária paraense por meio de circuitos itinerantes (Figura 23).

Figura 23 – Divulgação do Projeto “Igara – Circuito Gastronômico das Ilhas” pela Prefeitura de Belém, via publicidade jornalística, em 2019



Fonte: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2019/08/30>.

Conforme levantamento de campo, a nova gestão municipal (2021/2024), liderada pelo Prefeito Edmilson Rodrigues (responsável pela política pública que implementou o projeto de requalificação urbana do Complexo do Ver-o-Peso, na década de 2000), possui

um projeto em andamento intitulado “Boulevard Gastronômico”, que visa dar maior visibilidade à gastronomia paraense e atrair mais turistas à cidade. O projeto pretende potencializar o plano estratégico já desenvolvido desde o final da década de 1990, em transformar a avenida Boulevard Castilhos França em um “corredor gastronômico”. Segundo o Prefeito, em entrevista:

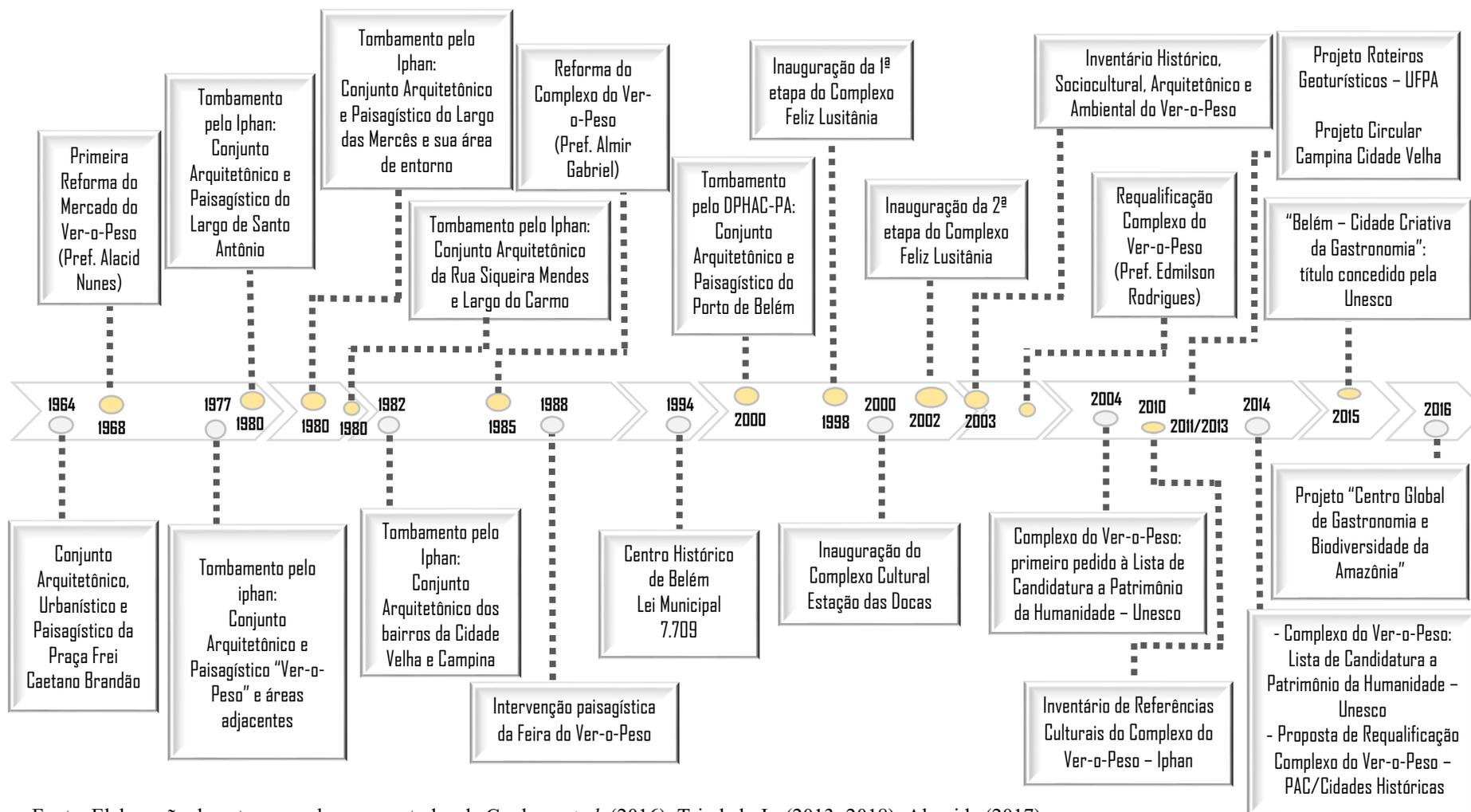
Trata-se de um grande projeto, que visa reforçar essa característica de Belém gastronômica, para atrair turistas, para respeitar os fluxos que a classe média e alta faz na urbe, mas também respeitar e valorizar a produção gastronômica popular. Então, será um projeto urbanístico, que visa adaptar e refuncionalizar um dos casarões que fica entre a Avenida Presidente Vargas, com o restaurante “Point do Açai” até a Igreja das Mercês, na esquina onde fica a cafeteria “Café Santo”, em frente à “Estação das Docas”, incluindo a cervejaria “Cabôca” e o espaço cultural “Sesc Boulevard”. Então, será feito todo um esforço para transformar esse espaço, numa parte do corredor gastronômico... com possibilidade de ter em frente a esse casario, toldos e mesas, como nos bares parisienses e europeus em geral. A Prefeitura já está desapropriando um desses casarões para ser a sede da Belemtur, além de ser um polo gastronômico, para promover cursos e palestras, e inclusive, ter um espaço popular, para consumir alimentos da culinária mais tradicional, vendidos pelas cozinheiras do Ver-o-Peso, ou da feira da 25, ou de São Braz, por exemplo (Edmilson Rodrigues, prefeito do município de Belém, 27.04.2022).

Segundo Edmilson Rodrigues, essa iniciativa do poder público também trará um novo movimento, valorizando ainda mais esse “corredor” (inclusive o Ver-o-Peso), cujo setor empresarial já vem estudando e apresentando propostas para reformar e refuncionalizar alguns casarões tombados (datados do século XVIII) desse setor, com a instalação de hotelaria, museu e outros serviços.

As Figuras 24 e 25 apresentam o espaço-tempo da produção do espaço urbano patrimonializado na área central de Belém, mais especificamente a área de entorno do Complexo do Ver-o-Peso, por meio de uma linha do tempo e mapa das políticas patrimoniais e intervenções urbanísticas, mostrando claramente que a maioria das ações envolve a parceria de agentes hegemônicos representados pelo Estado-Mercado, alinhados ao movimento da turistificação e da patrimonialização global.

Figura 24 –Linha do tempo das políticas patrimoniais e de requalificação urbana na Área Central de Belém-PA

Linha do tempo das políticas patrimoniais e de requalificação urbana na Área Central de Belém-PA.



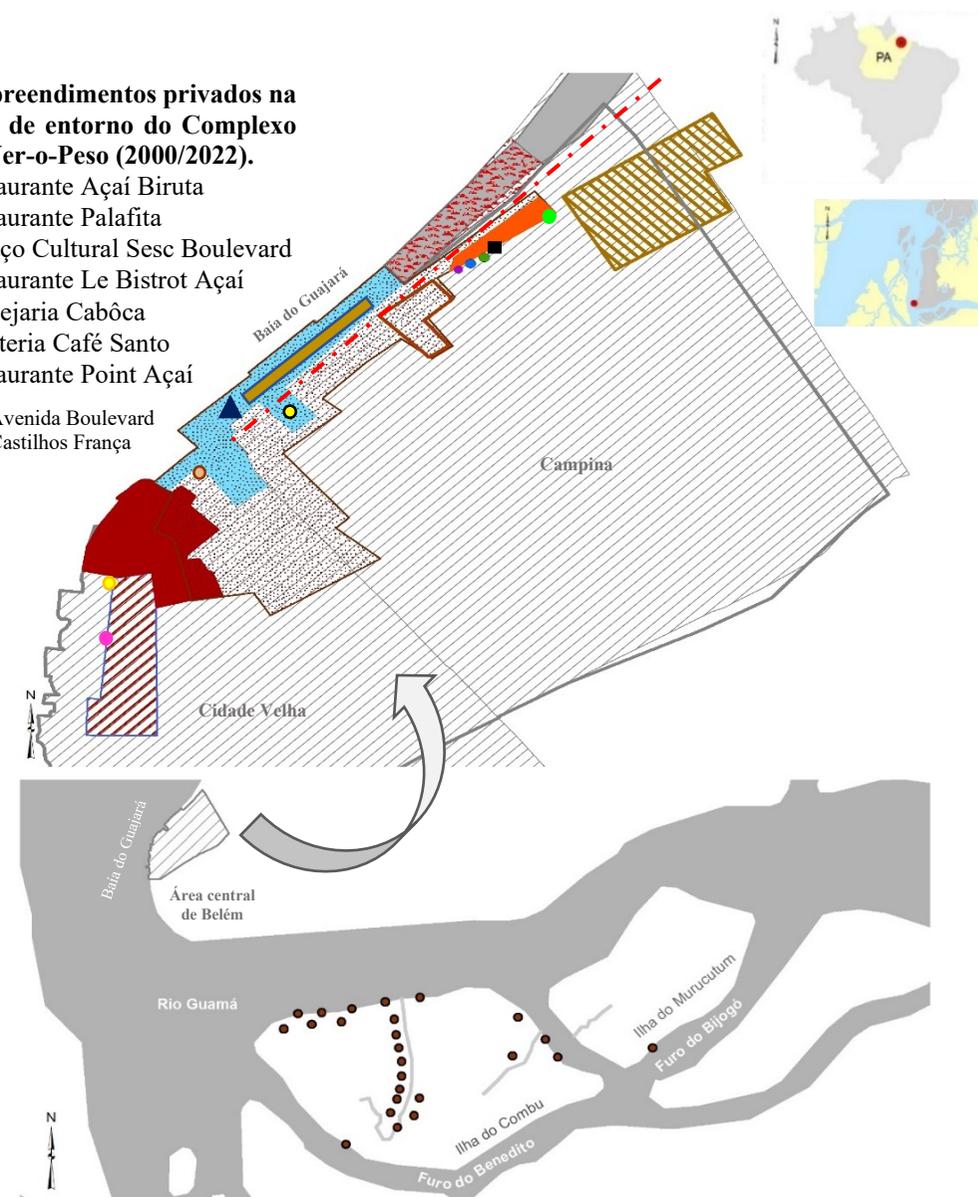
Fonte: Elaboração da autora com base em estudos de Cardoso *et al.* (2016); Trindade Jr. (2013; 2018); Almeida (2017).

Figura 25 – Espaço-tempo do processo de patrimonialização da Área Central de Belém do Pará

Políticas de tombamento e reforma do patrimônio edificado; ações de requalificação urbana e incentivo ao turismo na área de entorno do Complexo do Ver-o-Peso, em Belém do Pará		ANO
	Tombamento pelo Iphan – Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico da Praça Frei Caetano Brandão	1964
	Primeira Reforma do Mercado do Ver-o-Peso – Prefeito Alacid Nunes	1968
	Tombamento pelo Iphan – Conjunto Arquitetônico e Paisagístico “Ver-o-Peso” e áreas adjacentes	1977
	Tombamento pelo Iphan – Conjunto Arquitetônico: Convento/Capela da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência e Largo de Santo Antônio	1980
	Tombamento pelo Iphan – Conjunto Arquitetônico da rua Siqueira Mendes e Largo do Carmo	1980
	Tombamento pelo Iphan – Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Largo das Mercês e sua área de entorno	1980
	Tombamento pelo Iphan – Conjunto Arquitetônico dos bairros da Cidade Velha e Campina	1982
	Reforma do Complexo do Ver-o-Peso – Prefeito Almir Gabriel	1985
	Intervenção Paisagística da Feira do Ver-o-Peso	1988
	Criação do Centro Histórico de Belém – Lei Municipal 7.709	1994
	Tombamento pelo DPHAC/PA – Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Porto de Belém	2000
	Requalificação urbana do Conjunto da Praça Frei Caetano Brandão – Projeto Feliz Lusitânia	1998-2003
	Implantação do Complexo Cultural Estação das Docas	2000
	Requalificação urbana do Complexo do Ver-o-Peso – Prefeito Edmilson Rodrigues.	1998-2002
	Reforma do Mercado de Ferro do Ver-o-Peso – Iphan	2015
	Reforma do Solar da Beira e Feira do Ver-o-Peso – Prefeito Zenaldo Coutinho	2019
	Circuito gastronômico – restaurantes inseridos no Projeto Igara, na área insular de Belém	2013-2019
	Circuito Gastronômico – Mercado Criativo no Mercado de Carne Francisco Bolonha	2019
	Casarão tombado, a ser reformado. Futura sede da Belemtur	*
	Projeto Boulevard gastronômico – Prefeito Edmilson Rodrigues	*

Empreendimentos privados na área de entorno do Complexo do Ver-o-Peso (2000/2022).

-  Restaurante Açai Biruta
-  Restaurante Palafita
-  Espaço Cultural Sesc Boulevard
-  Restaurante Le Bistrot Açai
-  Cervejaria Cabôca
-  Cafeteria Café Santo
-  Restaurante Point Açai
-  Avenida Boulevard Castilhos França



Fonte: Elaboração da autora com base em levantamento de campo e estudos de Amaral (2005); Lima (2008); Cardoso *et al.* (2016) e Almeida (2017).

* Projeto da atual gestão municipal (2021/2024), em andamento.

1.5. Considerações do capítulo

A patrimonialização global é um fenômeno diretamente relacionado à urbanização contemporânea, como movimento universal que se particulariza em diferentes escalas (Costa, 2015). Com base no discurso moderno/hegemônico de desenvolvimento urbano, são disseminados modelos de planejamento baseados na ideia de refuncionalização e valorização de determinados equipamentos urbanos, em geral patrimônios culturais tombados, para recuperação da obsolescência funcional e física das áreas centrais das cidades.

Por se tratar de um fenômeno espacial mobilizado por um conjunto de agentes sociais interessados em se apropriar do patrimônio cultural e/ou natural das cidades, principalmente para fins turísticos e de lazer, percebe-se que a patrimonialização, como fenômeno global (Costa, 2015), está associada ao processo da turistificação do espaço (Fratucci, 2014). Nessa perspectiva, a importância econômica da atividade turística atrelada ao patrimônio tem gerado cada vez mais processos de territorialização de agentes hegemônicos, sobretudo o Estado e o mercado, sobre os territórios ocupados pelos agentes receptores dessa atividade, ou seja, a população local (Fratucci, 2014).

Conforme Fratucci (2014, p. 92), esses agentes hegemônicos são orientados pelo modo neoliberal de produção, cujos governos atuam em conluio com os agentes do mercado, “interessados em ordenar os territórios a partir das suas necessidades, lógicas e interesses, para a reprodução do capital e uma maior lucratividade dos seus negócios e empreendimentos”.

Nessa linha de raciocínio, Di Méo (2014) afirma que são esses atores que conseguem no centro dos territórios da localidade, com a intervenção dos representantes do Estado, os processos de patrimonialização desses territórios, redefinindo-os, qualificando-os e fragmentando-os de acordo com as estratégias de valorização de seus elementos patrimoniais. Ainda segundo esse autor, algumas “fórmulas” de planejamento dos territórios “estão comprometidas a fornecer um ‘buquê’ de bens de consumo, enriquecido de um valor patrimonial e constituindo uma espécie de rede territorial de produtos” (Di Méo, 2014, p. 18), apropriando-se cada vez mais dos elementos e práticas que constituem os laços territoriais historicamente construídos por determinados grupos sociais.

Tais “fórmulas” de planejamento, portanto, são implementadas por políticas e ações urbanas que produzem novos usos, atraem novos agentes e ressignificam a memória e a paisagem da cidade, que tendem a fragmentar os territórios urbanos da vida cotidiana

e transformar os elementos de referência identitária (Costa, 2015; Trindade Jr., 2018), a exemplo das feiras livres, praças públicas ou bairros populares, promovendo ou intensificando processos de segregação socioespacial.

De acordo com estudos de Amaral (2005), na área central da cidade de Belém, foram implementadas diferentes concepções de planejamento e gestão urbana no período contemporâneo, culminando com projetos de requalificação urbana empreendidos pelos governos estadual e municipal, a partir do final dos anos 1990, tais como: Complexo Estação das Docas, Núcleo Histórico e Cultural Feliz Lusitânia, Complexo do Ver-o-Peso e Projeto Ver-o-Rio.

Baseado na proposta teórico-metodológica de Souza (2010), o autor apresenta que, na contemporaneidade, as intervenções urbanísticas realizadas na orla central de Belém seguiram concepções diferentes de gestão, voltando-se ao “planejamento estratégico”, enquadrado “numa dinâmica de competitividade urbana e da legitimação da lógica capitalista e privada” (Amaral, 2005, p. 223), a exemplo dos projetos “Estação das Docas” e “Feliz Lusitânia”. E ao “planejamento participativo”, preocupado “em construir propostas alternativas de sociedade e de cidade, fundada na produção de espaços de apropriação coletiva e sem restrições de uso” (Amaral, 2005, p. 223), a exemplo dos projetos de requalificação do Complexo do Ver-o-Peso e do Projeto “Ver-o-Rio”.

Entretanto, embora tais projetos urbanísticos tenham seguido orientações distintas entre si, em que as propostas de cunho participativo visaram a integração de territórios de uso popular à nova concepção moderna da cidade, o autor ressalta que, em ambas as formas de planejamento, os agentes promotores buscaram produzir uma nova imagem de cidade, valorizando a face ribeirinha e seus elementos naturais e singulares, apenas de maneira contemplativa, em estilo *Waterfront*, sem a integração social efetiva das áreas insulares ao novo modelo urbano.

Essa análise aponta que, a partir do final dos anos 1990, as intervenções urbanísticas empreendidas na área central de Belém expressam claramente a inserção da cidade ao fenômeno da patrimonialização global, conforme Trindade (2018, p. 509) aponta:

A tendência patrimonialista que motiva as intervenções, portanto, tende a desconsiderar vivências, espacialidades, histórias e representações cotidianas da área central da cidade. Em lugar dessas experiências é concedido destaque a um cenário para o acontecer de uma vida mais moderna e mais associada ao consumo. Voltada precipuamente para uma demanda solvável de habitantes que acompanha de perto o novo ritmo da vida urbana mais inserida globalmente, a área central e a cidade passam a ser mostradas, de maneira fragmentada, como vitrines para quem deseja nelas investir, comprá-las ou mesmo consumi-las como parte de um pacote turístico.

Esses modelos, traduzidos em ações de renovação e/ou requalificação urbana, enquadram-se na concepção de uso do território em uma perspectiva normativa hegemônica, e, conforme Haesbaert (2021, p. 131) aponta, no sentido normativo hegemônico, o planejamento estatal, muitas vezes, realiza cópias (com frequência mal feitas) de concepções eurocêntricas, como aquelas ligadas ao ordenamento territorial.

Tais intervenções promoveram a intensificação das desigualdades socioespaciais, negando as vivências cotidianas e invisibilizando as populações locais na medida em que não foram integradas às políticas de requalificação (Trindade Jr., 2013), a exemplo do projeto Feliz Lusitânia no bairro da Cidade Velha, onde está espacializado ao redor dos objetos patrimonializados e renovados um significativo aglomerado de populações carentes à beira-rio, desconectado da dinâmica econômica e social desse projeto.

Essa realidade revela as contradições inerentes aos processos da urbanização contemporânea, intensificados pelos mecanismos da patrimonialização global, que se particularizam no Centro Histórico de Belém, como:

[...] uma dialética que se faz presente entre a “geografia das renovações”, projetada na nova memória urbana, e a “geografia das decadências”, relegada a uma condição de esquecimento com referência a determinadas formas e conteúdos que definem um aspecto da vida urbana em Belém (Trindade Jr., 2018, p. 511).

Na perspectiva de Lefebvre (2000), a produção do espaço se dá a partir da coexistência de três dimensões que interagem, conflitam-se ou se aliam, conforme o movimento histórico e social. Segundo o autor, a partir de uma análise dialética tridimensional, a produção do espaço se dá pelas dimensões da *prática espacial*, pela *representação do espaço* e pelo *espaço da representação*, revelando respectivamente os espaços *percebido*, *concebido* e *vivido*. De maneira simplificada, podemos entender que o *percebido* constitui a materialidade do espaço, representando as atividades econômicas e sociais. O *concebido* representa a lógica ordenada do espaço, onde o espaço é pensado e organizado sob um conjunto de normas. E o *vivido* traz a dimensão fenomenológica do

espaço, onde se reconhece a experiência vivida do indivíduo ou do grupo social no mundo, em seu cotidiano.

Ainda pela ótica de Lefebvre (2000), os processos urbanos da patrimonialização no Centro de Belém são revelados pelo *espaço percebido* das relações de troca existentes no centro da cidade, movimentadas pelas diversas atividades do setor terciário, incluindo as atividades do turismo e lazer. Essas atividades estão entrelaçadas ao *espaço concebido*, institucionalmente demarcado pelos Conjuntos Arquitetônicos, Urbanísticos e Paisagísticos (Figura 25), pensados e ordenados pelos órgãos oficiais das diferentes esferas do poder, para fins de preservação patrimonial e, ao mesmo tempo, para atender aos interesses do mercado turístico e do entretenimento. Ao mesmo tempo, “pulsa” no centro comercial o *espaço vivido* da cidade, constituído pelos sujeitos e suas práticas culturais singulares, demarcando seus espaços de vida e uso ancestral, especialmente representado pelo movimento social secular do Complexo do Ver-o-Peso.

Conforme Schmid (2012, p. 8), a perspectiva dialética tridimensional de Lefebvre “postula três momentos de igual valor que se relacionam entre si por meio de relações variadas e movimentos complexos em que ora um, ora outro, triunfa sobre a negação de um ou de outro”.

Tal abordagem revela o quão complexo é a busca pela compreensão das contradições desse movimento global urbano (patrimonial), principalmente quando esse movimento contemporâneo se particulariza sobre formas singulares (ditas tradicionais) de uso e apropriação do território. Nesse contexto, quando o fenômeno da patrimonialização se apropria do espaço a partir de mecanismos políticos e econômicos executados por agentes sociais hegemônicos, há a territorialização do espaço demarcada por relações de poder, conforme apresenta Haesbaert (1997).

Partindo das concepções teóricas de Lefebvre (2000), Haesbaert (1997) pontua que a territorialização do espaço se dá pelas relações de apropriação, o qual reúne uma dimensão concreta predominantemente funcional e uma dimensão simbólica e afetiva; ou ocorre a partir de relações de dominação, tendendo a originar territórios puramente utilitários e funcionais, sem um sentido socialmente compartilhado ou relações de identidade com eles.

Portanto, na área central de Belém, percebe-se a coexistência de dois movimentos: um, sustentado pelo paradigma territorial normativo hegemônico (Haesbaert, 2021), constituído por modelos institucionais de valorização do patrimônio cultural e natural, baseados em relações de troca dos bens e práticas culturais, como os espaços Estação das

Docas, Feliz Lusitânia e o projeto gastronômico proposto para o Complexo do Ver-o-Peso; e outro, demarcado pelo paradigma territorial contra-hegemônico (Haesbaert, 2021) que, diante das formas de uso renovadas e modernas, apropriam-se do território a partir das relações sociais cotidianas, vinculadas às práticas sociais e elementos culturais historicamente construídos, constituindo relações de identidade e pertencimento, como a Feira do Ver-o-Peso.

Desde a primeira proposta de requalificação do Complexo do Ver-o-Peso, em meados dos anos 1980, as territorialidades presentes na feira, constituídas por feirantes, barqueiros, moradores das ilhas, moradores de rua, entre outros sujeitos, sobrepuseram-se e dificultaram o processo de inserção de novas territorialidades, formadas por grupos sociais de classe média alta, que passaram a frequentar os equipamentos modernos implantados pela ação governamental na feira (Trindade Jr., 2018).

Na contramão da lógica de apropriação do Centro Histórico pela mediação das relações de troca dos objetos patrimonializados, permanecem e resistem na feira as formas de existir e os modos de uso popular (ancestral) desse território, que segundo Carlos (2017) configuram as formas de habitar a cidade na perspectiva das relações sociais como lugar do encontro e dos modos de vida.

Nesse sentido, embora o Complexo do Ver-o-Peso já venha sofrendo várias intervenções urbanas ao longo dos últimos sessenta anos, a Feira do Ver-o-Peso permanece como representação e síntese da história, da memória e das singularidades amazônicas, mantendo a dinâmica social, econômica e cultural das populações nativas da região, por meio de um sistema territorial de elementos e práticas sociais que desafiam os limites institucionais e as relações de poder demarcados pela patrimonialização na área central de Belém.

Nessa perspectiva, os capítulos seguintes abordarão as principais questões da tese, no sentido de apreender como se constitui a duração da Feira do Ver-o-Peso (tratada nessa pesquisa como *patrimônio-territorial*, por meio dos saberes, objetos e sujeitos que a experimentam e dão a ela vida no cotidiano), diante do movimento da patrimonialização global; quem são os sujeitos que dinamizam e sustentam esse patrimônio; as potencialidades e os riscos que o patrimônio-territorial da Feira do Ver-o-Peso enfrenta na contemporaneidade, na expectativa de contribuir com o debate a respeito das formas de apropriação e preservação do patrimônio, para além da abordagem patrimonial moderna/eurocentrada.

O próximo capítulo apresenta a discussão teórica que sustentará a tese, trazendo a proposta teórico-metodológica de como as feiras livres podem ser consideradas como patrimônio-territorial, conceito adotado nesta tese; como se constitui o patrimônio-territorial das feiras livres no Brasil; e a gênese do patrimônio-territorial da Feira do Ver-o-Peso e seus sujeitos.

2. FEIRA LIVRE COMO PATRIMÔNIO-TERRITORIAL NO BRASIL: ORIGEM SINGULAR DA FEIRA DO VER-O-PESO

A partir da perspectiva teórico-metodológica dos *utopismos patrimoniais* (Costa, 2016; 2017; 2018; 2021), este capítulo apresenta a discussão teórica proposta para embasar a tese de que a Feira do Ver-o-Peso pode ser considerada ou se mantém um *patrimônio-territorial ativado popularmente*. Logo, a feira do Ver-o-Peso resguarda elementos e práticas culturais populares que representam a história da formação do território amazônico, uma singularidade da formação territorial do Brasil. Ao longo do processo de colonização latino-americana, os colonizadores e colonizados estabeleceram relações sociais complexas que, a partir do intercâmbio cultural, engendraram novos modos de vida e territórios que singularizam a história de cada lugar.

Analisar a Feira do Ver-o-Peso por essa perspectiva é, primeiramente, entendê-la como um território apropriado pelas relações de reprodução material, mas, sobretudo, pelas relações de identidade e pertencimento dos grupos sociais que a mantêm. É considerar a dimensão cultural desse território, perspectiva também de autores como: Raffestin (1993); Claval (2007); Castells (1999) e Haesbaert (1997; 2012; 2021).

Assim, este capítulo traz a discussão de como as feiras livres (populares) podem se constituir como *patrimônio-territorial* nas áreas urbanas, tendo como referência a trajetória histórico-espacial que deu origem às feiras livres no contexto da *colonização/colonialidade do poder* (Quijano, 2005) ao longo da formação territorial do Brasil. Dessa maneira, será possível vislumbrar que as feiras populares (especificamente a Feira do Ver-o-Peso), como patrimônios-territoriais, resguardam a origem e o movimento da *interculturalidade*, como processo permanente “de complejas relaciones, negociaciones e intercambios culturales, y busca desarrollar una interacción entre personas, conocimientos y prácticas culturalmente diferentes” (Walsh, 2005, p. 6). Essa discussão será realizada no item 2.1.

Para adentrar no objeto da tese e responder à questão “Quais elementos e práticas da cultura amazônica consagram a Feira do Ver-o-Peso em Belém como patrimônio-territorial ativado popularmente, em risco diante do processo da patrimonialização global?”, o item 2.2 abordará a particularidade do processo de formação da Feira do Ver-o-Peso na cidade de Belém do Pará, no contexto da formação territorial da Amazônia,

destacando sua importância como símbolo de identidade territorial dessa região e, por conseguinte, como *patrimônio-territorial ativado popularmente*.

No intuito de facilitar a apreensão do objeto e a construção do discurso proposto, metodologicamente será sistematizada uma *periodização* (Santos, 2004) das situações históricas que antecedem e sucedem a fundação da cidade de Belém do Pará como marco inicial da colonização da área que compreende hoje a Amazônia brasileira. Essa periodização será dividida em três momentos apresentados nos três subitens a seguir.

O subitem 2.2.1, “A formação do aldeamento Mairi e a dinâmica territorial dos povos originários na Amazônia Oriental antes da fundação da cidade de Belém”, abordará como se originou o aldeamento Mairi (que hoje compreende a área central da cidade de Belém) e sua importância na dinâmica territorial dos povos originários antes da fundação da cidade de Belém. Esse texto será construído com base nos estudos de Souto (2018) e Pereira e Almeida (2020).

As principais referências desses autores são respectivamente, os Diários de Viagem do Bispo dos Freis João de São José (1762-1763) e Caetano Brandão (1733-1789), no Roteiro Corográfico do Sargento-Mor e engenheiro João Varques Manoel de Braun (1784); o mapa etno-histórico de Curt Nimuendajú (considerada a maior referência de uma cartografia etno-histórica com milhares de símbolos, cores e nomes que representam 1.400 grupos indígenas existentes no Brasil, trazendo informações sobre localização, filiação linguística e movimentos migratórios de tribos extintas e existentes até hoje); e as obras de D’Evreux, cronista francês que circulou pela região em 1612 (após a fundação do Forte de São Luís do Maranhão).

O subitem 2.2.2, “A fundação da cidade de Santa Maria de Belém e a colonização do Vale amazônico (1616 – 1750)”, tratará da fundação da cidade de Belém como marco inicial do processo de colonização da Amazônia, buscando problematizar o papel dos povos originários como protagonistas desse processo, no intuito de visibilizar e/ou capturar possíveis estratégias de resistência (sobrevivência) perante as violências praticadas pelos colonizadores.

O subitem 2.2.3, “A política pombalina e a constituição do patrimônio-territorial da Feira do Ver-o-Peso (1750 – 1777)”, fará uma abordagem sobre a inserção da política implementada por Marquês de Pombal (colonizador a serviço da Coroa Portuguesa) e a intensificação do sistema colonial sobre os povos originários, a chegada dos africanos escravizados e a origem dos espaços de mediação cultural entre os sujeitos

subalternizados (indígenas e africanos), como recíproca dialética do processo de territorialização do poder colonial.

Para elaboração desses três subitens, buscou-se uma revisão de literatura em diferentes áreas de conhecimento, especialmente de autores locais das áreas de Antropologia, Sociologia e História, como: Penteadó (1968), Moreira (1966), Cruz (1971; 1973), Leitão (2010; 2015), Rodrigues, Silva e Martins (2014), Rodrigues, Silva e Voyner (2017), Souto (2017), Ravena e Acevedo (2013), Ponte (2009), Salles (1971), Bezerra Neto (2002), Monteiro (2006), Almeida (2011), Pereira e Almeida (2020), Tavares (2008; 2011), Sarraf *et al.* (2016) e Sarraf (2017).

2.1 A feira livre como patrimônio-territorial no Brasil

A feira livre, como território demarcado por sistemas de troca e também de sociabilidades e apropriação simbólica, data do período da antiguidade no Oriente e no Ocidente (Dantas, 2008; Souza, 2015).

Conforme Harvey (1981, p. 207), “o mercado de troca, como fenômeno, existiu desde tempos remotos e as primeiras cidades foram, entre outras coisas, os locais onde essa atividade estava provavelmente concentrada”. Dados históricos revelam que a feira livre é um dos elementos que contribuíram para a formação das primeiras cidades, constituindo-se como espaço de comercialização do excedente da produção agrícola, com artesãos e mercadores do comércio marítimo, nos povoados, vilas e, posteriormente, nas cidades, marcando a transição do sistema feudal para o sistema capitalista (Weber, 1979; Dantas, 2008; Azevedo; Queiroz, 2013; Souza, 2015).

De acordo com Azevedo e Queiroz (2013), com a queda do império romano, as feiras foram extintas no Ocidente europeu. Por volta do século XII, com a retomada das rotas comerciais europeias, as feiras ressurgiram como pontos de encontro dessas rotas e daí se originaram os Burgos, embriões da cidade moderna. Em Portugal, há registro de que a feira mais antiga data do ano de 1125, e até o século XV existiam por volta de 95 feiras em todo o Reino (Dantas, 2008).

Foi no período da expansão marítima e comercial na Europa que as feiras livres chegaram na América Latina. Entre alguns povos, como os Astecas, essa atividade já era desenvolvida. No Brasil, há referências que relatam as relações de troca entre os povos nativos de forma peculiar, em que os grupos de diferentes etnias estabeleciam lugares para troca de adornos, na forma de escambo. Posteriormente, passaram a estabelecer

relações de troca com os primeiros colonizadores, trocando objetos pessoais europeus por produtos nativos de alto valor comercial, como o pau-brasil (Dantas, 2008).

No entanto, como sistema de troca comercial, essa atividade foi introduzida no Brasil ao longo da colonização portuguesa. Há registros de que D. João III (1548) e D. Afonso IV (1677) ordenavam a criação de feiras semanais na colônia para a realização de trocas entre os portugueses e os nativos, a fim de abastecer a população local, mas principalmente para exportar os produtos da colônia (Dantas, 2008; Azevedo; Queiroz, 2013).

Tornou-se um dos elementos principais da formação territorial brasileira ao longo dos séculos XVIII e XIX, no sentido de contribuir com a dinamização da economia local, abastecendo povoados e vilas de gêneros alimentícios, com o franco crescimento econômico e demográfico da colônia, e de se constituir como um dos vetores de expansão territorial no processo de ocupação e desenvolvimento dos ciclos da Cana-de-Açúcar, da Pecuária, do Ouro e das Drogas do Sertão (Mascarenhas, 2005; Dantas, 2008; Pont Vidal, 2015; Azevedo; Queiroz, 2013; Souza, 2015).

Como vetores de ocupação e expansão territorial, as feiras também se constituíram como pontos de integração social entre os colonizadores europeus, africanos escravizados e os povos nativos, demarcando novas relações sociais e a originária hibridização cultural. Ao longo do processo da formação territorial brasileira, as feiras tornaram-se referências das práticas socioculturais singulares da região ou do lugar, da formação das cidades e símbolos da memória e identidade territorial dos grupos sociais populares (Canclini, 1987; Mascarenhas, 1997; Filgueiras, 2006; Cardoso, 2008).

Com o adensamento populacional, a diversificação econômica e a presença da família real portuguesa na colônia, as feiras foram se tornando cada vez mais expressivas e regulares, fazendo parte do surgimento das primeiras cidades brasileiras. Na cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, formaram-se diversas quitandas populares, “constituídas por aglomerações de negras ao ar livre, acoradas ou dispendo de tabuleiros, situadas em pontos preestabelecidos” (Mascarenhas, 2005, p. 6) como embriões das feiras livres, na modalidade de mercado de varejo a céu aberto (Mascarenhas; Dolzani, 2008; Mascarenhas, 2009). Até o final do século XVIII, a cidade do Rio de Janeiro, já como capital do Brasil, contava com 181 barracas de quitandeiras.

O crescimento das feiras estava diretamente ligado ao processo de desenvolvimento econômico, político e social do território brasileiro (Mascarenhas, 2005), cuja formação histórica demonstra que estas se originaram no seio da expansão do

projeto de Modernidade. A América foi constituída pelo processo de difusão do sistema capitalista colonial/moderno, como novo padrão de poder mundial (Quijano, 2005), cujo um dos eixos fundamentais desse padrão de poder foi a classificação social da população mundial, a partir da “codificação das diferenças entre conquistadores e conquistados na ideia de raça, ou seja, uma supostamente distinta estrutura biológica que situava a uns em situação natural de inferioridade em relação a outros” (Quijano, 2005, p. 1).

Com base nessa ideia, ao longo da colonização latino-americana foram produzidas novas identidades sociais e a conseqüente hierarquização social, colocando os colonizadores portugueses e espanhóis como raça europeia (branca) superior aos povos nativos americanos e africanos, classificados de forma inferior, como índios, negros e mestiços (Quijano, 2005). Essa hierarquização social Quijano (2005) denominou *colonialidade do poder*, a qual legitimou e consolidou o sistema de dominação e opressão colonial europeu sobre os povos nativos da América, por meio de mecanismos político-sociais, econômicos e culturais.

De acordo com Costa e Moncada (2021), o Projeto de Modernidade se consolidou nos territórios latino-americanos a partir do “condicionamento barroco-moderno-europeu”, o qual “resume una enfática estratégia espacial: total posesión real e imaginaria del território, através de una práxis jurídica, teológica y productiva” (Costa; Moncada, 2021, p. 8).

Nesse sentido, tal Projeto de Modernidade instalou-se no território brasileiro, demarcando o encontro de duas epistemologias, o encontro de duas formas de ser e estar no mundo. Nesse encontro, houve a imposição de um *Ethos Barroco*, como “o ‘comportamiento’ que interioriza el capitalismo en la espontaneidad de la vida cotidiana” (Costa; Moncada, 2021, p. 7), por meio de um sistema de valores e mecanismos de dominação, sustentado por uma *mentalidade fundadora*, amparada “por el sistema ideológico de la Contrarreforma, que adoctrinaba la política y el orden social, inspiró una mentalidade hidalga y barroca” (Costa; Moncada, 2021, p. 6).

Esse processo promoveu a consolidação da racionalidade moderna na América Latina, que na prática se resumiu na produção do território, baseado na imposição da sistemática *divisão racial do trabalho*, que estruturalmente associou a ideia de raça à divisão do trabalho, como mecanismo de controle do trabalho e da produção, para expansão e consolidação do sistema capitalista (Quijano, 2005). Desse processo desencadeou o sistema de exploração econômica dos recursos naturais, pela escravização dos povos nativos e posteriormente dos africanos.

Além disso, estabeleceu um novo sistema de valores sociais e culturais, o qual introduziu a estrutura patriarcal, a ordem religiosa cristã e um modo de vida barroco ou mecanismos de controle social e da *colonialidade do poder*, inferiorizando o modo de ser e saber das populações nativas e das novas identidades sociais produzidas pela mestiçagem (Costa; Moncada, 2021).

Essa nova ordem concentra-se em torno da hegemonia europeia (o eurocentrismo), do controle das formas de subjetividade, da cultura e da produção do conhecimento. Nesse sentido, Quijano (2005, p. 6) esclarece que o paradigma moderno/capitalista/eurocêntrico foi sustentado pela *colonialidade do poder* como novo padrão de poder mundial objetivado pelo seguinte processo:

Em primeiro lugar, expropriaram as populações colonizadas – entre seus descobrimentos culturais – aqueles que resultavam mais aptos para o desenvolvimento do capitalismo e em benefício do centro europeu. Em segundo lugar, reprimiram tanto como puderam, ou seja, em variáveis medidas de acordo com os casos, as formas de produção de conhecimento dos colonizados, seus padrões de produção de sentidos, seu universo simbólico, seus padrões de expressão e de objetivação da subjetividade. A repressão neste campo foi reconhecidamente mais violenta, profunda e duradoura entre os índios da América ibérica, a que condenaram a ser uma subcultura camponesa, iletrada, despojando-os de sua herança intelectual objetivada. Algo equivalente ocorreu na África... Em terceiro lugar, forçaram – também em medidas variáveis em cada caso – os colonizados a aprender parcialmente a cultura dos dominadores em tudo que fosse útil para a reprodução da dominação, seja no campo da atividade material, tecnológica, como da subjetiva, especialmente religiosa. É este o caso da religiosidade judaico-cristã. Todo esse acidentado processo implicou no longo prazo uma colonização das perspectivas cognitivas, dos modos de produzir ou outorgar sentido aos resultados da experiência material ou intersubjetiva, do imaginário, do universo de relações intersubjetivas do mundo; em suma, da cultura.

No entanto, desse mesmo processo desigual e contraditório emerge o que Costa e Moncada (2021, p. 7) definem como *decolonialidade originária*, fenômeno inerente ao condicionamento moderno-europeu do território na América Latina. Para os autores, tal fenômeno significa:

La construcción de una identidad resultante del “condicionamiento del territorio” através de embriones de ciudades latinoamericanas (con tipos, escalas y variantes locales), donde lo universal y lo singular no se restringen a problemas abstractos, sino a un mestizaje biológica y culturalmente estetizado; ello significa un pensamiento y una praxis originales de descolonización protagonizada por indígenas, negros y mestizos, en el corazón del colonialismo ibérico (Costa; Moncada, 2021, p. 7).

Conforme Costa e Moncada (2021), se, por um lado, a forma mais direta de legitimar a dominação colonial foi impor que a cultura europeia outorga às mais “atrasadas” os benefícios da modernidade, e por um direito “natural” esses “atrasados” se

submetam ao domínio das nações ditas mais cultas e humanas, por outro lado, “hay un vasto y rico mundo de los oprimidos que no fueron vencidos: adquirieron consciencia de sus tradiciones y mitos, elaborando una estética para sobrevivir en la nueva sociedad” (Costa; Moncada, 2021, p. 7).

Essa nova estética diz respeito ao processo de hibridismo cultural como estratégia de sobrevivência dos povos colonizados, pois, mesmo submetidos às múltiplas violências engendradas pela *colonialidade do poder*, conseguiram resistir e perdurar no território, por meio da hibridização e/ou do sincretismo de suas práticas, objetos, expressões e conhecimentos, afirmam os autores. Dessa maneira, a duração desses sujeitos subalternizados pelo sistema vigente até hoje está na força e na dinâmica de suas práticas sociais, saberes e fazeres ancestrais, atualmente territorializados nas periferias urbanas, nos assentamentos rurais, em aldeamentos indígenas, territórios quilombolas, em feiras populares etc. (Costa, 2016; 2021).

O condicionamento moderno-europeu promoveu um *continuum* de desigualdades sociais e uma crise duradoura de caráter territorial na América Latina, em uma espécie de *segregação originária* (Costa; Moncada, 2021), inicialmente configurada por missões religiosas, fortalezas militares e aldeamentos indígenas, avançando para formação das cidades.

Portanto, no Brasil, as territorialidades históricas se configuraram e configuram a partir das relações de domínio e controle, pelo aparato jurídico-político e econômico estruturado pelo poder colonialista; e pelas relações de apropriação subjetiva e identitária (Haesbaert, 1997), a partir da formação de novas identidades sociais, representadas pelos indígenas, afrodescendentes e mestiços, com suas práticas socioculturais e a luta pela sobrevivência material.

É nesse contexto que as feiras livres são constituídas no Brasil. Como herança da colonização portuguesa, foram se configurando como territórios representativos da atividade comercial de pequeno porte, porém de grande importância para o abastecimento populacional, dando suporte ao processo de povoamento e desenvolvimento do território brasileiro ao longo da implantação dos ciclos econômicos, entre os séculos XVI e XIX (Azevedo; Queiroz, 2013). Ao mesmo tempo, estabeleceram-se como territórios construídos pelas relações de identidade, “como processo de construção de significado, com base em um atributo cultural ou um conjunto de atributos culturais inter-relacionados” (Castells, 1999, p. 54), representando a história e as singularidades locais e/ou regionais, ao longo do processo de formação territorial brasileira (Araújo, 2019).

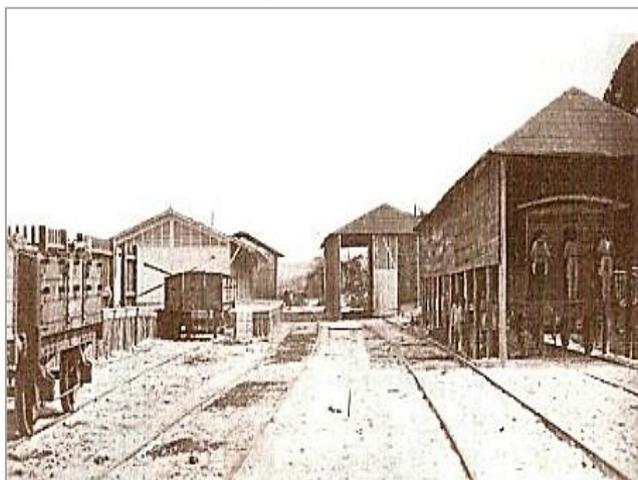
Duas formas de comércio se destacaram no primeiro período da colonização: “uma, exercida pelo comércio estabelecido dos mercadores, responsável pelas vendas dos artigos finos e de luxo, caros e nobres e, a outra forma, que era realizada ao ar livre com a venda de produtos provenientes da terra” (Dantas, 2008, p. 91). Esta última, caracterizada pelas feiras livres, era desenvolvida “por pequenos agricultores, que vendiam os produtos por eles cultivados ou pequenos comerciantes, que revendiam algumas mercadorias de necessidade imediata” (Dantas, 2008, p. 92), configurando territorialidades populares formadas pela “subcultura camponesa e iletrada”, conforme diz Quijano (2005, p. 6).

Na região Nordeste do Brasil, a maior parte das feiras livres foi formada no decorrer do processo de desenvolvimento da economia açucareira e da pecuária. A atividade canavieira foi responsável pela ocupação de toda a faixa litorânea desde o Rio Grande do Norte até a Bahia, nos séculos XVI e XVII. Por se constituir como a principal atividade de exportação da colônia, ocupou a maior parte das terras férteis do litoral, provocando a escassez de gêneros alimentícios nas cidades que vinham se formando naquele período. Por essa razão, as feiras se estabeleceram como pontos de convergência entre o litoral (em processo de urbanização) e o interior do continente, com o intuito de dinamizar a comercialização de produtos alimentícios e, dessa maneira, contribuir com o desenvolvimento demográfico do território (Dantas, 2008).

Por outro lado, a pecuária, como atividade subsidiária do ciclo canavieiro, foi responsável pela ocupação do interior nordestino (Agreste e Sertão), abrindo rotas e núcleos de povoamento que estimularam a formação dos mercados e feiras livres para dar suporte ao processo de expansão territorial (Dantas, 2008). Desse processo de produção espacial houve o primeiro registro oficial da existência de feira no Brasil. A Feira de Capuame, hoje município de Dias D’Ávila (Figura 26), localizada no Recôncavo Baiano, foi registrada em 1732 e, na sequência, as feiras da freguesia da Mata de São João; da Vila de Nazareth; de Feira de Santana (Figura 27) e da Vila do Conde, na capitania da Bahia; de Goiana e Itabianinha, na capitania de Pernambuco, e em várias vilas e cidades de Sergipe (Figura 28) (Dantas, 2008; Azevedo; Queiroz, 2013).

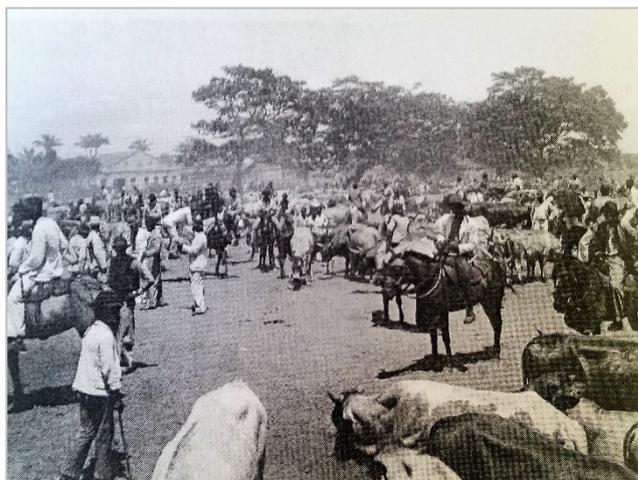
Assim também ocorreu no processo de ocupação da região amazônica com o ciclo das Drogas do Sertão (Figura 27), no qual a Feira do Ver-o-Peso teve papel importante, e, como objeto de pesquisa, será destacado no próximo item. Dessa maneira, as feiras se proliferaram à medida que o Projeto de Modernidade se consolidava no Brasil, por meio dos ciclos econômicos até chegar à industrialização e à urbanização.

Figura 26 – Estação de trem construída no local onde funcionou a Feira de Capuame – BA



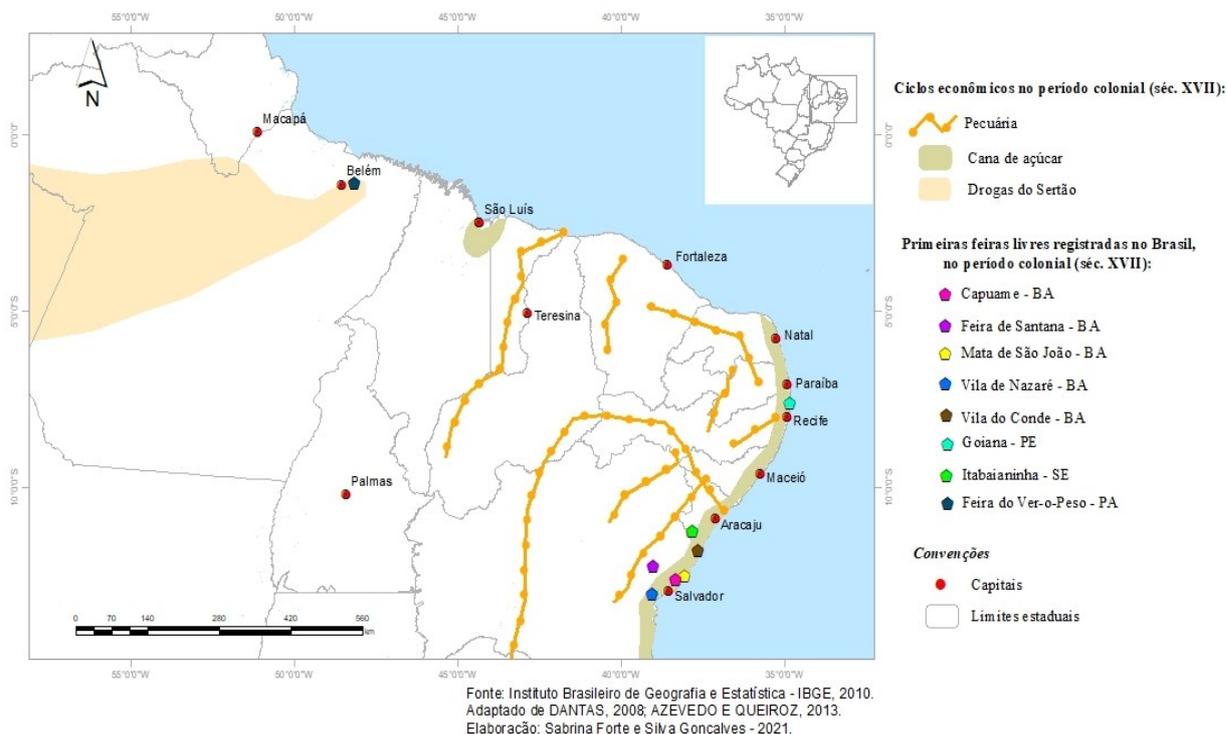
Fonte: Benjamim Mudlock, 1861. <https://blogs.ibahia.com/a/blogs/memoriasdabahia/2017/05/02/4657>.

Figura 27 – Feira de gado em Feira de Santana – BA



Fonte: <https://blogs.ibahia.com/a/blogs/memoriasdabahia/2017/05/02/4657>.

Figura 28 – Localização geográfica das primeiras feiras livres registradas no Brasil, no período colonial.



Fonte: Elaboração da autora com base em IBGE (2010) e adaptado de Dantas (2008); Azevedo; Queiroz (2013).

Com o processo de abolição da escravatura e da urbanização, as feiras livres se proliferaram pelas cidades brasileiras. Somando-se ao forte significado simbólico de síntese histórico-cultural local e regional, as feiras passaram a se configurar também como território de luta pela sobrevivência, formadas por trabalhadores pobres, desempregados,

que exerciam suas atividades de maneira precária em determinados espaços públicos (Mascarenhas, 2009).

Conforme estudos de Mascarenhas (2005) sobre a importância das feiras livres para a formação e a dinâmica urbana da cidade do Rio de Janeiro, no início do século XX a gestão pública condenou as feiras livres a “um aglomerado de formas populares de varejo consideradas arcaicas, promíscuas e deselegantes, movimentadas por um contingente humano formado por toda sorte de malandros e desocupados” (Mascarenhas, 2005, p. 5), conforme revela a seguir:

O processo de territorialização destas modalidades populares de comércio se consumou através das muitas décadas de uma urbanização acelerada, porém baseada em muitos aspectos no modelo colonial. A manutenção de um traçado aparentemente irregular, próprio da colonização lusitana, repleto de ruas estreitas e dotado de poucos espaços amplos, resultou na configuração de uma trama congestionada e ruidosa de pontos de comercialização varejista. Por outro lado, a presença numerosa de negros, e posteriormente de grupos de imigrantes estrangeiros, num quadro de baixa oferta de empregos, impuseram à cidade diferentes formas de comportamento territorial na luta cotidiana pela sobrevivência, de forma tal que esta parece ter sido, na virada do século, um fantástico laboratório de territorialidades populares (Mascarenhas, 2005, p. 6).

Por meio dessa visão política segregacionista, esses grupos sociais foram brutalmente desterritorializados dos espaços públicos pela política de modernização e higienização urbana, conhecida como a “Reforma Pereira Passos”, pela qual as feiras se transformaram em elementos constitutivos do estilo moderno de cidade, aos moldes franceses da *Belle Époque*, os quais foram difundidos no País (Mascarenhas, 2009).

No contexto contemporâneo, a feira livre persiste na dinâmica econômica e social das cidades brasileiras. Conforme Santos (1979), há dois subsistemas indissociáveis, contraditórios e solidários do território, formados pelos circuitos superior e inferior da economia urbana. Nessa perspectiva, as feiras livres são elementos constitutivos do circuito inferior perante os circuitos superiores (como as redes de supermercados e *shoppings centers*), na dinâmica econômica das cidades (Filgueiras, 2006; Mascarenhas; Dolzani, 2008; Azevedo; Queiroz, 2012).

Entretanto, além de se configurar como território de luta pela sobrevivência material, apresenta-se como território de resistência da cultura popular, na perspectiva crítica apontada por Chauí (1986, p. 24), como “expressão dos dominados, no movimento histórico-social de uma sociedade de classes”. Tornam-se territórios na dimensão da existência, da experiência, do vivido (Haesbaert, 1997; 2012; 2021; Claval, 1999), por sujeitos historicamente subjugados a uma condição de subalternidade pelo sistema

colonial eurocêntrico, criando seu próprio sistema de representações, tal como as feiras livres expressam no cotidiano de suas atividades, a partir da abundância e da complexidade de sentidos e significados, pelas cores, cheiros, sabores, fazeres, saberes, expressões e comunicação interpessoal, e formas espaciais singulares (Mascarenhas, 1992; Filgueiras, 2006; Minnaert, 2008; Guimarães, 2010; Nogueira, 2015).

Logo, apresentam-se como territórios representativos da cultura popular como “um conjunto de práticas, representações e formas de consciência, que possui lógica própria (o jogo interno do conformismo, do inconformismo e da resistência), distinguindo-se da cultura dominante, justamente por essa lógica” (Chauí, 1986, p. 25).

Em cada recorte espacial das feiras livres revelam-se territórios de dimensão existencial dos sujeitos. A construção histórica do território, realizada por meio de um sistema de relações sociais contraditórias, culminou com a formação de modos de vida que geraram uma identidade territorial demarcada por relações de apropriação e sentimento de pertencimento pelos sujeitos, em suas lutas, necessidades, conflitos e interesses comuns ou, como define Costa (2016), “sujeitos em situação espacial duradoura”, diante dos processos modernos de formação territorial e suas decorrências contraditórias. Configuram-se, portanto, como territórios demarcados pelas relações *de identidade de resistência*, conforme Castells (1999, p. 56) aponta:

A construção social da identidade sempre ocorre em um contexto marcado por relações de poder... sendo a identidade de resistência: criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo, assim, trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade ou mesmo, opostos a esses últimos.

Por sua importância histórica e sociocultural, a feira livre tornou-se referência como patrimônio cultural vivo e representativo das tradições populares brasileiras e, dessa maneira, algumas já estão inseridas nos circuitos da patrimonialização, pelos discursos e práticas de intervenção urbana, voltadas à *mercadorização cultural*, provocando riscos a perda dos referenciais históricos e das singularidades culturais (Filgueiras, 2006).

A visão moderna de patrimônio e cultura tende a dicotomizar, segregar e hierarquizar modos de ser, de fazer e de saber, por meio de processos político-ideológicos e econômicos, como mecanismos de reprodução do sistema hegemônico vigente (Scifoni, 2006; Canclini, 2012; Costa, 2015; Trevisan, 2016), colocando determinadas práticas e elementos culturais populares como resíduos do passado “morto”, atrasado e/ou

saudosista, nas formas de tradição e folclore (Chauí, 1986; Canclini, 1987), a serem consumidos pelo mercado do patrimônio cultural.

Por essa razão, esta tese propõe uma análise geográfica da Feira do Ver-o-Peso em Belém do Pará, pela perspectiva teórico-metodológica dos “utopismos patrimoniais” (Costa, 2016; 2021), visando apreendê-la como “patrimônio-territorial ativado popularmente” (Costa, 2017).

Por esse caminho teórico-metodológico, busca-se compreender como essa feira pode se constituir como um território de expressão existencial e identitária de grupos sociais historicamente em situação de subalternidade na região amazônica, com suas potencialidades e vulnerabilidades diante dos processos contemporâneos de universalização e mercadorização cultural (Choay, 2006; Arantes, 2000; Filgueiras, 2006; Costa, 2015).

Nessa perspectiva de análise, busca-se contribuir com o debate a respeito do patrimônio e da superação da lógica hegemônica da patrimonialização como processo urbano produtor de diferenças e desigualdades. Busca-se auxiliar na construção de alternativas para minimizar riscos ao patrimônio e principalmente, as desigualdades socioespaciais, iluminando e valorizando a duração desse patrimônio-territorial pelos sujeitos e para os sujeitos (Costa, 2021).

Uma possibilidade é considerar que a preservação não deve ser tratada apenas como um conjunto de mecanismos institucionais, mas, sim, como um processo de transformação social e construção da cidadania, na medida em que se reconhecem e se valorizam os sujeitos como guardiões de seu próprio patrimônio, pelo protagonismo na história do território que os mantém, no curso de suas práticas, usos, conhecimentos e relações sociais cotidianas, como *cultura popular subalternizada* (Chauí, 1986; Canclini, 1987) ativa, na luta pela sobrevivência e emancipação social.

De acordo com Costa (2016; 2017; 2018; 2021), três utopismos patrimoniais são conexos e operam simultaneamente no território: o *utopismo patrimônio-territorial*, o *utopismo patrimonial singularista* e o *utopismo patrimonial existencialista*. A proposta possui uma concepção utópica, como processo de rompimento com a realidade e a busca por um novo futuro, projetando sua aplicabilidade à realidade latino-americana como “o ideal do processo social inovado e em andamento, fundado em ações de valoração das potencialidades e de fragilidades situadas” (Costa, 2016, p. 2).

Os utopismos patrimoniais levam em consideração a perspectiva existencial dos sujeitos, com base no movimento interescalar universal-particular-singular atinente à

formação de territórios na América Latina, pelo processo histórico das relações sociais contraditórias marcadas pela *colonialidade do poder* (Costa, 2021; Costa; Moncada, 2021).

Tais utopismos possibilitam denunciar as contradições socioespaciais herdadas do colonialismo (colonialidade) e do mesmo processo, iluminar e ressignificar “con los sujetos, sus normas y proyectos, la memoria de los empobrecidos, subalternizados y estigmatizados en Latinoamérica, con base en la historia del territorio, su propia historia singular” (Costa, 2021, p. 10), como estratégia de manutenção, preservação e minimização dos riscos e das desigualdades socioespaciais historicamente produzidas e agravadas pelas políticas urbanas e patrimoniais contemporâneas.

Universalmente, o patrimônio-territorial constituiu-se como produto das contradições da conquista ibérica no processo de disseminação e consolidação do Projeto de Modernidade; ele é tudo aquilo que mantém vivos os grupos subalternizados, mesmo submetidos às distintas formas de violência (Costa, 2021). As políticas de controle e dominação econômica e cultural, pautadas pela ideia de raça e universalização do paradigma moderno, colocaram o modo de ser/saber dos colonizadores europeus como superior aos demais modos de ser e saber dos povos originários, promovendo uma série de violências sociais e epistêmicas no processo de configuração, na América Latina, de territórios segregados pela hierarquização social do trabalho e do poder, a invisibilização e/ou apagamento dos modos de vida originários e a duração de um continuum *de desigualdades socioespaciais* (Costa, 2016; 2021).

De modo particular, olhando para o processo de colonização do Brasil, o patrimônio-territorial expressa territorialmente a duração da *colonialidade do poder* por grupos sociais (que caracterizam a diversidade étnica e cultural brasileira) em condições de empobrecimento urbano ou rural. Ao mesmo tempo, as particularidades da origem e manutenção do patrimônio-territorial representam, no espaço, a memória e a resistência (duração) sociocultural dos sujeitos subalternizados pelo sistema moderno/colonial (indígenas, afrodescendentes e mestiços) e podem ser identificadas pela dinâmica social, econômica, política e cultural de cada contexto regional e/ou local, que configura as singularidades das práticas, ritos, saberes, usos e símbolos, em assentamentos rurais, periferias urbanas, feiras populares etc. (Costa, 2016; 2021).

A natureza contraditória do patrimônio-territorial no movimento universal-particular da formação de territórios sob o sistema colonialista moderno pode ser compreendida à luz da ideia *do pensamento abissal* trazida por Santos (2009). Segundo

o autor, a ideia fundamenta o pensamento moderno ocidental (preconizado pelo Iluminismo/Humanismo europeu) como um sistema de pensamento que divide a realidade social em dois universos radicalmente separados por duas linhas constituídas por distinções visíveis e invisíveis, que representam o universo “desse lado da linha” e “do outro lado da linha”, onde “desse lado” se encontra a racionalidade moderna dominante nos campos da ciência, filosofia e teologia, por exemplo.

E “do outro lado” o “inexistente”, no sentido de que toda diversidade de formas de ser e saber existentes “do outro lado” torna-se incompreensível aos parâmetros estabelecidos por “esse lado” e, portanto, considerada irreal (ou, na melhor das hipóteses, passível de inquirição científica), tal como os conhecimentos populares, indígenas e camponeses, justificando a hegemonia e o domínio de “um lado” sobre o “outro”.

Santos (2009, p. 31) argumenta, inclusive, que essa realidade é tão verdadeira hoje como o era no período colonial, e assim aduz:

O pensamento moderno ocidental continua a operar mediante linhas abissais que dividem o mundo humano do sub-humano, de tal forma que princípios de humanidade não são postos em causa por práticas desumanas. As colônias representam um modelo de exclusão radical que permanece atualmente no pensamento e nas práticas modernas ocidentais tal como ocorreu no ciclo colonial. Hoje, como então, a criação e ao mesmo tempo a negação do outro lado da linha fazem parte integrantes de princípios e práticas hegemônicas.

Nesse contexto, o autor traz como uma das realidades desse processo na atualidade a ascensão do *fascismo social* como “um regime social de relações de poder extremamente desiguais que concedem à parte mais forte o poder de veto sobre a vida e o modo de vida da mais fraca” (Santos, 2009, p. 37).

Pelos *utopismos patrimoniais singularista e existencialista*, é possível visibilizar, vigorar e enaltecer o patrimônio-territorial. Na perspectiva de Santos (2009), isso pode ser visto como a expressão geográfica do “outro lado da linha” em movimento. O *utopismo patrimonial singularista* é pensado como recíproca dialética do universalismo moderno europeu, gerador de modelos de urbanização produtora de diferenças e desigualdades na América Latina (Costa, 2016; 2021).

Enquanto as políticas urbanas contemporâneas da *patrimonialização global* universalizam modelos de renovação ou requalificação urbana, por meio da produção (cenarização) de singularidades ideais para o mercado de consumo cultural, o *utopismo patrimonial singularista* requer a valorização das singularidades reais (contidas no patrimônio-territorial) “pela díade mobilidade/mobilização, como pilares de projectos

comunitarios, para la mejora de sus condiciones existenciales” (Costa, 2021, p. 13). Pela diade mobilidade/mobilização, propõem-se políticas urbanas que integrem centro/periferia ou o urbano/rural, para ativação

[...] de las prácticas y costumbres cotidianas constituyentes de la esencia del lugar, de las políticas populares y de la experiencia del sujeto... requiriendo territorios abiertos para el establecimiento de rutas narradas, de paisajes y prácticas de los habitantes, esto en beneficio de nuevos proyectos colectivos de empoderamiento comunitario... la valoración popular de singularidades espacio-culturales instrumentaliza la necesaria lucha contra el ideal eurocéntrico de universalidade, que continua negando existencias populares y perpetuando la situación espacial de opresión (Costa, 2021, p. 13-14)

Para o autor, confrontar modelos urbanos ditos universalizantes (que produzem e acirram desigualdades sociais) por meio do *utopismo patrimonial singularista* é conchamar a ativação popular do patrimônio-territorial, colocando os sujeitos no centro das políticas territoriais, por meio do “utopismo patrimonial existencialista, no sentido de reconocer la fuerza del sujeto situado ante los riesgos y vulnerabilidades socioespaciais tratadas, negligentemente, en su dimensión físico-mercantilista” (COSTA, 2021, p. 11).

Lembra o autor que, na perspectiva existencialista de J. P. Sartre, o sujeito define-se pelo seu projeto e superação da condição que lhe é dada, desvela e determina sua situação, objetivando-se pelo trabalho e pela ação. Assim, por meio do sujeito situado (empoderado, mobilizado, ativo), é possível afirmar a duração do patrimônio-territorial e da vida, sob os riscos da urbanização marcada pelas profundas desigualdades sociais, historicamente produzidas pela *colonialidade do poder* (Costa, 2016; 2021).

Os três utopismos conexos e em movimento vêm ao encontro do desenvolvimento da *interculturalidade*²⁵ (Walsh, 2005) e ao reconhecimento de uma *ecologia de saberes*²⁶ (Santos, 2009). Essa pesquisa pretende mostrar no decorrer dos capítulos que esses três utopismos já se encontram em andamento ao analisarmos a Feira do Ver-o-Peso em Belém do Pará. Investigá-la por tal perspectiva significa um giro na forma de conceber e preservar o patrimônio (que não é o decidido, na maioria das vezes de forma arbitrária, pelos órgãos de preservação oficiais).

²⁵ Como processo de interação “entre culturas”, o qual reconhece e parte “de las asimetrías sociales, económicas, políticas y de poder y de las condiciones institucionales que limitan la posibilidad que el ‘otro’ pueda ser considerado como sujeto con identidad, diferencia y agencia la capacidad de actuar” (Walsh, 2005, p. 6).

²⁶ Como pluralidade de conhecimentos heterogêneos e em interações sustentáveis e dinâmicas entre eles, sem comprometer sua autonomia... baseando-se na ideia de que o conhecimento é interconhecimento, havendo uma diversidade de epistemologias no mundo... onde a copresença radical de práticas e agentes de ambos os lados das linhas são contemporâneos em termos igualitários (Santos, 2009, p. 44-45).

O item seguinte discorrerá sobre a formação da Feira do Ver-o-Peso, que está diretamente ligada à historiografia da fundação da cidade de Belém do Pará, no contexto da colonização e formação territorial da Amazônia brasileira. Dessa maneira, o texto dará início à construção da tese no sentido de elucidar como se originou esse patrimônio-territorial e seus sujeitos, como singularidade da formação do território brasileiro.

2.2 Aldeamento Mairi: gênese do patrimônio-territorial da Feira do Ver-o-Peso e seus sujeitos

A gênese do patrimônio-territorial da Feira do Ver-o-Peso se dá a partir da fundação da cidade de Belém no contexto da ocupação ibérica na desembocadura do rio Amazonas. Com a finalidade de assegurar o controle do território (que hoje compreende a região amazônica) ameaçado pelas invasões holandesas, francesas e inglesas na disputa pelo controle da exploração das Drogas do Sertão, a Coroa Ibérica (1580-1640) funda a cidade de Santa Maria de Belém do Grão-Pará, em 1616 (Tavares, 2008; 2011).

A fundação começou com a ocupação militar portuguesa, dando início à colonização de um “aldeamento antigo e movimentado, denominado Mairi, com a presença principalmente de índios Tupinambás e Pacajá, comandados pelo cacique Guaimiaba... à margem do Igarapé Piri e rio Guamá” (Pereira; Almeida, 2020, p. 2).

O aldeamento Mairi (área que corresponde hoje à área central de Belém), à margem do igarapé Piri (conhecido atualmente como Doca do Ver-o-Peso), era um entreposto indígena com intensa movimentação de etnias como os Tupuliçu e Pauxis, que viviam nas áreas que correspondem hoje aos municípios de Santarém e Óbidos respectivamente, em processo de migração entre a Região do Marajó e o Baixo Amazonas (Pereira; Almeida, 2020).

Com a colonização da região, ao longo do século XVII, ocorre o *primeiro sistema de controle territorial* (Machado, 1989, p. 28 *apud* Tavares, 2008; 2011), com a instalação de Fortes militares ou Missões religiosas nos aldeamentos, com a finalidade de dominar violenta e/ou pacificamente os indígenas para impedir possíveis alianças destes com as demais nações europeias (Tavares, 2008; 2011).

A fundação da cidade de Belém marca o início da inserção do Projeto de Modernidade na porção setentrional do Brasil, pelo *condicionamento barroco-moderno-europeu* (Costa; Moncada, 2021) do Vale Amazônico no século XVII. O controle colonial do território amazônico ocorreu, principalmente, a partir da divisão territorial dos

aldeamentos em missões de ordem religiosa, como: carmelitas, franciscanos, mercedários e jesuítas (Tavares, 2008; 2011).

Esse processo promoveu a consolidação da racionalidade moderna na parte setentrional da colônia brasileira, mediante a exploração econômica das “Drogas do Sertão” (especiarias cultivadas no interior da floresta amazônica, como: canela, cravo, anil, cacau, raízes aromáticas, sementes oleaginosas e salsaparrilha) e a inferiorização do modo de ser das populações nativas pelo tripé: comércio de Drogas do Sertão – aldeamento – fortalezas, com a fundação de 85 núcleos coloniais, entre os séculos XVII e XVIII (Tavares, 2011).

No século XVIII, mais precisamente a partir de 1750, Marquês de Pombal (maior autoridade política do reinado de D. José I, em Portugal) empreendeu uma série de reformas políticas, econômicas e sociais, visando a intensificação da ocupação portuguesa e o crescimento econômico da Amazônia. Entre outras políticas, estabeleceu a Companhia Geral do Comércio do Grão Pará, estimulou o desenvolvimento da agricultura de exportação (1755) e o povoamento da região.

Para tanto, declarou a “liberdade” dos indígenas, expulsando os jesuítas e outras ordens religiosas da colônia e introduziu a mão de obra escrava africana. No período entre 1757 a 1779, a Capitania do Grão Pará e Maranhão chegou a receber 25.365 escravos negros, oriundos dos grupos étnicos denominados: Banto (Angola, Congo, Benguela, Cabinda, Moçambique, Moxicongo, Macua e Caçanje); Sudanês (Mina, Mali ou Mai ou ainda Mandinga, Fula, Fulupe ou Fulupo, Bijojó ou Bixapô); e Guiné-Bissau (Tavares, 2008; 2011).

Como política social, concedeu permissão e estimulou o casamento entre indígenas e portugueses e promoveu uma política de “apagamento” do modo de ser da população nativa, introduzindo um código social que tornava obrigatório o uso da língua, dos hábitos e costumes portugueses na colônia (Tavares, 2008; 2011).

Desse processo decorre a *decolonialidade originária* (Costa; Moncada, 2021), como fenômeno dialético e inerente ao *condicionamento moderno-europeu* do território amazônico, marcado pelos saberes, fazeres, símbolos e usos criados e recriados pela *interculturalidade* forjada pelos indígenas, africanos e mestiços e, conseqüentemente, a constituição do patrimônio-territorial, no seio da formação de uma “cultura cabocla”.²⁷

²⁷ Aqui, adota-se o termo na perspectiva apresentada na obra *Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade*, organizada por Adams, Murrieta e Neves (2006), que argumentam a necessidade de expressar um reconhecimento mais abrangente da importância da história na formação das

Os três subitens a seguir discorrerão como se originou o patrimônio-territorial da Feira do Ver-o-Peso no contexto da formação territorial de Belém, que há 398 anos mantém a sobrevivência/existência dos sujeitos subalternizados (e sua ancestralidade), perante uma rede comercial ligada ao movimento urbano e à patrimonialização da área central da cidade.

Essa narrativa vai traçar um panorama do processo de colonização da região amazônica, a partir da fundação de Belém e o ciclo econômico das Drogas do Sertão. No entanto, antes de abordar esse evento, tratará de mostrar a organização social e a dinâmica territorial (o espaço vivido) dos povos originários e problematizar o processo de usurpação do território e seus recursos pelos colonizadores, destacando a importância dos povos indígenas na consolidação do Projeto Colonial (ainda que de forma forçada ou induzida, mas também como possível estratégia de sobrevivência/existência diante das alteridades).

O texto avançará para intensificação do domínio colonial português sobre os territórios indígenas, com as políticas sociais e econômicas implementadas por Marquês de Pombal, que deram origem à interculturalidade marcada pela inserção da população africana escravizada e o incentivo (legalização) à miscigenação entre indígenas e colonos portugueses, como estratégia de branqueamento da sociedade belenense (Monteiro, 2006).

2.2.1 A formação do aldeamento Mairi e a dinâmica territorial dos povos originários na Amazônia Oriental antes da fundação da cidade de Belém

Conforme estudos de Souto (2018), embora haja poucos registros a respeito do espaço vivido dos povos originários da Amazônia brasileira antes da conquista europeia, é possível identificar vestígios da formação desse território e sua dinâmica a partir dos documentos escritos pelos diferentes agentes sociais produtores do território amazônico colonial. Metodologicamente, a autora propôs uma leitura crítica sobre a produção do espaço concebido da Amazônia colonial, por meio da investigação de documentos oficiais, tais como: mapas coloniais, diários de viagem, crônicas, dados censitários etc.,

sociedades caboclas. Em vez de “tupinização”, buscam o termo “caboclicização”, feito por Eugenne Parker diante dos eventos e condições que conduziram na fragmentação de grande parte das sociedades ameríndias, que transformaram seus sobreviventes, e emergiu dessa (in)consequência a “cultura cabocla” do século XIX (Adams; Murrieta; Neves, 2006 *apud* Souto, 2018, p. 29-30).

produzidos pelos expedicionários (missionários ou colonos) que relatam acerca do processo de conquista e ocupação europeia dessa região.

Em sua tese de doutorado, a autora direcionou um olhar descolonizador sobre tais fontes históricas a fim de captar as representações do espaço indígena e o protagonismo desses sujeitos e produzir uma cartografia etno-histórica²⁸ da formação do território amazônico pré-colonial. Nessa mesma perspectiva, esse subitem visa discorrer a respeito da gênese da formação do patrimônio-territorial da Feira do Ver-o-Peso, que está intrinsecamente ligada à origem histórica da cidade de Belém do Pará, a partir de uma narrativa baseada principalmente nas referências bibliográficas de Souto (2018) e Pereira e Almeida (2020).

Segundo vestígios arqueológicos nos municípios de Alenquer e Monte Alegre no Pará, estudiosos estimam a presença de civilizações pré-históricas há mais de 12 mil anos na Amazônia, vivendo como nômades (caçadores e coletores de produtos naturais). Utilizavam diversos artefatos rudimentares de pedra, madeira, concha, ossos, penas e fibras, como marcas de sua longa evolução cultural. Entretanto, é a cerâmica produzida com traçados artísticos sofisticados, por determinados grupos, que traz informações mais concretas a respeito dos primeiros habitantes dessa região (Monteiro, 2006).

Por esse elemento cultural, foi possível identificar que os povos que habitavam a parte norte central da Ilha do Marajó (PA) foram os que praticaram a agricultura mais aperfeiçoada, plantando uma espécie de milho e raízes da planta maniva (denominada macaxeira ou mandioca), com as quais se faziam: a farinha seca e a farinha d'água, o tucupi (líquido que acompanha algumas comidas típicas) e o polvilho (de onde se produz o beiju, considerado o pão do nativo), como base principal da alimentação desses grupos (Daniel, 1976; Monteiro, 2006).

Dessa maneira, consolidaram o Cacicado Marajoara.²⁹ De acordo com estudos arqueológicos, a cultura ceramista mais antiga dessa região remonta a 2.500 anos, ou seja,

²⁸ Neste estudo, entendem-se como cartografia etno-histórica tanto as análises referentes aos povos indígenas e africanos advindas dos mapas coloniais quanto os documentos que perpassem o sentido de mapa, tais como os mapas populacionais que configuram a população de forma quantitativa e espacial, os diários de viagem e os roteiros corográficos que mapeiam os povos no espaço textualmente... a fim de descortinar espaços vividos, invenções do cotidiano e cartografias de resistência, dos encontros interculturais dos amocambados ameríndios e africanos que marcaram a história ancestral de indígenas e quilombolas da contemporaneidade (Souto, 2018, p. 203).

²⁹ No período pré-colombiano, os grupos indígenas que habitavam a Amazônia se distinguiam de acordo com a complexidade social e demográfica, circunscrita à área de Várzea e outra à Terra Firme. Na Várzea, eram comuns as organizações sob o regime de "Cacicado" (uma estrutura social hierarquizada com presença de elites políticas, realização de agricultura intensiva e se distribuía em sítios nucleados em escala urbana). Na Terra Firme eram mais frequentes pequenos grupos tribais, com lideranças locais. Foram

datam de 400 a.C. os primeiros indícios da chegada dos povos do período marajoara (Monteiro, 2006).

Segundo estudos de Cazal (1817), Oberg (1955) e Meggers (1987), *apud* Pereira e Almeida (2020), durante esse período houve a concentração de um grande aglomerado populacional ao redor do Lago do Arari, onde está localizado hoje o município de Santa Cruz do Arari (PA). Esse aglomerado denominado “Maery” abrigou uma população aproximada de cem mil pessoas e atingiu seu auge por volta de 400 d.C.

Um dos vestígios da existência de Maery foi um prato de cerâmica encontrado no local denominado Ponta de Pacoval no lago Arari, como representação estilizada de um mapa da região do lago (Pereira; Almeida, 2020), conforme Figura 29.

Figura 29 – Maery – Cerâmica com o mapa do Lago do Arari, Ilha do Marajó. (PA)



Fonte: Museu Paraense Emílio Goeldi (Pereira; Almeida, 2020).

registradas algumas sociedades indígenas sob o regime de cacicado na Amazônia, entre eles os Omáguas, no local que hoje está localizada a cidade de Tefé (AM); e os Curicicarís, que habitavam a região do rio Juruá (AM) (Ravena; Acevedo, 2013).

Todavia, por volta de 410 d.C., houve uma grande catástrofe climática nessa região (uma erupção vulcânica na Indonésia que ejetou para a atmosfera milhões de toneladas de poeira, atingindo severamente as populações na Linha do Equador, como o Marajó), levando à ocorrência de chuva ácida, seca e morticínio de peixes no lago Arari (Wohletz, 2009 *apud* Pereira; Almeida, 2020).

Tal evento causou a diáspora dos povos indígenas, transferindo e restabelecendo o Cacicado Marajoara para o local que hoje é a área central da cidade de Belém. O povo marajoara fundou essa região de “Mairi” e transformou o local na nova sede de seu Cacicado e um importante entreposto migratório dos diferentes grupos étnicos existentes naquele período. Indicativos desse processo encontram-se, por exemplo, nas pesquisas de Friel (1970 *apud* Pereira; Almeida, 2020) sobre a etno-história do povo “Caxyuana” na região de Óbidos (PA). Os estudos mostram que este era composto por povos vindos de altas montanhas ao norte e povos que vinham de “Kampixi” (onde foi feito “Bere” (Belém) e perto deles moravam os “Marayo” (Marajó)).

Por sua vez, nas investigações de Gallois (1994 *apud* Pereira; Almeida, 2020) sobre o grupo “Waiãpi” no Amapá, revelou-se que este considera Mairi como sua terra ancestral. Da mesma forma, segundo os estudos do antropólogo Manuel Nunes Pereira na primeira metade do século XX (*apud* Figueiredo, 2019), os índios do Rio Negro ainda guardavam na memória o nome de um lugar chamado Mairi.

Em virtude da intensa movimentação na região do entorno do Cacicado Marajoara, o nome “Mairi” acabou entrando no léxico tupinambá com o significado de cidade ou urbe, configurando “um aglomerado com atividades típicas de uma cidade da época, com feiras, oficinas, salga de peixes e carnes, e olarias – um entreposto de comércio” (Pereira; Almeida, 2020, p. 3) e seus habitantes conhecidos como *mairiuára* ou *mairipora* (Figueiredo, 2019).

Além do Cacicado Marajoara, foi registrado no período de 1.200 a 1.400 anos o Cacicado Tapajônico na confluência dos rios Tapajós e Paraná-Assú (atual Amazonas), cuja complexidade cultural, social e política assemelhava-se à do Marajó. Na crônica da Missão dos padres da Companhia de Jesus no estado do Maranhão, o padre João Felipe Bettendorf descreve sua experiência pelo rio Amazonas, ressaltando esse Cacicado com gente briosa, possuidora de belas terras, ricas em minas de prata e muitos mantimentos, como: mandioca, milho, caça, pássaros, peixes, peixe-boi e tartarugas (Ravena; Acevedo, 2013).

Esse grupo era composto por muitos habitantes, os quais criaram vários centros de escambo na Amazônia. A dinâmica territorial dessa região para o centro de Mairi também foi registrada, movimentando povos de diversas etnias, como: Tembés, Pacajás, Jacundás, Mundurucus, Aruãs, Gaviões e centenas de outras tribos que falavam diferentes línguas (Monteiro, 2006).

De acordo com os registros de viagem do Padre Ives D'Evreux (integrante da Expedição francesa de Daniel de La Touche para Amazônia, em 1612), havia um fluxo intenso entre as nações indígenas³⁰ localizadas no interflúvio entre os rios Gurupi e Piriá (PA) para realizar o escambo de pedras preciosas e outros produtos da floresta, fazendo conexão com Mairi através do rio Guamá e da atual cidade de São Luís (MA) pelo rio Gurupi (divisa entre os estados Pará/Maranhão) (Pereira; Almeida, 2020).

A expedição francesa, partindo de São Luís do Maranhão, tinha o objetivo de adentrar o rio Amazonas e acessar suas riquezas. Assim, rumou pela costa do Atlântico Norte recebendo apoio dos povos nativos da região de Caeté, dos quais foram registradas 20 aldeias. O rio Caeté se constituía como uma via importante para os indígenas, pois nascia próximo à atual cidade de Ourém (PA) por onde passa o rio Guamá e dali se conectavam à Mairi (Pereira; Almeida, 2020).

Nessa expedição, também foi possível identificar que da altura da foz do rio Gurupi até o rio Pacajá (na Baía de Portel – PA) havia grande concentração dos povos Tupinambá margeando a região entre a Ilha do Marajó e Mairi, de onde se originou posteriormente o nome da língua geral (tupan'mbae) estabelecida pelos colonizadores europeus³¹ (Pereira; Almeida, 2020).

Nota-se, portanto, que a elevação de Mairi como nova sede do Cacicado Marajoara tornou-a um ponto de convergência dos povos originários na Amazônia Oriental e isso se deve também à sua posição geográfica estratégica, sendo o rio o principal elemento dinamizador, conforme relata o geógrafo Moreira (1966, p. 63):

³⁰ De acordo com estudos de Souto (2018), era recorrente nos documentos oficiais o uso do termo “nação” para determinados povos indígenas que exerciam certa governabilidade sobre suas terras nos aspectos organizacional e de defesa, assim como designar os povos que viviam fora dos núcleos coloniais de forma amigável ou conflituosa, demonstrando o reconhecimento dos colonizadores de certa soberania dos territórios indígenas, sobre os quais não exerciam total domínio.

³¹ Segundo Souto (2018, p. 199), a língua geral é conhecida como Nheengatu e atualmente é uma língua em sobrevivência, pois vive sob ameaça de extinção. Sua origem advém do tupi antigo, sendo, a princípio, usada pelos indígenas Tupinambás à época em que os colonizadores europeus chegaram ao Brasil. Ficou conhecida como língua geral amazônica por ter sido utilizada na frente de expansão durante a colonização no Norte do País, sendo especialmente falada pelos missionários para catequizar os indígenas nos moldes cristãos.

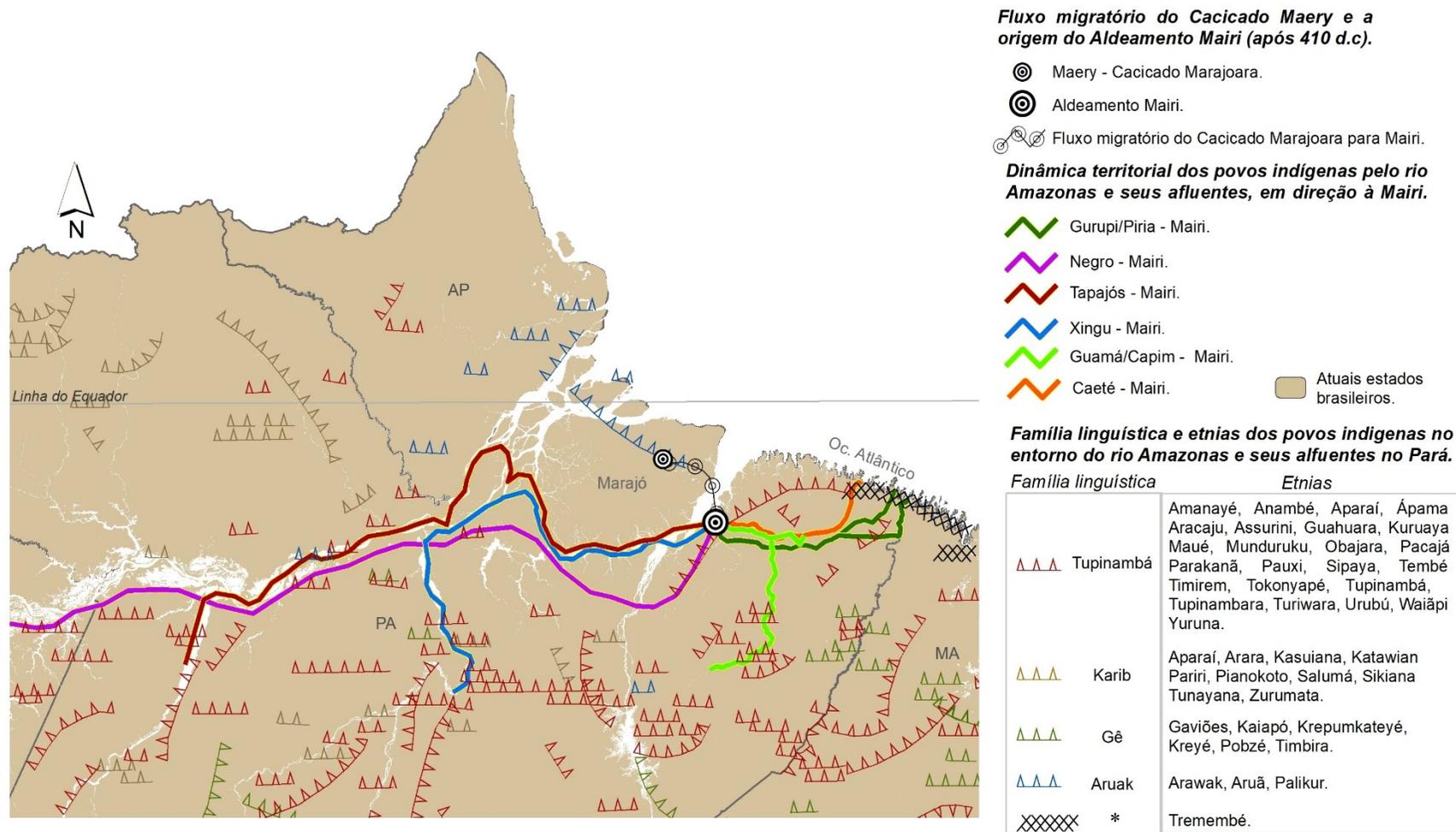
Se a saliência ou projeção de terra em que ela se encontra é o centro focal da paisagem, pelo grau de concentração humana que encerra, o rio constitui, entretanto, o elemento mais expressivo e importante sob o ponto de vista fisiográfico. Nele reside a animação do quadro, pois o rio é movimento, é comércio, é sociabilidade.

Mairi foi fundada à margem da Baía do Guajará, considerada um subestuário do grande estuário da foz do rio Amazonas. Pela Baía é possível conectar a cidade ao interior do continente por diversas direções, através de importantes afluentes como os rios: Guamá (caminho histórico de ligação com o Maranhão), Capim, Acará, Moju; e pela Baía do Marajó, os rios Tocantins, Pacajá, Xingu, Tapajós e outros (Moreira, 1966).

Pelas águas amazônicas, os povos originários traçaram seus caminhos como rotas de encontros, conflitos e trocas, efetuando o escambo de diversos produtos, desde pedras preciosas à farinha, frutos, especiarias e artefatos, mas principalmente constituíram uma cultura rica e peculiar forjada por uma heterogeneidade de etnias, com suas línguas e costumes próprios (Daniel, 1976; Monteiro, 2006; Figueiredo, 2019).

Essa cultura amazônica Figueiredo (2019) chama de “cultura das águas” ou “cultura ribeirinha”, “gestada na confluência e na interface entre a natureza e a tradição” (Figueiredo, 2019, p. 20), sendo Mairi o principal entreposto entre as nações indígenas e os rios, a teia de sustentação desses povos, tal como poeticamente expressa Moreira (1966, p. 66): “[...] tanto geográfica como historicamente, a cidade floresceu em função da água. ‘Flor das águas’ – eis uma antonomásia que se ajustaria muito bem à capital paraense, tal a significação do elemento hídrico na sua vida”. A Figura 30 ilustra a dinâmica territorial dos povos originários pelo rio Amazonas e seus afluentes em direção à Mairi e a presença de diferentes etnias e suas respectivas línguas existentes no período pré-colombiano, conforme o Mapa Etno-Histórico do Brasil (IBGE, 1987).

Figura 30 – Dinâmica territorial dos povos indígenas pelo rio Amazonas e seus afluentes em direção à Mairi, no período pré-colombiano



Fonte: Elaboração da autora com base no Mapa Etno-histórico de Curt Nimuendaju (IBGE, 1987); Pereira; Almeida (2020).

A partir do início do século XVII, no contexto da colonização ibérica de territórios que hoje se denominam América Latina, a descoberta das riquezas minerais na região da Amazônia andina pelos espanhóis atraiu as expedições estrangeiras em direção ao rio Amazonas, principalmente dos franceses, ingleses e holandeses, a fim de tomar posse e explorar as terras da região. Em 1612, a expedição do francês Daniel de La Touche (Senhor de La Ravardiere) instalou uma ocupação militar em terras paraenses, no lugar que hoje é o município de Bragança (PA), tratando de se aliar ao povo Tupinambá. Da mesma forma, os holandeses ocuparam o local em que hoje se encontra o município de Gurupá (PA) (Monteiro, 2006).

Por essa razão, a Coroa Portuguesa viu a necessidade de assegurar a posse das terras da parte setentrional do Brasil e o domínio sobre suas riquezas, anexando-a definitivamente ao restante da Colônia e afastar as ameaças estrangeiras a partir do controle efetivo da foz do rio Amazonas. Segundo Moreira (1966), essa foi a principal motivação dos portugueses quanto à ocupação da região amazônica, tendo como marco inicial a fundação de Belém, hoje a capital do estado do Pará. Para o autor, a grandeza desse episódio histórico se expressa nas palavras do historiador português Joaquim Pedro de Oliveira Martins, ao relatar que:

Das duas nações a quem a História ultramarina mais deve, a Inglaterra e Portugal, a primeira, repetindo Roma, sabe imperar; nós soubemos trilhar os mares e os sertões, esculdrinhar o fundo das barras, a entrada dos rios, a verdade das rotas, os fluxos do mar, os surgidouros dos portos, os desvios das serras, as brenhas do mato – soubemos, primeiro que ninguém o soubesse, lançar os alicerces das novas cidades, fundar os elementos de novas Europas (Moreira, 1966, p. 14).

Nesse sentido, Moreira (1966) analisa que a Coroa Portuguesa teve visão política e senso geográfico ao fundar a cidade de Belém, pois aproveitou, com fins políticos, econômicos e militares, certas vantagens naturais e geográficas para expandir e consolidar suas conquistas territoriais. O autor afirma que, atualmente, a Historiografia busca cada vez mais investigar como se deu o processo de territorialização colonial da Amazônia, dadas a rapidez e a “facilidade” com que os portugueses se estabeleceram e se fortificaram no Vale do Amazonas.

Sendo assim, cabe investigar o papel dos povos indígenas como agentes protagonistas na formação do território amazônico colonial, ainda que de maneira forçada e violenta, mas também como forma de sobrevivência/permanência diante das alteridades desse processo; afinal, o domínio colonial na Amazônia só foi possível “graças à decisiva,

efetiva e conflituosa participação do índio” (Figueiredo, 2019, p. 23), conforme apresentado no subitem a seguir.

2.2.2 A fundação de Santa Maria de Belém e a colonização do Vale Amazônico (1616 – 1750)

A capital amazônica surgiu na história como ato de puro cunho pioneiro... não foi o padrão cultural do colonizador, mas do nativo, que prevaleceu nessa fase inicial da conquista. Pelo seu número e pelo seu concurso, o índio impôs à cidade a presença do meio, o que mostra que ele não foi apenas braço, mas também animador e parte integrante da paisagem urbana (Moreira, 1966, p. 30).

Conforme Moreira (1966), a fundação da cidade de Belém foi um ato estratégico no processo de expansão territorial da Colônia Portuguesa. A construção da cidade se deu de maneira extremamente violenta em razão da resistência dos tupinambás, povo que habitava essa região naquele período. Ainda assim, no primeiro século da conquista (desde 1616), os colonizadores sustentaram a cidade e efetivaram a conquista do Vale Amazônico através do conhecimento e da experiência nativa, se apropriando do sistema territorial preexistente e já consolidado pelos povos originários, descrito no subitem anterior.

Após sua passagem por São Luís do Maranhão e efetuar a expulsão dos franceses dessa região, a Expedição do Capitão-mor português Francisco Caldeira Castelo Branco seguiu pela costa norte brasileira e aportou em Mairi, povoado de domínio dos Tupinambá, estimado em vinte mil habitantes (Monteiro, 2006).

Sobre Mairi, Castelo Branco instalou o Forte do Presépio em 12 de janeiro de 1616, batizou a terra de Feliz Lusitânia e fundou o povoado chamado Santa Maria de Belém. Além do Forte militar, foram erguidos uma capela, sob a invocação de Nossa Senhora das Graças, e, ao redor, um pequeno aglomerado de casas para abrigar cerca de trezentos homens (Monteiro, 2006).

A expedição era composta por militares, missionários, comerciantes, aventureiros e degredados, ocorrendo imediatamente um choque cultural no encontro com o povo nativo. A concepção eurocentrada do colonizador julgou o indígena um “não humano” (sem alma) por apresentar costumes exóticos e causar estranhamento quanto à língua, à religião e a seu modo de ser. Por essa razão, travaram lutas sangrentas com os tupinambás, e, depois de serem massacrados e expulsos das imediações, as autoridades portuguesas trataram de incorporar os indígenas rendidos à construção da cidade e gradativamente

foram se instalando na região, iniciando-se o cultivo de cana-de-açúcar, tabaco, algodão e a colheita de cacau nativo, mas principalmente com a estratégica ação missionária (Monteiro, 2006).

O papel dos missionários foi fundamental para a conquista do Vale Amazônico diante da resistência dos povos indígenas. Enquanto os colonos aprisionavam e escravizavam violentamente os nativos, os missionários buscavam cativá-los por meio da catequese, criando espaços de mediação cultural que permitiram a expansão do domínio territorial português.

Por meio de diferentes Ordens religiosas, como franciscanos, jesuítas, carmelitas e mercedários, os missionários converteram os nativos à fé cristã, ensinaram técnicas de artesanato e plantio e a profissionalização de algumas habilidades domésticas. Em troca, apropriaram-se dos conhecimentos a respeito da serventia das plantas, frutos e madeiras nativas; sobre os caminhos da selva; da caça e pesca; do cultivo de raízes e produção de farinha; a fabricação de redes, cestos, cordas e canoas; e a exploração das Drogas do Sertão (especiarias de alto valor comercial na Europa) (Monteiro, 2006).

De acordo com Moreira (1966), no primeiro século de fundação, Belém era mais tupinambá do que portuguesa, pois configurava uma “cidade indígena como urbs”, no aspecto de sua arquitetura, no entanto “portuguesa como civitas”, no sentido de sua organização social e política. O autor destaca que:

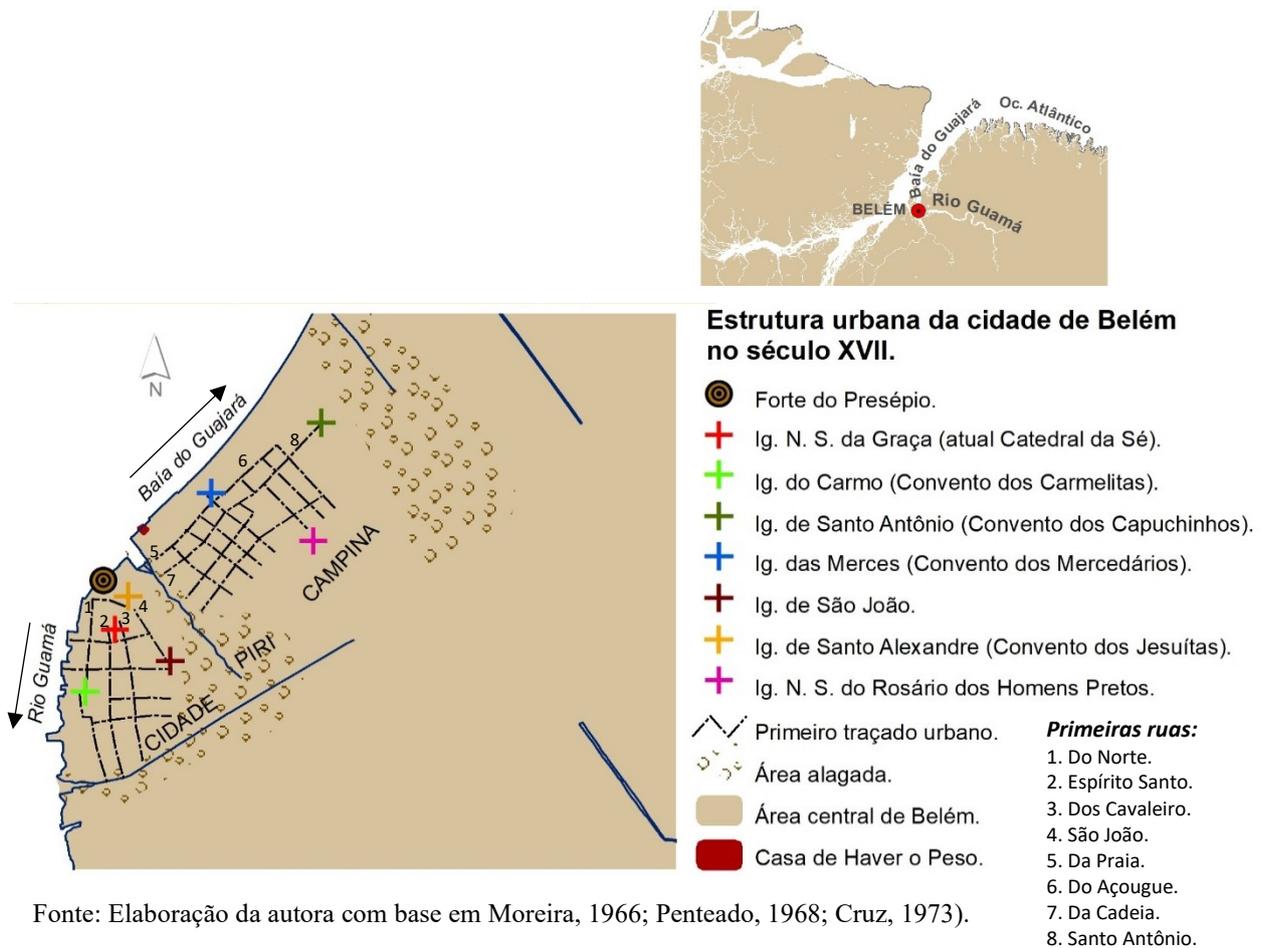
Belém era então um modesto ajuntamento de construções de pau a pique e enchimento cobertas de palha. Tanto quanto nos costumes, o português imitou também os índios em matéria de construção. Nada mais expressivo neste sentido do que a adoção generalizada da palhoça e da caiçara por parte do colonizador... Nos primórdios da nossa história, a caiçara (cerca de proteção) não é apenas um requisito natural da arquitetura indígena com fins defensivos, mas também um elemento de caracterização do estilo ou modo de ser pioneiro... o próprio Forte do Presépio, ainda que não fosse uma caiçara à moda indígena, não passava, contudo, de uma paliçada reforçada, completada e guarnecida em parte por gabiões. Fora da cidade tudo era encaixarado: os conventos ou hospícios religiosos, os sítios ou lugares apartados, as aldeias ou reduções dos índios pacificados (Moreira, 1966, p. 34).

Considerando a conformação geográfica da região, a cidade foi erguida “no vértice de um estuário, no ponto de junção das influências marítimas e fluviais... ao influxo das atrações do interior e do mar” (Moreira, 1966, p. 48). O Forte do Presépio, como símbolo de ocupação e origem da cidade, foi instalado nesse vértice e se configurou como ponto de atração e irradiação.

Desse ponto, a cidade se desenvolveu sob dois vetores de expansão em direções opostas, originando os dois primeiros bairros da cidade: um orientado para o rio, o bairro da Cidade; e outro para o mar, o bairro da Campina. Entre os dois bairros havia um igapó (área de alagado permanente) e um igarapé denominado Piri, que de sua margem se originou, em 1625, a “Casa de Haver o Peso”, um importante entreposto de controle comercial entre o Vale Amazônico e o mercado mundial, hoje o Complexo do Ver-o-Peso (Moreira, 1966; Penteadó, 1968; Cruz, 1973; Tavares, 2008; 2011).

Essa conformação geográfica também marcou o processo de segregação socioespacial, pelo qual os colonos portugueses se concentraram no bairro da Cidade e os indígenas foram apartados do núcleo inicial, sendo “empurrados” para o bairro da Campina, sob o controle social e cultural das Ordens religiosas (Moreira, 1966), conforme Figura 31.

Figura 31 – Primeiro traçado urbano da cidade de Belém do Pará – século XVII



Por meio de uma troca desigual de conhecimentos e interesses, violenta e/ou pacificamente, os indígenas participaram ativamente da formação da cidade. Conforme Figueiredo (2019), o combustível usado para iluminar a cidade vinha do azeite de andiroba (do tupi *ãdiroba* – óleo amargo, cuja etimologia data de 1618), muito usado pelo nativo para fins medicinais e outras utilidades. Todo trabalho doméstico e a produção de alimentos, assim como o principal meio de transporte, dependiam da força de trabalho escravo do indígena, carregando os colonos ricos em redes e palanquins para irem à missa, aos passeios e demais atividades.

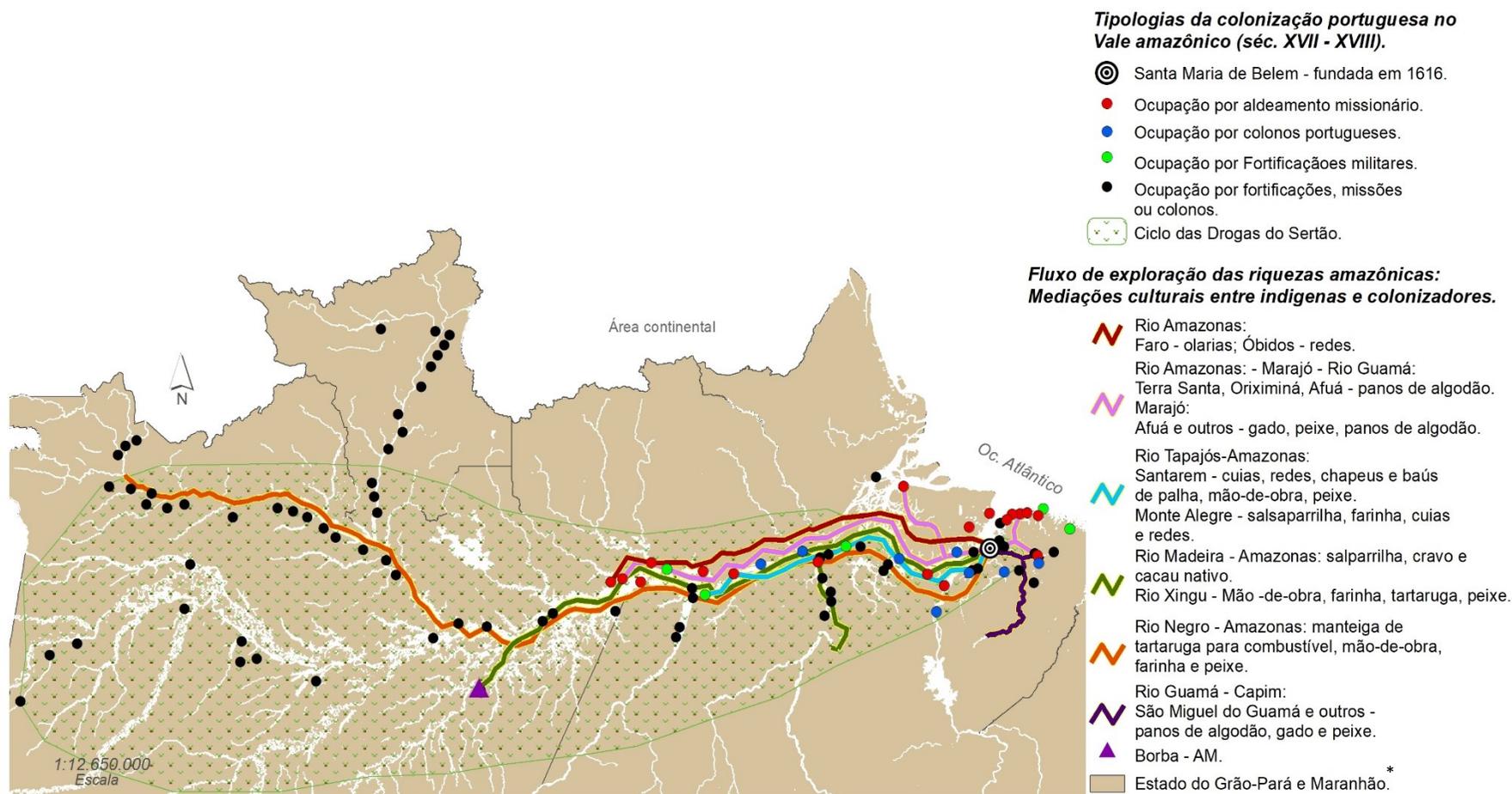
A partir da ação de aculturação dos povos originários, os missionários criaram sistemas de trabalho, produção e consumo com altos graus de autonomia, adequando as necessidades de exploração econômica à disponibilidade dos recursos naturais, criando espaços de mediação cultural com os nativos, visando incorporar hábitos alimentares, o cotidiano e os conhecimentos da mata que facilitassem o acesso às riquezas da floresta.

Dessa maneira, com a fundação de Fortificações militares, expandiram o domínio colonial português, estendendo-se de Belém em direção ao Vale Amazônico. As nações indígenas situadas ao longo do eixo dos grandes rios (principais afluentes do Amazonas) foram as primeiras a ser inseridas no sistema de aprisionamento colonial (Ravena; Acevedo, 2013).

Em razão do grau de desenvolvimento desses grupos, considerando a diversificação do cultivo de alimentos, a complexidade cultural e a concentração demográfica, os missionários encontraram facilidade em consolidar o ciclo econômico das “Drogas do Sertão” e outras atividades, apropriando-se do conhecimento e do sistema territorial preestabelecido pelos nativos. Ao mesmo tempo, como estratégia de minimização de conflitos e controle social, mediavam as trocas culturais exercendo alguma tolerância às práticas indígenas, flexibilizando a manutenção de graus de parentesco entre as estruturas familiares, permitindo a realização de rituais religiosos e a não imposição ao casamento cristão (Ravena; Acevedo, 2013).

Assim, as unidades missionárias consolidaram um grande empreendimento econômico, impondo estratégias de exploração e desestruturação do modo de vida originário (Ravena; Acevedo, 2013), em um processo de *desterritorialização*, como processo voluntário ou forçado/violento, de perda de território e quebra de controle das territorialidades pessoais ou coletivas (Haesbaert, 2004), conforme observado na Figura 32.

Figura 32 – Territorialização do domínio colonial português no Vale Amazônico (séculos XVII-XVIII)



Fonte: Elaboração da autora com base em Monteiro (2006) e Ravena e Acevedo (2013).

* O Estado do Maranhão foi criado em 1621 e abrangia a atual região da Amazônia Legal e os estados do Maranhão, Piauí e Ceará. Essa área foi inserida na divisão político-administrativa da Colônia nesse ano, passando a ser considerada como Estado do Brasil e Estado do Maranhão.

Nesse contexto, após duas décadas da fundação de Belém (em 1637), os conflitos entre colonos e missionários acirraram-se na disputa pela mão de obra indígena escravizada. Por pressão do Padre Jesuíta Antônio Vieira, ao alegar que a mão de obra indígena não possuía vocação para o trabalho na lavoura, a Coroa Portuguesa introduziu os primeiros escravos africanos na Amazônia (Salles, 1971).

Há registros de que os primeiros escravos africanos chegaram na região pelos ingleses nas duas últimas décadas do século XVI e na primeira década do século XVII na Costa de Macapá e estreitos, para produção de cana e seus derivados (açúcar e rum). Entretanto, no primeiro século da colonização que essa mão de obra foi gradativamente aumentando de acordo com algumas medidas tomadas pela Coroa Portuguesa, como: a intensificação da imigração portuguesa a partir de 1670 e a criação da Companhia de Comércio do Maranhão (em 1682), com a missão de estimular o crescimento da produção agrícola e a inserção da pecuária, por meio da introdução de dez mil escravos africanos durante 20 anos (Salles, 1971).

Inicialmente, a maior parte foi instalada no Maranhão pela primeira Companhia de Comércio (1682-1684), por haver uma lavoura de cana mais desenvolvida, e, posteriormente, foram ocupando as terras do Pará. O Quadro 6 mostra a inserção dos primeiros africanos escravizados para Amazônia nesse período, através do porto de São Luís do Maranhão, para as regiões de cultivo agrícola e criação de gado na Costa do Maranhão e do Pará.

Quadro 6 – Inserção da mão de obra escrava africana na Amazônia, no primeiro século da colonização

Ano	Procedência	Local	Atividade	N.º de escravos
1662	Angola	Maranhão/Pará	-	-
1673	Angola	Maranhão	Fábrica de anil	50
1673	Angola	Pará	Fábrica de anil	900
1680	Costa da Guiné	Maranhão/Pará	-	-
1686	-	Povoações do Rio Itapecuru (MA)	Criação de Fortificações	200 a 300
1692	Cachêu	São Luís/Belém	Extração de Drogas do Sertão	145
1693	Cachêu	São Luís/Belém	Criação de Fortificações	145

Fonte: Elaboração da autora com base em Sales (1971).

Desse evento, o sistema de exploração colonial se intensificou na Amazônia a partir da metade do século XVIII, por meio das políticas de Marquês de Pombal, as quais tiveram Belém como polo irradiador das transformações empreendidas pela Coroa

Portuguesa e, por conseguinte, a constituição do que hoje este estudo analisa como *patrimônio-territorial* da Feira do Ver-o-Peso, período a ser descrito no subitem a seguir.

2.2.3 A política pombalina e a constituição do patrimônio-territorial da Feira do Ver-o-Peso (1750-1777)

Ainda na primeira metade do século XVIII, a Companhia de Jesus³² se constituía como a unidade mais próspera da Colônia. O sistema de controle social e a eficiente divisão territorial do trabalho, cuja dinâmica se adequava às condições geográficas, ao conhecimento e à vocação cultural de produção dos nativos, permitiram a autossuficiência e a autonomia econômica e política dos missionários em relação à Metrópole (Ravena; Acevedo, 2013).

Embora não existisse um mercado monetária ao molde europeu, as unidades missionárias movimentavam um sistema de troca baseado na *complementaridade e redistribuição* de produtos com os indígenas, a partir de uma dinâmica que abrangia todo o território sob o regime da economia das Drogas do Sertão. Nesse sistema, o pano de algodão e o cacau eram as principais moedas de troca, e a farinha, os víveres, o peixe seco e a manteiga de tartaruga eram elementos essenciais de abastecimento (Ravena; Acevedo, 2013).

Todavia, o alto grau de desenvolvimento interno das unidades missionárias começou a apresentar alguns problemas de ordem política e econômica para Coroa. Entre vários fatores, citam-se: (a) a habilidade missionária em manter a fixação do nativo sob seu domínio passou a refletir na escassez de mão de obra para os colonos; (b) a Companhia de Jesus sonhava tributos e dízimos, impactando os rendimentos da Coroa; (c) a superexploração da mão de obra indígena dentro das missões passou a provocar desequilíbrio na produtividade da economia extrativista, em virtude da alta demanda das especiarias amazônicas no mercado europeu; (d) a alta taxa de mortalidade dos povos indígenas proveniente das doenças por contato, guerras pela resistência dos nativos e maus-tratos reduziu o contingente de mão de obra indígena (Monteiro, 2006; Ravena; Acevedo, 2013).

Essas questões levaram a Coroa Portuguesa a tomar medidas de maior controle sobre o território amazônico. Sob o comando de Marquês de Pombal, seu irmão Francisco Xavier de Mendonça Furtado foi nomeado governador do novo Estado do Grão-Pará e

³² Organização administrativa da Ordem dos Jesuítas.

Maranhão e ficou encarregado de aplicar uma ampla reforma política, econômica e social na colônia. O objetivo era ampliar e fortalecer o poder da Coroa sobre o território mediante ações que estimulassem o povoamento e o crescimento econômico. Para tanto, promoveu uma série de políticas, algumas listadas no Quadro 7.

Quadro 7 – Políticas implementadas no estado do Grão-Pará e Maranhão no período Pombalino (1751-1778)

Ações	Objetivos
Criação do Estado do Grão-Pará e Maranhão (1751)	Dar notoriedade ao território paraense, em razão da importância do ciclo das Drogas do Sertão. Subdividir a região em duas capitanias: a do Grão-Pará e a do Rio Negro, sob o comando direto de Lisboa.
Criação de novas Fortificações ao longo do rio Amazonas	Ampliar a ocupação e o controle sobre o território.
Elevação dos aldeamentos ao estatuto de Vilas, com a denominação de cidades portuguesas	Promover o controle administrativo da Coroa sobre o território. Produzir o apagamento dos referenciais indígenas sobre os lugares.
Criação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1755)	Integrar a economia do Norte do Brasil ao sistema colonial. Desenvolver a agricultura e a pecuária. Incrementar o comércio e introduzir a circulação da moeda.
Distribuição de terras para os ameríndios Intensificação da entrada de mão de obra africana	Intensificar a produção agrícola (mandioca, feijão, milho, arroz, algodão, tabaco e café), o comércio de drogas do sertão (cacau e salsaparrilha), as atividades da pesca e extrativistas.
Expulsão dos jesuítas da colônia	Instituir a autoridade civil sobre as missões.
Incentivo à imigração portuguesa e concessão de privilégios aos colonos que casassem com indígenas	Incentivar o povoamento e o “branqueamento” da população local.
Publicação da Lei do “Diretório dos Índios” (1758)	Promover a assimilação indígena e formar uma sociedade branca; expandir a fé cristã; abolir os costumes gentílicos; civilizar os índios; interditar as línguas nativas; instituir a obrigatoriedade do uso da língua portuguesa; utilizar sobrenomes portugueses; introduzir vestuário, hábitos e costumes do reino.

* Elaboração da autora.

Fonte: Monteiro (2006).

Tais políticas promoveram mudanças drásticas na região, entre elas a reestruturação da organização missionária, com a intensificação da exploração produtiva das Vilas e a política rigorosa de assimilação indígena e apagamento de seus referenciais ancestrais pelo Diretório do Índio.

Foi nesse período que a mão de obra escrava africana entrou na Amazônia de forma expressiva. Conforme Salles (1971), durante os vinte anos de atuação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão foram introduzidos 14.749 escravos negros no Pará. De acordo com Ferreira (2007 *apud* Tavares, 2011), entre 1757 e 1779, entrou na Capitania 25.365 negros.

Entretanto, após a extinção da Companhia (em 1778), o tráfico permaneceu e ganhou força por meio da iniciativa privada, do contrabando e do comércio interno. Nesse aspecto, Gomes (2005 *apud* Sarraf, 2016) afirma que, sem considerar o tráfico particular e ilegal, entre 1755 e 1820, entraram 53.217 africanos escravizados na Amazônia.

Embora os dados sejam imprecisos, os registros oficiais dão conta de um número significativo de cativos, mostrando que, entre os séculos XVII e XVIII, as principais nações e etnias africanas traficadas para o Pará foram: do grupo Banto – Nações de Angola, Congo, Benguela, Cabinda, Moçambique, Mauá, Caçanje e Moxicongo; do grupo Sudanês – Nações de Mina, Fânti-Achânti, Mali, Mandinga, Fula, Fulupo e Bijogó; e do grupo Guinéu-Senegalês – Nações de Fula.

A inserção de diversas etnias africanas contribuiu para a formação de uma composição étnica peculiar na Amazônia, pois a base da mestiçagem não se constituiu predominantemente entre o branco e o negro, como no restante do País (Salles, 1971). Nessa região, predominou a formação do “caboclo”, oriundo da intensa miscigenação do branco com o índio (o chamado mameluco), e o negro entrou posteriormente, compondo com o mameluco, formando o cafuzo (negro + índio) etc. Nesse aspecto, Salles (1971) ressalta que a presença negra não foi dominante na Amazônia, porém foi extremamente atuante no aspecto da convergência cultural. O autor menciona:

Não terá sido nem pelo fator étnico, que de forma alguma conduz a dinâmica cultural, nem tampouco pela densidade da população, que o negro haveria ou não de influir culturalmente. Mas é bom lembrar que, para haver difusão cultural, basta que o que se transmite à comunidade mereça a aceitação coletiva e que qualquer amostragem de dados etnográficos e folclóricos comprovará que o negro contribuiu, em larga escala, para dar mais amplo embasamento à cultura regional (Salles, 1971, p. 67).

O contingente africano se espalhou de acordo com o desenvolvimento da agricultura e da pecuária em diversas partes da região, constituindo relações de

solidariedade e confraternização com indígenas, no enfrentamento das condições de escravidão, formando os mocambos e quilombos³³ como territórios de resistência pela liberdade e, ao mesmo tempo, espaços de relações e objetos interculturais, na recriação de costumes e tradições (Salles, 1971; Sarraf, 2016).

Entre as muitas manifestações interculturais presentes no Pará de convergência negra, portuguesa e indígena, destacam-se as festas de Santo, como: São Tomé, São Benedito, do Espírito Santo e São Miguel Arcanjo. Nos folguedos e músicas populares, o indígena gostava do berimbau africano e o negro, da viola do europeu, mas sempre incluía seu tradicional tambor e a marimba, resultando nas danças como: cordões de Boi, batuque, congado, jogo, lundu (e sua variação, o chorado), samba, carimbó e bambiá.

No aspecto religioso, formaram-se os terreiros de macumba (o antigo batuque) e o Babaçuê,³⁴ sincretizado com o Tambor de Mina do Maranhão, o candomblé da Bahia, a umbanda carioca e com alguns traços da pajelança cabocla. Na troca de saberes, indígenas e negros também agregaram valores e crenças, reinventando rezas, rituais e o uso de ervas para fins medicinais. Na linguagem, há a predominância do uso de palavras da língua Banta (de Angola), como: mocambo, muxinga, moleque, moqueca, carimbo, quitute, samba, tutu, bobó, molambo, monjolo, marimbondo, cabaça etc. (Salles, 1971; Sarraf, 2017). No modo de ser, considerando os costumes, a culinária, as vestimentas, destaca-se aqui um tipo da mulher mestiça paraense, descrita por Salles (1971, p. 88):

Entre tantas variantes e combinações étnicas, repontou aqui a bizarra “mulata de chinelo na ponta do pé” – “cabeção branco rendado, saia de chita em ramagens vermelhas, trunfa presa ao coque mordendo o molho de patchouli”. Esse é o retrato da mestiça paraense, cuja descrição que segue é menos comprometedor e mais fiel ao tipo que transitava pelas ruas de Belém: “De indumentária ligeira, de acordo com o clima, esse exemplar encheu a cidade. Essa mulata de chinelo na ponta do pé foi também cozinheira, lavadeira, amassadeira de açaí e moça do calcanhar de frigideira na pessoa de um padeiro, dum açougueiro e até mesmo dos comendadores, que acabavam chamando o padre... Sempre limpa, rescendendo a jasmim e a priprioça, é quase desaparecida, existindo uma ou outra no Mercado de ferro, vendendo tacacá, mingau de milho ou arroz, maniçoba e peixe frito”.

Assim, desse movimento de instituição do Projeto de Modernidade e Colonialidade sobre a Amazônia também surge como *recíproca dialética*, de acordo com

³³ Segundo Sales (1971, p. 205), na crônica histórica do Pará, os termos mocambo e quilombo aparecem como sinônimos. Para autor, nessa referência, ele dá preferência ao significado do termo *mocambo, como um aldeamento fixo, permanente. E quilombo como aldeamento provisório.*

³⁴ Trata-se de uma religião presente nos estados do Pará, Maranhão e Amazonas. De tradição Jeje-Nagô, possui fortes elementos indígenas e é sincretizado com o Tambor de Mina do Maranhão. Também é chamado de Batuque de Santa Bárbara ou Batuque de Mina, sendo considerado um tipo de candomblé mestiço, pois são cultuados Orixás e Voduns, e também caboclos ou encantados (espíritos ancestrais indígenas) (Campelo; Luca, 2007).

Costa e Moncada (2021), a *decolonialidade originária* no entorno da “Casa de Haver o Peso”, expressa na formação do que podemos chamar hoje de *patrimônio-territorial* da Feira do Ver-o-Peso.

Isso, porque por meio da “Casa”, principal entreposto fiscal de importação e exportação de produtos para Coroa, a cidade de Belém ganhou maior importância ao movimentar o comércio entre o Vale Amazônico e o mercado mundial. Ao mesmo tempo, no entorno desta, formou-se um espaço complexo de afirmação e intercâmbio sociocultural, no processo de constituição de um novo modo de ser, saber e fazer denominado por Sarraf (2016) como *identidade afroindígena*, construída nas constantes lutas pela sobrevivência dos sujeitos subalternos, em face do desenvolvimento do território colonial amazônico.

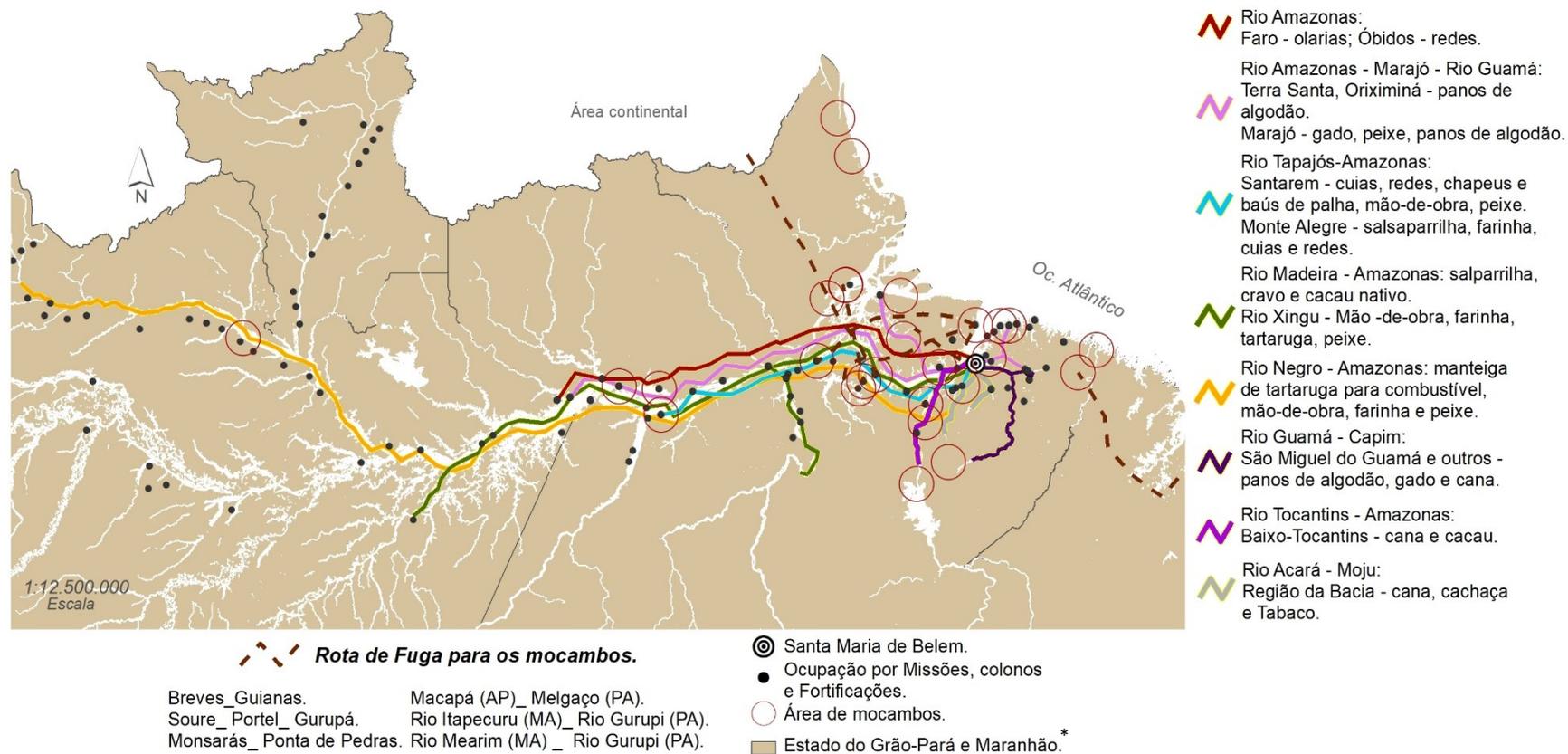
Por meio de uma intensa dinâmica social, econômica e cultural, esse entreposto comercial também se transformou em um polo de difusão e conexão intercultural, mantendo a mesma rota consolidada pelos indígenas na Amazônia pré-colonial, apropriada pelos missionários e a Coroa portuguesa, mediante o fluxo produtivo de extração das Drogas do Sertão, o desenvolvimento da agricultura e da pecuária e os diversos ofícios sustentados pela mão de obra escrava africana e indígena (Salles, 1971; Ravena; Acevedo, 2013; Sarraf, 2016), conforme Figura 33. Desse processo também surgem como *síntese dialética*, conforme Salles (1971), os quilombos e mocambos como forma de resistência e luta pela liberdade, organização social e afirmação de valores culturais.

Muitos mocambos e quilombos foram formados por negros e indígenas, principalmente nas regiões onde se estabeleceram a agricultura e a pecuária (pelo predomínio da mão de obra negra). Estes traçavam rotas de fuga de acordo com o conhecimento indígena sobre a floresta. Esses sujeitos também utilizavam as rotas comerciais entre o Vale Amazônico e o Ver-o-Peso para realizarem suas fugas, a exemplo do caso registrado em 1797, conforme Sarraf (2016, p. 56-57):

Por isso, em 1797, Antônio Denis Couto, reclamava em correspondência ao presidente da província do Pará, Sr. Francisco de Souza Coutinho, que nove escravos, acompanhando o capataz de sua fazenda com 60 reses para vender no mercado de Belém, à noite se embriagaram “formando um grande batuque”. O pedido para cessar o barulho e acomodarem-se os fez renovarem mais ainda “o dito batuque”. Não conseguindo conter a situação, o capataz deu-lhes “duas cipoadas em um dos cabeça com quem estava todos os escravos. Incapazes de se subordinar... estes batuqueiros fugiram... desamparando todos os serviços de fazenda”.

Figura 33 – Dinâmica territorial do domínio colonial e de resistência dos subalternizados no estado do Grão-Pará e Maranhão (séculos XVII-XVIII)

Dinâmica territorial da produção e do domínio colonial no Grão-Pará e Maranhão (sec. XVII-XVIII).



Fonte: Elaboração da autora com base em Monteiro (2006); Ravena e Acevedo (2013) e Sarraf (2016).

* O Estado do Grão-Pará e Maranhão foi criado em 1751 e abrangia a atual região da Amazônia Legal e os estados do Maranhão, Piauí e Ceará. Em 1772, foi dividido em: Estado do Grão-Pará e Rio Negro e Estado do Maranhão e Piauí.

2.3 Considerações do capítulo

Nota-se, portanto, que do ponto de vista do Projeto colonial é correto considerar a afirmação de Moreira (1966, p. 16) de que a fundação de Belém representou “o início da conquista efetiva da bacia amazônica... não foi, portanto, um ato avulso na história, isolado no tempo e no espaço, antes pelo contrário, integra o capítulo mais importante e decisivo da formação territorial do Brasil”. Por outro lado, vale considerar que desse mesmo processo Belém também se configurou como ponto de intercessão entre a colonialidade e a *decolonialidade originária* (Costa; Moncada, 2021). Nesse sentido, Sarraf (2017, p. 58) aponta, por exemplo, que “os índios tanto podiam ser os melhores aliados dos negros como os mais eficazes caçadores de escravos fugitivos”. Ainda afirma:

Novas formas de ser, viver, pensar e agir foram forjadas em fronteiras. Certamente, as posições assumidas por esses agentes históricos dependiam das condições políticas e materiais a que estavam enlaçados. A despeito de pensá-los como passivos e submissos, ao conseguirem criar brechas para burlar a dominação, mudavam de lado para aliar-se àqueles com quem compartilhavam cosmovisões de mundo e perspectivas de um viver nas dobras do cativeiro (Sarraf, 2017, p. 58).

Portanto, ao longo do processo de colonização da Amazônia, desde a fundação de Belém e, mais efetivamente, com a implementação das políticas pombalinas no século XVIII, formaram-se espaços de interculturalidade entre os colonos portugueses, os povos originários e africanos escravizados, expressos em objetos e relações interétnicas que vão desde a culinária, a arte, os ritos e costumes e a linguagem popular.

Atualmente, em diferentes localidades do estado do Pará configura-se uma dinâmica social bastante heterogênea e marcada por intensos contatos interculturais, tendo como centro de convergência a cidade de Belém e a área de abrangência do Complexo do Ver-o-Peso como ponto focal do fluxo comercial e, ao mesmo tempo, como território síntese da cultura amazônica, historicamente construído por relações sociais de subalternidade, apropriação e mediação cultural.

O capítulo a seguir apontará quais elementos e práticas culturais configuram a Feira do Ver-o-Peso como patrimônio-territorial hoje (e a própria feira um patrimônio-territorial brasileiro), originado ao longo do processo de formação territorial da Amazônia, a partir da fundação da cidade de Belém do Pará.

3. O PATRIMÔNIO-TERRITORIAL DA FEIRA DO VER-O-PESO NA ATUALIDADE PERANTE A PATRIMONIALIZAÇÃO GLOBAL

Com base no tratamento e análise dos dados levantados em campo por meio de entrevistas estruturadas e observação participante, além de dados secundários e análises já realizadas sobre a feira em diferentes áreas de conhecimento, este capítulo privilegia a análise empírica da pesquisa.

Essa aterrissagem se dá em dois momentos: no item 3.1, apresenta-se como está organizada a Feira do Ver-o-Peso na área central de Belém atualmente; e, no segundo momento, com o item 3.2, traz-se a análise sobre quais os elementos e práticas culturais que referenciam a Feira do Ver-o-Peso como patrimônio-territorial e que permanecem ativando a dinâmica territorial da feira com as regiões em seu entorno, evidenciando a potência desse lugar como dimensão histórica e existencial dos sujeitos que a ativam.

3.1 A Feira do Ver-o-Peso no período atual

Conforme apresentado no item 1.4, a Feira do Ver-o-Peso está localizada na área central da cidade de Belém e faz parte do Complexo do Ver-o-Peso, que, por seu valor etnográfico e paisagístico, foi tombado pelo Iphan em 1977 como Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Ver-o-Peso e áreas adjacentes, contendo os bens constituídos pelo Complexo (a Feira Livre, os Mercados: de Ferro e Francisco Bolonha, as Praças: do Pescador e do Relógio, o Solar da Beira, a Feira do Açaí e os sobrados históricos); além das praças: Dom Pedro II, Dos Estivadores e Visconde do Rio Branco, Igreja das Mercês; e os palacetes: Antônio Lemos e Lauro Sodré e a rua Boulevard Castilhos França (Iphan, 2015; Almeida, 2017).

No início do século XX, desde o começo da efervescência econômica do ciclo de exploração da borracha na Amazônia em meados do século XIX, Belém se destaca no cenário político-econômico internacional. A cidade sofreu um acelerado crescimento urbano e populacional, gerando a necessidade de aumentar o abastecimento público de mercadorias. Além disso, o poder público implementava um conjunto de políticas visando a modernização da cidade, ocasionando a construção do Mercado Francisco Bolonha (em 1867) e a construção do Mercado de Ferro (em 1901) na área da antiga Casa de Haver o Peso (posto de fiscalização de mercadorias) (Iphan, 2015).

O plano urbanístico empreendido transformou a área do Ver-o-Peso em um ponto comercial moderno com o intuito de atender as demandas da elite local ascendente daquele período. Todavia, considerando a dinâmica territorial historicamente marcada pela presença dos povos originários e posteriormente consolidada pela população cabocla e afroindígena da região amazônica (já discutido no item 2.2), destaca-se que o intenso movimento populacional e de mercadorias estimulou a concentração de um pequeno comércio varejista de produtos típicos da região no entorno do Mercado de Ferro, *originando a feira livre voltada principalmente para as camadas populares de Belém* (Campelo, 2002).

Desse modo, essa é a primeira feira do município e até meados do século XX o Complexo do Ver-o-Peso foi o principal centro de abastecimento de gêneros alimentícios da cidade (Campelo, 2002). Cabe informar ainda que, assim como ocorreu no referido complexo, a formação das demais feiras de Belém também se deu às margens dos rios por estarem diretamente ligadas à dinâmica das comunidades ribeirinhas,⁴⁴ principais fornecedoras da maioria dos produtos ali comercializados até então.

Em 1901, o Intendente Antônio Lemos instalou o moderno Mercado de São Brás, visando a descentralização do abastecimento público da cidade (até então papel exclusivo do Ver-o-Peso) e o escoamento de mercadorias pela Estrada de Ferro Belém-Bragança, ligando a capital à região nordeste do Pará, em expansão (Pantoja, 2014).

A partir da década de 1950, com a implementação das políticas de integração nacional, o governo brasileiro insere Belém em uma rede rodoviária de circulação nacional e a cidade sofre um novo processo de expansão urbana. Nesse momento, a formação das feiras livres passa a acompanhar a ampliação do tecido urbano e a coexistir com as novas formas de uso e consumo na cidade, com a disseminação da rede de supermercados (Campelo, 2010). Ainda assim, o Complexo do Ver-o-Peso continuou desempenhando o papel de principal centro de redistribuição para outras feiras da cidade, supermercados e até para feiras de outras localidades do estado do Pará (Leitão, 2015).

⁴⁴ De acordo com a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), criada com o objetivo de reconhecer e preservar outras formas de organização social por parte do Estado, os povos e comunidades tradicionais são definidos como: “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”, a exemplo dos povos indígenas, os quilombolas, as comunidades tradicionais de matriz africana ou de terreiro, os extrativistas, os ribeirinhos, os caboclos, os pescadores artesanais, os pomeranos, entre outros (Brasil, 2017).

Entretanto, assim como em outras capitais do Brasil, seguindo a concepção moderna de consumo, a feira passou a atender, sobretudo, as camadas populares, enquanto as camadas com maior poder aquisitivo passaram a frequentar de forma mais assídua os supermercados (Mascarenhas, 1992; Minnaert, 2008).

Segundo informações de Seu Zezinho,⁴⁵ trabalhador no Ver-o-Peso há 61 anos, quando chegou com sua mãe e sua tia na década de 1960, a feira ainda estava se estruturando:

Antes tudo era aqui no Ver-o-Peso (não existia Ceasa). Tudo vinha das ilhas e do interior e ficava aqui ao redor do Mercado de Peixe. Os ribeirinhos vinham das ilhas trazendo as ervas frescas e as frutas (vinha melancia, laranja, banana de todo tipo, abacaxi). Os japoneses já vinham de Marituba trazendo as verduras que cultivavam. Era tudo regional, nada vinha de fora. Tinha até caça (porque antes não tinha o Ibama). Então tinha carne de cutia, anta, jacaré. Antes a gente tinha pouco conhecimento, não tinha emprego. Aí eu vim trabalhar com a mamãe e a titia. Minha mãe ajeitava a banquinha dela e fazia a venda. Então, os fiscais da Prefeitura passavam pra cobrar o ‘estacionamento no Mercado’, que podia ficar até 13 horas. Depois, todo ‘mundo’ tinha que recolher as banquinhas. Então, tinha um depósito aí no Mercado, a gente pagava o aluguel e guardava o material lá. No outro dia, começava tudo de novo. Mudou com a ‘Revolução de 64’ (que aí foi abrindo as estradas, foi chegando os jornais). Foi aí que no governo do Jarbas Passarinho e do prefeito Alacid Nunes que foi criada a feira com essa estrutura que tem hoje. Aí a mamãe recebeu o ponto dela (Trabalhador do Setor de Ervas. Entrevista realizada em 14 de janeiro de 2022).

O relato de Seu Zezinho alinha-se aos dados oficiais de que a primeira reforma do Mercado de Ferro, desde sua inauguração, ocorreu no ano de 1968 na gestão municipal do Prefeito Alacid Nunes, e foi durante essa intervenção urbana que a Feira do Ver-o-Peso foi estruturada com a padronização de equipamentos de comercialização, popularmente conhecidos como: boxes, bancas ou barracas (Lima, 2008; Almeida, 2017). Desde então, a feira passou a ser gerenciada pelo poder público, o qual passou a regular (controlar) os tipos de produtos a serem comercializados e estabelecer códigos de postura para o funcionamento da feira.

Atualmente, a Feira do Ver-o-Peso e demais feiras, portos e mercados de Belém são gerenciados pela Secon, que, por meio do Departamento de Feira, Mercados e Portos (DFMP), controla, fiscaliza e organiza seu funcionamento de acordo com o Decreto PMB 26.579/1994. Conforme Silva e Castro (2014, p. 189), as feiras livres são definidas como “locais previamente designados pela Prefeitura de Belém em vias públicas ou em terrenos municipais ou particulares para esta finalidade, instaladas e fiscalizadas pela Secon para atividades comerciais de varejo”.

⁴⁵ Apelido do entrevistado.

Somente em 2002, com a reforma urbanística do Complexo do Ver-o-Peso empreendida pelo então Prefeito Edmilson Rodrigues, a feira livre foi estruturada em pavilhões com setores organizados de acordo com a especificidade dos produtos, conforme estabelecido pelo Decreto Municipal 39.326, de 10.10.2001 (Leitão, 2015).

Hoje, a feira mantém essa estrutura e dinamiza uma complexa rede de produtos organizados em 20 setores, conforme mostra o Quadro 8. Além destes, incluem-se no Complexo o Mercado de Carne, o Mercado de Peixe e a Feira do Açaí (Figura 34).

Quadro 8 – Distribuição dos setores comerciais da Feira do Ver-o-Peso*

N.º	SETORES	EQUIPAMENTOS	PERMISSIONÁRIOS
1	Industrializados (Confecções)	104	48
2	Ferragens	24	10
3	Importados	10	08
4	Plantas Ornamentais	06	05
5	Refeições (Baixo)	Alimentação	111
6		Açaí	21
7		Lanches	33
8	Refeições (Plataforma)	56	51
9	Frutas	168	93
10	Mercearia	65	35
11	Farinhas	38	26
12	Maniva (crua e pré-cozida)	26	20
13	Tucupi	06	06
14	Raízes (descasca de mandioca, macaxeira e coco ralado).	11	07
15	Artesanato	16	15
16	Aves (animais vivos)	02	02
17	Polpa de Frutas	10	10
18	Ervas Medicinais	81	58
19	Hortifrutigranjeiros	353	169
20	Camarão Seco (Mariscos)	46	33
TOTAL		1.227	773

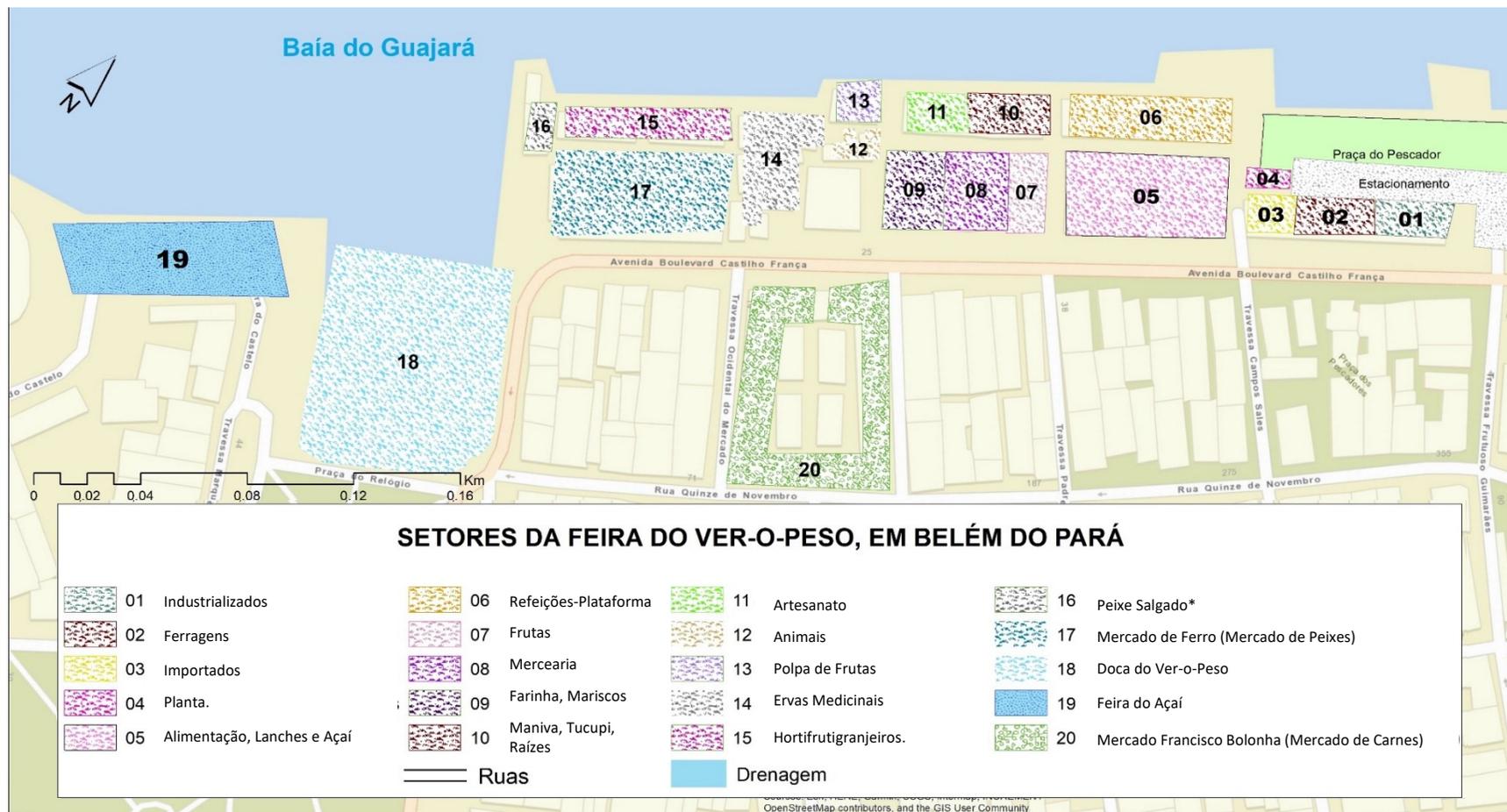
* De acordo com o levantamento de campo, os dados quantitativos de permissionários variam regularmente, em função da rotatividade frequente entre os feirantes e seus familiares.

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados obtidos e atualizados pela Secon, em fevereiro de 2023.

Conforme já observado por estudos de Campelo (2010) e confirmado em campo, a configuração da feira obedece a uma lógica espacial que ordena os setores desde os mais duráveis aos mais perecíveis. Cada setor comercial comporta uma diversidade de produtos, iniciando da direita para esquerda, com o *Setor de Industrializados e*

Importados, que comercializam roupas, cama, mesa e banho, sapatos e bolsas; passando pelo *Setor de Mercearia e Ferragens*, oferecendo pequenos serviços e comercializando diversos produtos a retalho, como: cereais, fumo, aguardente, carnes secas/salgadas para feijoada e maniçoba, ferragens, panelas e utensílios, eletrônicos e outros. No sentido da esquerda para direita, concentram-se os setores que comercializam os produtos típicos da cultura local, a exemplo do *Hortifrutigranjeiro*, *Refeições*, *Frutas e Ervas Medicinais*, os maiores da feira em número de barracas, com 29%, 21%, 14 % e 7% respectivamente, entre outros como o de *Artesanato* e *Maniva* (Figura 33).

Figura 34 – Localização geográfica dos setores comerciais da Feira do Ver-o-Peso, em Belém do Pará



* Ainda em processo de regularização.

Fonte: Elaboração da autora com base em IBGE (2010); Lima (2008); Cardoso *et al.* (2016); Almeida (2017).

Edição: Jorge Sales (2021).

Os dados mostram que a Feira do Ver-o-Peso permanece como uma feira livre tradicional, geralmente caracterizada pela predominância de produtos locais, a exemplo dos hortifrutigranjeiros. Logo, constitui um elo entre o rural e o urbano, resguardando a história, os usos e os saberes da cultura popular, por meio da comercialização de seus elementos e das práticas sociais (Minnaert, 2008; Mascarenhas; Dolzani, 2008; Guimarães, 2010). Esse fato também foi constatado em outros mercados da América Latina, por exemplo, o Mercado Xochimilco, na Cidade de México, cuja dinâmica territorial de produção e comercialização dos produtos conforma “as particularidades existenciais que expresan el circuito inferior de la economía urbana y el patrimonio-territorial” (Costa; Rodríguez-Ventura; Alvarado-Sizzo, 2023, p. 100) desse lugar.

Neste estudo, com base na discussão realizada no item 2.2, os saberes e fazeres ancestrais materializados nos elementos e nas práticas de produção do artesanato de cerâmica, miriti, palha e madeira (Figuras 35, 36, 37 e 38); de maniva e tucupi (Figuras 39 e 40); de ervas e remédios medicinais (Figuras 41 e 42); e os elementos e práticas afroreligiosos (Figuras 43 e 44) singularizam a Feira do Ver-o-Peso como patrimônio-territorial, porque representam a identidade e a memória dos sujeitos amazônidas e permanecem dinamizados por eles, por meio de uma complexa rede social, econômica e cultural, dando-lhes sentido de existência e pertencimento na cidade contemporânea.

Figura 35: Setor de Artesanato (cuias e peneiras de talo de guarumã), na Feira do Ver-o-Peso



Fonte: Imagem da autora, 2022.

Figura 36: Setor de Artesanato (artigos regionais), na Feira do Ver-o-Peso



Fonte: Imagem da autora, 2022.

Figura 37 – Setor de Artesanato (objetos de miriti e cerâmica) na Feira do Ver-o-Peso



Fonte: Acervo da autora (2020).

Figura 38 – Setor de Artesanato (artigos regionais), na Feira do Ver-o-Peso



Fonte: Acervo da autora (2020).

Figura 39 – Setor de Maniva (maniva crua), na Feira do Ver-o-Peso



Fonte: Acervo da autora (2020).

Figura 40 – Setor de Maniva (tucupi e maniva crua), na Feira do Ver-o-Peso



Fonte: Acervo da autora (2020).

Figura 41 – Setor de Ervas Medicinais (ervas, banhos, pomadas, óleos e perfumaria), na Feira do Ver-o-Peso



Fonte: Acervo da autora (2022).

Figura 42 – Setor de Ervas Medicinais (banhos, cascas, sementes e pomadas), na Feira do Ver-o-Peso



Fonte: Acervo da autora (2022).

Figura 43 – Loja de artigos afroreligiosos (guias, velas e chapéus), na Feira do Ver-o-Peso



Fonte: Acervo da autora (2022).

Figura 44 – Loja de artigos afroreligiosos (imagens de santos, velas, banhos e símbolos), na Feira do Ver-o-Peso



Fonte: Acervo da autora (2022).

Conforme levantamento de campo,⁴⁶ antes do período da pandemia da Covid-19, o Complexo do Ver-o-Peso movimentava diariamente cerca de cinco mil pessoas, entre trabalhadores e consumidores, a maioria das áreas periféricas da cidade e regiões ribeirinhas do entorno. Embora tal evento tenha afetado o movimento da feira, o fluxo de pessoas vem normalizando gradativamente a partir do ano de 2022.

Os elementos elencados como representações do patrimônio-territorial da Feira do Ver-o-Peso são ativados pelos feirantes por meio do trabalho realizado na produção e comercialização dos produtos distribuídos entre os setores da feira, os quais revelam os modos de ser, saber e fazer tradicionalmente repassados por meio de gerações, conforme apresentação a seguir.

3.2 A dinâmica dos setores da Feira do Ver-o-Peso que a caracteriza como patrimônio-territorial

De acordo com as entrevistas, o Complexo do Ver-o-Peso funciona 24 horas, abarcando o comércio de uma diversidade de produtos e atividades que se conectam às diferentes temporalidades e espacialidades, no ir e vir do rural-urbano da capital paraense.

⁴⁶ Conforme entrevistas realizadas (em outubro de 2021 e fevereiro de 2023) com lideranças da feira e gestores da Secon responsáveis pela administração do complexo: com o rigor das normas sanitárias (em 2020/2021), os setores que comercializam alimentos foram fechados, alguns trabalhadores perderam a vida e muitos ficaram desassistidos, com sérias dificuldades financeiras. A partir das festividades de comemoração do aniversário da cidade (12.01.2022) e a flexibilização das normas sanitárias de circulação de pessoas nos espaços públicos, aos poucos o público foi voltando a frequentar a feira e com o retorno das festividades juninas e religiosas (principalmente o Círio de Nazaré), a circulação de pessoas estimada antes da pandemia vem normalizando gradativamente.

No entanto, os setores de *Maniva*, *Tucupi*, *Artesanato*, *Ervas Medicinais* e os *produtos afrorreligiosos* foram os escolhidos para serem estudados, por representarem elementos que corroboram a tese aqui defendida.

Conforme observação e levantamento de campo, entre 1 hora e 6 horas, os barcos atracam no cais da Doca do Ver-o-Peso e inicia-se o descarregamento de peixes e mariscos, frutas e verduras, temperos e ervas medicinais vindos das ilhas de Belém e áreas rurais das regiões do Marajó, Guamá e Tocantins, através do fluxo dos rios Pará, Guamá, Acará, Moju e Tocantins à Baía do Guajará. A seguir, será descrita a dinâmica em quatro grupos de setores, a saber: *Ervas Medicinais*; *Cabanas*⁴⁷ de *elementos afrorreligiosos*, *Artesanato*, com enfoque nas cerâmicas e cuias, e, por fim, *Maniva*, *Tucupi* e *Raízes*.

3.2.1 O Setor de Ervas Medicinais

É um setor composto por 81 bancas de comercialização de produtos *in natura* ou manipulados como: plantas medicinais e aromáticas (raízes, sementes, folhas, cascas e óleos), banhos de “descarrego” e “atrativos”, “garrafadas”, xaropes e cosméticos artesanais, além de partes de animais para uso místico (amuletos e sortilégios), como o fígado de urubu e a parte reprodutora do boto.

Esse é um dos principais setores representativos da cultura popular amazônica por caracterizar o saber-fazer secular dos povos originários, com seus conhecimentos a respeito dos usos e benefícios das plantas nativas e seus derivados para cura de doenças físicas, emocionais e espirituais.

A maioria dos produtos *in natura* chega à feira por volta de 3 horas, onde alguns moradores das áreas ribeirinhas estendem sua mercadoria próximo ao Setor de Ervas (Figuras 45 e 46). Geralmente, são atravessadores ou pequenos produtores que não possuem barraca na feira, mas garantem a venda de sua produção aos erveiros do setor (grupo predominantemente composto por mulheres), às cabanas de produtos afrorreligiosos e diretamente com os consumidores que vêm em busca de ervas frescas para comercializarem nas feiras de outros bairros ou para uso pessoal.

⁴⁷ De acordo com as entrevistas, é o nome dado pelos umbandistas às lojas que comercializam produtos afrorreligiosos.

Figura 45 – Venda de ervas às 5 horas entre o Solar da Beira e o Setor de Ervas, na Feira do Ver-o-Peso



Fonte: Acervo da autora (2022).

Figura 46 – Revendedor de ervas, finalizando a venda às 7 horas, na Feira do Ver-o-Peso



Fonte: Acervo da autora (2022).

Conforme relato de Seu Tião⁴⁸ (Figura 45), vendedor de ervas há 30 anos e permissionário de três barracas no Setor de Ervas no Ver-o-Peso, a venda no calçadão do Solar da Beira é permitida pela Secon até as 7h50min, pois o Solar (Figura 44) abre para visitação turística às 8 horas. Seu Tião recebe as ervas medicinais e aromáticas dos pequenos produtores de diversas ilhas, como a Ilha das Onças, do Combu (Comunidade Piriquitaquara), do Marajó e comunidade de Boa Vista do Acará, além de outras áreas da Grande Belém, como o Distrito de Icoaraci e o município de Marituba. Geralmente, os erveiros encomendam e semanalmente renovam seu estoque nas barracas. O movimento no setor inicia por volta de 8 horas e encerra no início da noite.

Segundo os erveiros, o “carro-chefe” de vendas são os banhos⁴⁹ “atrativos” e de “descarrego”, cuja procura se intensifica a partir de quinta-feira (pois a sexta é tradicionalmente conhecida como o melhor dia para realização dos banhos), assim como no mês de junho e na última semana de dezembro, quando a venda cresce significativamente, em virtude da tradição dos banhos de São João e das festas que antecedem o final do ano. Os banhos e os “defumadores”⁵⁰ são preparados e vendidos

⁴⁸ Apelido do entrevistado.

⁴⁹ Os banhos são produtos cuja composição contém a mistura de álcool de cereais com folhas, cascas, flores, essências e raízes típicas da floresta amazônica. E têm por finalidade atrair sorte, proteger contra “olho gordo” (inveja), afastar energias negativas, “cortar feitiços”, atrair felicidade, amor, aumentar a libido e se livrar de vícios, conforme relato dos erveiros.

⁵⁰ Os defumadores são produtos cuja composição contém folhas, raízes e cascas secas e resinas típicas da floresta amazônica, que têm a finalidade de atrair sorte e boas energias ou afastar energias negativas, conforme relato dos erveiros.

pelos erveiros, que também vendem os produtos individualmente, para o cliente que prefere prepará-los.

Segundo estudos de Gomes (2015) a respeito do perfil socioeconômico de 120 consumidores entrevistados no Setor de Ervas do Ver-o-Peso, 76% são moradores de Belém ou região metropolitana e 26% são do interior do Pará. Esse dado corrobora o levantamento feito em campo, uma vez que os erveiros do setor afirmaram que sua principal clientela é o morador local. De acordo com eles, “o turista circula no setor pela curiosidade de conhecer os produtos e fazer registro fotográfico, mas dificilmente compra alguma mercadoria”. No estudo do referido autor, contactou-se que 64% dos consumidores são mulheres; 48% ganham até um salário mínimo e 30% de um a três salários mínimos.

No que diz respeito à religião, ainda de acordo com Gomes (2015), 54% dos entrevistados declararam-se católicos, 25% afrorreligiosos (pertencentes à Umbanda ou Candomblé), 6% e 4% evangélicos e espíritas respectivamente, e 7% declararam outras religiões ou não adepto a nenhuma. Esses dados demonstram que, independentemente da crença religiosa, a força dessa prática ritualística é inerente à cultura popular amazônica. Conforme estudos de Santos (2014), trata-se da prática cultural da pajelança enquanto

[...] um conjunto de práticas e rituais e de representações da natureza e do corpo, típica das populações amazônicas, aplicada principalmente pelos pajés na cura das doenças e aflições. Habitualmente considera-se, em Antropologia, que um tal ‘conjunto’ (de ritos e mitos) enraíza-se na cultura de cada povo. Existem, assim, tantas pajelanças quanto povos diferentes existem no Norte do Brasil, tanto nas sociedades indígenas quanto no mundo ‘caboclo’ ou camponês. [...] Assim, uma característica geral da pajelança está nessa flexibilidade cultural, permitindo uma importante heterogeneidade de conjuntos rituais e míticos, e uma larga distribuição em todo o espaço social. (Laveleye, 2008 *apud* Santos, 2014, p. 3).

Essa prática é bastante presente na vida da população local e pode ser interpretada como um fenômeno intercultural historicamente em movimento por meio da dinâmica social e comercial do Setor de Ervas Medicinais e, dessa maneira, constituir o patrimônio-territorial da Feira do Ver-o-Peso, conforme já discutido no item 2.2.3.

Nessa perspectiva, o sincretismo da pajelança forjado ao longo da colonização também se revela na Feira do Ver-o-Peso pela dinâmica presente nas Cabanas localizadas dentro da Feira e no Mercado Francisco Bolonha.

3.2.2 O Setor das Cabanas de elementos afrorreligiosos

Funciona em constante interação com o Setor de Ervas, havendo inclusive uma relação amistosa entre os comerciantes e erveiros, tanto pela troca de produtos (como banhos e ervas) quanto pela indicação de barracas ou cabanas aos clientes, quando não há determinadas mercadorias.

Próximo ao Setor de Ervas foram identificadas quatro Cabanas denominadas “Casa Iemanjá” (Figura 47), “Casa Tóia Jarina” (Figura 48), “Cabana São Jorge” (Figura 49) e “A Milagrosa” (Figura 50) (fechada desde o início da pandemia, porém uma das mais antigas, há 47 anos na feira), além de duas Cabanas dentro do Mercado Francisco Bolonha (“Pena Verde” e “Preto Velho”), com intensa movimentação de clientes que transitam ora no Setor de Ervas, adquirindo ervas frescas e banhos, ora nas Cabanas comprando velas e outros elementos ritualísticos, como: guias, patuás, alguidar, defumadores, imagens de santos etc.

Figura 47 – “Cabana Iemanjá” na Feira do Ver-o-Peso



Fonte: Acervo da autora (2022).

Figura 48 – “Cabana Tóia Jarina” na Feira do Ver-o-Peso



Fonte: Acervo da autora (2022).

Figura 49 – “Cabana São Jorge” na Feira do Ver-o-Peso

Figura 50 – “Cabana A Milagrosa” na Feira do Ver-o-Peso



Fonte: Acervo da autora (2022).



Fonte: Acervo da autora (2022).

Segundo relatos de um funcionário da Cabana Tóia Jarina, o proprietário dessa loja abriu esse negócio quando era jovem, movido pela orientação da entidade espiritual “Tóia Jarina”:

O meu patrão conta que ele abriu essa loja, porque quando ele era jovem (ele não era da Umbanda), ele gostava muito de farra. Ele recebeu uma indenização de uma loja que trabalhava e o pai dele disse pra ele comprar um ponto aqui no Ver-o-Peso e abrir uma sapataria. Um dia, ele foi num terreiro com os amigos somente pra beber e curtir. Quando ele entrou, era a Entidade da Dona Jarina que estava na cabeça de uma Mãe de Santo lá. Quando ela viu ele, ela falou: eu quero falar com aquele rapaz que está ali atrás. Ele veio e ela disse: Meu filho, você quer abrir uma sapataria. Mas você não vai abrir uma sapataria. Você vai abrir uma casa de Umbanda lá naquele ponto que você comprou naquele Mercado. Ele não tinha noção de como fazer. Aí ele voltou no terreiro, conversou com a Mãe de Santo e ela (Dona Jarina) foi ensinando o que ele tinha que vender, como ele tinha que fazer os banhos, as velas. Aí ele abriu e está aqui até hoje (já tem 42 anos) e a loja é bem sortida. Só daqui ele formou dois filhos médicos e uma filha arquiteta, graças à Entidade. Ele não está vindo mais desde o início da pandemia (Entrevista com um funcionário da Cabana Tóia Jarina, em 14 de janeiro de 2022).

A Cabana Iemanjá é uma das lojas mais antigas da Feira. Conforme relato da proprietária, seu pai trabalhou nesse espaço quando ainda era a Barbearia “Lírio de Ouro” (em 1962). Ele a herdou como indenização, mas, com a “onda dos cabeludos”, a frequência caiu e ele abriu um depósito (para guardar as mercadorias dos feirantes). A partir de 1967, ele decidiu abrir a Cabana por influência de sua esposa, que havia herdado de sua mãe a prática da religião Umbanda e era Mãe de Santo do Orixá “Logun Edé”.

A Cabana “São Jorge” abriu recentemente e, embora a proprietária não tenha concedido entrevista, alegando que naquele momento não tinha permissão de “seu santo” para fazê-lo, foi levantado que antes de abrir a loja ela trabalhava como erveira na feira.

De acordo com os entrevistados, os banhos, as ervas e os defumadores comercializados nas Cabanas são produzidos por eles mesmos ou adquiridos pelos erveiros do Ver-o-Peso; as guias e as velas também são produzidas localmente, pois trata-se de um conhecimento herdado de seus pais e avós (todos de regiões ribeirinhas próximas a Belém). As guias (cordões de miçangas) são feitas por fornecedores que possuem “preceito”;⁵¹ as velas são produzidas por pequenas fábricas em Belém e região metropolitana e as imagens de Santos (de gesso ou resina), em geral, vêm do Maranhão, Bahia e Rio de Janeiro, quando determinadas imagens são de Orixás mais cultuados nesses estados.

O movimento se intensifica de acordo com o período das festas de Santo, a exemplo do mês de agosto, com a comemoração do Exu “Tranca Rua”, aumentando significativamente a venda de materiais para “despacho” e velas pretas e vermelhas. Da mesma forma, nos meses de dezembro e fevereiro, com o culto à Iemanjá e a venda de materiais para “oferendas” e velas azuis. Entretanto, banhos, defumações, essências e velas são os mais vendidos no dia a dia.

A clientela vem de diferentes bairros de Belém e região metropolitana (a maioria, periféricos) e do interior do estado, em busca de material para revender nas Cabanas de outros bairros, para atender os frequentadores de seus terreiros ou para consumo próprio. Durante a pesquisa, tanto nas Cabanas quanto no Setor de Ervas, observou-se a frequência de homens e mulheres em busca de produtos receitados por seus “Pais” e “Mães” de Santo, como: banhos, defumações e velas, além de produtos como alguidar, potes, canecas e pratos de barro, cachaça etc., para “oferendas” ao povo da mata (Jurema, Pena Verde, Rompe Mato), das águas (Iemanjá, Oxum), da rua (Exus, Pomba Gira, Zé Pelintra), entre outros.

Há, também, uma clientela significativa de maranhenses (da religião Umbanda) nas Cabanas da feira. Segundo a proprietária da Cabana Iemanjá, essa demanda é alta porque, embora o estado do Maranhão seja considerado a terra da macumba, ele não produz os artigos afroreligiosos suficientemente. Inclusive, um grupo de maranhenses

⁵¹ De acordo com os entrevistados, são pessoas que possuem o conhecimento espiritual de como deve ser feito a guia, como a contagem de miçangas entre um ponto e outro.

veio a sua loja naquela semana em busca das imagens do “Povo de Légua”.⁵² Ela ressalta que essas imagens são encontradas em Belém porque os produtores locais têm conhecimento aprofundado da hierarquia dos Orixás e dos caboclos.

Por outro lado, os produtos africanos, muito procurados pelos praticantes do Candomblé, como as favas para “feitura” dos Orixás (favas de aridam, lelekum, bejerecum e ossaim), e as ferramentas e ferragens utilizadas para o assentamento dos orixás são encomendados de Salvador (BA). Segundo a entrevistada, os produtos são mais confiáveis, uma vez que “a Bahia é o local onde a ancestralidade é muito forte, é muito intenso o culto do candomblé, dessa prática religiosa”.

Essa inter-relação de conhecimentos, rituais, crenças, práticas, usos e trocas comerciais entre os estados do Rio de Janeiro, Bahia e o Maranhão com as Cabanas e o Setor de Ervas da Feira do Ver-o-Peso atesta a ideia defendida nesta tese de compreender a Feira do Ver-o-Peso como *patrimônio-territorial ativado popularmente*.

Nesse caso, a feira preserva e mantém a interculturalidade constituída pelos indígenas e africanos escravizados desde o período colonial, por meio do sincretismo religioso, que, de acordo com Nicolau Parés (2011 *apud* Santos, 2014), em Belém do Pará é representado pela pajelança indígena, cabocla e africana (difundida pelos escravos negros do Maranhão). O autor aduz que:

[...] a pajelança cabocla, derivada da pajelança indígena, foi progressivamente apropriada pelos africanos e crioulos e que o processo de caboclicização e crioulicização foi favorecido pelo grande número de convergências existentes entre as tradições tupi-cablocas e as africanas, especialmente no que diz respeito à ideologia da cura e da feitiçaria (Parés, 2011, p. 125 *apud* Santos, 2014, p. 3).

De acordo com Santos (2014), a pajelança originária é atribuída aos rituais xamânicos indígenas da região amazônica e estes foram registrados pelos missionários franceses Claude D’Abeville e Yves D’Evreux nos estados do Maranhão e Pará, entre os anos de 1612 e 1614.

Segundo Salles (1971), com o sincretismo dos rituais, o Batuque⁵³ surgiu como manifestação religiosa praticada pela população negra de Belém. O Batuque foi criado

⁵² Segundo a entrevistada, são espíritos de uma família de escravos, que são cultuados na Umbanda em Codó (MA) e também pela religião “Tambor de Mina”.

⁵³ De origem histórica mais antiga em terras paraenses, a Mina é uma religião trazida pelos escravos vindos do Daomé (República Popular do Benim) para os Estados do Maranhão e Pará. O termo Mina faz referência ao maior empório de escravos sob domínio português; o Forte São Jorge de Elmina, situado na Costa do Ouro, atual Gana, que exportava mão de obra negra escravizada para diversas partes do Brasil. No Estado

pelos escravos africanos que se introduziam no Maranhão e foi difundido por eles à medida que iam se espalhando pelas terras paraenses. A partir de estudos antropológicos, constatou-se que o “Batuque” passou a ser denominado “Tambor de Mina” desde os anos 1980, diferenciando-o do Candomblé que chegava a Belém desde a década de 1950 (Campelo; Luca, 2007).

A força desse fenômeno intercultural resiste e é mantido pela histórica dinâmica territorial que envolve a Feira do Ver-o-Peso e os moradores de Belém, municípios paraenses e do estado do Maranhão, sendo esses sujeitos os ativadores, os guardiões de uma identidade territorial *afroindígena*, termo trazido por Sarraf (2017, p. 89) por “traduzir experiências de contatos partilhados não somente entre índios e negros, mas entre povos e culturas continuamente em encontros e assimilações”.

Entre os anos de 1955 e 1958, por exemplo, o Bar “Águia de Ouro”, localizado ao redor do Mercado de Ferro (à margem da Doca do Ver-o-Peso), realizava anualmente o culto popular a “São Benedito da Praia” (santo católico de cor preta) com festejos e levantamento de “mastro”. O poeta e escritor paraense Bruno de Menezes, assíduo frequentador do Ver-o-Peso, testemunhou as festividades de São Benedito da Praia que ocorriam no mês de dezembro e relatou em sua obra literária, *São Benedito da Praia*, o “espírito cristão” e o “espiritismo caboclo” presentes na festa. Diz ele:

O Sr. Manuel Sarmiento, dono do bar e do santo, transformara sua Casa de negócios numa capela: ladeando São Benedito foram colocados dois crucifixos de prata, em suporte de madeira; das paredes pendiam quadros de Jesus, Maria, Santo Antônio e N. S. das Graças, ornamentando o recinto. No altar, duas estatuetas de gentios famosos da Umbanda – Jurema e Urubatam – e a índia Jandirana, num quadro a óleo, pendurado próximo ao teto enfeitado com penas de araras e cocares... num sincretismo digno do povo brasileiro, amálgama de várias raças. Inúmeras graças foram alcançadas pelos devotos do santo, que em agradecimento lhe ofertaram cordões e medalhas de ouro, figas de pau d’Angola etc. (Menezes, 2011, p. 104).

Naquele período, a Feira do Ver-o-Peso também era “palco” para as festas em homenagem ao caboclo “Zé Raimundo” (entidade dos terreiros de Mina Nagô), com a realização de batuques e rituais pelos devotos frequentadores da feira (Campelo, 2002).

do Maranhão esses negros fundaram duas casas *mater*: a Casa das Minas – de tradição Jeje – e A Casa de Nagô – com influência da tradição nagô, em meados do século XIX. Além desses dois centros de culto, considerados pela bibliografia específica como pioneiros, podemos citar outros terreiros, de fundação um pouco mais tardia, que tiveram importância fundamental tratando-se da formação da Mina no Pará. Trata-se do Terreiro da Turquia, fundado por mãe Anastácia; e o Terreiro do Egito; criado por Massinocô-Alapong. Outro grande centro exportador de tradição é a cidade de Codó, situada no sudoeste do estado do Maranhão, cuja ênfase era dada ao culto dos “encantados” (Vergolino; Silva, 2003 *apud* Campelo; Luca, 2007, p. 4-5).

Inclusive, Salles (1971, p. 186) destaca em seus estudos que “o batuque foi o embrião de muitos folguedos folclóricos de marcada influência africana e provavelmente, nos primeiros tempos, disfarçava as danças de cunho religioso dos negros”.

Esse período também é marcado pela inserção do Candomblé no Pará, que, de acordo com Campelo e Luca (2007), foi introduzido em Belém entre as décadas de 1950 e 1970, a partir de dois movimentos: um, pelos “mineiros” que se deslocaram para Bahia, a fim de receberem a iniciação e retornarem para Belém e instalarem a religião; e outro, pelos “pais de santo” que vieram principalmente da Bahia, mas também do Rio de Janeiro e São Paulo, para se fixarem na cidade. A raiz desse movimento também se entrelaça à dinâmica afroindígena presente no Ver-o-Peso, conforme as memórias da proprietária da Cabana Iemanjá.

A entrevistada relatou que seu pai começou a vender os produtos usados no Candomblé, no momento em que essa religião começou a se instalar em Belém, na década de 1960. Ela explica que um senhor chamado “Pai Carlinhos de Oxóssi” “suspendeu sua mãe à Equedi”⁵⁴ e dali iniciou os primeiros filhos de santo de Belém, entre eles sua irmã, “Célia de Iansã” (hoje residente em Salvador – BA). Assim como “Pai Carlinhos”, ela relembra outros “Pais de Santo” famosos e que também deram origem aos cultos de candomblé em Belém naquele período:

Na época tinha também o grande “Pai de Santo”, o “Astianax”, que era conhecido como “prego”, o “Pai Prego”, negrão ele, bem alto. Tinha a “Mãe Cafuejê”, que foi uma Equedi mais antiga aqui do Estado do Pará. Quando o “Pai Carlinhos” chegou aqui em Belém (ele veio de São Paulo) e o primeiro contato que ele fez foi conosco, aqui na Casa Iemanjá. Aí, ele fez amizade com meu pai e a minha mãe. Ele se instalou no bairro do Jurunas e lá ele começou o trabalho com o candomblé, porque aqui só tinha a umbanda (Entrevista com a proprietária da Cabana Casa Iemanjá, em 14 de janeiro de 2022).

Esse relato vai ao encontro dos estudos realizados por Campelo e Luca (2007), de que a Mina (advinda do estado do Maranhão e amalgamada com a pajelança indígena) e o Candomblé (vindo principalmente da Bahia) são as principais religiões de matriz africana consolidadas em Belém do Pará, e a Feira do Ver-o-Peso possui papel importante na manutenção dessas matrizes afro-brasileiras na região amazônica. Entretanto, de acordo com o presidente da Federação dos Cultos Afros e Umbandistas do Brasil

⁵⁴ Segundo a entrevistada, “Equedi” ou “Mãe criadeira” é o nome que se dá à pessoa escolhida pelo Pai de Santo para receber todos os conhecimentos necessários da religião e repassá-los aos “iaôs” (futuros filhos de santo) por meio da “feitura” (ritual de iniciação, onde o iaô é recolhido/preparado pela Equedi, para ingressar na religião).

(Fenacab),⁵⁵ em razão de o Complexo do Ver-o-Peso ter um enraizamento caboclo, há a predominância da umbanda (de origem mineira) no entorno da feira.

A permanência das manifestações interculturais de caráter afroindígena entre o Setor de Ervas e as Cabanas da Feira do Ver-o-Peso revela a resistência desse patrimônio territorial como um território de afirmação e guardião das práticas ancestrais (Sarraf, 2017). Os saberes e fazeres presentes nesses setores circulam na feira por meio da troca de conhecimentos, relações, valores e interesses comuns às camadas populares da cidade, no que diz respeito à religiosidade e crenças, sendo comercializados por meio dos mais variados produtos descritos no Quadro 9.

Quadro 9 – Descrição de alguns produtos comercializados no Setor de Ervas e nas Cabanas da Feira do Ver-o-Peso

Produtos	Descrição/Denominação
Matéria-prima dos banhos atrativos*	Ervas, raízes, cascas, sementes denominadas: chama, abre caminho, vinde cá, pataqueira, manjeriço, canela, busca longe, trevo do mar, trevo São João, priprioça, patchouli, cumaru, evira taia, catinga de mulata, dinheiro em penca, chora nos meus pés, chega-te a mim, oriza, estoraque, curimbó, beliscão, manjerona, pau de angola, japana etc.
Matéria-prima dos banhos de descarrego*	Ervas, raízes, cascas, sementes denominadas: Barba de velho (Desatrapalha), guiné, mucuracaá, cipó de alho, pião roxo, pião branco, capitú etc.
Matéria-prima das defumações de descarrego	Raspa de umiri, palha de alho, raspa de chifre, talo da mandioca, casca da laranja etc.
Matéria-prima das defumações cheirosas	Resina de breu-branco, casca de umiri batido, ervas cheirosas secas, talo de mandioca, alecrim, alfazema e gotas de essências.
Tipos de banhos	“Chega-te a mim”, “Chora nos meus pés”, “Cachorrinho”, “Agarradinho”, “Carrapatinho”, “Pega não me larga”, “Busca longe”, “Queira não queira, tem que querer”, “Raiz do Sol”, “Afasta espírito”, “Limpa corpo”, “Hei de vencer”, “Abre caminho”, “Chama dinheiro”, “Pomba gira”, “Chama freguês” etc.
Imagens de gesso e resina, e estatuárias votivas de santos sincretizados	Nossas Senhoras (de várias devoções), São Jorge, São Judas Tadeu, Santo Antônio, Exus, Preto Velho, Caboclos e Pombas giras.
Velas de feitiço da Umbanda.	“Chega-te a mim”, “Chora nos meus pés”, “Busca longe”, “Vira pensamento”, “Vai e volta”, “Chama dinheiro”, “Mão aberta”, “Espada”, “Abre caminho”, “Vela dos Exus”, “Espoca fora” e etc.
Outros produtos da Umbanda.	Instrumentos musicais: atabaque, xeque-xeque e agogô. Plantas medicinais: alecrim, andiroba, cravo, canela, louro, malva, hortelã, boldo, aroeira. Utensílios de cerâmica, indumentárias e acessórios: guias, miçangas, pulseiras, anéis, contas, corais etc.

* De acordo com o tipo de banho, misturam-se os produtos com álcool e essências.

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados obtidos em campo (2022).

⁵⁵ A Fenacab se originou da União Religiosa dos Cultos Umbandistas e Afro-Brasileiros do Estado do Pará (Urcabep), fundada em 2000, que posteriormente mudou para União Religiosa dos Cultos Afros Umbandistas do Brasil (Urcab), com o objetivo de ampliar a jurisdição de suas ações para todo o território nacional, no intuito de defender e fortalecer todas as unidades religiosas filiadas (<http://www.urbab.com.br/origem-da-fenacab/>).

3.2.3 O Setor de Artesanato

Em seu trabalho, Campelo (2002, p. 48) descreve o frenesi das primeiras horas da manhã na Feira do Ver-o-Peso, quando o movimento do Setor de Artesanato inicia:

Quando o sol começa a aparecer, mais ou menos por volta das cinco e meia da manhã, o trabalho de descarregamento já está findando. Outro fluxo se inicia... É hora dos primeiros compradores chegarem... É também hora do café da manhã preparado no setor de refeições que já está em pleno funcionamento... A partir dessa hora, o dia da feira já está em pleno desenvolvimento (Campelo, 2002, p. 48).

Atualmente composto por 16 boxes (Figuras 51 e 52), esse setor está localizado entre o de *Polpas* e o de *Maniva*, promovendo a comercialização de diversos produtos, como: vasos, ornamentos, bolsas, chapéus, biojóias, cestaria, peneiras, cuias, brinquedos, essências e outros produtos confeccionados em cerâmica, madeira, palha, penas, sementes e fibras.

Figura 51 – Boxe de venda do Setor de Artesanato, na Feira do Ver-o-Peso



Fonte: Acervo da autora (2022).

Figura 52 – Setor de Artesanato na Feira do Ver-o-Peso



Fonte: Acervo da autora (2022).

Em meio à diversidade de setores e produtos, o *Setor de Artesanato* se destaca como um dos principais atrativos turísticos dentro do Complexo do Ver-o-Peso. Segundo estudos de Gomes (2015) a respeito do perfil socioeconômico de 110 consumidores entrevistados no Setor de Artesanato, 47% são de outras cidades do Brasil, 29% são de Belém ou região metropolitana, 18% são do interior do estado do Pará e 6% são estrangeiros.

Os dados mostram que, embora 53% sejam turistas provenientes de outras cidades do Brasil ou do exterior, uma parcela significativa de moradores da cidade também frequenta o setor. Isso pode estar associado ao fato de o setor concentrar uma variedade de elementos carregados de significados e valores singulares da cultura amazônica,

atraindo o interesse dos turistas, mas também dos moradores em busca de produtos que remetem a sua tradição e permanecem nos costumes locais, como: o uso dos utensílios de cerâmica, peneiras, cuias e outros elementos do cotidiano belenense.

Conforme levantamento de campo, os permissionários se autointitulam artesãos e não feirantes e veem esse setor como um dos mais importantes da Feira, em razão da alta rotatividade de turistas. Alguns produtos são confeccionados por eles próprios (como as biojóias) e os demais vêm das regiões do entorno da cidade. A cerâmica estilizada (réplica das peças arqueológicas marajoara e tapajônica) e a utilitária (utensílios e vasos domésticos), as cuias e peneiras são os principais produtos comercializados no setor.

De modo geral, os turistas consomem os produtos como *souvenir* e peças decorativas (cerâmica e biojóias). A clientela local, por sua vez procura as peças utilitárias para uso doméstico ou comercial (cerâmica, cuias, peneiras, cestos) e produtos voltados às atividades culturais e educacionais, como: danças folclóricas, peças de teatro, feiras culturais, atividades escolares, adquirindo, principalmente, a cerâmica utilitária e estilizada, materiais indígenas (cocar, arco e flexa etc.), esteiras e peneiras.

Entre tais elementos comercializados na feira, vale destacar a tradição cultural do uso e venda da cerâmica e das cuias. Os produtos em cerâmica são fornecidos principalmente pelos ceramistas de Icoaraci, Distrito de Belém. Alguns fatores históricos levaram o Distrito de Icoaraci a se tornar um importante polo produtor de cerâmica e manter até os dias atuais a tradição de ser o principal fornecedor da Feira do Ver-o-Peso.

Em Icoaraci, há a concentração de reservas naturais de argila na área de confluência entre a Baía do Guajará e o Furo do Maguari, conhecida como “Pontão do Cruzeiro”. Em meados do século XVIII, a Ordem dos Carmelitas fundou as fazendas São João do Pinheiro e Nossa Senhora do Livramento (atualmente os bairros do Cruzeiro, Ponta Grossa e Paracuri), instalou uma olaria e, dentro do trabalho missionário com os indígenas e caboclos cativos, passou a produzir tijolos e utensílios (bilhas, alguidar, fogão de barro, potes, pratos, copos, pinicos, vasos, panelas etc.), elementos importantes para o abastecimento da Ordem e do Núcleo de Belém (Silveira; Soares, 2008; Santos, 2012; Dias; Silva, 2022).

No final do século XIX e início do século XX, com o rápido crescimento urbano de Belém, a demanda pelos produtos de cerâmica aumentou significativamente e o Ver-o-Peso era o principal ponto de comercialização da região. De acordo com o ceramista Ciro Croelhas, proprietário da secular “Olaria do Espanhol” há 26 anos, seu avô (João

Croelhas) era ceramista e migrou da Espanha com o pai para região de Icoaraci naquele período.

Fundou a olaria em 1903 e até os dias atuais permanece com a produção exclusiva de utilitários (Figuras 53 e 54), sendo o nome “Olaria do Espanhol” uma forma de identificar a origem da cerâmica que chegava à Feira do Ver-o-Peso. Segundo Croelhas, seu avô foi o responsável por introduzir a técnica do “torno” na região de Icoaraci, que até então era exclusivamente manual, contribuindo para aceleração da produção e o pronto atendimento à crescente demanda de Belém (Ferreira, 2020).

Figura 53 – Pintura registrada no ambiente interno da Olaria do Espanhol



Fonte: Acervo da autora (2022).

Figura 54 – Ambiente interno da Olaria do Espanhol



Fonte: Acervo da autora (2022).

Ele relata que até meados do século XX a demanda era voltada para a produção de utilitários e que até o início daquele século a produção era escoada para o Ver-o-Peso via fluvial, em canoas a remo ou à vela. Conforme Dias e Silva (2022), a partir de 1906, o Núcleo de Icoaraci foi interligado ao centro de Belém pela Ferrovia Belém-Bragança, favorecendo o crescimento dessa região como importante polo de abastecimento e dessa maneira intensificar o fluxo da cerâmica para o Ver-o-Peso. Entretanto, segundo Croelhas e outros entrevistados, a partir das décadas de 1950/1960, a cidade se modernizou e os hábitos da população (principalmente das classes mais altas) mudaram com a difusão de um estilo de vida moderno e o estímulo ao uso de novos produtos (louças plásticas, alumínio e inox) que entravam no mercado local. Essas transformações impactaram a atividade, reduzindo drasticamente a demanda pela cerâmica utilitária.

No entanto, nesse período eclode um novo movimento que marcará a história e a dinâmica de produção da cerâmica no Distrito de Icoaraci. De acordo com Levy, filho e

mantenedor do legado do artesão conhecido como “Mestre Cardoso”, em meados da década de 1960 esse artesão teve conhecimento e acesso ao acervo de cerâmicas arqueológicas utilitárias e funerárias do Museu Paraense Emílio Goeldi – MPEG (por intermédio de um primo que trabalhava na instituição), o qual permitiu que ele pudesse aprender e replicar o grafismo das peças, resgatando a riqueza artística dos povos marajoaras que marcam diferentes períodos históricos desde o século IV a.C., conforme Meggers e Evans (1954 *apud* Amorim, 2010; Lima; Andrade, 2020). A partir de então, o artesão passou a fazer pesquisas a respeito da cerâmica arqueológica e a aperfeiçoar o conhecimento das técnicas com os detentores desse saber, criando um grupo de artesãos formado por seus familiares do município de Vigia – PA (tradicional polo oleiro), quilombolas e caboclos marajoaras.

Naquele período, “Mestre Cardoso” compartilhou sua descoberta com os artesãos “Mestre Cabeludo” e “Rosemiro”, que já vinham reproduzindo o grafismo de cerâmicas do Oriente Médio; “Mestre Cabeludo” abriu seu ponto de venda denominado “Casa Uirapuru” (hoje, Casa Amazônia) (Santos, 2012). Desde então, os três foram disseminando a arte marajoara (Figura 55) e tapajônica e, no decorrer do tempo, além do resgate da ancestralidade dos povos originários, o talento e a criatividade dos artesãos permitiram o surgimento de novas técnicas e a produção de uma arte-cerâmica própria de Icoaraci, misturando diferentes elementos amazônicos ao grafismo das peças (Figura 56).

Figura 55 – Cerâmica em estilo Marajoara produzida em olaria no Paracuri – Icoaraci



Fonte: Acervo da autora (2022).

Figura 56 – Cerâmica com mistura de elementos artísticos, em olaria no Paracuri – Icoaraci



Fonte: Acervo da autora (2022).

A partir da década de 1970, a cerâmica marajoara e tapajônica é amplamente difundida e, na década de 1980, Icoaraci chega a ser considerado o maior polo de produção de cerâmica do Brasil (Santos, 2012). Dessa maneira, a atividade retomou sua força de produção em Icoaraci e o Ver-o-Peso enriqueceu sua oferta artesanal, atraindo uma enorme demanda turística.

Atualmente, em virtude das transformações urbanas ocorridas em Belém, no que diz respeito aos hábitos de consumo, estilo de vida e concepção moderna de cidade, e das mudanças estruturais e normativas da feira, as quais setorizaram e reduziram os espaços de comercialização, o perfil da clientela mudou e, por conseguinte, o acervo produzido e disponibilizado na feira está mais voltado para o mercado de decoração e jardinagem, onde os artesãos do Ver-o-Peso priorizam a comercialização de peças de pequeno a médio porte.

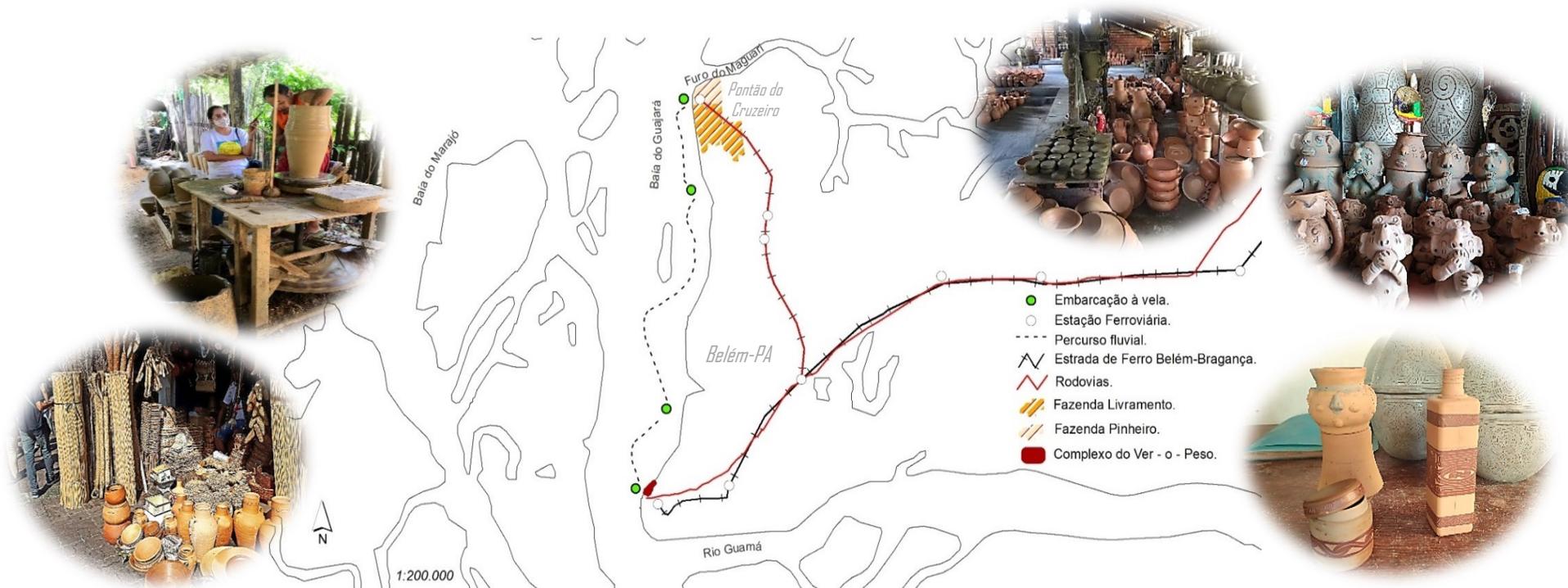
Os entrevistados de Icoaraci também destacam que hoje, principalmente com o impacto da pandemia da Covid-19, alguns deles já estão comercializando seus produtos por meio das plataformas virtuais (*sites* e redes sociais), recebendo o apoio dos filhos (jovens) na comercialização para outros estados do Brasil, além de terem uma clientela local própria. Isso, porque a comercialização para o Ver-o-Peso caiu drasticamente nas últimas décadas, o que pode estar associado às transformações urbanas ocorridas na cidade. No Setor de Artesanato, em algumas barracas também foi observada a presença dos filhos (jovens) divulgando o trabalho da família pelas mídias sociais.

Portanto, de acordo com o relato dos entrevistados, pode-se dizer que a produção da cerâmica do Distrito de Icoaraci e sua dinâmica de circulação e comercialização na Feira do Ver-o-Peso compreendem diferentes processos histórico-sociais, os quais, nesta pesquisa, podemos destacar em três fases: *a fase clássica – que vem de meados do século XVIII (com a instalação dos missionários na região) ao início do século XX*. A partir do período áureo da economia da borracha na Amazônia e da consequente intensificação da urbanização de Belém; *a fase moderna – que podemos datar de 1903 (com a abertura da “Olaria do Espanhol” e a introdução do torno) e a interligação da Linha Ferroviária Icoaraci-Belém (1906) até meados de 1960*.

Ainda nesse período, *em meados de 1960*, há um marco de transformação do artesanato em Icoaraci, cuja reprodução de peças arqueológicas promove um *boom* na comercialização dos produtos (em virtude da valorização turística no mercado nacional e internacional) e a implantação do eixo rodoviário, o qual acelerou o fluxo de mercadorias para feira. No período atual, tem-se *a fase contemporânea, que propomos demarcar a partir do ano de 2020 (momento que inicia a pandemia da Covid-19) aos dias atuais –* sinalizando um novo cenário marcado pela inserção e/ou intensificação da comercialização dos produtos via internet (em razão do fechamento do comércio local); a inovação na produção (inserção de técnicas de refinamento e vitrificação da cerâmica), visando o mercado da indústria de cosméticos e perfumaria; e o maior envolvimento dos

filhos jovens na comercialização via internet, em detrimento da produção. A Figura 57 ilustra a linha do tempo e a dinâmica dos períodos descritos anteriormente.

Figura 57 – Linha do tempo da produção de cerâmica no Distrito de Icoaraci e a dinâmica territorial de circulação e comercialização para Feira do Ver-o-Peso – Belém (PA)



	Meados do século XVIII – início do século XX	1903 até meados de 1960	Meados de 1960 a 2020	2020 – Dias atuais
(1) Fase Clássica	<ul style="list-style-type: none"> - Produção manual da cerâmica utilitária: tijolos e utensílios. - Troca de conhecimento intercultural entre indígenas, caboclos e europeus. - Mercado local. - Fluxo por via fluvial para o Ver-o-Peso. 	<ul style="list-style-type: none"> - Introdução do torno (produção em escala) da cerâmica utilitária: tijolos, utensílios, manilhas, girau. - Interligação da Linha Ferroviária Icoaraci-Belém (1906) e o fluxo crescente para feira. - Mercado local. - Fluxo por via fluvial e ferroviária para o Ver-o-Peso. 	<ul style="list-style-type: none"> - Reprodução de peças arqueológicas marajoara e tapajônica introduzidas por Mestre Cabeludo e Mestre Cardoso. - Organização da feira por setores (1968) e inserção das réplicas arqueológicas. - Valorização turística e o boom de comercialização para o mercado nacional e internacional. - Fluxo por via rodoviária para o Ver-o-Peso. - Ponto de venda Casa Uirapuru (Mestre Cabeludo). - Disseminação para o Brasil e abertura de um polo de produção e venda em Icoaraci. 	<ul style="list-style-type: none"> - Predominância da reprodução de peças arqueológicas. - Mercado local, nacional e internacional consolidado. - Fluxo por via rodoviária. - Inovações técnicas – refinamento e vitrificação, visando mercado da indústria de cosméticos e perfumaria.
	<ul style="list-style-type: none"> - Olaria da Ordem dos Carmelitas e caboclos da região nas fazendas Livramento e Pinheiro. 			
(2) Fase Moderna				
(3) Fase Contemporânea				

Fonte: Elaboração da autora com base em dados obtidos em campo; em Silveira; Soares (2008); Santos (2012); Dias e Silva (2022). As imagens são do acervo da autora (2022).

Outro elemento cultural de grande relevância que configura o patrimônio-territorial da feira nesse setor é o artesanato das cuias. Desse elemento se desdobra a ancestralidade dos povos originários no saber-fazer das cuias e seu uso na cultura amazônica. A cuia é um produto natural, cuja produção resguarda a técnica ancestral de extração da cabaça da árvore da cuieira, pintada com tintura natural da árvore do cumatê e desenhada manualmente com riscado (grafismo) indígena (Rodrigues; Amaral; Silva, 2015).

De acordo com Carvalho *et al.* (2011), esse é um dos elementos de significativa expressão intercultural, como produto do processo colonial. Predominantemente confeccionadas pelas mulheres indígenas (detentoras do conhecimento das técnicas de cultivo, corte, modelagem, pigmentação e ornamentação dos frutos da cuieira), as cuias são um dos artefatos básicos dos povos originários, como utensílio doméstico comumente utilizado para o consumo de bebidas e alimentos.

Com o contato interétnico, missionários, cientistas e cronistas registraram a maestria do saber-fazer das cuias pelas nativas e o interesse dos colonizadores pelo uso e conhecimento das técnicas de produção, cujas fidalgas portuguesas utilizavam-na como porta-fio de seda em suas ocupações de costura, além do uso doméstico, assim como pela imitação na produção, introduzindo inovações de pintura e cor (dourada e prateada) (Carvalho *et al.*, 2011).

Conforme já discutido no segundo capítulo, a prática de produção e a dinâmica territorial da comercialização das cuias vêm desde o período pré-colonial entre os grupos nativos, principalmente de Santarém e Monte Alegre, na forma de escambo. Nesse aspecto, Carvalho *et al.* (2011, p. 20) registraram que, em fins do século XVII, “Samuel Fritz já narrara, entre os Yurimagua e Aizuaire, e Métraux, entre os Omágua e Cocaima, a venda de cuias e cabaças vistosamente pintadas para outras nações”. E foi incorporada à racionalidade moderna de comercialização pelos colonizadores portugueses, por meio do projeto empreendedor dos missionários na Amazônia, adotando o Ver-o-Peso como ponto principal de troca, atendendo a crescente demanda do mercado local e internacional, uma vez que a cultura do uso das cuias já havia sido difundida pelos colonizadores.

Desde então, o comércio de cuias passou a ter destaque no mercado, especialmente para o consumo de alimentos e bebidas típicas como: tacacá, açaí, mingau, caldos etc., mantendo-se a tradição da produção feminina, cujo ofício de “pintora de cuias” era,

inclusive, oficialmente registrado pelos censos de 1700, conforme Hartmann (1988 *apud* Carvalho *et al.*, 2011).

De acordo com estudos de Rodrigues, Amaral e Silva (2015), essa tradição atravessa gerações e na comunidade ribeirinha do Rio Quianduba, pertencente ao arquipélago fluviomarinho do município de Abaetetuba, região do Baixo Tocantins, vem desde os tempos pré-coloniais, atendendo às diversas necessidades domésticas. E essa tradição permanece viva na Feira do Ver-o-Peso, por meio da dinâmica de produção e comercialização de cuias entre a comunidade do Rio Quianduba e a feira pela família de Seu Belino ⁵⁶. Natural de Quianduba, ele trabalha há 48 anos com a venda de cuias, sendo a terceira geração da família presente no Ver-o-Peso.

Conforme Carvalho *et al.* (2011), outro local que também mantém a tradição da produção e comercialização de cuias é a região do Baixo-Amazonas, por meio das comunidades ribeirinhas do município de Santarém e Monte Alegre. Entretanto, Santarém domina o mercado em função do maior fluxo turístico no município.

Os autores destacam, porém, que o turismo influencia diretamente essa prática cultural na região, pois, ainda na metade do século XX, a produção sofreu alterações com a incorporação de tintas industrializadas e desenhos regionalizados com dizeres típicos de *souvenirs*, como “Lembrança de Santarém – Pará – Brasil”. Em campo, esse tipo de produto foi facilmente encontrado na Feira do Ver-o-Peso, inclusive.

Embora esse elemento esteja sofrendo alterações em suas características originais, vale ressaltar que o saber-fazer tradicional dos padrões ornamentais e de produção das cuias do Baixo Amazonas já foi registrado como *bem cultural de natureza imaterial*, pelo Iphan (2015), e resiste como elemento importante no uso doméstico da população local.

Segundo levantamento de campo, a venda de cuias permanece significativa na feira, voltada principalmente para o mercado local nos meses de maio e junho, quando os artesãos vendem até 50% do que é comercializado o ano todo, em virtude das festividades juninas e do alto consumo das comidas típicas com o uso desse artefato. A descrição do perfil de produção e comercialização das cuias na Feira do Ver-o-Peso encontra-se no Quadro 10 e Figuras 58 e 59.

⁵⁶ Nome do entrevistado.

Quadro 10 – Produção e comercialização do artesanato de cuias na Feira do Ver-o-Peso

Ilustração do artesanato de cuia.	<p>Figura 58 – Cuias sem grafismo comercializadas no Ver-o-Peso</p>  <p>Fonte: Acervo da autora (2022).</p>	<p>Figura 59 – Cuias com grafismo comercializadas no Ver-o-Peso</p>  <p>Fonte: Acervo da autora (2022).</p>
Perfil da clientela	<ul style="list-style-type: none"> - Comerciantes de pontos de venda de comidas típicas e restaurantes. - Frequentadores da religião Umbanda. 	<ul style="list-style-type: none"> - Turistas. - Morador local. - Comerciantes.
Tipos de cuias	<ul style="list-style-type: none"> - Não raspadas (mais resistentes) e parcialmente pintadas. - Minicuias e cabaças (cuias maiores). 	<ul style="list-style-type: none"> - Raspadas, integralmente pintadas e desenhadas.
Usos	<ul style="list-style-type: none"> - Servir comidas típicas. - Servir casquinhas de caranguejo. - Rituais de oferendas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Decoração de espaços comerciais. - Servir comidas típicas e outras finalidades.
Origem	<ul style="list-style-type: none"> - Em geral, vêm do município de Abaetetuba, via fluvial. 	<ul style="list-style-type: none"> - Em geral, vêm principalmente do município de Santarém, via fluvial.

Fonte: Elaborado pela autora com dados obtidos em campo (2022).

3.2.4 Setores de Maniva, Tucupi e Raízes

Os Setores de Maniva, Tucupi e Raízes (Figura 60) também constituem uma das áreas que representam a ativação do patrimônio-territorial da Feira do Ver-o-Peso. Esses setores resguardam o saber-fazer de elementos singulares da culinária indígena, que permanecem vivos nos costumes da população belenense.

Os principais elementos produzidos e comercializados são *o tucupi* e *a maniva*, derivados da raiz de uma planta popularmente conhecida como *mandioca brava*,⁵⁷ base da cultura alimentar indígena, sendo o tucupi o sumo da raiz e a maniva, a folha moída da planta. Estes são comumente utilizados no preparo de comidas típicas como: o tacacá, pato no tucupi, arroz paraense e maniçoba, que fazem parte do cotidiano social da cidade, especialmente nos eventos tradicionais religiosos e culturais.

⁵⁷ Nome popular dado à espécie de planta denominada mandioca (*Manihot esculenta* Crantz), da família *Euphorbiaceae*, considerada a raiz tuberosa mais importante das regiões tropicais e subtropicais do mundo, com alto teor de ácido cianídrico (substância venenosa existente nessa planta) (Oliveira *et al.*, 2012).

A produção e a comercialização desses produtos ocorrem diariamente, abastecendo o *Setor de Refeições* da feira e o comércio local e regional, como restaurantes e pontos de venda de comidas típicas dos bairros da cidade e região metropolitana. Em campo, pôde-se observar esse fato na banca do feirante Daniel,⁵⁸ que durante a entrevista vendeu 100 quilos de maniva pré-cozida à proprietária de um ponto de venda de maniçoba no município de Santa Isabel do Pará (Figura 61). No entanto, destaca-se que, no período da festividade religiosa do Círio de Nazaré (que ocorre anualmente no mês de outubro), a venda triplica e os três setores funcionam 24 horas durante a semana que antecede a festa, em função da tradição social de preparar o pato no tucupi e a maniçoba no domingo do Círio.

Figura 60 – Setor de Maniva, Tucupi e Raízes, na Feira do Ver-o-Peso



Fonte: Acervo da autora (2022).

Figura 61 – Venda de maniva pré-cozida na Feira do Ver-o-Peso



Fonte: Acervo da autora (2022).

De acordo com Seu Trindade,⁵⁹ feirante há 43 anos, a alta produtividade desses setores está relacionada ao reconhecimento popular da tradição e da qualidade que o Ver-o-Peso tem na produção desses elementos. Inclusive, ressalta que também abastece os municípios de Acará, Bragança, Barcarena, Abaetetuba, Soure e Ponta de Pedras, no período dos respectivos Círios e festas de Santos.

Os principais fornecedores de mandioca e maniva para o Ver-o-Peso são os pequenos produtores do município de Acará (como as comunidades do rio Jenipaúba e igarapé Jacarequara), cujo escoamento tradicional é por via fluvial (de acordo com o

⁵⁸ Nome do entrevistado.

⁵⁹ Sobrenome do entrevistado.

movimento das marés). Contudo, desde a inauguração da Alça Viária⁶⁰ (em 2002), o abastecimento também ocorre por via rodoviária, incorporando outros municípios do estado como os municípios de Santa Maria do Pará, Benevides, Santa Bárbara, Tailândia, Bujaru, Ourilândia do Norte e outros. Nesse aspecto, Seu Trindade diz que:

Antes da Alça Viária, a mandioca e a maniva vinham de barco. O caboclo saía no início da vazante, umas 9 horas da noite; chegava aqui na feira, tinha que dormir, descarregar e no outro dia retornava na enchente. Hoje em dia, com a Alça Viária o escoamento é maior e mais produtivo. Ele chega 5 horas da manhã, distribui a mercadoria dele, quando é 9 horas da manhã ele já tá no interior dele, porque ele vem de ônibus (Entrevista com a liderança do Setor de Maniva, em 24 de janeiro de 2022).

A tradição da produção da mandioca no município de Acará (principal fornecedor da feira) confirma-se nos dados estatísticos, os quais apontaram o estado do Pará como o maior produtor nacional de mandioca em 2021 (com 22% da produção brasileira e 61,57% da região Norte), e o município de Acará é que apresenta maior produção (8,16%), segundo dados do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola – LSPA, pelo IBGE.

Esses elementos possuem tanta relevância na cultura alimentar da população que a produção e a comercialização na feira do Ver-o-Peso enfrentam a concorrência com diversas fábricas locais, que produzem e abastecem o mercado interno e externo. Em campo, chegamos a identificar quatro fábricas de produtos manufaturados e derivados regionais comercializando tucupí nos supermercados da cidade, todas da região metropolitana, como: a “Sabor Pará” (Belém), a “Vovó da Floresta” (Santa Isabel do Pará), a “Tucupí do Pará” e a “V.A. – Tucupí concentrado” (Castanhal).

Entretanto, Seu Trindade, atual liderança responsável pelo *Setor de Maniva*, adverte que a produção tradicional, repassada de geração em geração, só existe no Ver-o-Peso, e o povo sabe disso. No que se refere à preparação da *maniva*, por exemplo, ele ressalta:

Para nós aqui do Ver-o-Peso, não existe maniva mais perfeita do que a nossa. Porque nós que sabemos cozinhar, nós que conhecemos a folha né! Nós que sabemos produzir ela. Se você compra uma maniva do supermercado, não chega ‘aos pés’ dessa do Ver-o-Peso. Eu não estou desfazendo do produto deles, mas só tô dizendo que a nossa a gente dá a garantia (Entrevista com a liderança do Setor de Maniva, em 24 de janeiro de 2022).

⁶⁰ Rodovia PA-483, formada por um complexo de pontes e estradas construídas para integrar a Região Metropolitana de Belém aos demais municípios do estado do Pará (ao leste, sentido sudeste/sul).

A fala de Seu Trindade, reforçada por outros entrevistados, revela a força da ativação popular desse patrimônio-territorial pulsante na Feira do Ver-o-Peso. Trata-se de uma herança compartilhada e incorporada no seio da formação étnica e territorial da Amazônia, ressaltado por Ribeiro (1995, p. 97) como “modos brasileiros diferenciados por suas singularidades”, sendo o caboclo:

[...] adaptado à vida nas florestas e aos aguais, quem mais guardou a herança indígena original. Onde suas comunidades originais se mantêm vivas e a se exercer sobre o mundo, através de múltiplas e rigorosíssimas formas de ação sobre o meio, que dão à sua vida e à sua cultura não só um sabor indígena, mas sua extraordinária riqueza. Olhando todo o mundo só comparo os caboclos aos campesinos franceses, pela riqueza extraordinária de sua cultura de pequenos agricultores. Os queijos de cabra, os vinhos, os patês e tanta coisa mais são equivalentes europeus ao tacacá no tucupi, da maniçoba, da sopa de muçuã. Lamentavelmente, essa riqueza culinária nossa se está esvaindo com a decadência da cultura cabocla, enquanto a francesa floresce cada vez mais (Ribeiro, 1995, p. 97-98).

Contudo, vale ponderar a constatação de Ribeiro (1995) e assinalar que a riqueza culinária e a cultura cabocla não estão se esvaindo, muito menos estão em decadência, pelo contrário, pois, embora a cidade tenha se modernizado e, conseqüentemente, sofrido importantes transformações técnicas e urbanas, as quais alteraram alguns padrões tradicionais da cadeia produtiva, como a industrialização dos produtos, a concorrência comercial e a produção em escala, a herança cultural do saber-fazer e consumir esses elementos resiste, revelando a permanência da ancestralidade dos costumes culinários e o modo de vida originário de se relacionar com a natureza do indígena-caboclo na cidade contemporânea. Isso pode ser observado por meio do ciclo tradicional de produção do tucupi na Feira do Ver-o-Peso, conforme descrição da Figura 62.

Figura 62 – Ciclo tradicional de produção do tucupí na Feira do Ver-o-Peso



Fonte: Elaboração da autora com base nos dados obtidos em campo. As imagens são do acervo da autora (2022).

Os *Setores de Maniva, Tucupi e Raízes* funcionam no mesmo espaço e de forma complementar. De acordo com a Figura 61, o *Setor de Raízes* (composto por 11 barracas) recebe as sacas da mandioca brava (média de 70 a 80 kg cada) principalmente dos pequenos produtores rurais do município de Acará-PA (geralmente pelos atravessadores), por via rodoviária ou fluvial.

Nesse setor, a mandioca é descascada e encaminhada ao *Setor de Tucupi* (composto por seis barracas), onde é ralada e prensada em peneiras para iniciar o processo de decantação.⁶¹ Em seguida, o sumo é fervido (80 l/1 saca) com temperos, envasado em garrafas *pet* e comercializado. O processo de decantação e fervura do tucupi é essencial e faz parte da sabedoria ancestral indígena, como técnica para eliminação da toxicidade do produto. As etapas de produção são realizadas pelos próprios permissionários ou por prestadores de serviço.

Quanto à produção de *maniva*, concomitante aos horários de preparação do tucupi, no *Setor de Maniva* (composto por 26 barracas), ocorre a moagem das folhas com engenhocas rudimentares. Na sequência, a maniva é cozida (geralmente) por sete dias, também com a finalidade de extrair a toxicidade da planta. Nesse setor, a maniva pode ser comercializada crua ou pré-cozida. Por volta de 13 horas, o trabalho de descasca, rala/moagem e cozimento da maniva e do tucupi encerra e a comercialização desses produtos permanece até as 18 horas.

Resgatando a citação de Ribeiro (1995) ao comparar a culinária francesa com a cabocla, evidenciando o florescimento da primeira em detrimento da segunda, também cabe ponderar e destacar a demanda cada vez mais crescente desses produtos no mercado nacional e internacional, em virtude da disseminação e da valorização da gastronomia paraense no circuito turístico. Inclusive, desde 2010, o “Ofício de Tacacazeira na Região Norte” foi inventariado e está em processo de Registro como bem cultural de natureza imaterial pelo Iphan. Outrossim, desde 2011, a Assembleia Legislativa do Estado do Pará⁶² declarou, entre outras comidas típicas, o tacacá, a maniçoba e o pato no tucupi como integrantes do patrimônio cultural de natureza imaterial do Estado do Pará.

Entretanto, a pesquisa aponta que, embora a Feira esteja inserida no circuito da patrimonialização e seus elementos culturais sejam valorizados pelo movimento turístico (já discutido no primeiro capítulo), perduram a dinâmica territorial e o saber-fazer

⁶¹ De acordo com os entrevistados, é o processo que dura entre 12 a 15 horas, não podendo ultrapassar as 24 horas e posterior retirada do sumo (o tucupi, líquido utilizado na culinária).

⁶² Lei 7.549, de 12.09.2011.

seculares da maniva e do tucupi, sendo o Ver-o-Peso a principal referência nas relações de produção, comercialização e consumo, entre o urbano e o rural (ribeirinho) de Belém e regiões do entorno. Entre outros casos observados em campo, a experiência de vida de Seu Trindade revela essa constatação.

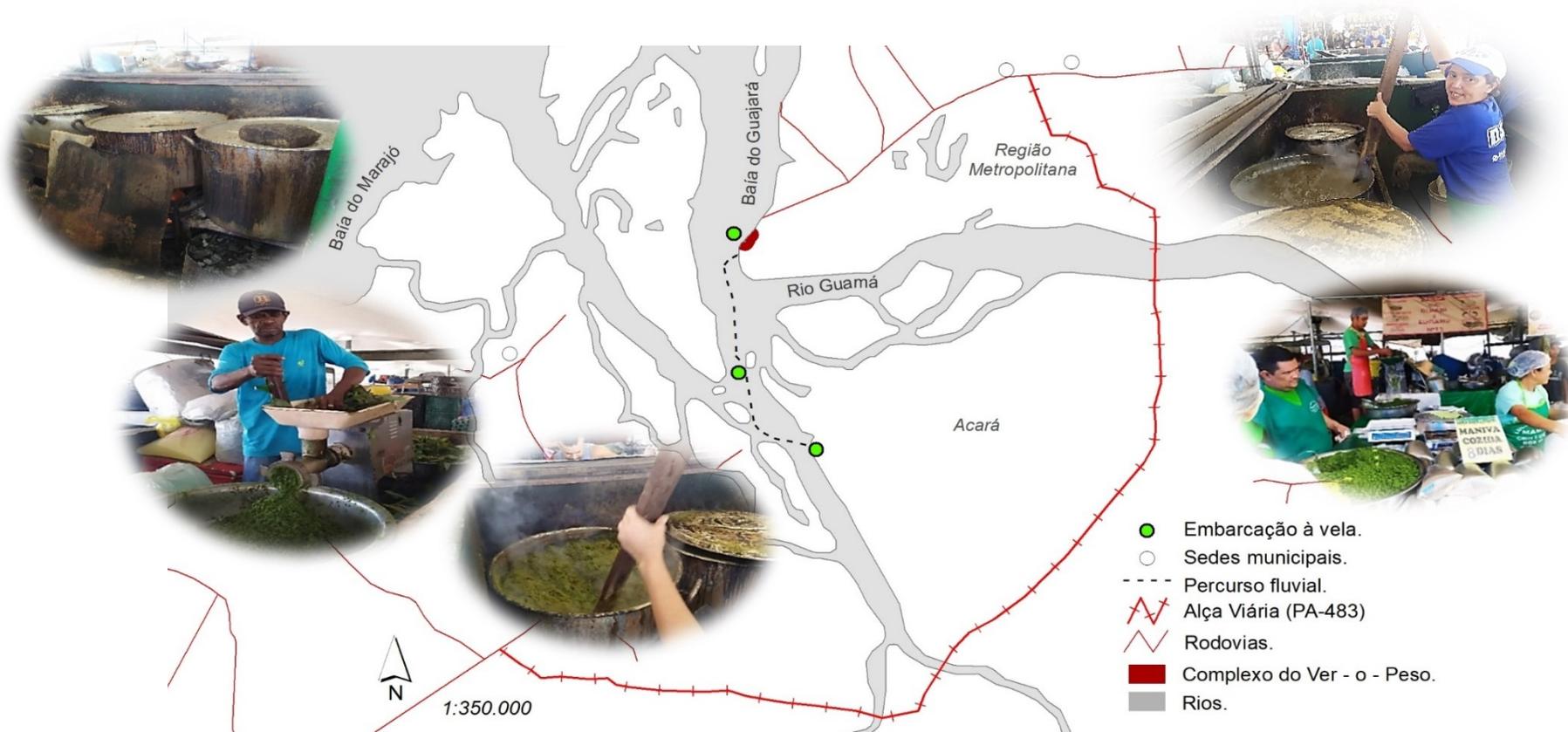
O entrevistado, natural da área rural do município de Abaetetuba-PA, chegou ao Ver-o-Peso com 14 anos para trabalhar com seu avô e tios no *Setor de Mercearia*. Ele relata que, desde a “feira velha”⁶³ até à grande reforma de 1985, a maniva vinha principalmente do interior de Acará engalhada em fardos e os feirantes desfolhavam e vendiam em pacotes. A partir de 1985, um vendedor (na época) idealizou a moagem das folhas em máquina de moer carne e, a partir de então, esse serviço se tornou profissão para os trabalhadores de baixa renda. Seu Trindade relatou que passou a trabalhar com maniva há 25 anos e destaca:

Com a organização da feira na reforma de 1985 e a ideia de moer a folha, tornou a venda da maniva moída uma febre na cidade. Naquela época, digamos assim, a maniva foi tipo uma Serra Pelada no Ver-o-Peso; foi um garimpo que surgiu imediatamente, que nós começamos a trabalhar e começamos a ver muito resultado, muito lucro mesmo, dinheiro, dinheiro que se via. A gente fez isso como uma profissão e quem trabalha com ela não se arrepende, porque com esse trabalho eu consegui criar meus três filhos, eu ajudo meus netos, tem sobrinhos aqui trabalhando conosco (Entrevista com a liderança do Setor de Maniva, em 24 de janeiro de 2022).

Ele também ressalta que, a partir da gestão do Prefeito Zenaldo Coutinho (2013-2021), foi solicitado aos feirantes que não trabalhassem mais com a desfolhagem da maniva para reduzir o acúmulo de lixo e garantir uma organização mais eficiente no setor. Com tal ordem, o serviço de “desfolhagem da maniva” ficou restrito aos pequenos produtores “do interior”, que mandam a maniva pronta para moagem. A Figura 63 ilustra a dinâmica territorial da produção e comercialização da maniva na Feira do Ver-o-Peso relatada anteriormente.

⁶³ Nome comumente utilizado pelos feirantes para referenciar a feira antes da primeira reforma do Complexo do Ver-o-Peso, em 1968, o qual padronizou-a com barracas cobertas.

Figura 63 – Linha do tempo da produção de maniva e a dinâmica territorial de circulação e comercialização para Feira do Ver-o-Peso



	<i>Até a 1.ª reforma (1968) – Prefeito Alacid Nunes</i>	<i>De 1968 até a 2.ª Reforma (1985) – Prefeito Almir Gabriel</i>	<i>De 1985 até a gestão do Prefeito Zenaldo Coutinho (2013-2021)</i>	<i>Dias atuais</i>
(1) Feira Velha	<ul style="list-style-type: none"> - Banquinhas ao ar livre, funcionando até as 13 horas. - Armazenamento das mercadorias em depósito no Mercado de Ferro. - Fluxo da mandioca por via fluvial, principalmente Acará – Ver-o-Peso. - Maniva vendida em galhos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Feira fixa e bancas com cobertura padronizada. - Produtos diversificados, sem setorização. - Fluxo da mandioca por via fluvial, principalmente Acará – Ver-o-Peso. - Desfolhagem da maniva e venda em pacotes. 	<ul style="list-style-type: none"> - Feira organizada por setores. - Fluxo por via rodoviária, a partir da inauguração da Alça Viária, em 2002. - Fornecedores principalmente do Acará e outros municípios do estado. 	<ul style="list-style-type: none"> - Fluxo por via fluvial e rodoviária. - Fornecedores principalmente do Acará e outros municípios do estado.
(2) Feira Estruturada			<ul style="list-style-type: none"> - Desfolhagem e moagem da maniva. - Venda de maniva moída, crua e pré-cozida. 	<ul style="list-style-type: none"> - Somente moagem e venda de maniva moída, crua e pré-cozida.
(3) Feira Setorizada				

Fonte: Elaboração da autora com base nos dados obtidos em campo (2022).

3.3 Considerações do capítulo

Neste capítulo, analisamos que o patrimônio-territorial da feira perdura por meio da dinâmica de produção, comercialização e consumo desses elementos, articulando-se ao movimento moderno da cidade. Entretanto, ao mesmo tempo, resiste como herança sociocultural que vem sendo ressignificada no cotidiano pelos sujeitos, singularizando seus modos de vida no tempo e no espaço.

Isso pode ser observado no fluxo secular de produção e comercialização da cerâmica entre o Distrito de Icoaraci e a Feira do Ver-o-Peso, com a permanência da dinâmica territorial dos caboclos da Amazônia, além do ressurgimento e da ressignificação da cultura dos povos originários, com o resgate das técnicas artísticas da arte marajoara e tapajônica, pelos ceramistas de Icoaraci.

Inclusive, nesse aspecto, Ferreira (2020) chega a afirmar que a produção da cerâmica de Icoaraci remete ao resgate e à releitura não só do conhecimento artístico ancestral dos povos nativos, como também de sua dimensão territorial, social e cultural, mediante a reprodução das peças arqueológicas (com suas representações e valores simbólicos) em olarias de fundo de quintal, em um ambiente próximo às reservas naturais, de difícil acesso e a quase inexistência de estrutura urbana, cujos ceramistas trocam experiências e sociabilidades, o que remonta ao período dos aldeamentos.

Estudos apontam que a cidade de Belém apresenta diferentes modos de viver o urbano e destaca-se entre eles a singularidade do modo de vida amazônico ribeirinho (Silva; Castro, 2014) representada por uma dimensão territorial que caracteriza sua própria identidade (Silva; Malheiro; Ribeiro, 2005).

Nessa perspectiva, a *identidade territorial ribeirinha* (Silva; Malheiro; Ribeiro, 2005) mantém-se preservada pelo *patrimônio-territorial da Feira do Ver-o-Peso*, ao analisarmos a tradição do uso e do fazer do artesanato de cuias, os quais guardam a identidade social das comunidades ribeirinhas do Rio Quianduba (em Abaetetuba), por exemplo. Conforme Rodrigues, Amaral e Silva (2015), a produção das cuias nessas comunidades obedece à dinâmica das águas, pois estão localizadas em terrenos banhados por igarapés que enchem de acordo com as marés, e o deslocamento da matéria-prima depende desse movimento. Nessa mesma lógica, o transporte da produção para Feira do Ver-o-Peso, até hoje, também depende do fluxo das águas, segundo levantamento de campo.

O mesmo se observa no saber-fazer ancestral da culinária indígena, muito presente nos costumes e celebrações sociais da população local, cujo uso de elementos como a

maniva e o *tucupi* é essencial na preparação de pratos típicos; parte desses elementos ainda é transportada via fluvial (obedecendo o regime das marés); além de a produção artesanal se manter presente na feira, coexistindo com o movimento turístico e urbano da cidade.

Silva e Castro (2014) também afirmam que a dinâmica econômica e social de portos, feiras e mercados nas orlas fluviais da cidade, entre eles a Feira do Ver-o-Peso, garante a comercialização de grande parte da produção rural do Estado (especialmente das regiões do entorno), fazendo frente à força comercial das redes de supermercados e atacadões, viabilizando os fluxos e as relações de trabalho, produção e consumo das camadas populares, fato também constatado em outros mercados tradicionais da América Latina, como o de Xochimilco, na Cidade do México (Costa; Rodríguez-Ventura; Alvarado-Sizzo, 2023).

Ao mesmo tempo, cumprem um papel sociocultural importante no sentido de se constituírem como lugares de identidade, troca de valores, informações e laços de sociabilidade tecidos diuturnamente entre a metrópole, povoados, cidades de pequeno porte, áreas rurais e ribeirinhas (Silva; Castro, 2014). Isso foi observado no levantamento de todos os elementos aqui investigados e caracterizados como patrimônio-territorial da feira, além de outros elementos que a conformam, como os setores de *hortifrutigranjeiro* e de *Farinha*.

O quarto e derradeiro capítulo a seguir apresentará como o *patrimônio-territorial da Feira do Ver-o-Peso*, representado pelos elementos elencados neste capítulo, é *ativado popularmente* pelos sujeitos historicamente subalternizados pelo processo colonial/moderno na cidade de Belém. Entretanto, considerando que a Feira do Ver-o-Peso está localizada na área central da cidade, o capítulo também apontará possíveis riscos ao patrimônio-territorial do Ver-o-Peso, diante da urbanização e da patrimonialização global.

4. A ATIVAÇÃO POPULAR DO PATRIMÔNIO-TERRITORIAL DA FEIRA DO VER-O-PESO E POSSÍVEIS RISCOS DIANTE DA URBANIZAÇÃO E DA PATRIMONIALIZAÇÃO GLOBAL

Esse capítulo visa apresentar e analisar como se constitui a *ativação popular do patrimônio-territorial da Feira do Ver-o-Peso* demonstrado no capítulo anterior, perante o movimento da patrimonialização global na área central de Belém do Pará. Está dividido em três itens: o item 4.1 abordará quem são os sujeitos que ativam e mantêm o patrimônio-territorial da feira. Com esse fim, será traçado o perfil dos feirantes entrevistados que trabalham diretamente nos setores analisados, identificando: a naturalidade, o tempo de trabalho na feira, a forma de transmissão das barracas, os discursos, as vivências e as percepções a respeito da feira e sua relação com a manutenção dos elementos que compõem esse patrimônio.

No item 4.2, será analisado como se dá ativação do patrimônio-territorial da feira, espacializando a dinâmica territorial dos sujeitos e dos elementos culturais que a caracterizam. Para tanto, serão apresentados os mapas do fluxo de pessoas e mercadorias; as relações comerciais entre as regiões ribeirinhas e rurais com a feira; e o uso e a apropriação do patrimônio-territorial pelos sujeitos, em interação com o movimento urbano da cidade, com o propósito de produzir uma cartografia que possibilite expressar a duração desse patrimônio ancestral. Por fim, o item 4.3 apontará possíveis riscos ao patrimônio-territorial da feira, dada a complexidade dos processos urbanos e da patrimonialização ocorridos na contemporaneidade, que afetam diretamente a manutenção desse patrimônio na feira.

4.1 Os sujeitos e a ativação do patrimônio-territorial da Feira do Ver-o-Peso

Ao invadir o sol inteiramente a quadra, depois das 13 horas, os comedores vão rareando – braçais e ganhadores de carretos; operários e comerciantes; tripulantes de canoas, “marreteiros” sabidões e seus “cupinchas”; motoristas e cobradores de coletivos; guardas-civis e policiais do trânsito; mulheres da classe das “Amélias”; malandros filantes de almoços e “bicadas”; larápios “descuidistas”; “mordedores”; pedintes de “fichas”; maconheiros viciados; “gostosões” dos subúrbios; cambistas do jogo do bicho; passadores do conto do vigário... às vezes se encontram turistas e literatos; pessoal do teatro; viajantes em visita à feira; algum grupo de boêmios decadentes, que sonharam a “Academia do Peixe Frito” (Menezes, 2011, p. 79-80).

A citação anterior expressa o movimento de determinado momento do cotidiano da Feira do Ver-o-Peso protagonizado pelos diferentes agentes sociais, conforme registro do poeta e escritor paraense Bruno de Menezes nos idos da década de 1950.⁸² Em campo, puderam-se constatar essa diversidade e a complexidade das relações sociais presentes na feira. Entretanto, conforme já mencionado, a pesquisa se ateve a estudar a história dos sujeitos com a feira e suas relações de trabalho nos setores de *Ervas Medicinais, Artesanato, Maniva, Tucupi e artigos afroreligiosos*, por guardarem os elementos culturais que singularizam a feira como *patrimônio-territorial*.

De acordo com a pesquisa de campo, o tempo médio de trabalho dos 44 entrevistados é de 31 anos, cujo feirante mais antigo já possui 61 anos de feira. Entre eles, 53% nasceram em Belém, 23% no município do Acará, 8% são da região do Marajó, 8% da região metropolitana (Ananindeua e Marituba) e os demais de municípios do entorno, como Abaetetuba e Cametá.

Com relação ao gênero, 34% dos entrevistados são formados por mulheres e 66% por homens. Essa diferença está associada ao fato de o *Setor de Maniva e Tucupi* obter o maior número de homens trabalhando na produção (por demandar trabalho físico pesado), segundo entrevistas. Entretanto, vale ressaltar que no *Setor de Ervas* predomina o trabalho das mulheres na feira, assim como no processo de transmissão dos saberes.

A maior parte (75%) possui o ensino fundamental incompleto e dois deles são semianalfabetos. Identificou-se que a permanência dos feirantes no Ver-o-Peso está relacionada à falta de melhores condições de vida e oportunidade de acesso à educação e emprego, sendo a feira uma estratégia de sobrevivência material, levando em consideração o cenário socioeconômico da população de Belém, cuja proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de apenas 28,2%, assim como o número de domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa correspondia a 39% da população, em 2020,⁸³ conforme dados do IBGE (2020).

No entanto, *a maioria expressou satisfação com o que trabalha, por se considerar mantenedor(a) de uma tradição familiar que vem sendo repassada há gerações*; 89% deles vieram trabalhar no Ver-o-Peso desde criança ou adolescente para

⁸² Bruno de Menezes fazia parte de um grupo de poetas, escritores e intelectuais modernistas, que reuniam com frequência na Feira do Ver-o-Peso para discutir sobre literatura e questões político-sociais da cidade, desde a década de 1920. O grupo era denominado por seus membros como “Academia do Peixe Frito” (Pereira *et al.*, 2019).

⁸³ Esse dado pouco alterou, pois, em 2017, correspondia a 29,7% e 39% respectivamente (Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/belem/panorama>. Acesso em: 20 mar. 2021).

acompanhar e aprender o ofício com os pais ou familiares (avós e tios); 86% trabalham na barraca pertencente à família; e 84% já mantêm os herdeiros presentes no dia a dia da feira.

No *Setor de Ervas Medicinais*, Dona Beth Cheirosinha,⁸⁴ trabalhadora na feira há 52 anos, diz que chegou à Feira do Ver-o-Peso com sua mãe e fez parte do pequeno grupo que iniciou a venda de ervas no momento em que a feira sofreu a primeira padronização, no final da década de 1960. Hoje, seus filhos também trabalham na feira e representam a 5.^a geração da família a manter a tradição do uso e comercialização das ervas, remédios e banhos medicinais. Natural do município do Acará, Dona Beth relata que herdou tais habilidades com seus descendentes indígenas e escravos e ressalta que “a preservação do saber-fazer das ervas amazônicas presentes no Ver-o-Peso está na força dos erveiros”, que mantêm esse conhecimento ancestral há gerações. Ela diz:

[...] Nós e mais alguns poucos iniciamos a venda na feira. Nossos familiares vinham das ilhas trazendo as ervas... Hoje em dia têm vários supermercados e Casas de ervas vendendo ervas e remédios naturais. Mas, mesmo assim, eles não “derrubam” a gente. Sabe por quê? Porque eles podem ter a informação. Mas a gente tem o conhecimento, que foi passado de geração. A gente sabe de verdade como usar, pra que serve... E quem vem buscar aqui com a gente é o povo. Isso aqui nunca vai acabar. Isso aqui já é nosso por direito. O Ver-o-Peso pra mim é tudo... é a minha vida... (Trabalhadora do Setor de Ervas. Entrevista realizada em 14 de janeiro de 2022).

Essa narrativa também se faz presente no relato do Fábio,⁸⁵ erveiro há 34 anos na feira. Ele iniciou com o avô e a mãe aos 10 anos e hoje já está trazendo o filho. O erveiro aponta que a duração dessa prática cultural reside na experiência vivida cotidianamente no Ver-o-Peso e relata:

Se tu não vieres pra cá, tu não vais saber vender. Não tem como uma pessoa estudar uma venda dessa numa universidade. Tem que vim pra cá pra aprender, dia a dia, se acordar de madrugada e vim. Aí que tu vais ficar conhecendo, sabendo das ervas (pra que serve, pra que não serve). Podem botar mil casas de ervas pra ali, que não acaba aqui. Porque o povo quer vir aqui, ver a tradição, escutar, fazer a “amarração” pro marido voltar. E lá (nas casas modernas), eles só vendem e não sabem ensinar. Aqui, nós vende e ensina. O freguês vai lá, mas ele tem que vir aqui, não adianta! Porque aqui tem tradição, o freguês sempre aprende alguma coisa (Trabalhador do Setor de Ervas. Entrevista realizada em 14 de janeiro de 2022).

No *Setor de Artesanato*, Seu Belino,⁸⁶ um dos produtores e vendedores de cuias há 48 anos, relatou que seus avós foram os primeiros da família a trabalhar na feira. A

⁸⁴ Apelido da entrevistada.

⁸⁵ Nome do entrevistado.

⁸⁶ Nome do entrevistado.

produção de cuias ficava a cargo de sua mãe e tias e a venda na feira ocorria somente no período junino, Natal e Ano-Novo. A segunda geração se fixou na feira, com seu pai à frente da comercialização. Seu Belino recebeu o ofício aos 13 anos e hoje já planeja trazer o neto de 10 anos para iniciar a 4.^a geração.

No *Setor de Maniva e Tucupi*, embora Seu Nael⁸⁷ tenha adquirido uma barraca na feira somente há três anos, ele possui experiência em atravessar a produção de mandioca e maniva de sua família e de outros pequenos agricultores do Acará para o Ver-o-Peso há muitos anos. Ele ressalta a importância da feira como elemento de sobrevivência material e imaterial para quem a mantém, ao relatar que: “[...] trabalhando direitinho a gente ainda vai pra frente sim. A gente tá aqui numa das maiores feiras... O Ver-o-Peso ainda é o Ver-o-Peso. É pra filhos e netos por muitos e muitos anos”.

Ainda no *Setor de Ervas*, destaca-se a *forma de transmissão dos saberes* na família de Seu Tião,⁸⁸ ao se reportar ao trabalho que desenvolve há 30 anos. Ele afirma que herdou de seu pai as três barracas que possui na feira e todo o conhecimento que tem sobre as ervas, e diz que: “[...] essa nossa mandinga, essa nossa tradição, como dizem, vêm dos caboclos ribeirinhos e se mantêm de geração em geração”.

O entrevistado revelou que seu pai, natural da ilha de Boa Vista do Acará (área ribeirinha do município de Acará, nas proximidades de Belém), recebeu o dom de trabalhar com as ervas quando era criança:

Olha, essa é uma história que ele não gostava que a gente contasse, sabe? É! Minha avó (tá bem velhinha ela!). Ela diz que quando ele era criança, quando ele tinha 7 anos de idade lá no interior que ele morava, ele sumiu. O pessoal procurou. Aí perguntaram: De onde ele sumiu? Daqui. Ele estava aqui brincando e de repente, sumiu. Aí a minha avó falou: Então, deixa que ele vai aparecer no mesmo lugar. Será? Ela respondeu: Vai aparecer no mesmo lugar. Sete dias depois ele apareceu. Aí ele já veio com esse dom de conhecer as ervas. O pessoal fala que foi os caboclos que levaram ele, ensinaram ele, doutrinaram ele e quando ele voltou, ele voltou com esse dom. Ele ensinou muitas pessoas a se curar. Ele sabia como usar, preparar, pra que servia as ervas. Mas ele era muito católico e não gostava que contassem essa parte da vida dele. Eu não tenho esse dom que ele teve, mas ele me ensinou, me repassou o ensinamento que repassaram pra ele lá onde ele estava (onde ele sumiu) (Trabalhador do Setor de Ervas. Entrevista realizada em 14 de janeiro de 2022).

A designação que Seu Tião faz à prática sociocultural realizada por sua família como *mandinga*,⁸⁹ palavra associada à prática da feitiçaria africana, está relacionada ao

⁸⁷ Nome do entrevistado.

⁸⁸ Apelido do entrevistado.

⁸⁹ Palavra de origem africana que também dá nome a uma das etnias guineenses traficadas para região amazônica no período colonial.

que Sarraf (2010) denomina de *pajelança cabocla*, como parte do mundo místico da encantaria brasileira,⁹⁰ “uma realidade mágico-religiosa formada de múltiplas modalidades que [...] participam cada vez mais, como elementos dinâmicos, de um quadro geral que as reúne numa única e grande religião brasileira: a religião dos encantados” (Prandi, 2006 *apud* Sarraf, 2010, p. 89).

A experiência do erveiro revela que a transmissão do saber na Feira do Ver-o-Peso é demarcada por símbolos, relações e objetos interculturais, tal como o filho da Dona Coló, uma das erveiras mais populares (há 40 anos na feira), também expressa:

Aqui no Ver-o-Peso não é como no supermercado, que você coloca preço nas coisas e pronto. Aqui não. Se você não conhecer o que tá vendendo, além de você se atrapalhar, você também pode prejudicar as pessoas. Porque aqui a gente lida com saúde e também com o lado espiritual (da umbanda). A gente costuma dizer assim: Que aqui habita duas culturas, tanto a do negro quanto a do índio. Tanto a cultura do negro quanto a do índio têm a parte medicinal e também têm a parte mística (Trabalhador do Setor de Ervas. Entrevista realizada em 20 de janeiro de 2022).

Os dados confirmam que, desde sua origem (discutido no Capítulo 2), os elementos e práticas socioculturais da Feira do Ver-o-Peso estão assentados na base da *interculturalidade*, que C. Walsh aproxima à ideia de *espaço intermediário* ou o *terceiro espaço* teorizado por H. Bhabha, um dos principais autores que tratam dos estudos pós-coloniais contemporâneos. Esse *espaço intermediário* é onde duas ou mais culturas se encontram em um campo de tradução e negociação, “en el cual cada una mantiene algo de sí, sin asimilarse a la outra” (Walsh, 2005, p. 7).

Entretanto, a autora adverte que não se trata apenas de reconhecer ou tolerar o “outro” ou a diferença, tal como ocorre com as políticas liberais difundidas pelas ideias da multiculturalidade⁹¹ ou pluriculturalidade,⁹² tampouco de tentar essencializar as identidades, como tendência

[...] a resaltar las diferencias étnicas de indígenas o negros (o las diferencias de mujeres, de homosexuales etc.) como si fueran identidades monolíticas, homogéneas, estáticas y con fronteras siempre definidas... que niega la multiplicidad, fluidez y carácter dinámico y múltiple de la identidad (Walsh, 2005, p. 7).

⁹⁰ Conforme Sarraf (2010, p. 89), a expressão vem do grupo de estudos que organizou a VIII Jornada sobre Alternativas Religiosas na América Latina, realizado em setembro de 1998, na USP, cuja direção esteve sob a responsabilidade de Reginaldo Prandi.

⁹¹ Segundo Walsh (2005), é um termo descritivo muito utilizado no contexto dos países ocidentais, o qual se refere à multiplicidade de culturas coexistindo dentro de determinado espaço, sem necessariamente terem uma relação entre si.

⁹² Conforme Walsh (2005), esse termo surge da necessidade de conceituar a particularidade do contexto latino-americano caracterizada por uma pluralidade histórica e atual, no qual várias culturas (indígenas, negros e mestiços) convivem há séculos em um território e juntas formam uma totalidade nacional.

Assim, a autora relaciona interculturalidade com identidade, entendendo a relação entre culturas como algo fluido, móvel e dialético, como também ambivalente, contraditório e conflitivo. Logo, não há fronteiras rígidas entre culturas ou pessoas de grupos distintos, assim como não há culturas puras ou estáticas, mas sempre há pistas ou vestígios dos outros em nós mesmos.

Nesse sentido, constatou-se em campo a importância dada à Feira do Ver-o-Peso pelos feirantes, *como referência existencial*. Essa percepção é aclarada por todos os entrevistados, que resumem sua relação com a feira por meio da simples frase: “O Ver-o-Peso pra mim é tudo!”. Sob diferentes olhares e perspectivas, o “tudo” é carregado de significados que expressam as experiências vividas, o dia a dia do feirante, as sociabilidades, a história de vida, o sentido de existência.

Pudemos verificar esse fato pela fala de Seu Alonso,⁹³ trabalhador do Setor de Artesanato há 40 anos, ao relatar: “O Ver-o-Peso é a minha vida! Daqui a gente paga as nossas contas, educa nossos filhos, se diverte, passeia. A gente tira tudo isso. É o nosso trabalho!”. Como liderança do Setor, Seu Alonso acompanha ativamente as ações promovidas pelo poder público e os movimentos reivindicatórios que envolvem as melhorias da feira, a exemplo de sua participação no evento de comemoração dos 397 anos do Ver-o-Peso, promovido pela Prefeitura de Belém, em 2022 (Figura 64).

⁹³ Nome do entrevistado.

Figura 64 – Liderança do Setor de Artesanato aguardando o momento de discursar no evento de aniversário da Feira do Ver-o-Peso, em março de 2022



Fonte: Acervo da autora (2022).

Dona Cristina,⁹⁴ trabalhadora do Setor de Ervas há 44 anos, também expressa: “O Ver-o-Peso pra mim é tudo! Abaixo do meu Pai (Deus), ele é tudo! Tem coisas maravilhosas, se ganha muito dinheiro”. Outros depoimentos seguem afirmando o dado apresentado *supra*:

Eu cheguei aqui através de uma amiga num momento da minha vida que eu precisava muito. Então, o Ver-o-Peso pra mim é tudo! Porque daqui que eu consegui todas as minhas coisas. Aqui é praticamente uma família, né! Porque todo dia nós estamos aqui com nossos amigos, um ajuda o outro, e assim a gente vai levando a vida (Trabalhadora do Setor de Ervas há mais de 25 anos. Entrevista realizada em 27 de janeiro de 2022).

O Ver-o-Peso pra mim é uma grande faculdade. Eu me considero um Doutor. Porque aqui tanto eu aprendi como eu ajudei muita gente. Assim como têm os bons médicos, os bons policiais, aqui também têm os bons erveiros. Eu me considero um feirante abençoado, porque daqui eu criei meus filhos, eu me estruturei (Trabalhador do Setor de Ervas há 34 anos. Entrevista realizada em 27 de janeiro de 2022).

O Ver-o-Peso pra mim só não é tudo, porque tudo pra mim é a saúde, é a família. Mas o Ver-o-Peso é onde eu passo a maior parte da minha vida, é meu pão de cada dia, o sustento da minha família. Tudo que eu tenho hoje eu agradeço a Deus primeiramente e depois ao Ver-o-Peso, porque foi aqui que eu construí tudo. Eu não consigo me ver fazendo outra coisa (Trabalhador do Setor de Ervas há 37 anos. Entrevista realizada em 27 de janeiro de 2022).

⁹⁴ Nome da entrevistada.

O cotidiano no Complexo do Ver-o-Peso também revelou que a feira transcende o lugar do trabalho como elemento constitutivo da economia urbana (Santos, 1979) e adquire valor de caráter existencial para os trabalhadores que a movimentam. Em campo, várias práticas sociais foram observadas que remetem a Da Matta (1997), ao elucidar que a feira é o espaço que unifica os mundos da casa e da rua, pois, embora possua um sistema de normas e intencionalidades distintas, permanece a fluidez da rua, do cotidiano, das relações de vizinhança e do ambiente doméstico. Isso foi observado em diferentes momentos, a exemplo de um feirante preparar seu almoço no cais da Doca do Ver-o-Peso em um dia de intenso movimento comercial e turístico na feira (Figura 65).

Figura 65 – Feirante preparando o almoço à beira da Doca do Ver-o-Peso



Fonte: Acervo da autora (2019).

Os dados apontam que a *ativação popular do patrimônio-territorial* se dá no dia a dia dos trabalhadores, cuja feira torna-se o lugar de referência do trabalho, da luta diária pela sobrevivência material, do lazer, da memória e das relações sociais que dão sentido à vida dos sujeitos que a mantêm.

Assim, a feira abriga um patrimônio (em movimento), um patrimônio que não representa apenas uma história passada, cristalizada em seus objetos espaciais ou práticas ditas folclóricas, mas um patrimônio que representa a origem e a duração dos sujeitos historicamente subalternizados pelo projeto de modernidade e suas contradições, assim

como a força e a luta desses sujeitos pelo direito de existir, diante dos processos atuais da urbanização contemporânea na área central de Belém, o que está na base da proposta do *patrimônio-territorial*.

Dessa forma, retomamos aqui a perspectiva de análise de Santos (2009), de que a ativação popular do patrimônio-territorial da feira também traz à tona a existência de uma *ecologia de saberes amazônicos em movimento*, do interconhecimento que vai de encontro ao *pensamento abissal* e conclama a validade e igualdade de poder das diferentes epistemologias existentes no mundo. O item a seguir analisa a territorialização da dinâmica social, econômica e cultural que potencializa a ativação desse patrimônio.

4.2 Cartografia da resistência popular – a dinâmica territorial de produção e comercialização dos elementos que constituem o patrimônio-territorial da Feira do Ver-o-Peso: Belém de frente para o rio

De acordo com Raffestin (1993), por meio da história é possível estudar os sistemas de representação ligados às classes que detinham o poder e, assim, revelar a natureza das diferentes dominações que pesaram sobre o mundo “sendo a cartografia moderna um importante instrumento de poder e ‘do poder’, por contribuir para modelar os comportamentos e expressar relações de poder” (Raffestin, 1993, p. 145).

Neste item, será apresentada a cartografia do atual sistema de representações espaciais que configura a ativação popular do patrimônio-territorial da Feira do Ver-o-Peso, a fim de compreender como se constitui a resistência (a duração) desse patrimônio, por meio da força dos sujeitos que historicamente estabelecem relações de uso e apropriação (com seus modos de ser e existir) desse território, diante dos processos hegemônicos de controle e dominação da área patrimonializada no Centro Histórico de Belém. Para tanto, será analisada a dinâmica social, comercial e cultural dos elementos que compõem o patrimônio-territorial da feira do Ver-o-Peso.

Fluxo social, comercial e cultural do patrimônio-territorial da feira

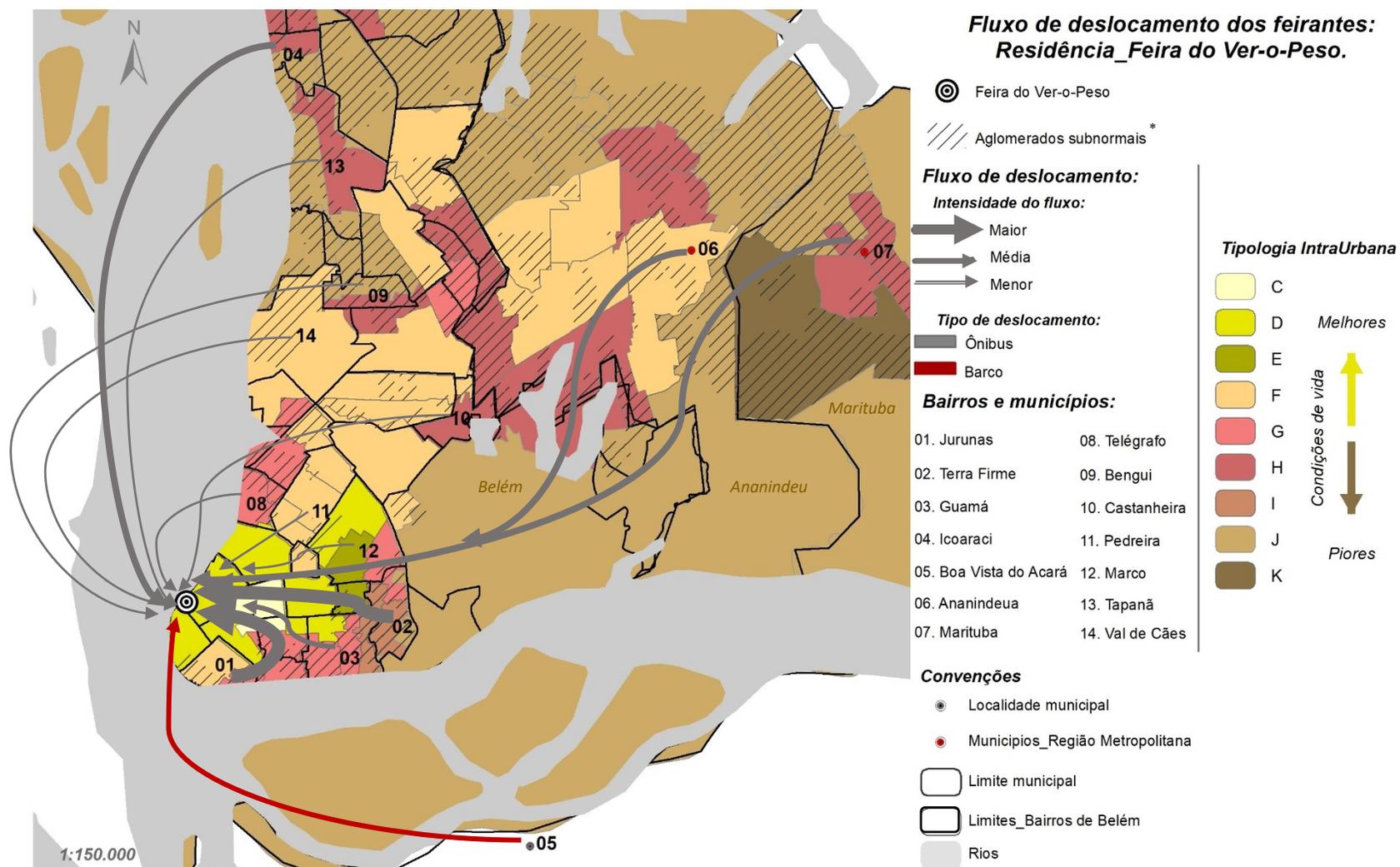
Segundo as lideranças, a centralidade econômica do Complexo do Ver-o-Peso, ao dinamizar diariamente mais de 5 mil trabalhadores e consumidores, mobiliza pessoas de diferentes bairros e regiões no entorno de Belém. Em campo, verificou-se que a maioria dos feirantes reside nas áreas periféricas e mais vulneráveis dos bairros: do Jurunas (21%) e Terra Firme (19%), mas também nos bairros do Guamá, Icoaraci e nos municípios do

Acará, Ananindeua e Marituba (7%, cada); Telégrafo, Bengui, Castanheira e Pedreira (5%, cada); Marco, Tapanã e Val-de-Cães (2%, cada).

Estudos do IBGE (2017) ratificam esses dados ao revelarem que nessas áreas há a maior concentração de aglomerados subnormais, assim como o predomínio de concentrações urbanas do tipo G ao K, conforme o cenário de tipologias intraurbanas.⁹⁵ O principal meio de deslocamento para feira ocorre de ônibus (85%) (Figura 66), cuja intensidade do fluxo de pessoas para esse ponto tradicional da cidade é mantida por 36% das 165 linhas de ônibus que circulam na Região Metropolitana de Belém.

⁹⁵ Trata-se de um Estudo publicado pelo IBGE (2017) intitulado “Tipologia intraurbana: espaços de diferenciação socioeconômica nas concentrações urbanas do Brasil”, o qual identifica as diferenças nas condições socioespaciais das áreas metropolitanas do País, com base em indicadores urbanos e socioeconômicos. As concentrações do tipo G: indica fortes oscilações nos indicadores de qualidade de vida dos moradores, e o tipo K: os piores índices, indicando alta concentração de pobreza.

Figura 66 – Fluxo de deslocamento dos feirantes da residência para a Feira do Ver-o-Peso e condições de moradia em Belém (PA)



* Aglomerado Subnormal é uma forma de ocupação irregular de terrenos de propriedade alheia – públicos ou privados – para fins de habitação em áreas urbanas e, em geral, caracterizados por um padrão urbanístico irregular, carência de serviços públicos essenciais e localização em áreas com restrição à ocupação (IBGE, 2020).

Fonte: Elaboração da autora com base nos dados obtidos em campo e em IBGE (2017; 2020; 2021).

Além do movimento regular dos setores, mercados e do comércio no entorno do Complexo, a dinâmica social da feira é demarcada por diferentes usos e agentes sociais que evidenciam a centralidade e a importância do Ver-o-Peso no cenário político-social e urbano da cidade. Entre outros, destacam-se usos e ações comumente realizados na feira, conforme apresentado no Quadro 11 e ilustrado pelas Figuras 67 a 77:

Quadro 11 – Usos e ações sociais realizados na Feira do Ver-o-Peso*

Usos e ações sociais na feira	Descrição
Ações de visibilidade política	- Evento político alusivo ao aniversário de 406 da fundação de Belém (12.01.2022), com a entrega de 1.680 equipamentos de trabalho aos feirantes; uma lancha aos agentes de segurança da área costeira da cidade; e assinatura de convênio entre o estado e o município, para reforma de cinco mercados e feiras de Belém (Mercado de Icoaraci, Mercado da Terra Firme, Complexo do Mercado da Pedreira (Casa do Bife), Mercado da Pedreira e Mercado do Guamá), com a presença do governador do estado do Pará e prefeito de Belém.
Atividade turística	- Movimento de turistas nacionais e internacionais promovido por agências locais de turismo.
Mobilidade urbana	- Fluxo intenso de trabalhadores entre os municípios de Barcarena e Belém, através do Terminal fluvial localizado na área da feira.
Ações culturais	- Realização de rodas de música na feira por grupos musicais independentes.
Moradia temporária	- Circulação intensa de pessoas usuárias de drogas, em situação de alta vulnerabilidade social, usando a área da feira como abrigo temporário.
Ações de publicidade e projeção patrimonial	- Cobertura de Imprensa por uma filiada da “Rede Globo” publicizando o movimento do Complexo do Ver-o-Peso e sua importância como referência cultural e socioeconômica para Amazônia.
Ações de extensão acadêmica	- Realização de atividades voltadas à educação ambiental com os feirantes. - Extensão acadêmica do curso de pós-graduação em Educação Ambiental da UFPA. - Realização de atividades voltadas à educação patrimonial e turismo participativo, envolvendo os feirantes como agentes patrimoniais. - Extensão acadêmica do curso de graduação em Geografia da UFPA (Roteiro Geoturístico “Do complexo do Ver-o-Peso ao Porto”).

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados obtidos em campo (2022).

Figura 67 – Evento do governo do estado e Prefeitura de Belém na Feira do Ver-o-Peso



Fonte: Acervo da autora (2022).

Figura 68 – Entrega de equipamentos aos feirantes pelo governo do estado na Feira do Ver-o-Peso



Fonte: Acervo da autora (2022).

Figura 69 – Terminal fluvial na Praça do Pescador ao lado da Feira do Ver-o-Peso



Fonte: Acervo da autora (2022).

Figura 70 – Fluxo de passageiros no Terminal fluvial ao lado da Feira do Ver-o-Peso



Fonte: Acervo da autora (2022).

Figura 71 – Turistas da cidade do Rio de Janeiro experimentando a cachaça de jambú na Feira Ver-o-Peso



Fonte: Acervo da autora (2022).

Figura 72 – Participação do Presidente do Instituto Ver-o-Peso no Roteiro Geoturístico, na Feira do Ver-o-Peso



Fonte: Acervo da autora (2022).

Figura 73 – Participação da erveira “Beth Cheirosinha” no Roteiro Geoturístico, na Feira do Ver-o-Peso



Fonte: Acervo da autora (2022).

Figura 74 – Freqüentadora da feira (em situação de rua) tomando banho e lavando roupa à beira do cais da Docca do Ver-o-Peso



Fonte: Acervo da autora (2022).

Figura 75 – Grupo musical independente tocando na Feira do Ver-o-Peso



Fonte: Acervo da autora (2022).

Figura 76 – Ação de extensão acadêmica do curso de pós-graduação em Educação Ambiental da UFPA, na Feira do Ver-o-Peso.



Fonte: Acervo da autora (2022).

Figura 77 – Imprensa filiada da Rede Globo entrevistando um trabalhador da feira caracterizado de “urubu”, no dia do aniversário do Ver-o-Peso



Fonte: Acervo da autora (2022).

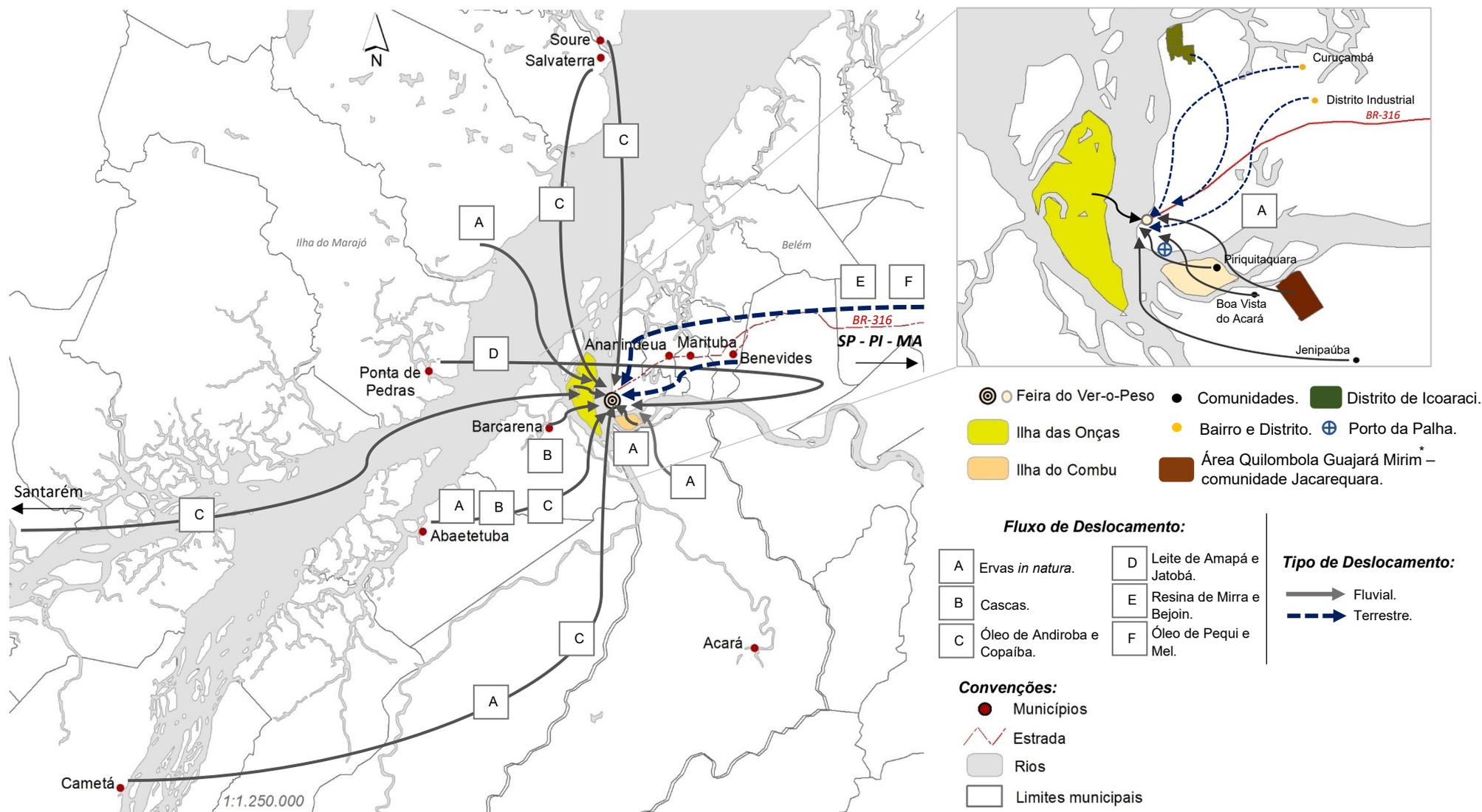
No que diz respeito à dinâmica de produção e comercialização dos elementos, Raffestin (1993, p. 150) nos lembra que “toda prática espacial, induzida por um conjunto de sistemas de ações ou comportamentos, se traduz por uma produção territorial”, tecida por diferentes atores (desde o Estado ao indivíduo) que imprimem no espaço um *sistema territorial* formado por *malhas, nós e redes*, sendo as representações espaciais “a imagem” das relações de produção e conseqüentemente as relações de poder. À luz de Raffestin (1993), nota-se o poder da centralidade histórica da feira, o qual permanece dinamizando um sistema territorial conduzido por um conjunto de relações e interações sociais, comerciais e culturais entre diferentes “nós” que conectam as áreas rurais e ribeirinhas, assim como as diversas regiões do Pará e outros estados brasileiros ao movimento urbano da cidade.

Partindo dos elementos investigados, constatou-se que a produção dos elementos comercializados dinamiza principalmente as áreas rurais e insulares de Belém e regiões do entorno e, em menor intensidade, as áreas rurais e periféricas da “Grande Belém”,⁹⁶ sendo o deslocamento fluvial a via principal (e tradicional) de distribuição para feira, através do Porto da Palha, do cais da Feira do Açaí, do Terminal Hidroviário de Belém, Porto do Arapari e Porto do Sal.

No *Setor de Ervas Medicinais*, a maioria das ervas *in natura* vem da Ilha das Onças, região do Marajó e municípios de Cametá, Abaetetuba e Acará. A rota pelo Acará por via fluvial é considerada tradicional, seguindo do Porto da Palha – Rua Padre Eutíquio – Feira do Ver-o-Peso. O cultivo das ervas nessas regiões é secular e são fornecidas pelos pequenos extrativistas e/ou agricultores (com destaque para as comunidades de Boa Vista do Acará, Piriquitaquara, Jenipaúba e quilombolas de Jacarequara). Outra rota que abastece o setor vem da Região Metropolitana de Belém (via BR-316). Essa produção é cultivada em quintais e/ou canteiros públicos de Belém (no bairro do Curuçambá, Distrito Industrial e Distrito de Icoaraci) e municípios de Ananindeua, Marituba e Benevides (Figura 77). As *casca*s vêm de Barcarena, Icoaraci e Abaetetuba; os *óleos de Andiroba e copaíba* vêm de Abaetetuba, Cametá, Soure e Salvaterra (Marajó) e Santarém; os *leites de Amapá e jatobá* vêm de Ponta de Pedras (Marajó); as *resinas de Mirra e Bejoin* vêm de São Paulo; e o *óleo de Pequi e mel* vem de Piauí e Maranhão. O deslocamento da maioria dos produtos ocorre por via fluvial (Figura 78).

⁹⁶ Corresponde à Região Metropolitana de Belém (formada pelos municípios de Belém, Ananindeua, Benevides, Castanhal, Marituba, Santa Bárbara do Pará e Santa Isabel do Pará), pela Lei Complementar 14 de 1973, alterada pelas Leis Complementares 27/1995, 72/2009 e 76/2011 (IBGE, 2020).

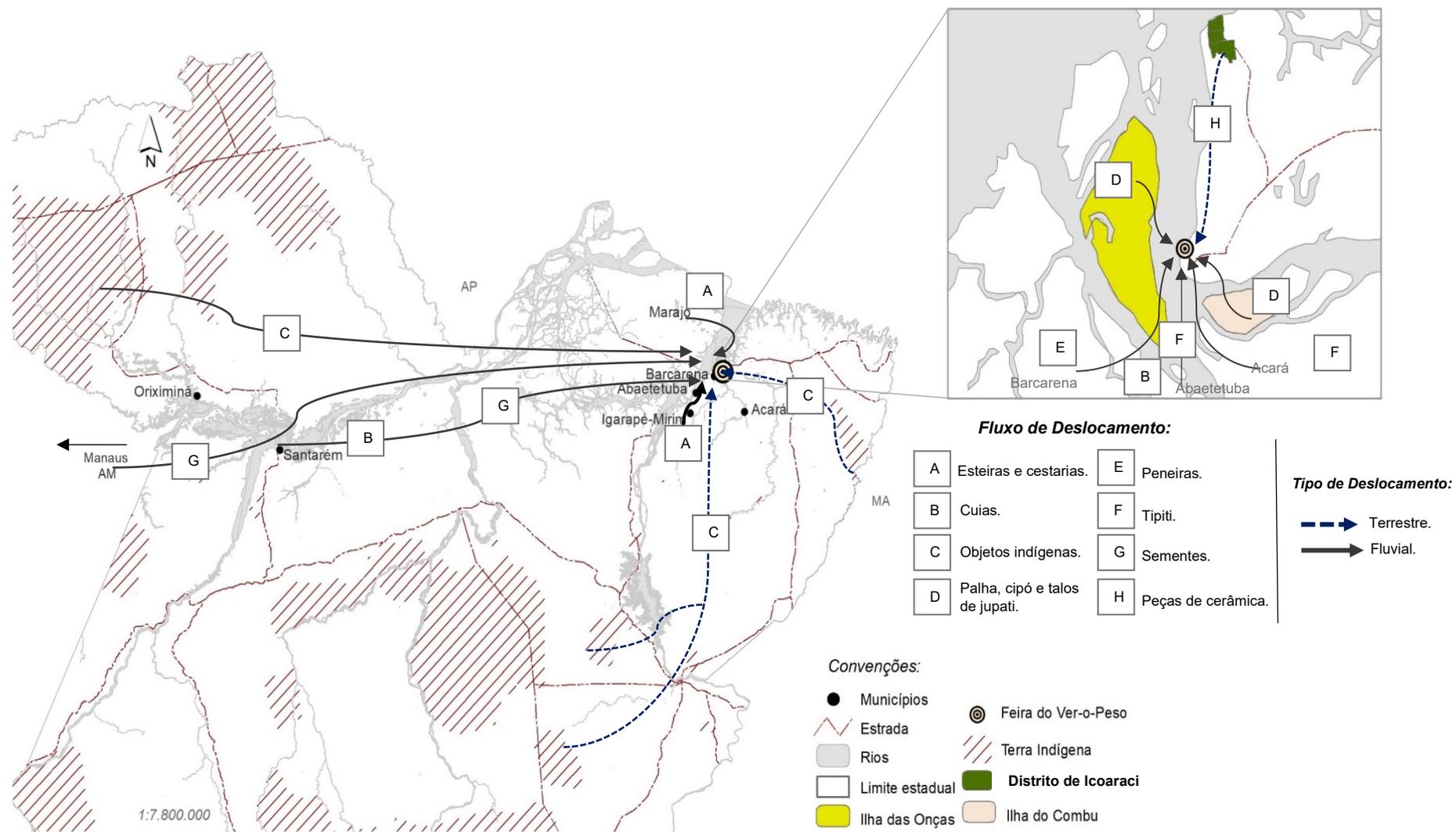
Figura 78 – Dinâmica territorial de produção e comercialização de produtos para o Setor de Ervas Medicinais na Feira do Ver-o-Peso



* A comunidade quilombola de Guajará Mirim foi titulada em 2002 pelo Instituto de Terras do Pará (Iterpa) e está localizada no município de Acará, região do Baixo Acará, nordeste do estado do Pará. É formada pelas comunidades: Jacarequara, Espírito Santo, Carananduba, Itancoã, Monte Alegre, São Pedro, Boa Vista, São Miguel, Santa Maria, Paraíso, Itaporama e Taperá (Iterpa, 2009).

Fonte: Elaboração da autora com base nos dados obtidos em campo (2023) e em IBGE (2010). As imagens são do acervo da autora (2022).

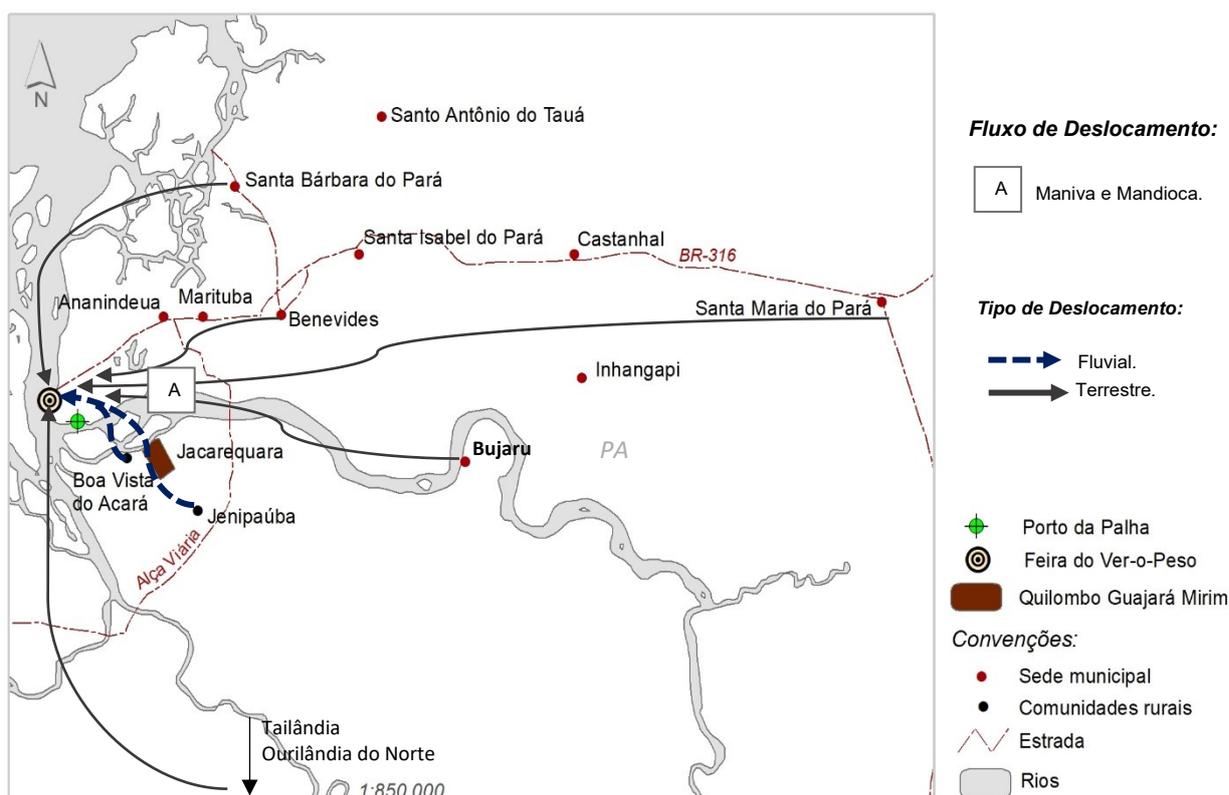
Figura 80 – Dinâmica territorial de produção e comercialização de produtos ao Setor de Artesanato na Feira do Ver-o-Peso



Fonte: Elaboração da autora com base nos dados obtidos em campo (2023) e em IBGE (2010).

No *Setor de Maniva e Tucupi*, os principais fornecedores de mandioca e maniva para o Ver-o-Peso são os pequenos produtores do município de Acará (com destaque para a comunidade quilombola de Jacarequara, Boa Vista do Acará e Rio Jenipaúba), cuja rota tradicional é por via fluvial (Porto da Palha – Ver-o-Peso). O abastecimento também ocorre por via rodoviária (BR-316), pelos municípios de Santa Maria do Pará, Benevides, Santa Bárbara, Tailândia, Bujaru, Ourilândia do Norte e outros (Figura 81).

Figura 81 – Dinâmica territorial de produção e comercialização de produtos ao Setor de Maniva e Tucupi na Feira do Ver-o-Peso



Fonte: Elaboração da autora com base nos dados obtidos em campo (2023) e em IBGE (2010).

Quanto à comercialização na feira, constatou-se que a venda de produtos para *defumações, banhos e ervas in natura* é predominantemente voltada para o mercado local (*moradores*) e aumenta nos finais de semana (quinta/sexta), nos meses de junho (festas de São João) e dezembro (Natal e Ano-Novo), para o uso em rituais de “limpeza espiritual” e “atração de sorte”, segundo os entrevistados. As *cuias, o tucupi e os produtos em palha e miriti* (esteiras, chapéus, cestarias e peneiras) ganham destaque de venda no mês de junho (período das festas juninas) em virtude da tradição do uso de produtos artesanais para ornamentação das festas, para servir e preparar alimentos típicos. Esse período aquece o mercado local da Grande Belém.

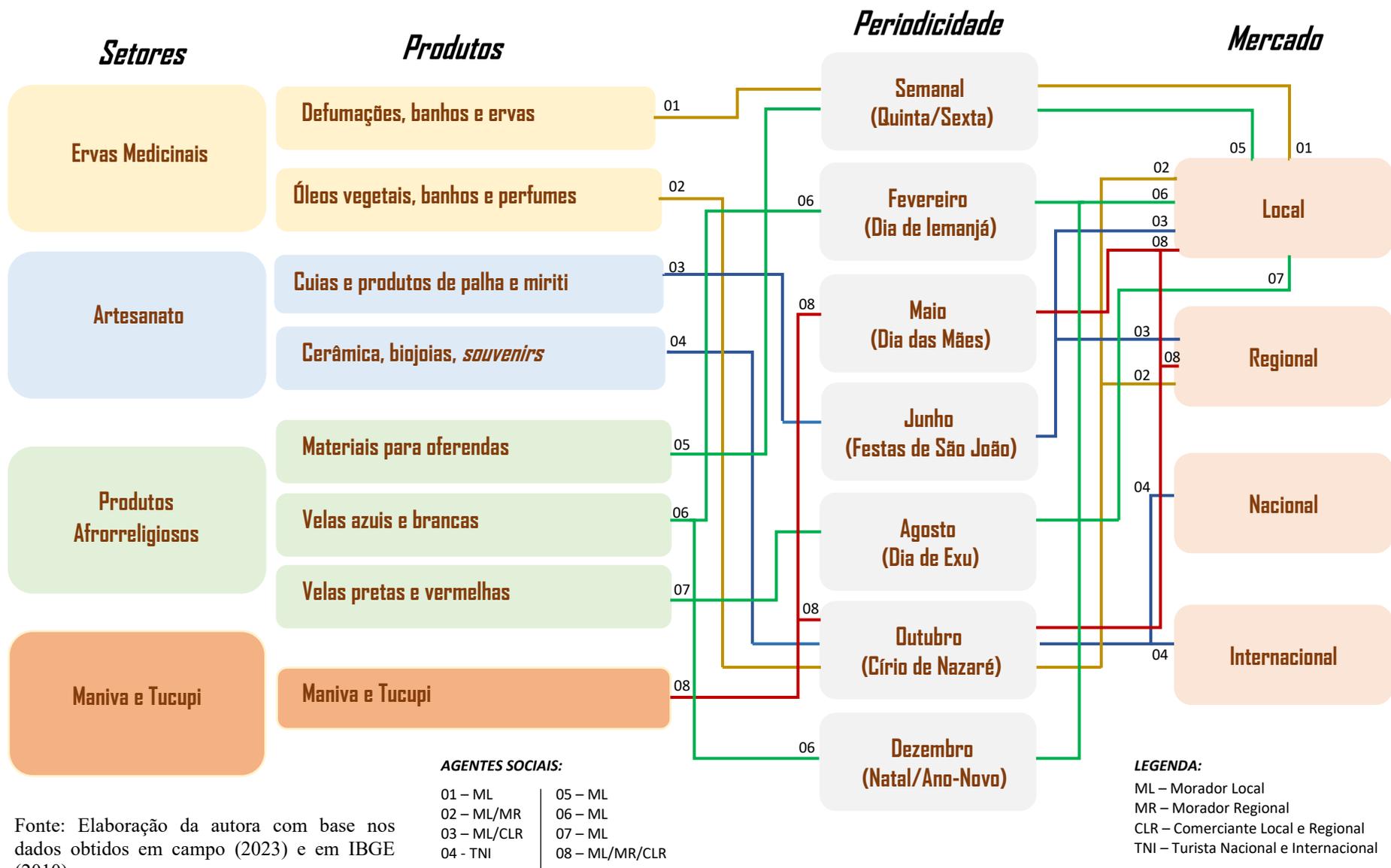
A comercialização dos produtos afroreligiosos intensifica-se especialmente em períodos de comemoração das Festas de Santos e Orixás. Os materiais utilizados para oferendas (alguidar, potes, canecas e pratos de barro, cachaça, velas e imagens) ganham destaque nos finais de semana e, de acordo com cada momento, aumenta a venda de velas e imagens, por exemplo: do mês de fevereiro e dezembro (Dia de Iemanjá) – *velas azuis e brancas*; e agosto (Dia do Exu “Tranca Rua”) – *velas pretas e vermelhas*.

O comércio de *maniva e o tucupi* é intenso no mês de maio (Dia das Mães) e outubro (Círio de Nazaré), em razão da cultura social de preparar comidas típicas nesse período. Ressalta-se que, no momento do Círio de Nazaré (outubro), a comercialização de todos os elementos aumenta significativamente, destacando-se os seguintes: *os óleos vegetais, perfumes e banhos* são muito procurados pelos moradores locais e de outras regiões do estado; e *os materiais indígenas e o artesanato* (biojoias, cerâmica, *souvernirs*, artesanato etc.) pelos turistas em geral.

Nota-se, portanto, que a dinâmica comercial dos produtos intensifica-se ao longo do ano em função do valor cultural dos elementos (na culinária, no uso doméstico, em ornamentações e rituais de cunho religioso), aquecendo principalmente o mercado local e regional. O incremento das vendas no mercado nacional e internacional ocorre especialmente no período das celebrações religiosas do Círio de Nazaré, pelo fato de atrair mais de dois milhões de habitantes para cidade, nas duas primeiras semanas do mês de outubro, segundo as fontes jornalísticas locais.

A Figura 82 sintetiza o fluxo comercial, social e cultural dos elementos que configuram o patrimônio-territorial da feira e sua ativação pelos sujeitos protagonistas na duração desse patrimônio. Por meio de um fluxograma, a Figura 82 apresenta a dinâmica espacial e temporal dos elementos, partindo dos respectivos setores da feira até o consumidor final, representado pelos moradores locais ou de outras regiões, turistas e comerciantes locais e regionais, nas escalas: local, regional, nacional e internacional. Mostra também a periodicidade da comercialização, *destacando o fluxo de maior intensidade*, entre as escalas: semanal (quinta e sexta) e mensal, conforme períodos comemorativos específicos, como: fevereiro e agosto (festas de Santos e Orixás); maio (Dia das Mães); junho (festas de São João); outubro (Círio de Nazaré); e dezembro (Natal e Ano-Novo).

Figura 82 – Fluxograma da dinâmica de comercialização de produtos da Feira do Ver-o-Peso para o mercado consumidor em Belém (PA)



Analisando os dados apresentados anteriormente, retoma-se aqui a ideia de *sistema territorial*, onde uma malha ou um conjunto de malhas delimita *um campo de ação* materializado por *uma rede ou redes* que conectam *nós* (locais de referência ou locais de poder), e “toda rede é uma imagem do poder” dinamizada por territorialidades que refletem “a multidimensionalidade do ‘vivido’ territorial pelos membros de uma coletividade... por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas” (Raffestin, 1993, p. 157-159).

Nesta pesquisa, no que diz respeito aos elementos estudados, constatou-se que o sistema territorial articulado pela centralidade da Feira do Ver-o-Peso é movido por relações produtivistas e existenciais, uma vez que esses elementos possuem destaque na economia da capital, cuja demanda de produção e circulação é cada vez maior na rede urbana de Belém e se espraia pelas redes comerciais de escala regional, nacional e internacional, garantindo o abastecimento público em feiras, pequenos pontos comerciais, redes de supermercados e restaurantes, além do mercado turístico (Capítulo 3).

Ao mesmo tempo, no movimento da cadeia produtiva dos elementos, Raffestin (1993, p. 200) assinala que:

[...] em todo transporte há circulação e comunicação simultaneamente. Os homens ou os bens que circulam são portadores de uma informação e, assim, “comunicam” alguma coisa. Da mesma forma, a informação comunicada é, ao mesmo tempo, um bem que circula.

Essa perspectiva de análise reforça a ideia de duração do *patrimônio-territorial da feira*, pela *ativação popular* (Costa, 2016; 2021), pois, mediante a circulação dos objetos investigados, os sujeitos amazônidas que produzem e comercializam tais elementos se articulam e mantêm uma dinâmica cultural historicamente construída por meio de suas histórias de vida, sociabilidades, relações de troca, saberes e fazeres repassados há gerações, que lhes conferem sentido de existência perante os processos modernizantes.

A seguir, o item 4.3 apresentará possíveis riscos à manutenção do patrimônio-territorial da feira em face dos processos urbanos e da patrimonialização.

4.3 Possíveis riscos ao patrimônio-territorial da Feira do Ver-o-Peso perante a urbanização e a patrimonialização global

Dada a complexidade dos processos da urbanização contemporânea na área central de Belém (Capítulo 1), a pesquisa identificou alguns indícios que possivelmente sinalizam riscos ao patrimônio-territorial da Feira do Ver-o-Peso diante das contradições dos processos urbanos, referentes ou não à patrimonialização e ao turismo no Centro Histórico da cidade de Belém.

Estudos de Costa (2018) em sítios institucionalizados como Patrimônio da Humanidade na América Latina e no Caribe revelaram riscos, vulnerabilidades e potenciais de preservação desses sítios. Segundo o autor, *as vulnerabilidades* estão relacionadas à urbanização e à produção política dos riscos, os quais ele sintetizou no Quadro 12.

Quadro 12 – Descrição de vulnerabilidades em sítios institucionalizados como Patrimônio da Humanidade na América Latina e no Caribe

Indicadores de vulnerabilidade	Descrição
Socioeconômicos	Pobreza y desorganización comunitaria
Político-institucionales	Centralización del poder y obsolescencia de instituciones
Cultural-educativas	Estigmas y estereótipos, conductores de comportamientos
Ecológico-ideológicas	Concepción y vivencia en el territorio
Técnico-informacionales	Sectorización excluyente de tecnologías e información
Desastres geofísicos y climatológicos	Terromotos, tormentas, inundaciones, sequias e temperaturas extremas

Fonte: Elaborado pela autora com base em Costa (2018, p. 9-10).

Os *riscos e os potenciais de preservação* foram apresentados em um quadro-síntese com indicadores de riscos relativos ao comércio; ao estigma espacial; à favelização; aos desastres, catástrofes e acidentes; ao desenvolvimento de infraestrutura; e aos problemas de caráter afetivo, jurídico e de gestão. As *potencialidades*, por sua vez, foram relacionadas ao espaço público; ao uso residencial; ao acesso, mobilização e mobilidade; às festas populares localizadas, à conexão com o patrimônio-territorial; à sensibilização patrimonial (educação e cultura); e aos estudos científicos crítico-propositivos (Costa, 2018).

Nessa perspectiva, levando em consideração a percepção dos sujeitos (os feirantes) que ativam a feira, este item apresenta no Quadro 13 uma síntese de indicadores que sinalizam riscos aos elementos e práticas culturais que configuram o patrimônio-territorial do Ver-o-Peso.

Quadro 13 – Indicadores de riscos ao patrimônio-territorial da Feira do Ver-o-Peso

	Indicadores de riscos	Efeitos
<i>Urbanização</i>	Modernização e racionalização dos espaços da feira	- Redução drástica dos espaços de comercialização dos produtos, limitando o estoque de mercadoria e a consequente redução nos rendimentos dos feirantes, em razão da setorização da feira. Ex.: Antes da primeira reforma (1968), o estoque de cerâmica utilitária ocupava uma área extensa da feira (Figura 83).
	Crescimento urbano desordenado da capital	- Redução das áreas verdes, provocando a extinção de várias plantas medicinais no Setor de Ervas, como: carucaá, malva-rosa, pruma, barba de velho, erva pombinho, pelegum, cordão de São Francisco e cumacá, em razão da rodoviarização (uso de automóveis, asfaltamento das ruas) e adensamento populacional desordenado (desaparecimento de canteiros e quintais). - Redução cada vez maior do número de olarias instaladas em fundo de quintal e das reservas naturais de argila no Distrito de Icoaraci, impactando o tradicional Ofício de ceramista no Distrito (principal fornecedor de cerâmica do Ver-o-Peso), em função da ampliação de assentamentos precários em áreas de preservação ambiental e o desaparecimento de quintais nas moradias.
<i>Modernização dos padrões de consumo</i>	Mudança no estilo de vida e hábitos de consumo	- Redução do uso tradicional de cuias para o consumo de alimentos e a consequente redução na venda desse utensílio artesanal, em virtude da popularização do uso de descartáveis nas festividades, como a “Quadra Junina”.
		- Redução das formas tradicionais de uso dos remédios artesanais, diante da indústria farmacêutica. - Redução no uso da cerâmica utilitária, em face do uso de utensílios plásticos, alumínio e inox.
		- Desvalorização dos usos tradicionais. - Redução das vendas, com a concorrência desleal com as redes de supermercados. - Desinteresse das famílias na transmissão dos saberes aos mais jovens.
<i>Patrimonialização e Turistificação</i>	Planejamento urbano estratégico voltado ao turismo e à espetacularização dos usos, fazeres e saberes populares	- Plano de requalificação urbana da Feira voltado ao mercado turístico, desconsiderando o uso popular da feira.
		- Crescimento da produção industrial do tucupi e da maniva, impactando a comercialização da produção artesanal da feira, em razão da valorização e disseminação da culinária local no circuito internacional do turismo.
		- Redução e/ou abandono de ofícios tradicionais (como a venda de castanhas e farinha) pela produção e comercialização de cachaça de jambú, em função da valorização do produto pelo mercado/ movimento turístico da feira.
		- Espetacularização dos elementos típicos da feira atrelada ao turismo, promoveu a inserção de elementos culturais externos à cultura amazônica, a exemplo das cachaças de jambú (com bonecas agarradas à garrafa, em posição obscena, imitando os produtos das feiras do nordeste) e as essências amazônicas, com nomes obscenos, visando atrair a curiosidade do turista.

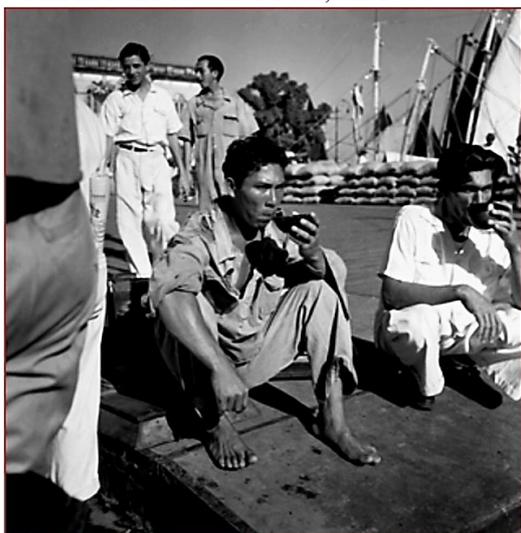
Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados obtidos em campo (2022).

O Quadro 13 aponta que o patrimônio-territorial da feira do Ver-o-Peso vem sofrendo riscos relacionados aos processos de modernização da cidade e das políticas de requalificação urbana alinhadas à patrimonialização e ao turismo, provocando a redução da oferta de alguns produtos tradicionais; a racionalização dos espaços de exposição; além de transformações drásticas *nos modos de uso e fazer* dos sujeitos e suas práticas sociais e culturais.

No que tange à modernização dos hábitos e padrões de consumo, destaca-se o impacto desse processo na produção e comercialização *das cuias*. De acordo com um dos produtores e comerciantes de cuias (há 48 anos na feira), a “mudança nos hábitos de consumo da população da capital, que passou a utilizar mais copos descartáveis para servir mingau nas festas juninas”, vem impactando a tradição do uso desse elemento cultural (Figura 83). Esse fato provocou a redução drástica da comercialização desse produto na feira, que segundo o entrevistado chegava a vender um milheiro por dia na época de São João (há 30 anos) e hoje a venda caiu pela metade nessa época.

O mesmo ocorre com a comercialização da cerâmica utilitária, cuja demanda no mercado local era intensa até a década de 1950 e chegava a ocupar boa parte do espaço da feira (Figura 84). No entanto, com a inserção de utensílios modernos, a venda reduziu consideravelmente (Figura 85) e novos produtos ganharam visibilidade, a exemplo do artesanato marajoara (Figura 86).

Figura 83 – Feirantes bebendo mingau na cuia na Feira do Ver-o-Peso, em 1948



Fonte: Registro de Pierre Verger. Projeto Laboratório Virtual – FAU, ITEC-UFPA 2022. Disponível em: <https://fauufpa.org/2012/06/04/belem-do-para-por-pierre-verger-1948/>

Figura 84 – Exposição de cerâmica utilitária na Feira do Ver-o-Peso, em 1948



Fonte: Registro de Pierre Verger. Projeto Laboratório Virtual – FAU, ITEC-UFPA 2022. Disponível em: <https://fauufpa.org/2012/06/04/belem-do-para-por-pierre-verger-1948/>

Figura 85 – Setor de Artesanato na Feira do Ver-o-Peso



Fonte: Acervo da autora (2020).

Figura 86 – Setor de Artesanato na Feira do Ver-o-Peso



Fonte: Acervo da autora (2020).

Com relação à atividade turística, Costa (2018, p. 16) também identificou que o turismo se configura como um risco em algumas cidades da América Latina, “devido a práticas masificadas y banalizadoras del territorio y de las tradiciones, además de favorecer intervenciones urbanas y de modelo globalizado inductor de gentrificación puntual, sobre todo con capital internacional”. No caso da Feira do Ver-o-Peso, alguns fatos foram observados nesse sentido.

Segundo entrevistas no *Setor de Merceria*, há sete anos iniciaram-se a produção e comercialização de cachaça de jambú (e de frutas amazônicas) na feira, por meio de uma família que possui uma barraca de castanha do Pará (Figura 87). Em razão da intensa procura de cachaça regional pelos turistas, vários feirantes passaram a produzir e vender esse produto (Figura 88), abandonando o ofício anterior, como vendedor de castanha, de hortifrutigranjeiro e de miúdos salgados.

Figura 87 – Casal vendedor de castanha na Feira do Ver-o-Peso



Fonte: Acervo da autora (2020).

Figura 88 – Feirante produzindo cachaça de jambú na Feira do Ver-o-Peso



Fonte: Acervo da autora (2020).

Por essa razão, é comum o destaque a esse elemento em diversos setores da feira (Figura 89). Além disso, seguindo o marketing dos produtos nordestinos, os feirantes passaram a introduzir adereços (de apelo sexual) visando dar maior visibilidade à oferta e atrair a atenção da clientela (Figura 90).

Figura 89 – Barraca de cachaças regionais na Feira do Ver-o-Peso



Fonte: Acervo da autora (2022).

Figura 90 – Exposição de cachaças regionais na Feira do Ver-o-Peso



Fonte: Acervo da autora (2022).

O mesmo ocorre com os perfumes artesanais no *Setor de Ervas Medicinais*, com a inserção de “nomes obscenos” pelos feirantes, visando atrair a curiosidade dos turistas (Figura 91). De acordo com um dos entrevistados (há 34 anos na feira), o turista leva o produto visualizando a excentricidade da embalagem, mas o conteúdo é tradicional. Ele, inclusive, ressalta que tais produtos são mais vendidos do que os de nome tradicional

(como o “chega-te a mim” ou o “chora nos meus pés”), chegando a vender 200 unidades por dia em período de grande movimento turístico.

Figura 91 – Exposição de perfumes regionais na Feira do Ver-o-Peso



Fonte: Acervo da autora (2022).

A visão do entrevistado é contestada pela “sua vizinha” no Setor de Ervas (há 44 anos na feira), o que demonstra uma preocupação com a preservação dos *fazeres tradicionais* por parte de alguns feirantes. Segundo a erveira:

O Ver-o-Peso não tem mais aquele valor que ele tinha: das erveiras que vendiam ervas mesmo, como o “chega-te a mim”, o “chora nos meus pés”. Hoje, esses novatos não respeitam os mais antigos. Olha! Têm uns perfumes aqui que eu nunca ouvi falar na minha vida, com uns nomes horríveis. Pra mim que sou antiga, eu acho uma falta de respeito com os clientes. Eu sinto vergonha! Até hoje eu não sei por que cada dia o povo vem com uns nomes imoral, entende? Coisa ridícula! Eles enganam as pessoas e isso faz o nosso trabalho perder o valor (Trabalhadora do Setor de Ervas. Entrevista realizada em 14 de janeiro de 2022).

No que diz respeito à urbanização, em virtude da aceleração da industrialização do Brasil nas décadas de 1950/1960/1970, a cidade de Belém sofreu um intenso processo de expansão e racionalização do espaço urbano (Cardoso; Ventura Neto, 2013). Nesse contexto, houve a primeira reforma do Complexo do Ver-o-Peso (1968), a qual estruturou e padronizou a feira, reduzindo radicalmente os espaços de comercialização para atender à crescente demanda por abastecimento de alimentos (Lima, 2008).

Somando-se às reformas empreendidas nas décadas posteriores (1985/2002) e às políticas patrimoniais voltadas ao turismo, o campo revelou que os feirantes reivindicam

a necessidade de preservação desse lugar de pertencimento diante das *possíveis ameaças de descaracterizá-la como feira popular, em prol de interesses dominantes* (discutido no item 1.4). Os entrevistados evidenciaram a luta que precisaram travar contra o poder público municipal durante a gestão do então Prefeito Zenaldo Coutinho (2013-2017), em virtude do projeto apresentado de requalificação urbana da Feira do Ver-o-Peso.

Conforme as principais lideranças, os trabalhadores não participaram da concepção do projeto. Por esse motivo, a proposta não contemplou as reais necessidades dos feirantes, como a ampliação dos boxes, a melhoria do sistema de saneamento (abastecimento de água e coleta de lixo), inclusão de novos setores, estudos de eficiência da estrutura dos boxes (considerando o clima local), entre outros. Além disso, a proposta visava a redistribuição dos setores para atender as atividades turísticas (como o Setor de Refeições ser contíguo a uma área de lazer, em detrimento do uso cotidiano dos trabalhadores). Por tais razões, os feirantes reuniram 400 assinaturas e em virtude das inconsistências técnicas, o projeto foi embargado pelo Ministério Público Federal do Pará. Alguns relatos a seguir constatarem esse fato:

Foi levantado milhões pra fazer a reforma do Ver-o-Peso no tempo do Zenaldo. Mas ele achou de querer aqui um prédio tipo em Dubai! Mas o cliente não quer ver uma coisa assim tão lá em cima. Pra que fazer assim, se o cara já está acostumado com essa feira? Ela já é conhecida no exterior desse jeito e todo mundo que chega aqui diz: eu quero ir lá no Ver-o-Peso. Precisa sim, melhorar a segurança, a limpeza, organizar os setores, qualificar os feirantes (Trabalhador do Setor de Maniva há 43 anos. Entrevista realizada em 24 de janeiro de 2022).

Houve um tempo que todos os feirantes ficaram com medo, porque a gente achava que queriam tirar a gente e jogar pra outro canto, porque o governo ia fazer uma reforma. Mas um líder nosso lutou de “cara” e não deixou que mudassem, porque pra nós esse dito governante era mal-intencionado. A gente vê que: todo governante que diz que vai fazer uma reforma, joga os feirantes onde ele acha que é melhor e quando a gente vai ver, a feira virou um estacionamento, ou uma praça. E esse era o grande risco e medo que nós feirantes tínhamos (Trabalhador do Setor de Ervas há 34 anos. Entrevista realizada em 27 de janeiro de 2022).

Nos estudos de Costa (2018), a atividade turística também é observada como *potencial de preservação*, uma vez que, em um dos sítios, o fenômeno turístico começa a gerar transformações no uso do solo urbano, a partir da apropriação popular do centro, sem perverter o sentido memorial de seus bens.

Também identificamos esse ponto de vista na percepção das lideranças ao ressaltarem que *não são contra a reforma, tampouco negam a importância do turismo para feira*. Contudo, entendem que *os trabalhadores são o coração do Ver-o-Peso*, no

sentido de darem vida (movimento) à feira e, dessa maneira, é fundamental que sejam incluídos nos processos decisórios.

Para eles, o potencial turístico do Ver-o-Peso deve ser explorado levando em consideração o uso popular, *que é a “alma” desse lugar*. As lideranças enfatizaram a necessidade de o poder público cuidar do *uso cotidiano* da feira, no sentido de investir: na segurança; na manutenção dos equipamentos; na ampliação das barracas; na limpeza pública; na qualificação dos feirantes; em turismo fluvial (quebrando o monopólio da única agência de turismo presente no Complexo da Estação das Docas); e, principalmente, promover ações culturais que deem maior visibilidade à feira, pois o lugar e sua dinâmica secular já têm seu próprio valor.

Tal percepção evidencia *a ativação popular do patrimônio-territorial* do Ver-o-Peso não só na manutenção dos elementos investigados na pesquisa, mas também *na duração do caráter popular da feira* como um todo, diante dos riscos relativos às contradições socioespaciais da urbanização contemporânea.

A feira do Ver-o-Peso ainda resiste como *feira popular*, tal como assinalam alguns autores, ao defini-la como local que abriga as relações de vizinhança entre feirante e clientela; grupos sociais da mesma classe compartilhando os mesmos valores e códigos de postura; e a resistência à racionalidade moderna imposta ao lugar (Mascarenhas, 1992; Da Matta, 1997; Minnaert, 2008; Guimarães, 2010; Nogueira 2015), consagrando suas potencialidades e singularidades.

Conforme os referidos autores, esses são fatores comuns em feiras populares e foram detectados na manutenção das práticas sociais e culturais de origem indígena e cabocla observadas em campo, como: a exposição ao ar livre das especiarias amazônicas (Figura 92); a extração *in natura* de castanhas (Figura 93); a produção artesanal de remédios (Figura 94); o uso de técnicas e ferramentas rudimentares na produção de elementos típicos; a exposição de gêneros alimentícios a retalho; a comercialização do tradicional açaí com peixe frito; e a venda de sementes de frutas amazônicas, a exemplo de Seu José (Figura 95), no Ver-o-Peso há 50 anos, trabalhando pela *conservação da diversidade das frutas*, que segundo ele estão ficando cada vez mais raras nas feiras de Belém: como o uxi, o tucumã etc.

Figura 92 – Exposição de especiarias regionais na Feira do Ver-o-Peso



Fonte: Acervo da autora (2020).

Figura 93 – Extração de castanha do Pará na Feira do Ver-o-Peso



Fonte: Acervo da autora (2022).

Figura 94 – Produção artesanal de remédio na Feira do Ver-o-Peso



Fonte: Acervo da autora (2022).

Figura 95 – Vendedor de sementes de frutas regionais na Feira do Ver-o-Peso



Fonte: Acervo da autora (2022).

4.4 Considerações do capítulo: Uma proposta metodológica desde o patrimônio-territorial

Neste capítulo, tratamos de analisar a duração do patrimônio-territorial da Feira do Ver-o-Peso (apresentado no Capítulo 3), a partir *da ativação popular dos sujeitos* protagonistas da dinâmica territorial que sustenta esse patrimônio há séculos (Capítulo 2). Ao mesmo tempo, dada a complexidade dos processos urbanos contemporâneos na área que compreende a feira, especialmente os processos relacionados à *patrimonialização global* (Capítulo 1), identificamos alguns indicadores que sinalizam riscos à preservação dos elementos e das práticas culturais populares, que fazem da Feira do Ver-o-Peso um *patrimônio-territorial* diante dos processos urbanos em curso.

Empiricamente, foi possível identificar que a maioria dos feirantes entrevistados representa a terceira e a quarta gerações da família trabalhando na feira. Embora mais de 50% deles tenham nascido em Belém, todos são descendentes da população cabocla originada no seio da formação territorial da Amazônia nas áreas rurais e ribeirinhas, a exemplo das ilhas e comunidades: do Marajó, Combu, Ilha das Onças e dos municípios do Acará, Abaetetuba e Cametá.

Trata-se de grupos sociais que, à luz de Costa (2016), “são historicamente subalternizados pelos processos coloniais da formação territorial latino-americana e pelos fenômenos urbanos contemporâneos”. Esse fato foi constatado ao observarmos o perfil social dos feirantes que, pelo histórico de carência socioeconômica e de oportunidade de acesso à educação, têm a feira como principal fonte de renda familiar.

Além disso, detectamos que a dinâmica de deslocamento diário dos feirantes mantém ativa a conectividade entre centro-periferia, onde a localização de suas moradias revela a segregação socioespacial da cidade ocasionada pela urbanização desigual do País (Trindade Jr., 2000), impondo a esses grupos condições de pobreza e baixa qualidade de vida (Figura 65). Por outro lado, esses sujeitos se reconhecem guardiões dos conhecimentos tradicionais de seus antepassados com a manutenção da dinâmica secular de produção e comercialização dos elementos, que lhes assegura a sobrevivência material, mas, sobretudo, confere-lhes o sentido de existência e identidade cultural.

Essa constatação ratifica a ideia de Canclini (1987) ao assinalar que as feiras e mercados abrigam a cultura popular como representação de grupos sociais em situação de subalternidade e uma identidade compartilhada por interesses e vivências comuns da vida cotidiana.

Assim, é pela dimensão histórica e existencial dos sujeitos que o patrimônio territorial da Feira do Ver-o-Peso resguarda a cultura popular amazônica, de forma difusa (e aparentemente silenciosa), nos ditos, gestos, expressões, modos e símbolos territoriais, ou localizada em ações grupais de enfrentamento (Chauí, 1986), aproximando-se da leitura de território como forma de r-existência (Gonçalves, 2001), tal como Cruz (2006, p. 65) expressa:

[...] como força de r-existência das populações tradicionais ou movimentos sociais que lutam não só para resistir contra os que exploram, dominam e estigmatizam essas populações, mas também por uma determinada forma de existência, um determinado modo de vida e de produção, por diferenciados modos de sentir, agir e pensar.

Logo, estamos diante de um território que se afirma por relações de apropriação cultural da *prática-subalterna* (Haesbaert, 2021), que se mantém há séculos na área central de Belém, como dimensão da vida cotidiana, condição da própria existência dos sujeitos como “testigo y esperanza popular de la duración o resistencia política, económica y cultural, frente a los poderes instituidos en el condicionamiento del territorio” (Costa, 2021, p. 15).

É, também, reconhecê-lo como base da *interculturalidade* em movimento, como espaço fronteiriço de relação e negociação, onde se “construyen y emergen nuevas estrategias, expresiones, iniciativas, sentidos y prácticas [inter] culturales que desafían la homogeneidad, el control cultural, y la hegemonía de la cultura dominante” (Walsh, 2005, p. 9).

No entanto, o *patrimônio-territorial* da Feira do Ver-o-Peso vem sofrendo riscos relacionados à urbanização entre eles destacam-se “a redução radical das demandas de produção e de comercialização de alguns elementos tradicionais na feira, como a cerâmica utilitária e das cuias”, em função das mudanças nos hábitos e padrões de consumo da população belenense desde a década de 1960, bem como a modernização da cidade e a consequente racionalização do espaço da feira.

A redução drástica do cultivo de ervas medicinais, das reservas naturais de argila e das olarias de fundo de quintal no Distrito de Icoaraci também têm sinalizado riscos à manutenção da produção de cerâmica e à oferta diversificada de ervas medicinais na Feira do Ver-o-Peso. Esses riscos estão diretamente associados ao crescimento urbano (acelerado e desordenado) da cidade nas últimas quatro décadas, o qual provocou a redução dos espaços verdes e a consequente extinção de várias espécies, assim como as ocupações irregulares em áreas de preservação ambiental têm ocasionado o desaparecimento das reservas de argila e a substituição das olarias de quintais por moradias precárias.

Por outro lado, *alguns elementos, usos e práticas culturais vêm sofrendo riscos de resignificação e outros de desprestígio e perda de espaço na feira,* em virtude dos processos de espetacularização e valorização turística. Entre outros elementos, destaca-se a produção da cachaça de jambú (e de frutas amazônicas), que, em razão da valorização desse produto pelos turistas, tem obtido destaque em quase todos os setores da feira.

Notou-se, portanto, que os fatores de risco apresentados *supra* estão imbricados e revelam um quadro preocupante por parte de alguns feirantes, ao alegarem que a redução

do uso, demanda de produção e oferta de alguns elementos culturais na feira têm abalado a renda das famílias e, conseqüentemente, provocado o desinteresse das gerações mais novas em dar continuidade ao ofício. Por conseguinte, esses riscos têm afetado diretamente o processo de transmissão dos conhecimentos tradicionais considerados essenciais à vitalidade da Feira do Ver-o-Peso.

Nesse mesmo sentido, faz-se necessário o alerta à espetacularização de determinados elementos, sob o risco de perda de identidade; abandono de alguns saberes e fazeres; e desprestígio (ou na pior das hipóteses) e desaparecimento de outros ofícios tradicionais na feira, a médio e longo prazo.

A pesquisa esclarece, portanto, que os utopismos patrimoniais já são fato e movimento na Feira do Ver-o-Peso. Dessa maneira, considerando que a produção do conhecimento científico deve estar a serviço do desenvolvimento da sociedade, a tese traz uma proposição (ainda de modo incipiente) para contribuir com a construção de políticas e ações alternativas que visem minimizar riscos ao patrimônio e, principalmente, minimizar desigualdades socioespaciais, partindo da valorização e do fortalecimento (ou do estímulo) à ativação do patrimônio-territorial, desde os sujeitos e para os sujeitos, como Costa propõe.

Com base na experiência docente da pesquisadora como professora de geografia da educação básica na rede pública do estado do Pará, propõe-se o aperfeiçoamento de um Projeto Pedagógico desenvolvido pela pesquisadora intitulado “Do espaço real ao lugar ideal”, o qual a motivou a ingressar no curso de Doutorado em Geografia e a desenvolver a presente pesquisa (conforme relatado no item “Das vivências pedagógicas ao encontro com o objeto da pesquisa”).

O ensino da geografia na educação básica tem o papel fundamental na formação do aluno, no sentido de prepará-lo para pensar e atuar no mundo de forma crítica e construir caminhos para o exercício da cidadania e da transformação da realidade que o cerca. Tomando como base os resultados da pesquisa e os apontamentos metodológicos de ativação popular do patrimônio-territorial para elaboração de “roteiros patrimoniais utópicos”, proposto por Costa, **sugerimos como proposição:** a elaboração do Projeto *Roteiros Patrimoniais Pedagógicos*. Metodologicamente, o projeto pode ser elaborado da seguinte forma:

- (1) Estruturar o projeto e captar recursos e parcerias – com as instituições governamentais e privadas.

- (2) Direcionar a proposta pedagógica: às séries finais do ensino fundamental e ao ensino médio, considerando o amadurecimento cognitivo dos alunos; e ao desenvolvimento das habilidades e competências deles.
- (3) Desenvolver ações motivacionais que estimulem o interesse dos alunos pelo projeto.
- (4) Aplicar metodologias ativas que proporcionem a produção do conhecimento geográfico de forma interdisciplinar e transversal aos demais componentes curriculares e aos temas: patrimônio, educação e cultura.
- (5) Elaborar o *Roteiro Patrimonial Pedagógico* com os alunos, com as seguintes etapas:
 - ✓ Partir do *patrimônio-territorial da Feira do Ver-o-Peso ativado*, como referência para identificação de um patrimônio-territorial existente no bairro em que a escola está inserida – Realizar trabalho de campo na feira, articulando previamente a participação e interação dos feirantes e lideranças com os alunos.
 - ✓ Levantar dados secundários sobre o bairro e realizar *a escuta*: com os moradores; pais e trabalhadores da escola, que subsidiem a identificação de um patrimônio-territorial ativado ou não.
 - ✓ Elaborar o Roteiro Patrimonial, considerando dois aspectos: (1) *o Analítico* – propondo *a abordagem crítica* sobre o patrimônio-territorial, partindo das contradições do processo de formação do território amazônico e da urbanização de Belém, e *direcionar o olhar* do participante ao encontro com sua identidade e com a vida do lugar, visibilizando as potencialidades do patrimônio e os anseios de transformação da sua própria condição de vida. E o aspecto (2) *Metodológico* – proporcionando um percurso turístico alternativo no bairro com a participação dos moradores e alunos na condução do Roteiro, enaltecendo a riqueza patrimonial da periferia (negada pelas políticas e ações do poder público). Ao mesmo tempo, articular parceiras dentro e fora do bairro que contribuam para criação de mecanismos de geração de renda e visibilidade comunicacional ao projeto.

Nesses moldes, acreditamos que um *Roteiro Patrimonial Pedagógico* pode contribuir de forma significativa com o processo de ensino-aprendizagem da geografia, desde que oportunize ao participante o conhecimento das dinâmicas territoriais e sociais

que moldaram e moldam a produção espacial da cidade, a partir da leitura crítica do patrimônio material e imaterial existente. Como resultado, pode propiciar a percepção da realidade socioespacial do aluno e o estímulo à luta pelos direitos sociais, como o acesso à cultura e a cidadania.

Por outro lado, também contribui como instrumento de empoderamento social, abrindo perspectivas inovadoras para construção de políticas de reconhecimento e apropriação do patrimônio, considerando que a preservação não deve ser tratada apenas como um conjunto de mecanismos institucionais, e sim como um processo de transformação social e construção da cidadania, na medida em que se reconhecem e se valorizam os sujeitos como guardiões de seu próprio patrimônio, pelo protagonismo na história do território que os mantém, no curso de suas práticas, usos, conhecimentos e relações sociais cotidianas, como *cultura popular subalternizada* (Chauí, 1986; Canclini, 1987; Costa, 2016; 2021) ativa, na luta pela sobrevivência e emancipação social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme já debatido por diferentes áreas de conhecimento, a Feira do Ver-o-Peso representa a síntese da complexa cultura amazônica, interpretada por Campelo (2002) como um verdadeiro acervo vivo de modos e hábitos de sobrevivência expressos em uma paisagem peculiar transformada ao longo de quatro séculos, que remete à memória e à identidade do povo que habita a cidade de Belém do Pará, unindo o velho ao novo, o tradicional ao moderno, a elite ao popular.

Por esse motivo, em razão de sua reconhecida importância histórica, cultural e econômica, o Complexo do Ver-o-Peso é considerado o “Cartão-Postal da Amazônia” nos discursos oficiais vinculados às instituições de preservação do patrimônio cultural e do turismo nacional e internacional, especialmente pela concentração de um conjunto arquitetônico e paisagístico eclético, o qual remonta à herança patrimonial europeia. Também o é pela concentração de um patrimônio imaterial rico e diverso, representado por elementos e práticas relacionados à culinária, aos usos, aos saberes e fazeres populares que dão sentido de pertencimento e identidade aos fazedores do Complexo, ou seja, os trabalhadores (Campelo, 2002; Lima, 2008; Leitão, 2015; Almeida, 2017).

A partir dessa perspectiva, a pesquisa partiu da relação dialética do fenômeno e processo da *patrimonialização global* conceitualizado por Everaldo Batista da Costa, o que revisamos desde a área central de Belém, onde está localizado o Complexo do Ver-o-Peso, para compreender a resistência de alguns elementos e práticas socioculturais populares que estão presentes na Feira do Ver-o-Peso há séculos, mesmo com as transformações urbanas em curso. Ainda, a tese se pautou pela proposta teórico-metodológica trazida pelo mesmo autor, que apresenta três *utopismos patrimoniais* conexos, operando simultaneamente: *o utopismo patrimônio-territorial*; *o utopismo patrimonial singularista* e *o utopismo patrimonial existencialista*. Seus trabalhos constituem uma unidade de pensamento que dialetiza contradições existenciais vinculadas às histórias do território na América Latina; brinda um pensamento sobre escalas do acontecer que a feira e sua dinâmica favorecem ler pela perspectiva do sujeito.

Partindo da ideia da utopia como processo de rompimento com a realidade presente e a projeção do futuro, Everaldo Batista da Costa traz os *utopismos* como um giro do pensamento a respeito do patrimônio cultural e das políticas de preservação,

propondo a possibilidade de superação da lógica universal eurocêntrica da patrimonialização/urbanização, para lógica da preservação não institucional, baseada na valoração da vida de relações comunitárias, a partir de e para os sujeitos protagonistas do próprio patrimônio, visando minimizar as desigualdades socioespaciais em nosso continente. O patrimônio-territorial de enfoque decolonial, assim, é lócus da experiência e esperança do que Costa (2021) define como “sujeitos em situação espacial duradoura”.

Dessa maneira, a pesquisa buscou identificar e analisar quais elementos e práticas da cultura amazônica consagram a Feira do Ver-o-Peso como um *patrimônio-territorial ativado popularmente*, a enfrentar riscos diante do processo da patrimonialização global, como também identificar quem são os sujeitos que ativam e como se constitui a ativação popular desse patrimônio-territorial.

Assim, a tese foi construída em quatro capítulos, cujo Capítulo 1 tratou de problematizar como o fenômeno da patrimonialização global se particulariza na área central de Belém e se apropria da Feira do Ver-o-Peso.

Nesse capítulo, a *patrimonialização global* é analisada como um fenômeno espacial diretamente relacionado à urbanização contemporânea, mobilizado por um conjunto de agentes sociais interessados em se apropriar do patrimônio cultural e/ou natural das cidades, principalmente para fins turísticos e de lazer.

Alinhados a essa ideia, diferentes autores afirmam que, com base no discurso moderno de desenvolvimento urbano, são disseminados modelos de planejamento pautados pela lógica de uma *refuncionalização* e valorização de determinados equipamentos urbanos tombados como bem cultural, para recuperação da obsolescência funcional e física das áreas centrais das cidades, culminando com processos de territorialização de agentes hegemônicos, sobretudo o Estado e o mercado, sobre os territórios urbanos ocupados pelos agentes receptores dessa atividade, ou seja, a população local.

Na área central de Belém do Pará, a partir do final dos anos 1990, as intervenções urbanísticas empreendidas expressam claramente a inserção da cidade ao fenômeno da patrimonialização global. No entanto, há a coexistência de dois movimentos: um, sustentado pelo *paradigma territorial normativo hegemônico* (Haesbaert, 2021), constituído por modelos institucionais de valorização do patrimônio cultural e natural, baseados em relações de troca dos bens e práticas culturais, como os Projetos: Estação

das Docas, Feliz Lusitânia e o projeto gastronômico proposto para o Complexo do Ver-o-Peso (Amaral 2005; Trindade Jr., 2018).

O outro movimento é demarcado pelo *paradigma territorial contra-hegemônico* (Haesbaert, 2021), que, perante as formas de uso renovadas e modernas, apropriam-se do território a partir das relações sociais cotidianas, vinculadas às práticas sociais e elementos culturais historicamente construídos, constituindo relações de identidade e pertencimento, como a Feira do Ver-o-Peso. É nesse movimento contra-hegemônico que reside o *patrimônio-territorial* da Feira do Ver-o-Peso.

O *patrimônio-territorial* é constituído na formação histórico-social do território; é a história dos grupos sociais em situação de subalternidade, registrada em símbolos territoriais resistentes à colonialidade do poder/saber, afirma Everaldo Batista da Costa em seus estudos.

A tese constatou que o patrimônio-territorial da Feira do Ver-o-Peso originou-se no seio da fundação de Belém no século XVII (essa questão foi tratada no Capítulo 2). Antes de iniciar o processo de territorialização da Amazônia pela colonização portuguesa, o aldeamento Mairi (hoje, a área que compreende o Ver-o-Peso e o núcleo de fundação da cidade), em virtude de sua posição geográfica estratégica, era um ponto de convergência dos povos originários da Amazônia Oriental.

O rio era o principal elemento dinamizador das diferentes rotas até Mairi, ensejando encontros, conflitos e o escambo de diversos produtos, desde pedras preciosas à farinha, frutos, especiarias e artefatos. No entanto, tal dinâmica mobilizava, principalmente, uma cultura rica e peculiar forjada pela heterogeneidade de etnias, com suas línguas e costumes próprios (Daniel, 1976; Monteiro, 2006; Figueiredo, 2019).

Com o processo colonial, os povos originários foram inseridos em um sistema violento de escravização e assimilação cultural, demarcado pela *colonialidade do poder* (Quijano, 2005) apoiada na *ideia da superioridade da raça* e da *hierarquização social*, a qual legitimou e consolidou o sistema de dominação e opressão colonial europeu sobre os povos da América Latina.

No caso de Mairi, com a estratégia de minimizar conflitos e facilitar a apropriação do sistema territorial de trocas e produção preexistente, os colonizadores (missionários) permitiram a mediação cultural entre indígenas e colonos, exercendo certa tolerância com suas práticas culturais e, ao mesmo tempo, apropriaram-se de seus conhecimentos e riquezas, subjugando seus modos de ser e saber. A partir de então, a cidade de Belém é

fundada e o Ver-o-Peso surge como principal entreposto fiscal de importação e exportação de mercadorias, do Vale Amazônico para Coroa Portuguesa e ao mercado europeu.

Com a implementação da política pombalina e a inserção da mão de obra escrava africana em meados do século XVIII, o sistema de exploração colonial se intensificou na Amazônia provocando transformações político-sociais drásticas, com a tentativa de apagamento dos referenciais ancestrais indígenas.

Em consequência da inserção tardia da mão de obra africana, predominou na região a mestiçagem do branco com o indígena, formando o caboclo amazônida. Entretanto, Salles (1971) ressalta que, embora a presença negra não tenha sido dominante na Amazônia tanto quanto em outras regiões do País, ela foi extremamente atuante no aspecto da convergência cultural. Em função de seu papel estratégico na economia da parte setentrional da Colônia Portuguesa, a área do Ver-o-Peso tornou-se um território complexo de afirmação e intercâmbio sociocultural, no processo de constituição de um novo modo de ser, saber e fazer denominado por Sarraf (2016) como *identidade afroindígena*, constituída no seio das constantes lutas pela sobrevivência dos sujeitos subalternizados, em face do desenvolvimento do território colonial amazônico.

Constatou-se, portanto, que os *utopismos patrimoniais* já estão em curso na feira, ratificando a tese de que: *a feira do Ver-o-Peso é um patrimônio-territorial amazônico ativado popularmente e fundamental para a manutenção da vida ancestral a partir da metrópole.*

Atualmente, guarda elementos e práticas interculturais populares que constituem a ancestralidade dos povos originários e da população cabocla (afroindígena), historicamente subalternizados pelos processos da colonização (colonialidade do poder) do território amazônico. É representado pelas singularidades do artesanato; das ervas e remédios medicinais; das especiarias típicas como a maniva e o tucupi; e os elementos e práticas afroreligiosos (discutido nos Capítulos 3 e 4).

Esses objetos e práticas *resistem (duram)* há séculos na feira, mantendo o mesmo fluxo estabelecido pelos indígenas na Amazônia pré-colonial, apropriado pelos colonizadores portugueses e, hoje, *são ativados* por meio de uma dinâmica social, econômica e cultural bastante heterogênea articulada ao movimento moderno da cidade.

Isso pôde ser observado no fluxo secular da produção e comercialização dos elementos, a exemplo da cerâmica, entre o Distrito de Icoaraci e a Feira do Ver-o-Peso.

A produção e a circulação da cerâmica garantem *a permanência da dinâmica territorial dos caboclos da Amazônia, além do ressurgimento e a ressignificação da cultura dos povos originários*, com o resgate das técnicas artísticas da arte marajoara e tapajônica, pelos ceramistas de Icoaraci.

Outrossim, a duração do *saber-fazer ancestral da culinária indígena*, que ainda é muito forte nos costumes e celebrações sociais da população local. Desse fato, destaca-se *a força da produção artesanal da maniva e do tucupi (base alimentar indígena) na Feira do Ver-o-Peso, coexistindo com o movimento turístico e urbano da cidade*, além de *a dinâmica fluvial secular de produção e comercialização desses elementos se manter presente na feira, mesmo com a predominância da rede rodoviária*.

O patrimônio-territorial da Feira do Ver-o-Peso é impactado diretamente pelos mecanismos da urbanização contemporânea, entre eles projetos de requalificação urbana e políticas patrimoniais voltadas ao mercado turístico, que desencadeiam riscos de *ressignificação* aos elementos culturais (quanto a suas formas peculiares de uso e saber/fazer), sob o risco de perda de identidade; abandono e desprestígio (ou na pior das hipóteses) e o desaparecimento de outros ofícios tradicionais da feira, a médio e longo prazo.

No entanto, *há uma força popular ativando esse território*, por meio da manutenção desses elementos e práticas socioculturais mobilizados cotidianamente pelos fluxos rural e urbano, o centro e a periferia da cidade e região do entorno. Aqui, acionamos os *utopismos patrimoniais singularista e existencialista*, que propõem novas formas de preservação, a partir (e à maneira) dos sujeitos produtores e detentores das singularidades reais do território, por meio do sujeito situado e mobilizado, como diz Everaldo Batista da Costa.

Portanto, ciente da condição que lhe é dada, o sujeito busca sua superação por meio do trabalho e da ação (Costa, 2016; 2021). Nesse caso, *o patrimônio dura, mesmo não sendo reconhecido institucionalmente, porque diz respeito à vida, à própria condição de existência dos sujeitos que o mantêm*, ainda que estejam sofrendo riscos diante das relações contraditórias inerentes à urbanização.

Nesse sentido, os sujeitos que ativam o patrimônio-territorial da Feira do Ver-o-Peso reconhecem-se guardiões dos conhecimentos tradicionais de seus antepassados com a manutenção da dinâmica secular de produção e comercialização dos elementos, que lhes

assegura a sobrevivência material, mas, sobretudo, confere-lhes o sentido de existência e identidade cultural.

Além disso, na contramão dos modelos modernos e produtores de desigualdades pela tendência mercadológica da preservação, resgatamos a percepção das lideranças ao ressaltarem a importância dos projetos de requalificação e do turismo para feira, desde que sejam incluídos nos processos decisórios, uma vez que *os trabalhadores são o coração do Ver-o-Peso, no sentido de darem vida (movimento) à feira.*

A tese revisa esses utopismos em andamento, ao elucidar o empoderamento das lideranças à frente da feira, reivindicando o olhar crítico e ações condizentes com a preservação do patrimônio-territorial, e não a produção de singularidades universalizadas e universalizantes na ótica exclusivista do mercado, tal como critica Costa (2016; 2021). Para eles, *o potencial turístico do Ver-o-Peso deve ser explorado levando em consideração o uso popular, que é a “alma” desse lugar.* E enfatizam a necessidade de o poder público cuidar do uso cotidiano da feira, no sentido de investir em ações e políticas que atendam suas necessidades reais, *pois o lugar e sua dinâmica secular já têm seu próprio valor.*

Ainda na perspectiva do *utopismo patrimonial singularista*, Costa (2016; 2021) sinaliza a criação de novas formas de manutenção do patrimônio-territorial, por meio da elaboração e realização de roteiros patrimoniais utópicos, que visibilizem e enalteçam a história desses sujeitos e, dessa maneira, possibilitem a valoração situada de seus territórios.

Na Feira do Ver-o-Peso, há doze anos é realizado um projeto de extensão acadêmica do Grupo de Geografia do Turismo (GGEOTUR), pela Faculdade de Geografia da Universidade Federal do Pará (UFPA), denominado “Roteiros Geoturísticos: conhecendo o centro histórico de Belém, na Amazônia”. Entre os onze Roteiros propostos, o Roteiro “Do Complexo do Ver-o-Peso ao Porto” proporciona um percurso turístico (alternativo ao circuito oficial) pela feira, promovendo a participação dos feirantes como agentes protagonistas da preservação do patrimônio, que contam de maneira crítica e interativa sobre a relevância histórica, econômica, social e cultural da feira para região amazônica (Tavares, 2018). Não há dúvidas de que tais roteiros fortalecem a ideia de tais “roteiros patrimoniais utópicos”, como realização presente ou em andamento de um ideal lançado ao futuro.

Também foi identificada uma política pública municipal alinhada ao *utopismo singularista*, que foi realizada há vinte anos e que está sendo resgatada pelas lideranças com a iniciativa privada. Trata-se do projeto de “Guias de Turismo Mirim”, que promove a formação dos filhos dos feirantes como guias de turismo da Feira do Ver-o-Peso.

Os dois projetos contribuem para o fortalecimento dos vínculos de pertencimento e enaltece vozes e potencialidades invisibilizadas pelas políticas urbanas e patrimoniais, indo ao encontro de Costa (2018), ao apontar como desafio utópico transformar (e generalizar) o turismo como potencial, e não como risco, a partir da adoção de políticas específicas acerca do uso e apropriação coletiva do território, ativando os sujeitos e colocando o patrimônio como potencializador e possibilidade de uma nova vida.

Portanto, esse patrimônio resiste no espaço-tempo não pelos mecanismos institucionais de preservação, tampouco é reconhecido como tal pela chancela oficial, mas por meio do ir e vir de elementos materiais e imateriais, imbricados na dinâmica territorial rural e urbana de Belém, desde o período pré-colonial. Resiste aos processos contraditórios e excludentes da urbanização, pela ativação dos sujeitos que o mantêm vivo, reivindicando políticas de preservação que garantam a permanência de seus valores, o atendimento a suas demandas e a valorização de suas potencialidades.

Entre outras, a tese elenca algumas políticas e ações consideradas prioritárias à preservação do patrimônio-territorial da feira. São elas:

- ✓ Manutenção regular dos equipamentos (barracas) e infraestrutura, considerando a rápida deterioração pelos fatores climáticos.
- ✓ Manutenção 24 horas da segurança pública na área da feira, em função do aumento considerável (desde o período pandêmico) de pessoas em situação de rua (e vício) e tráfico de drogas nesse setor da cidade.
- ✓ Promoção de ações de serviço social de forma regular na feira (previdência, benefícios sociais e de saúde), em razão das dificuldades que os feirantes enfrentam ao perderem um dia de luta de trabalho.
- ✓ Manutenção frequente da limpeza pública na feira.
- ✓ Capacitação continuada dos feirantes em: atendimento ao público, educação financeira, ambiental e patrimonial, higiene e saúde etc.
- ✓ Ações de publicidade e/ou premiações por setores, para estimular e dar visibilidade à importância dos trabalhadores como agentes protagonistas da preservação das tradições amazônicas presentes na feira.

- ✓ Realização de projetos de formação voltados aos filhos dos feirantes, para estimular suas habilidades e potencialidades no processo de transmissão dos saberes e fazeres tradicionais e possibilidades de geração de renda.
- ✓ Desenvolvimento frequente de ações voltadas ao turismo de maneira democrática, facilitando o acesso e o uso social, promovendo o turismo fluvial (valorizando a dinâmica ribeirinha) e ações culturais que deem maior visibilidade à feira, como: apresentações de grupos musicais e folclóricos; festivais gastronômicos; roteiros culturais e passeios ecoturísticos.

Assim, a tese traz uma contribuição ao debate das contradições vinculadas à preservação do patrimônio e elucida que as políticas e os instrumentos de identificação e reconhecimento dos bens culturais de natureza imaterial são fruto de um processo importante de amadurecimento do que é e o que significa a diversidade do patrimônio brasileiro e a necessidade de sua preservação como afirmação da identidade cultural do País, cuja institucionalização de feiras e mercados como bens culturais tem relevância nesse sentido.

Entretanto, vale resgatar a crítica de Néstor Canclini ao analisarmos a patrimonialização de feiras associadas aos processos turísticos e mercadológicos como política de valorização e preservação, quando, na verdade, reforça mecanismos de apropriação das tradições populares pela reprodução do capital. Nesse sentido, a partir da perspectiva teórico-metodológica de Everaldo Batista da Costa, a pesquisa contribui para o debate a respeito de *uma forma outra de preservação do patrimônio*, agregando novos elementos para revisão e avanço da ideia proposta.

A tese comprova que os utopismos patrimoniais já se encontram em andamento na Feira do Ver-o-Peso, coexistindo de maneira complementar e contraditória com o movimento urbano/turístico do Centro Histórico de Belém. Logo, no Ver-o-Peso, os sujeitos subalternizados pelos processos coloniais e urbanos já *ativam (e mantêm) o patrimônio-territorial amazônico*. E reivindicam sua importância como protagonistas da preservação daquilo que lhes confere sentido de existência e pertencimento, requerendo, também, sua permanência no território como lugar de direito e seu lugar como agentes sociais partícipes dos processos decisórios.

Desse modo, apropriam-se da dinâmica turística à sua maneira, transformando os modos de saber/fazer que, em alguns casos, são vistos como oportunidade/inventividade e, em outros, como risco de ressignificação e perda de identidade.

Assim, a tese chama a atenção para o aprimoramento da teoria, visto que *a utopia do patrimônio-territorial ativado popularmente* já está em curso no Ver-o-Peso, sendo possível inverter a lógica da patrimonialização para além da tutela institucional e valorizar o patrimônio como prática social em andamento, investindo nas demandas e necessidades de vida dos sujeitos que o mantêm, como potência real de preservação.

No entanto, a pesquisa também aponta que é essencial revisar a teoria e apreender com mais afinco até que ponto um patrimônio-territorial ativado popularmente assegura sua própria preservação, quando está vinculado ao movimento turístico da cidade, uma vez que está sujeito aos riscos de perda de identidade e/ou de valorização banal, não necessariamente pelos mecanismos institucionais da patrimonialização, mas pelas relações contraditórias de reprodução do capital pela atividade turística.

REFERÊNCIAS

1. Legislação

BRASIL. **Decreto-lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937**. Institui a organização da proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. 1937. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br>. Acesso em: 2 abr. 2020.

BRASIL. **Decreto-lei n.º 55, de 18 de novembro de 1966**. Revogado pelo Decreto n.º 10.086, de 2019 (Vigência). 1966. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 23 maio 2021.

BRASIL. **Decreto-lei n.º 2.294, de 21 de novembro de 1986**. Dispõe sobre o exercício e a exploração de atividades e serviços turísticos e dá outras providências. 1986. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br>. Acesso em: 20 maio 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei n.º 8.181 de 28 de março de 1991**. Dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais em favor da Região Amazônica e dá outras providências. 1991. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br>. Acesso em: 20 de maio de 2021.

BRASIL. **Decreto n.º 448, de 14 de fevereiro de 1992**. Regulamenta dispositivos da Lei n.º 8.181, de 28 de março de 1991, dispõe sobre a Política Nacional de Turismo e dá outras providências. 1992. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br>. Acesso em: 20 de maio de 2021.

BRASIL. **Decreto n.º 3.551, de 4 de agosto de 2000**. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. 2000. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br>. Acesso em: 20 maio 2021.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional do Turismo: diretrizes, metas e programas**. Brasília: Ministério do Turismo, 2003.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Programa Monumenta**. Cadernos Técnicos, Sítios Históricos e Conjuntos Urbanos de Monumentos Nacionais. Brasília: Ministério da Cultura, Programa Monumenta, 2005.

BRASIL. **Decreto n.º 5.753, de 12 de abril de 2006**. Promulga a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, adotada em Paris, em 17 de outubro de 2003, e assinada em 3 de novembro de 2003. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 23 maio 2021.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Portaria MinC n.º 54, de 8 de maio de 2012**. Homologa o tombamento do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico dos Bairros da Cidade Velha e Campina, no município de Belém, no Estado do Pará. 2012. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo-publicacoes/atos>

normativos-secult/2012/portaria-minc-no-54-de-8-de-maio-de-2012. Acesso em: 2 abr. 2020.

BRASIL. **Decreto 6.040, de 7 de fevereiro de 2017**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 2 abr. 2020.

BRASIL. **Lei n.º 14.002, de 22 de maio de 2020**. Altera as Leis n.ºs 11.371, de 28 de novembro de 2006, e 12.249, de 11 de junho de 2010, para dispor a respeito das alíquotas do imposto sobre a renda incidentes nas operações que especifica, e as Leis n.ºs 9.825, de 23 de agosto de 1999, 11.356, de 19 de outubro de 2006, e 12.462, de 4 de agosto de 2011; autoriza o Poder Executivo federal a instituir a Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (Embratur); extingue o Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur); revoga a Lei n.º 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências. 2020. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 20 maio 2021.

BELÉM. **Decreto-lei n.º 2.294, de 21 de novembro de 1986**. Dispõe sobre o exercício e a exploração de atividades e serviços turísticos e dá outras providências. Revogada pela Lei n.º 11.771, de 2008. 1986. Disponível em <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 20 maio 2021.

BELÉM. **Lei n.º 7401 de 29 de janeiro de 1988**. Lei de Desenvolvimento Urbano 1988. Dispõe sobre a Política Municipal de Desenvolvimento Urbano de acordo com as diretrizes de estruturação espacial da região Metropolitana de Belém, 1988. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br>. Acesso em: 23 maio 2021.

BELÉM. **Decreto Municipal n.º 26.579 de 1994**. Dispõe da regulamentação de funcionamento de feiras livres no Município de Belém. 1994a. Disponível em: <http://www.belem.pa.gov.br/semaj>. Acesso em: 23 maio 2021.

BELÉM. **Decreto Municipal n.º 26.580 de 1994**. Dispõe da regulamentação de funcionamento de mercados e hortomercados do Município de Belém. 1994b. Disponível em: <http://codem.belem.pa.gov.br>. Acesso em: 23 maio 2021.

BELÉM. Lei Municipal. **Lei do Patrimônio Histórico n.º 7.709, de 18 de maio de 1994**. Dispõe sobre a preservação e proteção do Patrimônio Histórico, Artístico, Ambiental e Cultural do município de Belém e dá outras providências. 1994c. Disponível em: <http://www.belem.pa.gov.br/segep>. Acesso em: 23 maio 2021.

BELÉM. **Lei Complementar de Controle Urbanístico n.º 02 de 1999**. Dispõe sobre o parcelamento, e Ocupação de usos do Solo Urbano do Município de Belém e dá outras providências. 1999. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br>. Acesso em: 23 maio 2021.

BELÉM. **Decreto Municipal n.º 39.326 de 2001**. Dispõe da regulamentação de uso do complexo “Ver-o-Peso”. 2001. Disponível em: <http://www.belem.pa.gov.br/semaj>. Acesso em: 23 maio 2021.

BELÉM. **Decreto Municipal n.º 84.927, de 3 de fevereiro de 2016**. Dispõe da alteração da redação do art.42 do Decreto Municipal n.º 39.326 de 2001, que regulamenta o uso do complexo “Ver-o-Peso”. Altera redação do art.25 do Decreto Municipal n.º 26.579 de 1994, que regulamenta o funcionamento de feiras livres no Município de Belém. Altera redação do art.28 do Decreto Municipal n.º 26.580 de 1994, que regulamenta o funcionamento de mercados e hortomercados do Município de Belém e dá outras providências. 2016. Disponível em: <http://www.belem.pa.gov.br/semaj>. Acesso em: 23 maio 2021.

IPHAN – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Resolução Iphan n.º 1, de 3 de agosto de 2006**. Determina os procedimentos a serem observados na instauração e instrução do processo administrativo de Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial. 2006. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br>. Acesso em: 23 maio 2021.

IPHAN – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Lista de Bens Tombados e Processos em Andamento (1938-2016)**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br>. Acesso em: 13 mar. 2021.

IPHAN – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Bens Imateriais Registrados nos Estados. **Portal do Iphan**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br>. Acesso em: 20 mar. 2021.

PARÁ. Secretaria de Estado de Cultura. Departamento de Patrimônio Histórico Artístico e Cultural – DPHAC, 2015.

2. Referenciadas

ALMEIDA, C. Belém do Pará, uma cidade entre as águas: história, natureza e definição territorial em princípios do século XIX. In: XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH. Anais... São Paulo, julho 2011.

ALMEIDA, M. **Processos urbanos de patrimonialização mundial: espaços de contradição e ressignificação dos tecidos urbanos patrimoniais**. 2017. 390f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo, Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo) – Instituto de Arquitetura e Urbanismo, USP, São Paulo, 2017.

ALVARADO-SIZZO, I.; COSTA, E. B. Situación geográfica turística en la era urbana y devenir campo-ciudad en América Latina. **Investigaciones Geográficas**, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14350/rig.59792>. Acesso em: 29 jul. 2020.

AMARAL, M. D. B. **A guerra das águas: concepções e práticas de planejamento e gestão urbana na orla fluvial de Belém (PA)**. 2005. 229 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2005.

AMORIM, L. **Cerâmica marajoara: a comunicação do silêncio**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2010.

ARANTES, O. Uma estratégia fatal. *In*: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

ARAÚJO, G. Feiras contemporâneas territórios de interesse turístico na salvaguarda de bens culturais. *In*: ANPUR-BRASIL – 30.º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, Recife/PE, 2019. **Anais...** Recife/PE, 2019.

AZEVEDO, F.; QUEIROZ, T. As feiras livres e suas (contra)racionalidades: periodização e tendências a partir de Natal-RN-Brasil. **Biblio 3w: Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales** [en línea], 2013. Disponível em: <https://raco.cat/index.php/Biblio3w/article/view/261408>. Acesso em: 29 jul. 2020.

BARCELLOS, J. A. S. Territórios do cotidiano: introdução a uma abordagem teórica contemporânea. *In*: MESQUITA, Z.; BRANDÃO, C. R. (org.). **Territórios do cotidiano**: uma introdução a novos olhares e experiências. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS – Ed. Universidade de Santa Cruz do Sul/UNISC, 1995.

BARROS, M. **Projeto Circular Campina-Cidade Velha**: uma análise das formas de uso e apropriação do espaço patrimonializado no Centro Histórico de Belém. 2021. 270f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2021.

BATISTA, M. R. Mário de Andrade. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 30, 2002.

BEZERRA NETO, J. Histórias urbanas de liberdade: escravos em fuga na cidade de Belém, 1860-1888. *Afro-Ásia*, v. 28, p. 221-250, 2002.

CAMPELO, M. M. Feira do Ver-o-Peso: cartão-postal da Amazônia ou Patrimônio da Humanidade? **Revista Humanitas**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, p. 149-170, 2002.

CAMPELO, M. M. Conflito e espacialidade de um mercado paraense. *In*: LEITÃO, W. M. (org.). **Ver-o-Peso**: estudos antropológicos no Mercado de Belém. Belém: NAEA, 2010.

CAMPELO, M.; LUCA, T. As duas africanidades estabelecidas no Pará. **Revista Aulas: Universidade Federal de Campinas**, Dossiê Religião, n. 4, abr./jul. 2007.

CANCLINI, N. Ni folklórico ni massivo? Qué es lo popular. **Revista Diálogos de la Comunicación**, v. 17, p. 6-11, 1987. Disponível em: www.infoamerica.org. Acesso em: 20 fev. 2020.

CANCLINI, N. **A sociedade sem relato**: antropologia e estética da iminência. São Paulo: Edusp, 2012.

CANCLINI, N. **Culturas híbridas**. São Paulo: EdUSP, 2013.

CARDOSO A. C. D. *et al.* Quando o projeto disfarça o plano: concepções de planejamento e suas metamorfoses em Belém (PA). **Cadernos MetrÓpole**, São Paulo, v. 18, n. 37, p. 823-844, set./dez. 2016.

CARDOSO. A. C. D.; VENTURA NETO, R. S. A evolução urbana de Belém: trajetória de ambiguidades e conflitos socioambientais. **Cadernos MetrÓpole**, São Paulo, v. 15, n. 29, p. 55-75, jan./jun. 2013.

CARDOSO, A. S. **Descolonizando a cartografia histórica amazônica**: representações, fronteiras étnicas e processos de territorialização na Capitania do Pará, século XVII. 2018. 415 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

CARDOSO, J. B. Hibridismo cultural na América Latina. **Itinerários**, Araraquara, n. 27, p. 79-90, jul./dez. 2008.

CARLOS, A. F. A. Turismo e patrimônio: um aporte geográfico. *In*: PAES, M. T. D.; SOTRATTI, M. A. (org.). **Geografia, turismo e patrimônio cultural**. São Paulo: Annablume, 2017.

CARLOS, A. F. A. Henri Lefebvre: a problemática urbana em sua determinação espacial. **Geosp – Espaço e Tempo** [on-line], v. 23, n. 3, p. 458-477, dez. 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/163371>. Acesso em: 20 fev. 2020.

CARVALHO, L. *et al.* **O artesanato de cuias em perspectiva – Santarém**. Rio de Janeiro: IPHAN, CNFCP, 2011.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

CASTRO, C. A. T.; CASTRO, C. A. T. Processos de patrimonialização na produção do espaço urbano do Centro Histórico de Belém, PA. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 194, jul. 2017.

CASTRO, C. A. T.; TAVARES, M. G. C. A patrimonialização como processo de produção social do espaço urbano. **Sociedade e Território**, Natal, v. 28, n. 2, p. 117-135, jun./dez. 2016a.

CASTRO, C. A. T.; TAVARES, M. G. C. Processos de turistificação do espaço do patrimônio cultural: um estudo no centro histórico de Belém-PA. **Turismo: Estudos & Práticas (RTEP/UERN)**, Mossoró/RN, v. 5, n. 1, jan./jun. 2016b.

CHAUÍ, M. **Conformismo e resistência**: aspectos da cultura popular no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. Tradução Lucia Vieira Machado. 3. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2006.

CLAVAL, P. **A geografia cultural**. Tradução Luís Fugazolla Pimenta e Margareth de Castro Afeche Pimenta. 3. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2007.

CORÁ, M. A. J. Políticas públicas culturais no Brasil: dos patrimônios materiais aos imateriais. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 48, n. 5, p. 1093-1112, set./out. 2014.

COSTA, E. B. **Totalidade urbana e totalidade-mundo**: as cidades coloniais barrocas face à patrimonialização global. 2011. 445f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

COSTA, E. B. Fundamentos de uma emergente patrimonialização global. **Geografia**, Rio Claro, v. 39, n. 2, p. 241-256, 2014.

COSTA, E. B. **Cidades da patrimonialização global**. São Paulo: Humanitas-USP, 2015.

COSTA, E. B. Utopismo patrimoniais pela América Latina, resistências à colonialidade do poder. *In*: XIV COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA LAS UTOPIÁS Y LA CONSTRUCCIÓN DE LA SOCIEDAD DEL FUTURO. Barcelona, 2016. **Anais...** Barcelona, 2-7 de mayo de 2016.

COSTA, E. B. Ativação popular do patrimônio-territorial na América Latina: teoria e metodologia. **Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía [on-line]**, v. 26, n. 2, p. 53-75, 2017.

COSTA, E. B. Riesgos y potenciales de preservación patrimonial en América Latina y el Caribe. **Investigaciones Geográficas**, v. 96, n. 2, p. 2-26, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14350/rig.59593>. Acesso em: 20 fev. 2020.

COSTA, E. B. Patrimonio-territorial y territorio de excepción en América Latina [conceptos y praxis decolonial en el continuum de crisis]. **Revista Geográfica Venezolana**, v. 62, n. 1, 2021.

COSTA, E. B.; MONCADA, J. O. Decolonialidad originaria latinoamericana y condicionamiento barroco del territorio novohispano: conventos, presidios y pueblos de indios. **Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía**, v. 30, n. 1, p. 3-24, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.15446/rcdg.v30n1.80924>. Acesso em: 20 fev. 2022.

COSTA, E. B.; RODRÍGUEZ-VENTURA, D.; ALVARADO-SIZZO, I. Circuitos de la Economía Urbana y Patrimonio-Territorial Latinoamericano – Mercado de Xochimilco, Ciudad de México. **Revista Urbano**, n. 46, p. 90-105, nov. 2022/abr. 2023.

CRUZ, E. **Edificações de Belém (1783-1911)**. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1971.

CRUZ, E. **História de Belém**. Belém: Universidade Federal do Pará, 1973. (Coleção Amazônica – Série José Veríssimo, v. 1.)

CRUZ, R. **Introdução à geografia do turismo**. São Paulo: Rocca, 2003.

CRUZ, R. Políticas públicas de turismo no Brasil: território usado, território negligenciado. **Geosul, Florianópolis**, v. 20, n. 40, p. 27-43, jul./dez. 2005.

CRUZ, R. Planejamento governamental do turismo: convergências e contradições na produção do espaço. *In*: LEMOS, A. I. G.; ARROYO, M.; SILVEIRA, M. L. **América Latina: cidade, campo e turismo**. San Pablo: Clacso, 2006.

CRUZ, R. **Geografias do turismo: de lugares a pseudo-lugares**. São Paulo: Roca, 2007.

CRUZ, R. Patrimonialização do patrimônio: ensaio sobre a relação turismo, patrimônio cultural e produção do espaço. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 31, p. 95-104, 2012.

CRUZ, V. C. R-existências, territorialidades e identidades na Amazônia. **Terra Livre**, Goiânia, ano 22, v. 1, n. 26 p. 63-89, jan./jun. 2006.

CUNHA, A. Narrativas na panela de barro. A academia do peixe frito em Jaques Flores. **Asas da Palavra**, v. 15, n. 1, jul. 2018.

DA MATTA, R. **A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. 5. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DANIEL, Pe. João. **Tesouro descoberto no Rio Amazonas**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1976. (Separata dos Anais da Biblioteca Nacional, v. 95, t. 1-2.)

DANTAS, G. P. G. Feiras no Nordeste. **Mercator – Revista de Geografia da UFC**, ano 07, n. 13, 2008.

DIAS, M.; SILVA, M. O Distrito de Icoaraci e sua inserção no contexto urbano e regional amazônico. **Observatório Geográfico da América Latina**, 2022. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiaurbana/22.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2022.

DI MÉO, G. Processos de patrimonialização e construção de territórios. **Geosaberes**, Fortaleza, v. 5, número especial 1, p. 3-23, dez. 2014.

EMBRATUR. A nossa história. Disponível em: <https://embratur.com.br/historia/>. Acesso em: 20 set. 2021.

FERREIRA, A. L. A. **É trabalho de mulher/É trabalho de homem: uma discussão sobre gênero no complexo da feira do Ver-o-Peso**. 2009. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – IFCH, Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.

FERREIRA, R. A tradição ceramista como guarda do mistério amazônico: anotações etnográficas **Revista Tempo Amazônico**, v. 8, n. 1, p. 98-127, jul./dez. 2020.

FIGUEIREDO, A. M. Mairi dos Tupinambá e Belém dos portugueses. *In*: SARGES, M. N.; FIGUEIREDO, A. M.; AMORIM, M. A. (org.). **O imenso Portugal**: estudos luso-amazônicos. Guamá: Ed. EDUFPA, 2019.

FILGUEIRAS, B. Do mercado popular ao espaço de vitalidade: buscando outros sentidos para a experiência urbana contemporânea. *In*: 30.º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. Caxambu – MG. **Anais...** Caxambu – MG, 24 a 28 de outubro de 2006.

FRATUCCI, A. C. Os processos de turistificação do espaço e atuação dos seus agentes produtores. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE TURISMO COM BASE LOCAL, 10, 2007. João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: UFPB, 2007.

FRATUCCI, A. C. Turismo e território: relações e complexidades. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, Edição especial: Hospitalidade e políticas públicas em turismo, v. 14, supl. 1, s.87-s.96, nov. 2014.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GODINHO, E. S. P. A invenção do Centro Histórico de Belém/PA: aspectos institucionais. *In*: XVII ENANPUR, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2017.

GOMES, C. **Socioeconomia do complexo Ver-o-Peso**: uma análise dos setores de ervas e artesanato na perspectiva do turismo. Orientador: Altem Nascimento Pontes. 2015. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

GONÇALVES, P. C. W. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Contexto, 2001.

GUIMARÃES, C. A. A feira livre na celebração da cultura popular. **Gestão Cultural e Organização de Eventos**, CELACC – USP, São Paulo, 2010.

HARVEY, D. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1981.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HAESBAERT, R. **Des-territorialização e identidade**: a rede gaúcha no Nordeste. Niterói: Eduff, 1997.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**. Do fim dos territórios à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, R. **Territórios alternativos**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

HAESBAERT, R. Hibridismo cultural, “antropofagia” identitária e transterritorialidade. *In*: BARTHE-DELOIZY, F.; SERPA, A. (org.). **Visões do Brasil**: estudos culturais em geografia. Salvador: EDUFBA; Edições L’Harmattan, 2012.

HAESBAERT, R. **Território e descolonialidade**: sobre o giro (multi) territorial/de(s)colonial na América Latina. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Clacso; Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia; Universidade Federal Fluminense, 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Mapa etno-histórico de Curt Nimuendaju**. Rio de Janeiro: IBGE, 1987.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Tipologia intraurbana**: espaços de diferenciação socioeconômica nas concentrações urbanas do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de Geografia, 2017.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Aglomerados subnormais. 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/15788-aglomerados-subnormais.html>. Acesso em: 20 abr. 2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Base cartográfica contínua do Brasil. Comissão Nacional de Cartografia – Concar. 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/bases-cartograficas-continuas/15759-brasil.html=&t=downloads>. Acesso em: 20 abr. 2022

IPHAN – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Mercado de ferro**: restauração e conservação 2010/2015. Organização Carla Ferreira Cruz, Fernando José de Mesquita e Giovanni Blanco Sarquis. Belém, PA: Iphan, 2015.

IPHAN – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Salvaguarda de bens registrados**: patrimônio cultural do Brasil: apoio e fomento. Coordenação e organização Rívia Ryker Bandeira de Alencar. Brasília: Iphan, 2017. (Patrimônio Cultural Imaterial: para saber mais, 2.)

ITERPA – INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ. Territórios Quilombolas. Texto: Instituto de Terras do Pará. Organização Jane Aparecida Marques e Maria Ataíde Malcher. Belém: Iterpa, 2009.

JEUDY, H. P. **Espelho das cidades**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

KÖHLER, A. Projetos de revitalização, reabilitação e requalificação urbana: bases políticas, econômicas e culturais desse novo tipo de planejamento urbano. *In*: V SEMINÁRIO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO. Belo Horizonte – MG. **Anais...** Belo Horizonte – MG, 25 e 26 de agosto de 2008.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LEFEBVRE, H. **La production de l'espace**. 4. ed. Paris: Anthropos, 2000.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. 5 ed. São Paulo: Centauro, 2001.

LEITÃO, W. M. Culinária e economia regional no mercado do Ver-o-Peso. *In*: LEITÃO, W. M. (org.). **Ver-o-Peso: estudos antropológicos no Mercado de Belém**. Belém, PA: Paka-Tatu, 2015. v. II.

LIMA, M. D. **Ver-o-Peso, patrimônio(s) e práticas sociais: uma abordagem etnográfica da feira mais famosa de Belém do Pará**. 2008. 172 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, UFPA, 2008.

LIMA, M. D.; ANDRADE, C. Cerâmica Marajoara: a história continua (cartilha). **Arte Mangue Marajó, Entrelaços Ancestrais**, 2020. Disponível em: <https://www.artemanguemarajo.com/ceramica-marajoara>. Acesso em: 20 jul. 2021.

MASCARENHAS, G. Modernidade urbana e flexibilidade tropical: as feiras livres na cidade do Rio de Janeiro (1904-1934). **GEO**, n. 2, p. 29-42, dez. 1997.

MASCARENHAS, G. O lugar da feira livre na grande cidade capitalista: Rio de Janeiro, 1964-1989. **Revista Brasileira de Geografia/Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, Rio de Janeiro, ano I, n. 1, p. 95-120, jan./mar. 1992.

MASCARENHAS, G. Ordenando o espaço público: a criação das feiras livres na cidade do Rio de Janeiro. **Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona, v. IX, n. 194 (62), ago. 2005. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-194-62.htm>. Acesso em: 20 jul. 2021.

MASCARENHAS, G. Negociando os usos e sentidos da rua: trajetória e representações da feira livre carioca. *In*: CARRERAS, C.; PACHECO, S. M. M. (org.). **Cidade e comércio: a rua comercial na perspectiva internacional**. Rio de Janeiro: Armazém das Letras, 2009.

MASCARENHAS, G.; DOLZANI, M. C. S. Feira livre: territorialidade popular e cultura na metrópole contemporânea. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 2, n. 2, p. 72-87, ago. 2008.

MENEZES, B. **Bailado Lunar & São Benedito da Praia**. Belém: Diário do Pará, 2011.

MINAYO, M. C. S. *et al.* **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MINNAERT, A. C. de S. Teles. A feira livre sob um olhar etnográfico. *In*: FREITAS, M. C. S.; FONTES, G. A. V.; OLIVEIRA, N. (org.). **Escritas e narrativas sobre alimentação e cultura**. Salvador: EDUFBA, 2008. p. 129-148.

MONTEIRO, B. **História do Pará**. Belém: Editora Amazônia, 2006.

MORAES, A. C. R. Bases da formação territorial do Brasil. **Geografares**, Vitória, n. 2, jun. 2001.

MOREIRA, E. **Belém e sua expressão geográfica**. Belém: Imprensa Universitária, 1966.

- MOREL, J. B. Conferência: O patrimônio da humanidade. *In*: YAGIZI, E. *et al.* (org.). **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 77-87.
- NIGRO, C. Patrimônio cultural e território urbano. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, v. 78, p. 45-76, 2001.
- NOGUEIRA, M. C. De feira popular a centro de tradições: a Feira de São Cristóvão como patrimônio imaterial do Brasil. **Intratextos**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 1-24, 2015.
- NORA, P. Entre memória e história. A problemática dos lugares. *In*: NORA, P. **Les lieux de mémoire**. I La République. Paris: Galimard, 1984. p. XVIII-XLII.
- OLIVEIRA, L. D. de. Por uma geografia urbana da resistência: homenagem a Gilmar Mascarenhas. **Revista Continentes**, UFRRJ, ano 8, n. 14, 2019.
- OLIVEIRA, N. T. *et al.* Ácido cianídrico em tecidos de mandioca em função da idade da planta e adubação nitrogenada. **Pesq. Agropec. Bras.**, Brasília, v. 47, n. 10, p. 1436-1442, out. 2012.
- PAES, M. T. D. Gentrificação, preservação patrimonial e turismo: os novos sentidos da paisagem urbana na renovação das cidades. **Geosp – Espaço e Tempo [on-line]**, v. 21, n. 3, p. 667-684, dez. 2017.
- PAES, M. T. D.; SOTRATTI, M. A. (org.). **Geografia, turismo e patrimônio cultural**. Identidades, usos e ideologias. São Paulo: Anablume, 2017.
- PANTOJA, L. **O Mercado de São Brás e seu entorno**: tramas e sentidos de um lugar 2014. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.
- PENTEADO, A. **Belém**: estudo de geografia urbana. Belém, PA: Universidade Federal do Pará, 1968. (Coleção Amazônia, Série José Veríssimo.)
- PEREIRA, C. S. *et al.* Belém e a Academia do Peixe Frito: fisionomias em Bruno de Menezes e Dalcídio Jurandir. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 14, n. 3, p. 1025-1043, set./dez. 2019.
- PEREIRA, C. S.; ALMEIDA, A. C. Das origens da Belém seiscentista e sua herança Tupinambá. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, ano 5, v. 3, ed. 10, p. 146-160, out. 2020. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/historia/heranca-tupinamba>. Acesso em: 5 jun. 2021.
- PONT VIDAL, C. C. Mercados públicos e a história da cidade: Belém no final do século XIX e início do século XX. *In*: LEITÃO, W. M. (org.). **Ver-o-Peso: estudos antropológicos no Mercado de Belém**. Belém, PA: Paka-Tatu, 2015. v. II.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. La reinvencción de los territorios: la experiencia latinoamericana y caribeña. *In*: PORTO-GONÇALVES, C. W. **Territorialidades y lucha por**

el territorio em América Latina. Lima: Unión Geográfica Internacional. 2013 (Original publicado em 2008.)

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico:** métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In:* LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber eurocentrismo e ciências sociais:** perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 24-32.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder e classificação social. *In:* SANTOS, B.; MENEZES, M. P. (org.). **Epistemologias do Sul.** São Paulo: Cortez, 2009.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática. 1993.

RAVENA, N.; ACEVEDO, R. M. A teia de relações entre índios e missionários a complementaridade vital entre o abastecimento e o extrativismo na dinâmica econômica da Amazônia Colonial. **Varia História,** Belo Horizonte, v. 29, n. 50, p. 395-420, maio/ago. 2013.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro:** a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RODRIGUES, C.; SILVA, L.; MARTINS, R. (org.). **Mercados populares em Belém:** produção de sociabilidades e identidades em espaços urbanos. Belém: NAEA, 2014.

RODRIGUES, C.; SILVA, L.; VOYNER, R. (org.). **Mercados populares em Belém:** produção de sociabilidades e identidades em espaços urbanos. Belém: NAEA, 2017.

RODRIGUES, M.; AMARAL, W.; SILVA, M. Vida e formas de saberes de produtoras de cuia numa comunidade ribeirinha – Abaetetuba PA. **Cadernos de Agroecologia,** v. 10, n. 3, 2015.

SALLES, V. **O negro no Pará, sob o regime da escravidão.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas; Serv. de Publicações e Universidade Federal do Pará, 1971.

SAMPAIO, A. H. L. **Formas urbanas:** Cidade Real & Cidade Ideal. Contribuição ao estudo urbanístico de Salvador. Salvador: Quarteto Editora/PPG/AV, Faculdade de Arquitetura da UFBA, 1999.

SANTOS, B. S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. *In:* SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (org.). **Epistemologias do Sul.** Coimbra: Almedina; CES, 2009.

SANTOS, G. V. Ir e vir contínuo: usos e sentidos do espaço urbano entre feiras itinerantes em Belém. *In:* RODRIGUES, C.; SILVA, L.; MARTINS, R. (org.). **Mercados populares em Belém:** produção de sociabilidades e identidades em espaços urbanos. Belém: NAEA, 2014.

- SANTOS, M. **O espaço dividido**. São Paulo: Francisco Alves, 1979.
- SANTOS, M. **A totalidade do diabo**. São Paulo: Hucitec, 1977.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996a.
- SANTOS, M. Por uma geografia cidadã: por uma epistemologia da existência. **Boletim Gaúcho de Geografia**, v. 21, p. 7-14, ago. 1996b.
- SANTOS, M. A noção de tempo nos estudos geográficos. *In*: SANTOS, M. **Por uma geografia nova**. 6. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2004.
- SANTOS, M. Uma epistemologia existencial. *In*: LEMOS, A.; SILVEIRA, M.; ARROYO, M. (dir.). **Questões territoriais na América Latina**. Buenos Aires: Clacso, 2006. p. 19-26.
- SANTOS, S. N.; LEITÃO, W. M. Transmissão de patrimônio: barracas e saberes na feira do Ver-o-Peso. *In*: RODRIGUES, C. I. *et al.* (org.). **Mercados populares em Belém: produção de sociabilidades e identidades em espaços urbanos**. Belém: NAEA, 2014.
- SANTOS, T. Memória e imagem na construção da história dos artesãos ceramistas de Icoaraci/Belém/PA. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL. **Anais...** 2012. Disponível em: <https://www.encontro2012.historiaoral.org.br/resources/anais/3/1340414303>. Acesso em: 5 jun. 2021.
- SARRAF, A. Encantarias afroindígenas na Amazônia Marajoara: narrativas, práticas de cura e (in)tolerâncias religiosas. **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 8, n. 17, p. 88-108, abr./jun. 2010.
- SARRAF, A. Diásporas africanas e contatos afroindígenas na Amazônia Marajoara. **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v. 17, n. 26, 1.º sem. 2016.
- SARRAF, A. *et al.* **Pesquisas em estudos culturais na Amazônia: cartografias, literaturas & saberes interculturais**. Belém: EditAEDI, 2017.
- SARRAF, A. Afroindigenismo por escrito na Amazônia. **Revista Latinoamericana de Estudios en Cultura y Sociedad**, v. 3, ed. especial, n. 645, dez. 2017. Disponível em: relacult.claec.org. Acesso em: 5 jun. 2021.
- SARTRE, J. **O existencialismo é um humanismo**. Rio de Janeiro: Presença, 1996.
- SCHMID, C. A teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 32, p. 89-109, 2012.
- SCIFONI, S. Patrimônio mundial: do ideal humanista à utopia de uma nova civilização. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 14, p. XX, 2003.

SCIFONI, S. A Unesco e os patrimônios da humanidade: valoração no contexto das relações internacionais. *In*: JACOBI, P.; FERREIRA, L. C. (org.). **Diálogos em ambiente e sociedade no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2006. v. 1, p. 9-56.

SCIFONI, S. Cultura e problemática urbana. *In*: CARLOS, A. F. **Crise urbana**. São Paulo: Contexto, 2015. p. 129-142.

SILVA, I.; CASTRO, E. Fluxos comerciais de produtos regionais e trabalho em feiras, mercados e portos de Belém. *In*: RODRIGUES, C.; SILVA, L.; MARTINS, R. (org.). **Mercados populares em Belém: produção de sociabilidades e identidades em espaços urbanos**. Belém: NAEA, 2014.

SILVA, M.; MALHEIRO, B.; RIBEIRO, R. Territórios do uso nas margens da cidade: a identidade territorial ribeirinha na orla fluvial de Belém-PA (Brasil). *In*: X ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 2005. **Anais...** Universidade de São Paulo, 20 a 26 de março de 2005.

SILVEIRA, F.; SOARES, P. Etnografia no mundo urbano de Belém (PA): as transformações das paisagens a partir das memórias dos antigos moradores do Distrito de Icoaraci. **Revista Pós-Ciências Sociais**, São Luís, v. 5, n. 9/10, jan./dez. 2008.

SILVEIRA, M. Espaço geográfico: perspectiva geométrica e existencial. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, v. 19, p. 81-91, 2006. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/73991>. Acesso em: 5 jun. 2021.

SIZZO, I.; COSTA, E. Situación geográfica turística en la era urbana y devenir campo-ciudad en América Latina. **Investigaciones Geográficas**, n. 99, 31 jul. 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14350/ig.59792>. Acesso em: 5 jun. 2021.

SOUTO, A. Os indígenas na cartografia da América lusitana. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 12, n. 3, p. 817-837, set./dez. 2017.

SOUZA, C. As feiras livres como lugares de produção cotidiana de saberes do trabalho e educação popular nas cidades: alguns horizontes teóricos e analíticos no campo trabalho-educação. **Trabalho Necessário**, ano 13, n. 22, 2015.

SOUZA, E. *et al.* Prospecção socioeconômica em feiras livres: o caso do Complexo do Ver-o-Peso, Belém, Pará, Brasil. **Revista Espacios**, v. 38, n. 36, 2017.

SOUZA, M. L. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

TAKETA, B.; GUILHERME NETO, G.; TRINDADE JR., S. C. C. Projeto “novo” Ver-o-Peso: cidadania e dilemas do planejamento e da participação social em Belém (PA). **Paper do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA**, v. 396, 2018.

TAVARES, M. G. C. Formação territorial do espaço paraense: dos Fortes à criação de municípios. **Revista ACTA Geográfica**, ano II, n. 3, p. 59-83, jan./jun. 2008.

TAVARES, M. G. C. A Amazônia brasileira: formação histórico-territorial e perspectivas para o século XXI. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 29, especial, p. 107-121, 2011.

TAVARES, M. G. C. Turismo, patrimônio e espaço geográfico: teoria e prática de uma ação interdisciplinar. **E-Metropolis**, ano 9, n. 32, mar. 2018.

TOMAZI, V. T. Urbanização turística em Belém – PA: os investimentos públicos em Grandes Projetos Urbanos no período 1990-2010. *In*: XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, Rio de Janeiro – RJ. **Anais...** Rio de Janeiro – RJ, 2011.

TORELLY, L. P. P. Notas sobre a evolução ao conceito de patrimônio cultural. **Fórum Patrimônio, Ambiente Construído e Ambiente Sustentável**, Belo Horizonte, v. 5, n. 2, jul./dez. 2012.

TREVISAN, F. L. A desigual distribuição espacial do Patrimônio Mundial – atualização do debate. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 6, n. 2, 2016.

TRINDADE JR., S. C. C. A natureza da urbanização na Amazônia e sua expressão metropolitana. **Geografares**, Vitória, v. 1, n. 1, jun. 2000.

TRINDADE JR., S. C. C. Patrimônio, vivências e representações do espaço em políticas de requalificação urbana na Amazônia. **Espaço & Geografia**, v. 16, n. 2, 2013.

TRINDADE JR., S. C. C. Um “skyline” em mutação: o velho centro e as transformações urbanas em Belém. **Novos Cadernos NAEA**, v. 21, n. 1, p. 57-78, jan./abr. 2018.

TRINDADE JR., S. C. C.; AMARAL, M. D. B. Reabilitação urbana na área central de Belém-Pará: concepções e tendências de políticas urbanas emergentes. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, v. 111, n. 1, p. 73-103, 2006.

UNESCO. Estatísticas da Lista do Patrimônio Mundial. <https://whc.unesco.org/en/list/stat#d6> Acesso em: 15 ago. 2022

UNESCO. Os critérios de seleção para Lista do Patrimônio Mundial. Disponível em: <https://whc.unesco.org/en/criteria/>. Acesso em: 15 ago. 2022.

VAN CRIEKINGEN, M. A cidade renasce! Formas, políticas e impactos da revitalização residencial em Bruxelas. *In*: BIDOU-ZACHARIASEN, C. (org.). **De volta à cidade**: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos. São Paulo: Annablume, 2006. p. 89-120.

VER-O-SITE. O Mercado e a cidade de Belém: um pouco da história do Ver-o-Peso. Disponível em: <https://www.ufpa.br/cma/verosite/historia.html>. Acesso em: 8 mar. 2020.

WALSH, C. **La interculturalidad en la educación**. Programa FORTE-PE. Lima: Ministério de Educación, 2005. Disponível em:

https://centroderecursos.cultura.pe/sites/default/files/rb/pdf/La%20interculturalidad%20en%20la%20educacion_0.pdf. Acesso em: 12 nov. 2021.

WEBER, M. Conceitos e categorias da cidade. *In*: VELHO, O. (org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

3. Consultadas

CANCLINI, N. G. Cultura popular: de la épica al simulacro. **Quaderns Portàtils**, Museu d'Art Contemporani de Barcelona, Barcelona, 2000.

CASTRO, H.; ZUSMAN, P. Naturaleza y cultura: ¿dualismo o hibridación? Una exploración por los estudios sobre riesgo y paisaje desde la Geografía. **Investigaciones Geográficas**, v. 70, p. 135-153, 2009.

COSTA, E. B.; STEINKE, V. Riscos ao patrimônio mundial motor de desenvolvimento: desígnios à cultura e à natureza. **Revista do Departamento de Geografia**, v. 25, p. 222-252, 2013.

DUSSEL, E. Europa, modernidade e eurocentrismo. *In*: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 24-32.

GARCÍA-TORNEL, F. Algunas cuestiones sobre geografía de los riesgos. **Scripta Nova, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, v. 10, 1997.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, R. Concepções de território para entender a desterritorialização. *In*: SANTOS, M. *et al.* **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALL, S. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Organização Liv Sovik. Tradução Adelaine La Guardia Resende *et al.* Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

LEITÃO, W. M. **Ver-o-Peso: estudos antropológicos no Mercado de Belém**. Belém: NAEA, 2010.

LEITÃO, W. M. **Ver-o-Peso: estudos antropológicos no Mercado de Belém**. Belém, PA: Paka-Tatu, 2015. v. II.

MAIA, G. **Feiticeiros negros no Grão-Pará (1755-1772)**. 2014. 144 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014.

MENESES, U. T. B. O patrimônio cultural entre o público e o privado. *In*: SÃO PAULO (cidade). **O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania**. São Paulo: DPH, 1992. p. 189-194.

MENESES, U. T. B. Os “usos culturais” da cultura. Contribuição para uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais. *In*: YAGIZI, E. *et al.* (org.). **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 88-99.

MENESES, U. T. B. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. Conferência Magna. *In*: I FÓRUM NACIONAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL. Brasília. **Anais...** Brasília, 2010.

MORAES, F. K. C. **O mercado público como equipamento de modernização urbana: o Ver-o-Peso e o Francisco Bolonha em Belém**. 2017. 108 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

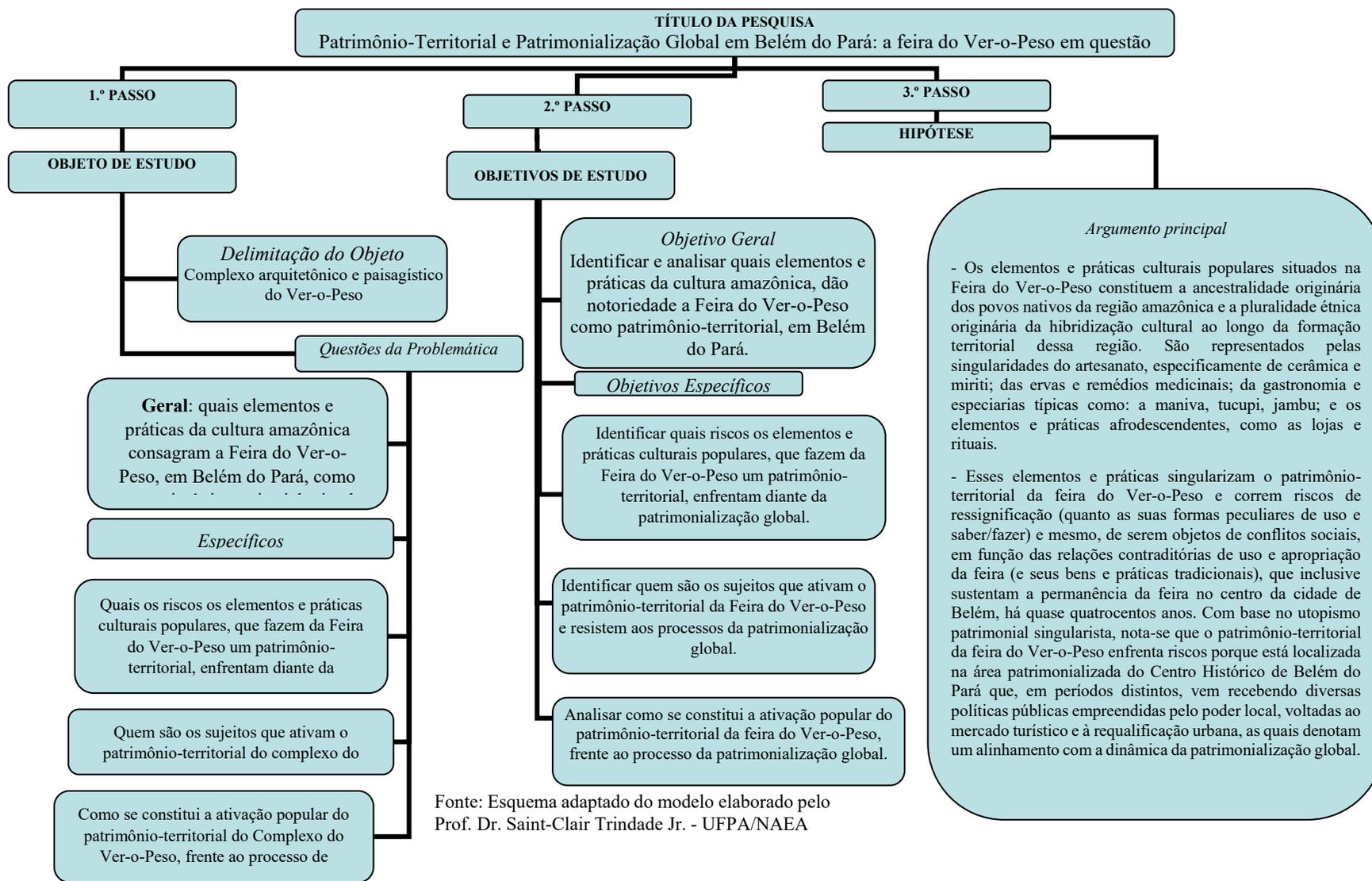
MIGNOLO, W. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. *In*: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 24-32.

MIGNOLO, W. **Desobediência epistémica: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad**. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2010.

PONTE, L. A população indígena da cidade de Belém, Pará: alguns modos de sociabilidade. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 4, n. 2, p. 261-275, maio/ago. 2009.

APÊNDICES

Apêndice A: Design da pesquisa – Esquema metodológico elaborado na disciplina Laboratório de Pesquisa, ministrado pela Profa. Maria Goretti Tavares, em 2019



TÍTULO DA PESQUISA
Patrimônio-Territorial e Patrimonialização Global em Belém do Pará: a feira do Ver-o-Peso em questão

3.º PASSO

Argumentos secundários

O movimento da patrimonialização global se particulariza no patrimônio-territorial da feira do Ver-o-Peso, por meio de políticas e ações universalizantes que promovem a valorização banal e a espetacularização de fazeres e saberes populares, como as alterações no modo de fazer as comidas ou usar os produtos típicos, provocando riscos de perda das suas características originais. Outros riscos são observados e podem ser geradores de conflitos entre os fazedores da feira, e entre estes e o poder institucional, estimulados por intervenções motivadas por interesses de mercado ou divergências políticas, tais como: a valorização midiática e a ampliação da área de alguns setores para atender ao turismo, em detrimento de outros, como os setores de mudas de plantas e lojas de produtos afrodescendentes; as mudanças na forma de exposição de alguns produtos como os animais vivos, em função das restrições sanitárias impostas pelo poder público; a proposta de revitalização e reestruturação da configuração espacial da feira para fins turísticos, à revelia das necessidades do cotidiano dos feirantes; e a redução do modo tradicional de transmissão de barracas, enfraquecendo as relações de pertencimento com o lugar.

Na perspectiva dos utopismos patrimoniais singularista e existencialista, a feira é constituída por sujeitos que historicamente sustentam e dinamizam uma rede comercial, em escala regional e global, de bens e práticas culturais originárias da região amazônica. Esses sujeitos resistem e ativam o patrimônio-territorial da feira do Ver-o-Peso, lutando pelo direito de existir e permanecer no espaço vivido da feira, seja como espaço das práticas concretas, voltadas à reprodução econômica e social (Harvey, 1992), seja como espaço de identidade e vivências cotidianas (Lefebvre, 2000), reivindicando-o como herança, pelo seu histórico protagonismo na dinâmica econômica, social e cultural da feira, articulando centro e periferia, o rural e o urbano na cidade de Belém. A Feira do Ver-o-Peso pode se constituir como um patrimônio-territorial ativado popularmente e se mantém como símbolo de resistência e identidade territorial, a partir da articulação social, cultural e econômica de uma rede patrimonial assentada em bases populares. Isso se dá da seguinte forma: Rede social – os sujeitos são moradores das periferias, áreas ribeirinhas e municípios de diferentes regiões paraenses, que se deslocam diariamente para feira, movimentando uma vasta rede de transporte rodoviário e fluvial; Rede cultural – os elementos culturais comercializados são produtos dos fazeres e saberes originários dos povos indígenas da Amazônia (ou hibridizados culturalmente), oriundos das áreas ribeirinhas de Belém e outros municípios paraenses, dinamizando uma rede de produção e distribuição, em escala regional e global. Rede econômica – A feira dinamiza o comércio de produtos tipicamente amazônicos, para população local e turistas.

4.º PASSO

METODOLOGIA

Método de Interpretação e Análise

Materialismos histórico e dialético

Método de Investigação ou de Pesquisa
Abordagem qualitativa, de caráter exploratório e técnica de estudo de caso.

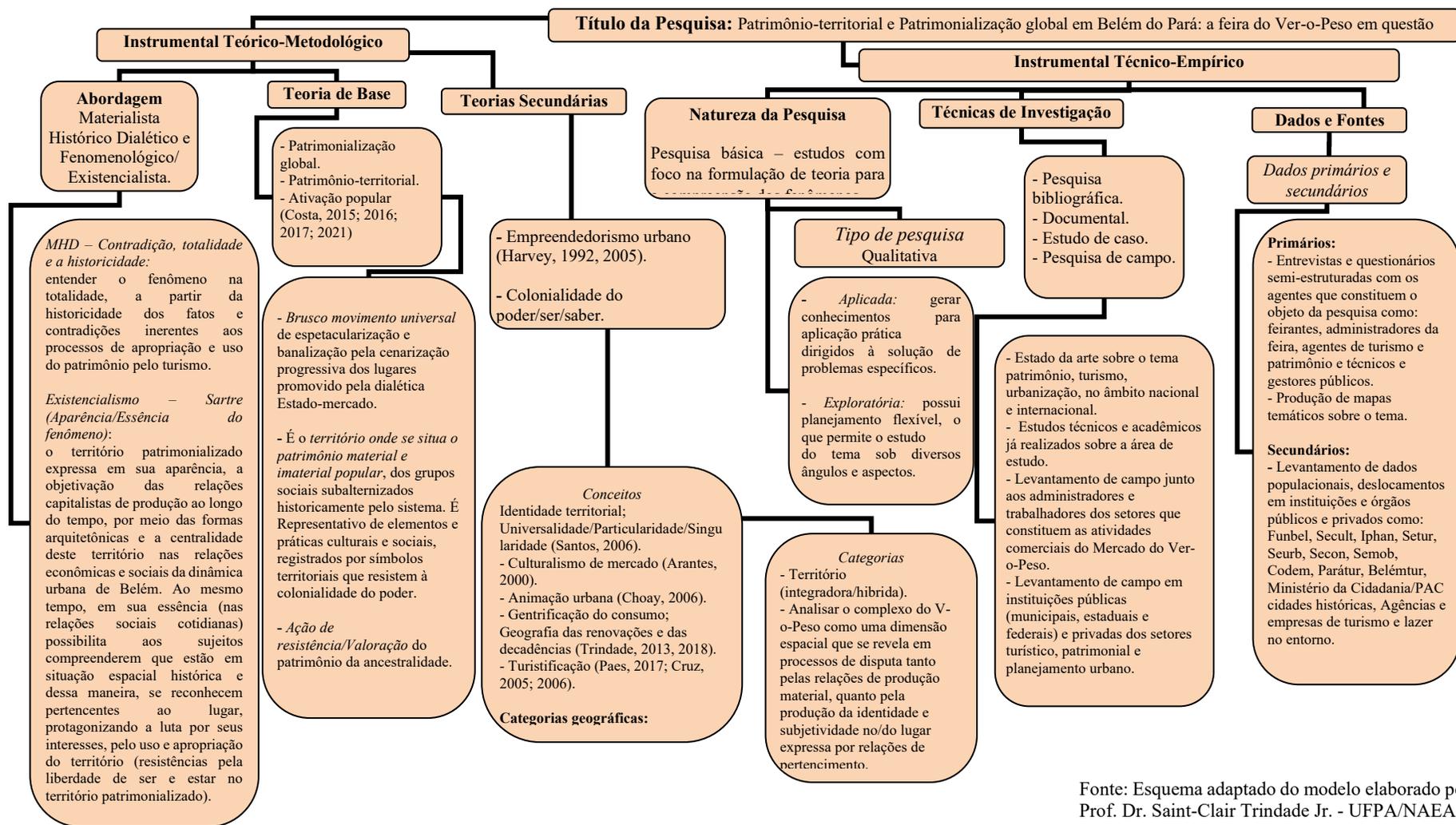
Dados Primários:

- Aplicação de entrevistas e questionários semiestruturados junto aos sujeitos sociais envolvidos: gestores públicos, técnicos, empreendedores, trabalhadores e administradores do Complexo.
- Produção de mapas temáticos contendo o fluxo dos sujeitos e bens que configuram a rede patrimonial popular do complexo.

Dados secundários:

- Pesquisa bibliográfica em instituições públicas e privadas: IBGE, UFPA, UEPA, UNAMA, CESUPA, Arquivo público etc.
- Pesquisa documental em órgãos públicos e privados: Iphan, Secon, Funbel, Secult, Setur, Seurb, Semob, Codem, ParáTur, BelémTur, Ministério da Cidadania/PAC cidades históricas, Agências e empresas de turismo e lazer no entorno.

Apêndice B: Instrumental teórico-metodológico da pesquisa – elaborado na disciplina Laboratório de Pesquisa, ministrado pela Profa. Maria Goretti Tavares, em 2019



Fonte: Esquema adaptado do modelo elaborado pelo Prof. Dr. Saint-Clair Trindade Jr. - UFPA/NAEA

2019 **Apêndice C:** Plano de Redação (Quadro sinótico) elaborado na disciplina Laboratório de Pesquisa, ministrado pela Profa. Maria Goretti Tavares, em

PLANO DE REDAÇÃO

Título: PATRIMÔNIO-TERRITORIAL E PATRIMONIALIZAÇÃO GLOBAL EM BELÉM DO PARÁ: A SINGULARIDADE DA FEIRA DO VER – O – PESO.

CAPÍTULOS	CONTEÚDO A SER EXPOSTO COM ESPECIFICAÇÃO DOS SUBCAPÍTULOS	OBJETIVO DO CAPÍTULO	ARGUMENTO CENTRAL A SER SUSTENTADO NO INTERIOR DO CAPÍTULO	PROCEDIMENTOS PARA ELABORAÇÃO DO CAPÍTULO	FONTES A SER CONSULTADAS
<p>Primeira parte URBANIZAÇÃO E PATRIMONIALIZAÇÃO NO BRASIL.</p> <p>Capítulo 1. VER-O-PESO – O “CARTÃO-POSTAL DA AMAZÔNIA”: A UNIVERSALIDADE DA FEIRA.</p>	<p>1.1. Urbanização e o uso dos territórios patrimonializados.</p> <p>1.2. Políticas de patrimônio, turismo e a produção do espaço urbano patrimonializado no Brasil.</p> <p>1.3. A feira livre como bem cultural patrimonializado no Brasil.</p> <p>1.4. Complexo do Ver – o – Peso: O “cartão-postal de Belém”.</p>	<p>- Para responder à questão central: Quais elementos e práticas da cultura amazônica consagram a Feira do Ver-o-Peso, em Belém do Pará, como um patrimônio-territorial ativado popularmente, a enfrentar riscos diante do processo da patrimonialização global? Este capítulo irá tratar teoricamente do processo da patrimonialização global e como este processo se particulariza na área central de Belém, onde está localizada a Feira do Ver-o-Peso.</p>	<p>- Os processos da urbanização contemporâneo demarcados pela patrimonialização promovem riscos ao patrimônio-territorial da Feira do Ver-o-Peso, a partir das formas contraditórias de conceber, usar e se apropriar do território urbano patrimonializado na área central de Belém.</p>	<p>- Revisão bibliográfica.</p> <p>- Pesquisa documental.</p>	<p>- David Harvey (1992, 2005); Everaldo Costa (2011, 2014, 2015), François Choay (2006), Otilia Arantes (2000), Simone Scifoni (2003, 2006), Luiz Torelly (2012), Maria Amélia Corá (2014), Teresa Paes (2017), Rita Cruz (2005, 2006), André Köhler (2008).</p> <p>- Saint Clair Trindade (2006, 2013, 2018), Maria Goretti Tavares (2016, 2018), Ana Cláudia Cardoso et al (2016), Maria Dorotéia Lima (2008), Maísa Almeida (2017) e Francianny Moraes (2017).</p>
<p>Segunda parte FEIRA LIVRE COMO PATRIMÔNIO-TERRITORIAL NO BRASIL.</p>	<p>2.1. Feira livre como patrimônio-territorial.</p> <p>2.2. Feira livre como patrimônio-territorial no Brasil.</p>	<p>- Objetiva fundamentar o conceito “patrimônio-territorial”, como perspectiva teórica-metodológica inovadora para</p>	<p>- A Feira do Ver-o-Peso se constituiu como patrimônio-territorial, a partir dos elementos e práticas culturais ancestrais dos povos nativos</p>	<p>- Revisão bibliográfica.</p> <p>- Pesquisa documental.</p>	<p>- Antônio Rocha Penteado (1965, 1968), Ernesto Cruz (1971,1973), Wilma Marques Leitão (2010; 2015), Carmem Izabel Rodrigues (2014;</p>

<p>Capítulo 2. MAIRI E PIRI – A GÊNESE DO PATRIMÔNIO-TERRITORIAL DO VER-O-PESO: A SINGULARIDADE DA FEIRA.</p>	<p>2.3. A constituição do patrimônio-territorial da Feira do Ver-o-Peso e seus sujeitos.</p>	<p>se pensar a preservação, o uso e apropriação do patrimônio, para além das políticas de patrimonialização e turistificação. - Objetiva discutir teoricamente como as feiras livres se constituem como patrimônio-territorial no Brasil. - Objetiva apresentar a gênese do patrimônio-territorial da Feira do Ver-o-Peso.</p>	<p>da região amazônica e a diversidade étnica originária da hibridização cultural, ao longo da formação territorial dessa região.</p>		<p>2017), Alanna Souto (2017), Nirvia Ravena e Rosa Acevedo (2013), Laura Ponte (2009), Vicente Salles (1973), José Maia Neto (2002), Conceição Almeida (2011), Pereira e Almeida (2020) e Maria Goretti Tavares (2008, 2011) e Agenor Sarraf (2015; 2017).</p>
<p>Terceira parte O PATRIMÔNIO-TERRITORIAL FRENTE À PATRIMONIALIZAÇÃO GLOBAL.</p> <p>Capítulo 3. FATO E MOVIMENTO: OS RISCOS DA PATRIMONIALIZAÇÃO ÀS SINGULARIDADES DA FEIRA DO VER-O-PESO.</p>	<p>3.1. O patrimônio-territorial da Feira do Ver-o-Peso hoje.</p> <p>3.2. Riscos e ameaças ao patrimônio-territorial da Feira do Ver-o-Peso, frente a patrimonialização global.</p>	<p>- Objetiva identificar e analisar quais elementos e práticas da cultura amazônica, dão notoriedade a Feira do Ver-o-Peso como patrimônio-territorial; e</p> <p>- Identificar quais riscos enfrentam diante do processo da patrimonialização global.</p>	<p>- O artesanato, especificamente de cerâmica e miriti; das ervas e remédios medicinais; da gastronomia e especiarias típicas como: a maniva e o tucupi; e os elementos e práticas afrodescendentes, como as lojas e rituais constituem os elementos e práticas que singularizam o patrimônio-territorial da Feira do Ver-o-Peso e correm riscos de resignificação (quanto as suas formas peculiares de uso e saber/fazer) e mesmo, de serem objetos de conflitos sociais, em função das relações contraditórias de uso e apropriação da feira (e seus bens e práticas tradicionais).</p>	<p>- Entrevistas estruturadas.</p> <p>- Observação participante.</p>	<p>- Revisão bibliográfica.</p> <p>- Pesquisa documental.</p>

<p>Quarta parte A ATIVAÇÃO POPULAR DO PATRIMÔNIO-TERRITORIAL FRENTE À PATRIMONIALIZAÇÃO GLOBAL Capítulo 4. CARTOGRAFIA DA RESISTÊNCIA POPULAR DO PATRIMÔNIO-TERRITORIAL DA FEIRA DO VER-O-PESO.</p>	<p>4.1. Os sujeitos e a ativação do patrimônio-territorial da Feira do Ver-o-Peso.</p> <p>4.2. A dinâmica social, cultural e econômica do patrimônio-territorial da Feira do Ver-o-Peso: Belém de frente para o rio.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Objetiva identificar quem são os sujeitos que ativam o patrimônio-territorial da Feira do Ver-o-Peso e resistem aos processos da patrimonialização global; e - Analisar como se constitui a ativação popular do patrimônio-territorial da Feira do Ver-o-Peso, frente ao processo da patrimonialização global. 	<ul style="list-style-type: none"> - Embora faça parte de um complexo patrimonializado e valorizado pelo mercado e políticas públicas de turismo, a Feira do Ver-o-Peso pode se constituir como um patrimônio-territorial ativado popularmente e se mantém como símbolo de resistência e identidade territorial, a partir da articulação social, cultural e econômica de uma rede patrimonial assentada em bases populares. 	<ul style="list-style-type: none"> - Entrevistas estruturadas. - Observação participante. - Elaboração de mapas temáticos do fluxo social, cultural e econômico do patrimônio-territorial da Feira do Ver-o-Peso. 	
<p>Considerações Finais</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Mostrar o encadeamento e a coerência entre o plano de pesquisa e sua execução, assim como a coerência da sistematização para o entendimento da tese ou da questão central e das conclusões a elas referentes. 	<ul style="list-style-type: none"> - Ratificar ou retificar a tese ou argumento central; - Arrolar a contribuição teórica e/ou empírica presente nos capítulos; - Responder as questões propostas na tese. 	<ul style="list-style-type: none"> - Retomar as hipóteses da tese e ratificá-las e/ou refutá-las. 	<ul style="list-style-type: none"> - Elaborar síntese dos capítulos da tese/dissertação; - Proceder a sistematização das principais conclusões presentes ao longo da tese/dissertação. 	<p>[Mencionar autores e fontes importantes a ser retomados e capítulos importantes onde se encontram os principais argumentos e resultados].</p>

Modelo adaptado do Prof. Dr. Saint-Clair Trindade Jr. - UFPA/NAEA.

Apêndice D: Roteiro de entrevista estruturada com os agentes sociais a serem investigados pela pesquisa (feirantes dos setores pesquisados; líderes das associações e Instituto Ver-o-Peso)



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
CURSO DE DOUTORADO EM GEOGRAFIA**

ROTEIRO DE ENTREVISTA

DADOS PESSOAIS

NOME:

IDADE:

LOCAL DE NASCIMENTO:

ESCOLARIDADE:

QUESTÕES DE PESQUISA

Objetivo 1. Levantar quais elementos e práticas culturais populares fazem da Feira do Ver-o-Peso um patrimônio-territorial e apresentam riscos e/ou conflitos diante da patrimonialização global.

Levantamento dos elementos e práticas:

1. Setor (produto) que trabalha na feira:
2. De onde vem o produto?
3. Como chega na feira?
4. Quem produz?
5. Como produz?

Levantamento de Riscos e/ou conflitos:

1. Tem alguma dificuldade com a venda do produto? Ou o produto corre algum risco?
2. Tem dificuldades/conflitos com a Secon? Com a prefeitura?
3. Tem dificuldades/conflitos com os feirantes ou setor?
4. Você acha que o Ver-o-Peso corre algum tipo de risco? Qual?
5. Você sente alguma ameaça ou receio da feira sair daqui? Por quê?
6. Você acha que faria diferença a feira sair daqui?

7. Você acha que algum setor é mais privilegiado que o outro? Qual? Por quê?
8. Houve alguma mudança na forma de organização, venda, produção ou manipulação do seu produto?
9. O turismo é bom para o Ver-o-Peso? Por quê?

Objetivo 2. Identificar quem são os sujeitos que ativam o patrimônio-territorial da Feira do Ver-o-Peso e resistem aos processos da patrimonialização global.

1. Há quanto tempo trabalha na feira?
2. O que significa a feira pra você?
3. A barraca é da família?
4. Há quanto tempo?
5. Quantos trabalham na barraca?
6. Já tem herdeiro? Quem?
7. A família pretende permanecer na feira ou passar a barraca pra outra família?
8. Como chega na feira (meio de transporte)?
9. A presença do terminal de barcos lhe beneficia? Como?
10. Você participa das lutas na associação/instituto?
11. Você foi contra ou a favor da revitalização em 2015? Por quê?
12. A reforma que foi feita em 2004 atendeu as necessidades dos feirantes? Como?
13. Você considera o Ver-o-Peso um patrimônio seu e da cidade? Por quê?
14. O governo anterior trouxe benefícios ao Ver-o-Peso? Quais?
15. Quais são as expectativas com o novo governo? A reforma tem que considerar o que?
16. Você concorda em solicitar a inscrição da feira ao Registro, no livro de lugares, junto ao IPHAN? Por quê?

Objetivo 3. Analisar como se constitui a ativação popular do patrimônio-territorial da Feira do Ver-o-Peso, frente ao processo da patrimonialização global.

1. Você vende mais seu produto para:

- () turista nacional %
- () turista internacional %
- () população de Belém %
- () trabalhadores da feira %

2. Qual a média mensal de rendimentos?

Turista nacional:

Turista internacional:

População de Belém:

Trabalhadores da feira:

3. Existe um período de maior procura pelo seu produto?

- () festividades (círio, festa junina, verão).
- () safra do produto (mês)
- () procura constante.
- () outros

Apêndice E: Roteiro de entrevista estruturada com os agentes sociais a serem investigados pela pesquisa (gestores e técnicos do patrimônio e turismo)



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
CURSO DE DOUTORADO EM GEOGRAFIA**

ROTEIRO DE ENTREVISTA

DADOS PESSOAIS

NOME:

IDADE:

LOCAL DE NASCIMENTO:

ESCOLARIDADE:

Administradores e técnicos responsáveis pela Feira do Ver-o-Peso.

1. Há quanto tempo trabalha na administração da feira?
2. Quais as principais dificuldades enfrentadas com os feirantes?
3. Quais as principais demandas dos feirantes?
4. Existem riscos de algum setor, produto ou prática (ritual) ser retirado da feira? Quais?
5. Percebe alguma mudança/alteração em algum setor, produto ou prática da feira?
Quais?
6. Por que não aconteceu a reforma do Complexo em 2015?
7. Qual setor é mais organizado e unido?
8. Quais setores mais cobram melhorias da gestão pública?
9. Quais produtos arrecadam mais?
10. Há conflitos entre os setores/feirantes? Quais?
11. Na sua opinião, a feira do Ver-o-Peso mudou? O quê?
12. Na sua opinião, por que a feira do Ver-o-Peso permanece no mesmo local há três séculos?

Apêndice F: Roteiro de entrevista estruturada com os agentes sociais a serem investigados pela pesquisa (gestores e técnicos do patrimônio e turismo)



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
CURSO DE DOUTORADO EM GEOGRAFIA**

ROTEIRO DE ENTREVISTA

DADOS PESSOAIS

NOME:

IDADE:

LOCAL DE NASCIMENTO:

ESCOLARIDADE:

Prefeito de Belém.

1. Quais as principais dificuldades enfrentadas com os feirantes?
2. Quais as principais demandas dos feirantes?
3. Há conflitos/resistências entre os setores/feirantes e a Prefeitura? Quais?
4. O que a nova gestão municipal pensa para Feira do Ver-o-Peso, em relação ao desenvolvimento urbano? Há algum projeto previsto?
5. Você pretende manter os projetos de gastronomia (Proj. Igara, festivais, etc.) implementados na gestão passada?
6. Dentro do planejamento urbano, há possibilidade da feira ser retirada do Centro?
7. Há diferenças de planejamento entre a intervenção ocorrida em 2004 e a planejada para esse governo atual (concepção/ações)?
8. Na sua opinião, a feira do Ver-o-Peso sofreu alguma mudança em suas características?
O quê?
9. Na sua opinião, é interessante retirá-la do Centro? Por quê?
10. Na sua opinião, por que a feira do Ver-o-Peso permanece no mesmo local há três séculos?

Apêndice G: Roteiro de entrevista estruturada com os agentes sociais a serem investigados pela pesquisa (gestores e técnicos do patrimônio e turismo)



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
CURSO DE DOUTORADO EM GEOGRAFIA**

ROTEIRO DE ENTREVISTA

DADOS PESSOAIS

NOME:

IDADE:

LOCAL DE NASCIMENTO:

ESCOLARIDADE:

Agentes das agências de turismo.

1. Quais as principais dificuldades enfrentadas com os feirantes?
2. Quais as principais demandas em relação ao poder público?
3. Há conflitos com os feirantes? Com a Prefeitura? Quais?
4. Quais as expectativas para a nova gestão pública?
5. Quais as potencialidades da Feira para o turismo?
6. Na sua opinião, é interessante retirar a feira do Centro? Por quê?
7. Qual a frequência de visitas direcionadas ao Ver-o-Peso? (periodicidade/estação do ano/festividades).
8. Quais são os roteiros turísticos que incluem o Ver-o-Peso?
9. Quais setores da feira mais interessam aos turistas?

Perfil dos turistas:

- Principais nacionalidades:
- Principais naturalidades:
- Principal faixa etária:
- Principal nível de escolaridade:

Apêndice H: Roteiro de entrevista estruturada com os agentes sociais a serem investigados pela pesquisa (gestores e técnicos do patrimônio e turismo)



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
CURSO DE DOUTORADO EM GEOGRAFIA**

ROTEIRO DE ENTREVISTA

DADOS PESSOAIS

NOME:

IDADE:

LOCAL DE NASCIMENTO:

ESCOLARIDADE:

Superintendente e técnicos do IPHAN.

1. Quais são as políticas e ações já empreendidas na feira em relação ao patrimônio?
2. Quais as principais dificuldades enfrentadas com os feirantes?
3. Quais as principais demandas dos feirantes em relação ao patrimônio?
4. Há conflitos/resistências entre os setores/feirantes e o IPHAN? Quais?
5. Quais as expectativas em relação a nova gestão? Há algum projeto previsto articulado com a Prefeitura?
6. Dentro do planejamento urbano, há possibilidade da feira ser retirada do Centro?
7. Na sua opinião, é interessante retirá-la do Centro? Por quê?
8. Por que a feira não foi reformada em 2015?
9. Na sua opinião, a feira do Ver-o-Peso mudou suas características patrimoniais? O quê?
10. Na sua opinião, por que a feira do Ver-o-Peso permanece no mesmo local há três séculos?
11. O Registro é interessante pra feira? Por quê?
12. As ações patrimoniais articuladas com o turismo são interessantes para o Ver-o-Peso? Por quê?

Apêndice I: Roteiro de entrevista estruturada com os agentes sociais a serem investigados pela pesquisa (gestores e técnicos do patrimônio e turismo)



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
CURSO DE DOUTORADO EM GEOGRAFIA**

ROTEIRO DE ENTREVISTA

DADOS PESSOAIS

NOME:

IDADE:

LOCAL DE NASCIMENTO:

ESCOLARIDADE:

Secretário e técnico da SETUR.

1. Quais são as políticas e ações já empreendidas na feira em relação ao turismo?
2. Quais as principais dificuldades enfrentadas com os feirantes?
3. Quais as potencialidades do Ver-o-Peso para o turismo?
4. Há conflitos/resistências entre os setores/feirantes e a SETUR? Quais?
5. Quais as expectativas em relação a nova gestão? Há algum projeto previsto articulado com a Prefeitura?
6. Dentro do planejamento urbano, há possibilidade da feira ser retirada do Centro?
7. Na sua opinião, é interessante retirá-la do Centro? Por quê?
8. Por que a feira não foi reformada em 2015?
9. Na sua opinião, por que a feira do Ver-o-Peso permanece no mesmo local há três séculos?
10. Há projetos pensados pra feira? Quais?
11. As ações patrimoniais articuladas com o turismo são interessantes para o Ver-o-Peso? Por quê?

Apêndice J: Modelo de Termo de autorização de uso de informações e imagens para pesquisa.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
CURSO DE DOUTORADO EM GEOGRAFIA**

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO
DE USO DE INFORMAÇÕES E IMAGENS**

Eu _____, abaixo assinado, nº de CPF: _____, autorizo a acadêmica Sabrina Forte e Silva Gonçalves, estudante do curso de Doutorado em Geografia, do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará – PPGeo/UFPA, nº de matrícula 2019.155.800.12, a utilizar as informações por mim prestadas, para a elaboração de sua Tese de Doutorado, orientada pela profa. Dra. Maria Goretti da Costa Tavares, cujo título preliminar da tese é “Patrimônio-territorial e patrimonialização global em Belém do Pará: A Feira do Ver – o – Peso em questão”. Também autorizo a publicação de minha imagem e meu ambiente de trabalho na feira do Ver-o-Peso, como elementos dessa pesquisa.

Belém, de _____ de 20 _____.

Assinatura do entrevistado.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
CURSO DE DOUTORADO EM GEOGRAFIA**

**TERMO DE A U T O R I Z A Ç Ã O
DE USO DE INFORMAÇÕES E IMAGENS**

Eu _____, abaixo assinado, nº de CPF: _____, autorizo a acadêmica Sabrina Forte e Silva Gonçalves, estudante do curso de Doutorado em Geografia, do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará – PPGeo/UFPA, nº de matrícula 2019.155.800.12, a utilizar as informações por mim prestadas, para a elaboração de sua Tese de Doutorado, orientada pela profa. Dra. Maria Goretti da Costa Tavares, cujo título preliminar da tese é “Patrimônio-territorial e patrimonialização global em Belém do Pará: A Feira do Ver – o – Peso em questão”. Também autorizo a publicação de minha imagem e meu ambiente de trabalho na feira do Ver-o-Peso, como elementos dessa pesquisa.

Belém, de _____ de 20 _____.

Assinatura do entrevistado.

